



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

ANA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Lista de siglas e abreviações

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABHA	Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADESE	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGB	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas
AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
AUD	Auditoria Interna
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGU	Controladoria-Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPATIVA	Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental
COOPERNOES	Cooperativa de Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança
COR	Corregedoria
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CTPI	Câmara Técnica de Planejamento Institucional
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DAEE	Departamento de Água e Energia Elétrica
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DBR	Declaração de Bens e Renda
DIREC	Diretoria Colegiada
DN	Decisão Normativa
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre

ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEEFI	Gerência de Execução Orçamentária e Financeira
GEGEP	Gerência de Gestão de Pessoas
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GQ	Gratificação de Qualificação
IBio	Instituto BioAtlântica
IEA	Indicador de Eficiência Agrupado
IEEF	Índice de Eficácia da Execução Física
IEG	Índice de Eficácia do Gasto
IEI	Indicador de Eficiência Individual
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTERÁGUAS	Programa de Desenvolvimento do Setor Água
ISO	International Organization for Standardization
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MF	Ministério da Fazenda
MFE	Meta Física Executada
MFP	Meta Física Prevista
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programação de Aceleração do Crescimento
PAD	Programa Água Doce
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PAP	Plano Plurianual de Aplicação
PCD	Plataforma de Coleta de Dados
PCJ	Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PCPV	Plano de Controle de Poluição Veicular
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PGE	Procuradoria-Geral
PGI	Plano Gerencial Interno
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNQA	Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público Privada
Procel EPP	Programa Coleta Seletiva Solidária e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos
PRODES	Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
SANASA	Sociedade de Abastecimento e Saneamento
SBPV	Sociedade Brasileira de Preservação e Promoção da Vida
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SFI	Superintendência de Fiscalização
SGE	Secretaria Geral da Agência Nacional de Águas
SGH	Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica
SIGI	Superintendência de Gestão da Informação
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAUDI	Sistema de Auditoria Interna
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão

SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SIOF	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIP	Superintendência de Implementação de Programas e Projetos
SISAC	Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SISPLANA	Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da Agência Nacional de Águas
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
SNISB	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPR	Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
SRE	Superintendência de Regulação
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UO	Unidade Orçamentária
UORG	Unidade Organizacional

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

- Quadro 1 – Identificação da UJ
- Quadro 2 – Identificação dos administradores
- Quadro 3 – Normas relacionadas à UJ
- Quadro 4 – Caracterização das Regiões Hidrográficas
- Quadro 5 – Estruturas de governança e macroprocessos
- Quadro 5 – Estruturas de governança e macroprocessos
- Quadro 7 – Acesso à Informação
- Quadro 8 – Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis
- Quadro 9 – Situação de atendimento das demandas do TCU
- Quadro 10 – Situação de atendimento das demandas da CGU
- Quadro 11 - Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
- Quadro 12 - Ação: 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica
- Quadro 13 - Ação: 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
- Quadro 14 - Ação: 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
- Quadro 15 - Programação da despesa
- Quadro 16 – Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 17 – Restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 18– LOA/2015 – Por Grupos de Despesas
- Quadro 19 – Comparação percentual: LOA/2015 e LOA/2014 – Por Grupos de Despesas
- Quadro 20 - Fontes de Recursos 2015 (Lei + Créditos)
- Quadro 21 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro 22 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
- Quadro 23 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
- Quadro 24 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários
- Quadro 25 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total
- Quadro 26 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários
- Quadro 27 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- Quadro 28 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- Quadro 29 – Comparativo de Gastos: LOA+Créditos, Limite Disponível e Empenho – 2015
- Quadro 30 – Despesas com Publicidade
- Quadro 31 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- Quadro 32 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro 33 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro 34 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contrato de repasse
- Quadro 35 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro 36 – utilização de suprimimento de fundos
- Quadro 37 – classificação dos gastos com suprimimento de fundos no exercício referência
- Quadro 38 – PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH
- Quadro 39 – PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais
- Quadro 40 – PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas
- Quadro 41 – PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos
- Quadro 42 – PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos
- Quadro 43 – PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água
- Quadro 44 – PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

- Quadro 45 – PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas
- Quadro 46 – PO 000A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas – PRODES
- Quadro 47 – PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos
- Quadro 48 – PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais – PNQA
- Quadro 49 – PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica
- Quadro 50 – PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica
- Quadro 51 – PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
- Quadro 52 – PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens
- Quadro 53 – PO 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
- Quadro 54 – PO 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
- Quadro 55 – PO 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
- Quadro 56 – PO 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
- Quadro 57 – PO 0001 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da Ação 20WJ - Modernização da Gestão de Recursos Hídricos
- Quadro 58 – PO 0001 – Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais, da Ação 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
- Quadro 59 – Ação/PO 2000-0000 – Administração da Unidade
- Quadro 60 - Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEs das Rubricas Orçamentárias
- Quadro 61 - Indicador de Eficiência Agrupado – IEA
- Quadro 62 - consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais
- Quadro 63 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
- Quadro 64 – Relação de membros do Conselho de Administração
- Quadro 65 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
- Quadro 66 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
- Quadro 67 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
- Quadro 68 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
- Quadro 69 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- Quadro 70 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
- Quadro 71 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
- Quadro 72 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
- Quadro 73 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
- Quadro 74 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
- Quadro 75 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício
- Quadro 76– Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria
- Quadro 77 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência
- Quadro 78 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)
- Quadro 79 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- Quadro 80 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira (As metas do exercício se referem ao TP 01/ANA/2015 e as metas dos exercícios anteriores se referem ao TP 01/ANA/2011).
- Quadro 81 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
- Quadro 82 – Relação de membros do Conselho Deliberativo
- Quadro 83 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
- Quadro 84 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

- Quadro 85 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
- Quadro 86 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
- Quadro 87 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
- Quadro 88 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- Quadro 89 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
- Quadro 90 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
- Quadro 91 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
- Quadro 92 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
- Quadro 93 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
- Quadro 94 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
- Quadro 95 – Relação de membros do Conselho de Administração
- Quadro 96 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
- Quadro 97 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
- Quadro 98 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
- Quadro 99 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
- Quadro 100 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
- Quadro 101 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- Quadro 102 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
- Quadro 103 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
- Quadro 104 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
- Quadro 105 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
- Quadro 106 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
- Quadro 107 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
- Quadro 108 – Relação de membros do Conselho de Administração
- Quadro 109 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
- Quadro 110 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
- Quadro 111 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
- Quadro 112 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
- Quadro 113 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
- Quadro 114 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- Quadro 115 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
- Quadro 116 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
- Quadro 117 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
- Quadro 118 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
- Quadro 119 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
- Quadro 120 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício
- Quadro 121 – Relação de membros do Conselho de Administração
- Quadro 122 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
- Quadro 123 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício
- Quadro 124 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
- Quadro 125 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão
- Quadro 126 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação
- Quadro 127 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- Quadro 128 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão
- Quadro 129 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados
- Quadro 130 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão
- Quadro 131 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento
- Quadro 132 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada
- Quadro 133 – força de trabalho da UJ
- Quadro 134 – distribuição da lotação efetiva

Quadro 135 – detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
Quadro 136– Custos do pessoal
Quadro 137 – cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ
Quadro 138 – demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
Quadro 139 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015

Tabela 1 – Principais Receitas

Tabela 2 – Principais Despesas da ANA

Tabela 3 – Consolidado das Ações Orçamentárias do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Gráfico 1 – Principais Receitas da ANA

Gráfico 2 – Principais Despesas da ANA

Sumário

1- Apresentação	11
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	13
2.1- Identificação da unidade	13
2.2- Finalidade e competências institucionais	13
2.3- Ambiente de atuação	15
3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	25
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	25
3.2- Informações sobre a gestão	51
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico	58
3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização	60
4- Governança	Erro! Indicador não definido.
4.1- Descrição das Estruturas de governança	65
4.2- Gestão de riscos e controles internos	67
5- Relacionamento com a sociedade	70
5.1- Canais de acesso do cidadão	70
5.2- Carta de serviços ao cidadão	70
5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade	70
5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários	71
6- Desempenho financeiro e informações contábeis	72
6.1- Desempenho financeiro do exercício	72
6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	74
6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	75
6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	76
7- Áreas especiais da gestão	77
7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade	77
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	Erro! Indicador não definido.
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	79
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	80
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	82
9- Anexos e apêndices	83
9.1- Quadros, tabelas e figuras complementares	Erro! Indicador não definido.

1- Apresentação

O Relatório de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA contempla as principais informações sobre o desempenho da gestão institucional e os procedimentos afetos à responsabilidade da Agência no exercício de 2015, bem como destaca os esforços empregados no sentido de assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais no cumprimento de sua missão institucional, ressaltando as suas principais realizações e dificuldades encontradas para o alcance dos objetivos traçados para o exercício.

O processo de elaboração e formatação deste Relatório atendeu ao disposto nos Normativos do Tribunal de Contas da União – TCU (Instruções Normativas nºs 63/2010 e 72/2013, Decisão Normativa nº 146, de 2015, e Portaria nº 321/2015) e da Controladoria-Geral da União - CGU (Portaria nº 522/2015, que aprovou a Norma de Execução nº 01/2015).

As informações foram levantadas e consolidadas com base em consultas feitas, em especial, nos seguintes Sistemas: i) Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP; ii) Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; iii) de Planejamento, Orçamento e Gestão da ANA – SISPLANA; e iv) do Tesouro Gerencial, da STN, além de informações complementares dos Coordenadores-Executivos de Ação do Plano Plurianual, e dentre outros sistemas de governo.

O documento está estruturado em áreas temáticas, apresentadas neste tópico O item **“2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS”** é apresentado como segue:

- i) **“Identificação da unidade”**: refere-se aos elementos úteis na identificação da Autarquia, de seus administradores e de sua missão institucional;
- ii) **“Finalidade e Competências Institucionais”**: a corresponde ao fim a que se destina a UJ, ou seja, o motivo da sua criação. Enquanto competência institucional está relacionada às atribuições definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos; e
- iii) **“Ambiente de atuação”**: refere-se aos principais aspectos do ambiente interno e externo de negócio em que a unidade está inserida, e no qual se baseia seu planejamento estratégico.

O item seguinte **“3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL”** é apresentado em quatro subtítulos: 3.1 – Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos; 3.2 – Informações sobre a gestão; 3.3 – Estágio de implementação do planejamento estratégico; e 3.4 - Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização.

No subtítulo **“3.1 – Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos”**, descrevem-se o planejamento estratégico da ANA e as inter-relações com suas competências legais e o PPA, identificando e contextualizando os resultados da gestão no exercício em relação aos objetivos estratégicos.

No subtítulo **“3.2 - Informações sobre a gestão”**, identificam-se os objetivos estratégicos ligados aos processos internos da ANA, voltados para a melhoria de seus processos de trabalho e desempenho da instituição em geral.

Os itens descritos a seguir contêm para cada um dos objetivos estratégicos da autarquia, quais sejam: a) propor programas e projetos aderentes à missão da ANA e implementá-los de forma efetiva; b) criar um ambiente favorável à assertividade, produtividade, isonomia e excelência c) assegurar a suficiência de recursos humanos e financeiros; d) assegurar a percepção da imagem da ANA pelos agentes externos como instituição nacional de regulação e gestão de recursos hídricos.

No subtítulo **“3.3 - Estágio de implementação do planejamento estratégico”**, avaliam-se os estágios de implementação do planejamento estratégico, com destaque para os avanços observados no exercício de referência do relatório de gestão e as perspectivas em relação aos próximos exercícios, com base nas etapas de avaliação e monitoramento do plano.

O subtítulo **“3.4 - Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização”** tem, por finalidade, levantar informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem como ao registro dos inadimplentes no Cadin e na Dívida Ativa. A inclusão deste item visa a atender determinação do item 9.6 do Acórdão 482/2012 TCU-Plenário, ressalvado o disposto no item 9.2 do Acórdão 1.665/2014 TCU-Plenário.

No item **“4. GOVERNANÇA”**, são apresentadas informações de como a unidade está estruturada para o cumprimento da sua missão, especialmente sobre poder decisório e articulação institucional, avaliação dos riscos de comprometimento de objetivos estratégicos e instituição de controles para mitigação, entre outras informações.

O item **“5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE”** apresenta informações sobre a estratégia, estrutura, instrumentos e canais de comunicação da unidade com os usuários de seus produtos e serviços ou cidadãos em geral.

O item **“6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS”** traz informações sobre as principais fontes de recursos e principais despesas, além de informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O item **“7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO”** tem, por objetivo, verificar o nível de adesão da unidade jurisdicionada a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

No item **“8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE”**, são tratadas as questões sobre o atendimento das demandas dos órgãos de controle e fiscalizadores das atividades da unidade.

No item **“9. ANEXOS E APÊNDICES”**, são apresentados documentos e informações elaborados pela unidade ou por terceiros, úteis à compreensão do relatório ou exigidos pelas normas do Tribunal de Contas da União na prestação de contas.

Deixaram de ser apresentadas informações sobre os seguintes itens constantes da Portaria TCU nº 321, de 2015, por não serem aplicáveis à ANA ou por não haver conteúdo a ser declarado: 3.8, 3.9, 3.10, 4.3.7, 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3, 4.4.4, 4.4.5, 4.4.6, 4.4.7, 4.4.8, 4.4.9, 4.4.10, 4.4.11, 4.4.12, 4.4.13, 4.4.14, 4.4.15, 4.4.16, 4.4.17, 4.4.18, 4.4.19, 4.5, 4.6, 4.7, 4.8, 4.9, 4.10, 4.12, 4.13, 4.14.3, 4.14.4, 4.14.5, 4.15, 4.16, 4.17, 4.18, 4.20, 4.21, 4.22, 4.23, 4.24, 4.25, 4.26, 4.27, 4.28, 4.29, 4.31, 4.33, 4.34, 4.35, 4.36, 4.37, 4.38, 4.39, 4.40, 4.41, 4.42, 4.43, 4.44, 4.50, 4.51, 5.4, 5.6, 5.9.1, 5.10, 5.11, 5.13, 5.14, 6.3, 6.6, 6.8, 6.9, 7.2, 7.8, 7.10, 7.13, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 7.20, 7.21, 8.1.1.1, 8.14, 8.19, 8.2.6, 8.2.8, 8.5, 8.6, 9.6, 9.7, 9.8, 9.10, 9.11, 9.12, 9.13, 10.1, 13, 16, 18, 19

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

ANA

Agência Nacional de Águas

Quadro 1 – Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Meio Ambiente - MMA		Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia Especial – Administração Indireta		CNPJ: 04.204.444/0001-08
Principal atividade: Regulação das atividades econômicas)		Código CNAE: 8413-2
Código SIORG: 46876	Código LOA: 44205	Código SIAFI: 44205
Contatos		
Telefones/fax: 61 2109-5400 / 61 2109-5252		
Endereço postal: Setor Policial – SPO, Área 5 Quadra 3, Blocos B, L e M, 70.610-200, Brasília - DF		
Endereço eletrônico: saf@ana.gov.br		
Página na internet: http://www.ana.gov.br		
Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
443001	Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	
443004	Superintendência de Implantação de Programas e Projetos – SIP/ANA	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
44205	Agência Nacional de Águas	

Quadro 2 – Identificação dos administradores

Identificação dos administradores				
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão	
Diretor Presidente	Vicente Andreu Guillo	990.937.408-06	2014/2017	
Diretor da Área de Hidrologia	Ney Maranhão	027.889.007-59	2015/2018	
Diretor da Área de Gestão	Paulo Lopes Varella Neto	136.777.214-15	2013/2016	
Diretora da Área de Planejamento	Gisela Damm Forattini	450.261.147-68	2014/2017	
Diretor da Área de Regulação	João Gilberto Lotufo Conejo	610.794.488-53	2014/2017	

2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão	Visão de futuro	Valores
--------	-----------------	---------

Implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações

Ser reconhecida pela sociedade como a referência na gestão e na regulação dos recursos hídricos e na promoção do uso sustentável da água

- Compromisso
- Transparência
- Excelência Técnica
- Proatividade
- Espírito público

Quadro 3 – Normas relacionadas à UJ

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Constituição Federal, art. 21, XIX	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
Lei 9.984, de 17/07/2000	www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9984.htm
Lei 9.433, de 8/01/1997	www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm
Lei 12.058, de 13/10/2009	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12058.htm
Lei 12.334, de 20/09/2010	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm
Decreto 3.692, de 19/12/2000	www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3692.htm
Lei 10.768, de 19/11/2003	www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.768.htm
Lei 10.871, de 20/05/2004	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.871.htm
Lei 10.881, de 9/07/2004	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.881.htm
Decreto 7.402, de 22/12/2010	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7402.htm
Regimento interno	http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2014/2020-2014.pdf
Outros documentos	Endereço para acesso
Organograma	http://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/Organograma_INTERNET.pdf

2.3- Ambiente de atuação

2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O cumprimento do conjunto de atribuições e papéis da ANA na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e na coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH constitui tarefa complexa, envolve interações e atividades de diferentes naturezas. Para fazer frente a isso, a opção institucional foi organizar a atuação da Agência em três dimensões ou vertentes:

- **VERTENTE DE REGULAÇÃO:** regulação do uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União, dos serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta, das condições de operação de reservatórios e segurança de barragens, bem como a fiscalização do cumprimento das respectivas regras de uso e concessão de serviços.
- **VERTENTE DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS:** implementação da PNRH e de seus instrumentos, e apoio e fortalecimento do SINGREH;
- **VERTENTE DE INDUÇÃO:** ações de fomento a programas e projetos indutores que visam a estimular o uso racional da água e o aumento da disponibilidade hídrica.

Na vertente da Regulação, o ambiente se apresenta com aumento do número de regiões em situação de escassez hídrica (situação na qual a demanda por recursos hídricos é maior que a disponibilidade), infraestrutura hídrica insuficiente ou deficiente em determinadas regiões, exposição crescente a riscos climáticos (seja em decorrência da variabilidade natural ou de mudanças climáticas), crescimento das demandas por água, assimetria entre as capacidades dos entes do SINGREH, um arranjo de governança das águas complexo, especialmente no que se refere ao duplo domínio das águas (compartilhada entre União e Estados) e a necessidade de ampliação das capacidades de fiscalização.

O ambiente da vertente de Gestão, além da assimetria entre as capacidades dos entes do SINGREH e o arranjo complexo de governança das águas, apresenta forte necessidade de articulação vertical (entre os níveis da federação) e horizontal (entre os setores usuários de recursos hídricos: agricultura, indústria, saneamento, energia, navegação, entre outros), para implementar os instrumentos da PNRH, ampliar as capacidades dos entes do SINGREH e aperfeiçoar a representação da sociedade nesses entes, além de integrar dados, informações e sistemas de monitoramento hidrológicos.

Na vertente de indução, o ambiente apresenta necessidade de regulamentação do instrumento Pagamento por Serviços Ambientais - PSA (ainda não há lei vigente que regulamente esse instrumento previsto no Código Florestal), necessidade de recursos humanos e financeiros para dar capilaridade ou atuar especificamente em áreas especiais para a gestão de recursos hídricos e dificuldades operacionais para o estabelecimento de parcerias entre entidades governamentais que propiciem o desenvolvimento dos projetos em âmbito municipal (como exemplo é possível citar a reduzida assistência técnica para acompanhamento dos projetos).

2.3.2- Ambiente de negócios por Regiões Hidrográficas

Na caracterização do ambiente de negócios por regiões hidrográficas, foram consideradas as informações dos relatórios de Conjuntura de Recursos Hídricos e os riscos indicados pela

Portaria ANA nº 62/2013, que declara trechos de Especial Interesse para a Gestão de Recursos Hídricos, segundo o balanço hídrico quali-quantitativo e a base de dados do Atlas de Vulnerabilidade à Inundação.

Quadro 4 – Caracterização das Regiões Hidrográficas

Região Hidrográfica Amazônica

Descrição geral

Região hidrográfica divide-se em 29 unidades hidrográficas, e se estende por sete Estados (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso), abrangendo 313 Municípios, dos quais somente 24 possuem mais de 50.000 habitantes, e cuja população aproximada é de 9,7 milhões de habitantes. Essa região é caracterizada por extensa rede hidrográfica e grande disponibilidade hídrica, incidência de chuvas 25% superior à média nacional, vazão de retirada correspondente a apenas 3% da retirada nacional e volume máximo de reservação menor que a média per capita nacional. Região de grande importância no cenário hidroenergético brasileiro, em médio e longo prazos. Os usos preponderantes na região são a geração de energia elétrica e navegação, em maior grau, e a dessedentação animal e a irrigação, num grau menor. Em relação a eventos extremos da última década, em 30% dos Municípios foram decretados eventos de seca, e em 61%, eventos de cheias.

Adversidades

Aproveitamentos hidrelétricos instalados e os previstos no Plano Decenal de Energia Elétrica na região do Rio Tapajós; conversão das áreas nativas para a implantação de atividades agropecuárias, especialmente nas bacias dos Rios Xingu, Tapajós e Madeira; irrigação nos Municípios do Alto Tapajós e Alto Xingu; alguns igarapés e cursos d'água de menor vazão próximos a regiões urbanas podem apresentar qualidade de água ruim.

Riscos

Caso o processo de planejamento do setor elétrico para a instalação dos aproveitamentos hidrelétricos não considere a garantia dos usos múltiplos das águas e não se construam eclusas para regularização dos níveis d'água, a navegação fluvial pode ser prejudicada e comprometer o desenvolvimento regional;

Área de Especial Interesse para a gestão segundo o balanço hídrico quali-quantitativo: Bacia Tacutu – trecho entre as fozes do igarapé Uanamara (afluente da margem direita) e do rio Pirara (afluente da margem esquerda) no rio Maú;

Há 447 cursos d'água ou trechos de rio com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Inicialmente, foi editada a Resolução ANA nº 463, de 3 de setembro de 2012, que estabelece as exigências dos projetos das eclusas a serem examinadas juntamente com a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH para o empreendimento hidroenergético. Posteriormente, foi editada a Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em escala menor, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Houve o aperfeiçoamento do processo de trabalho das concessões de DRDH's, que passou a exigir que os projetos de construção das eclusas fossem examinados conjuntamente com a disponibilidade hídrica. Posteriormente, a lei definiu a quem compete a construção e operação das eclusas, permitindo à Agência determinar, também, a condicionante de construção da obra ao setor elétrico ou ao setor de transporte;

Em relação à Área de Especial Interesse para a Gestão, o estudo será concluído no primeiro semestre de 2016 e permitirá uma identificação mais representativa dos usos (estimativa de demandas) e integração com o cadastro de usuários, além de consolidar e refinar os estudos hidrológicos, calibrar os parâmetros de qualidade da água e o refinamento da modelagem, refinar a base hidrográfica (escala) e aperfeiçoar o sistema de balanço hídrico.

Região Hidrográfica Atlântico Leste

Descrição geral

Região hidrográfica divide-se em 8 unidades hidrográficas, e se estende por quatro Estados (Bahia (69%), Minas Gerais (26%), Sergipe (4%) e Espírito Santo (1%)), abrangendo 491 Municípios, cuja população aproximada é de 15,1 milhões de habitantes. Grande parte da RH está situada na região do semiárido nordestino, caracterizada por apresentar períodos críticos de prolongadas estiagens, resultado de baixa pluviosidade e alta evapotranspiração. A média de chuvas é menor que a média nacional. A vazão de retirada corresponde a 5% da retirada nacional e tem volume máximo de reservação bem menor que a média per capita nacional ($945/\text{m}^3$ - $3.607/\text{m}^3$). Os usos preponderantes na região são a irrigação (47%), abastecimento urbano (31%), indústria (10%) e dessedentação animal (8%). Já no que se refere ao balanço hídrico quali-quantitativo, aproximadamente 51% da extensão de seus principais rios encontram-se em situação satisfatória em termos de quantidade e qualidade para usos futuros (consumo para os diversos fins ou diluição de efluentes). A outra metade desses recursos, entretanto, apresenta situação de criticidade quantitativa (32%), qualitativa (3%) ou quali-quantitativa (14%), o que demanda ações de gestão para reverter esse quadro. Em relação a eventos extremos, em 58% dos Municípios, houve reconhecidas situação de emergência ou estado de calamidade pública, em decorrência de seca, e, em 4%, em razão de chuvas intensas.

Adversidades

A maior parte de seus rios está situada em região semiárida. Há baixa disponibilidade hídrica e grande quantidade de rios intermitentes. Boa parte da infraestrutura de abastecimento urbano de água na RH precisa ser ampliada ou melhorada, para atendimento satisfatório, até o ano de 2025. Dos Municípios da RH Atlântico Leste, 10% requerem ampliação do sistema de abastecimento atualmente existente, e 63% requerem novo manancial para complementar o abastecimento de água.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias do Córrego da Cruz e seus afluentes, Jequitinhonha e São Mateus;
Há 104 cursos d'água ou trechos de rio com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

As adversidades são de origem natural (região semiárida e exposição aos riscos climáticos). Em relação à expansão da rede de abastecimento urbano de água e à necessidade de aprimoramento na infraestrutura de saneamento (rede de esgoto, drenagem pluvial, estações de tratamento de esgoto, procedimentos adequados de coleta e destinação dos resíduos sólidos), foram projetados no estudo Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2010) – e constam do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB e ainda serão complementados no estudo Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: tratamento de esgotos urbanos que se encontra em desenvolvimento e será concluído no exercício de 2016.

Nos conflitos de uso instalados, foram realizadas negociações para Alocação Negociada de Água em açudes e sistemas hídricos, que foram registradas em Termos de Alocação.

Foram realizadas campanhas de fiscalização do rio São Mateus (ES/MG).

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em escala menor, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens

Mudanças ocorridas

Com os estudos desenvolvidos pela ANA e pelo PLANSAB, há mais elementos para auxiliar no processo decisório de investimentos, bem assim na seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria das condições das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental**Descrição geral**

Região hidrográfica divide-se em 5 unidades hidrográficas, e se estende por todo o Estado do Maranhão e parte do Pará, abrangendo 235 Municípios, cuja população aproximada é de 6,2 milhões de habitantes. A média de chuvas é pouco menor que a média nacional e a vazão de retirada corresponde a 1% da retirada nacional.

A RH se caracteriza pelo uso urbano da água, preponderante em relação aos demais usos (48%), no qual se destaca a RM de São Luís como uma das principais responsáveis por essa demanda. Apesar de pequena (7%), a demanda do setor industrial tem importância na RH em função da existência do Distrito Industrial de São

Luís e dos projetos minero-metalúrgicos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - e da Alumínio do Maranhão - Alumar. A RH apresenta uma situação confortável quanto ao balanço hídrico quali-quantitativo, com 84% da extensão de seus rios em situação satisfatória.

Adversidades

Em grande parte das bacias costeiras da RH, observa-se o uso e manejo inadequado dos solos, principalmente em função de práticas agrícolas impactantes, que colaboram para a poluição dos recursos hídricos e acarretam processos erosivos, salinização e, em alguns casos, formação de áreas desertificadas. Na região metropolitana de São Luís e em alguns núcleos urbanos ribeirinhos, a contaminação das águas pelo lançamento de esgotos sem tratamento causa prejuízos e restringe a utilização para outros usos.

Riscos

Não foi identificado trecho de rio com balanço hídrico crítico nessa região que justificasse sua inserção nas Áreas de Especial Interesse para Gestão;

Há 48 cursos d'água ou trechos de rio com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens, para definição de Áreas de Especial Interesse para a Gestão.

Mudanças ocorridas

Não é possível afirmar que houve mudanças na RH

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental

Descrição geral

Região hidrográfica divide-se em 13 unidades hidrográficas, e se estende por seis Estados (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), abrangendo 874 Municípios, cuja população aproximada é de 24,1 milhões de habitantes. Essa RH conta com 15 cidades com mais de 200.000 habitantes, e concentra-se, em sua quase totalidade, na região do semiárido nordestino, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação. A média de chuvas é menor que a média nacional e a disponibilidade hídrica superficial corresponde a 0,01% da disponibilidade superficial do país. A vazão de retirada corresponde a 11% da média nacional e tem volume máximo de reserva três vezes menor que a média per capita nacional ($1080/m^3$ - $3.607/m^3$). Essa região tem o açude como principal solução para lidar com a seca. Em relação a eventos extremos, entre 2003 e 2013, cerca de 47% dos municípios da RH registraram SE ou ECP mais de 10 vezes devido a eventos de seca ou estiagens. Em 60 municípios, esses registros foram mais recorrentes (superior a 20 vezes), sendo que em Campos Sales, Caridade, Irauçuba, Pedra Branca, Penaforte e Tauá (todos no Ceará), foram reconhecidos mais de 25 eventos de seca ou estiagem durante esse período. Para mitigar os efeitos da seca, vem sendo realizada a transposição do rio São Francisco, além da construção de adutoras.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; localizada na região semiárida, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões; densidade demográfica quatro vezes maior que média brasileira.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias Papoca, Jacuípe, Traçunhaem.

A escassez hídrica combinada com a perenidade dos rios e a sazonalidade da estação chuvosa e do período de seca intensificam os potenciais conflitos na região. São focos de conflitos atualmente: Rio Piranhas-Açu, Complexo Estuarino-Lagunas Mundaú-Manguaba (CELMM) em Alagoas.

Há 235 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação;

Estratégia de enfrentamento

A ANA estruturou processo de trabalho e procedimentos para Alocação Negociada de Água. Para garantir a duração dos estoques e otimizar o uso da água durante a seca, a Agência adotou medidas de restrição ao uso da água e regras operativas em diversos reservatórios e sistemas hídricos do semiárido, sobretudo nos maiores, como, por exemplo, no Sistema Hídrico Curema-Açu (PB e RN), nos açudes Epitácio Pessoa (PB) e Armando Ribeiro Gonçalves (RN). Tais medidas resultam de processos de alocação negociada de água, sendo pactuadas com órgãos gestores dos Estados envolvidos, usuários de recursos hídricos, representantes dos

comitês de bacia hidrográfica das regiões e demais interessados, sempre com o objetivo principal de garantir o abastecimento público e a dessedentação animal.

Foram realizadas campanhas de fiscalização no rio Piranhas-Açu (PB).

Na Área de Especial Interesse para a Gestão está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Apesar da restrição de uso para a irrigação, o abastecimento urbano tem sido preservado.

O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios, disponível no site da ANA, permite o acompanhamento, pela sociedade, dos níveis e auxilia na transparência do processo decisório da Agência.

Região Hidrográfica Atlântico Sudeste

Descrição geral

Região hidrográfica divide-se em 6 unidades hidrográficas e se estende por cinco Estados (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), abrangendo 595 municípios, cuja população aproximada é de 28,2 milhões de habitantes. Essa região tem alta densidade demográfica, chegando a 131,6 hab./km², seis vezes maior que a média brasileira (22,4 hab./km²). Apresenta alta diversidade de atividades econômicas e significativo parque industrial, constituindo uma das mais desenvolvidas regiões do país. Em relação à referência nacional, a média de chuvas é menor que a média nacional e a disponibilidade hídrica, um pouco maior. A vazão de retirada corresponde a 9% da retirada nacional e o volume máximo de reservação é dez vezes menor que a média per capita nacional (372/m³ - 3.607/m³). Em relação a eventos extremos, as cheias são os eventos mais comuns, especialmente nas bacias do Rio Doce e no Rio Paraíba do Sul. Os usos preponderantes na região são o abastecimento urbano (49%), a irrigação (27%), a indústria (20%) e o abastecimento rural (3%).

Adversidades

Grande concentração populacional que aumenta a demanda por abastecimento urbano e industrial; baixos índices de tratamento de esgotos provenientes de áreas densamente povoadas, o que inclui mananciais importantes; poluição industrial em razão do elevado número de indústrias, tanto de grande como de pequeno porte, distribuídas por toda RH; perda de cobertura vegetal, sobretudo nos principais mananciais da bacia, o que aumenta sua vulnerabilidade em relação à poluição difusa e à eutrofização; maiores chances de acidentes ambientais, em virtude do intenso fluxo de insumos com potencial poluidor nas principais rodovias da RH. Houve um grave acidente ambiental na barragem de Fundão em Mariana/MG, para o qual ainda não há dimensão dos danos na bacia Hidrográfica do Doce.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias do Ribeira do Iguape, Itabapoana, Doce e Paraíba do Sul; Há 447 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação; Acidente na barragem de Fundão em Mariana/MG.

Estratégia de enfrentamento

A Agência procurou atuar em conjunto com os demais entes envolvidos, em âmbito estadual e de bacia hidrográfica; busca preservar, por meio de normatização (Resoluções), os estoques disponíveis de água no reservatório equivalente da bacia do Paraíba do Sul; de forma negociada com os atores envolvidos, aprovou a viabilidade hidrológica da interligação de reservatório de Jaguari, localizado na bacia do Paraíba do Sul, com o reservatório Atibainha, que integra o Sistema Cantareira, localizado na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e, ainda, intermediou junto com o Supremo Tribunal Federal o conflito federativo entre São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, reduzindo a vazão de transposição; vem negociando com o DAEE/SP restrições para captação da água no Sistema Cantareira pela SABESP/SP para abastecimento urbano na região metropolitana de SP; no caso do rompimento da barragem em Mariana-MG, esteve no local do acidente, atuou em conjunto com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH/Doce (instância de participação da sociedade com poder deliberativo) e o Instituto BIOATLANTICA, entidade delegatária das funções de Agência de Bacia, e realiza monitoramento especial da qualidade das águas do Rio Doce, além de ter realizado campanhas de fiscalização e aportado recursos para realizar estudos que viabilizem detalhamento de soluções alternativas e que confirmem maior segurança hídrica aos sistemas de produção de água dos núcleos urbanos à elaboração de estudos modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem, dentre outros.

Mudanças ocorridas

A partir das restrições impostas pela ANA/DAEE-SP, o abastecimento urbano tem sido preservado; há perspectiva de ampliação da segurança hídrica por meio da interligação de reservatórios citados; dirimiu, por meio de negociação, o conflito federativo entre São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais em razão dessa transposição.

O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios, disponível no site da ANA, permite o acompanhamento dos níveis pela sociedade e auxilia na transparência do processo decisório da Agência.

Os boletins emitidos diariamente, e disponibilizados na internet, permitem à sociedade acompanhar a situação das condições das águas do rio Doce.

Região Hidrográfica Atlântico Sul**Descrição geral**

Região hidrográfica divide-se em 3 unidades hidrográficas e se estende por quatro Estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), abrangendo 464 municípios, cuja população aproximada é de 13 milhões de habitantes. A Região Hidrográfica do Atlântico Sul tem grande importância para o país, em razão do expressivo contingente populacional, e pelo desenvolvimento econômico, além de sua importância turística. A densidade demográfica alcança 70 hab./km², mais de 3 vezes superior à média brasileira (22 hab./km²). A média de chuvas é próxima à nacional; a disponibilidade hídrica superficial corresponde a 0,07% da média nacional e a vazão de retirada corresponde a 12% da retirada nacional. O volume máximo de reservação é três vezes maior que a média per capita nacional (11304/m³ - 3.607/m³). Os usos preponderantes são a irrigação (66%) e a indústria (19%). Em relação a eventos extremos, os mais comuns são as cheias. Nos últimos anos, houve redução da quantidade de municípios que decretaram emergência em razão de secas ou estiagens. As características da região, com chuvas distribuídas ao longo do ano dificultam o estabelecimento de previsão de longo prazo para tais ocorrências.

Adversidades

Elevada concentração populacional em Porto Alegre, além do lançamento de efluentes nas regiões de Joinville/SC, Região Metropolitana de Florianópolis/SC, Pelotas/RS e Porto Alegre/RS e nos vales de Gravataí, Sinos e Caí comprometem significativamente os mananciais superficiais; a densidade demográfica é superior a três vezes a média brasileira; excessiva degradação dos mananciais em decorrência do lançamento de esgotos domésticos *in natura*; alta frequência de cheias nos municípios de SC e elevada demanda para irrigação na Lagoa dos Patos, na lagoa Mirim e no Rio Guaíba;

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias Mampituba e Mirim/São Gonçalo.
Há 447 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Não é possível afirmar que houve mudanças na RH

Região Hidrográfica Paraguai**Descrição geral**

Região hidrográfica divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por dois Estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), abrangendo 94 municípios, cuja população aproximada é de 2,16 milhões de habitantes. Essa RH tem baixa densidade demográfica, três vezes inferior à média nacional. A média de chuvas também é menor que a média nacional, e a disponibilidade hídrica superficial corresponde a menos de 1% da disponibilidade hídrica nacional. A vazão de retirada corresponde a 1% da retirada nacional e o volume máximo de reservação é um pouco abaixo da média per capita nacional (3449/m³ - 3.607/m³). A agropecuária é a principal atividade econômica. No pantanal, a pecuária extensiva foi a grande responsável por sua ocupação e ainda é a base da economia da região. O potencial hidrelétrico aproveitado da RH Paraguai é de aprox. 1,4 GW, o que corresponde a 1,3% do total instalado no país. Estão em operação 7 UHEs e 25 PCHs, e há vários aproveitamentos hidrelétricos planejados para instalação. A RH já possui mais da metade de seu potencial hidrelétrico aproveitado (usinas em operação), restando aprox. 925 MW de potencial inventariado para aproveitamentos futuros. Os eventos extremos mais comuns são as cheias.

Adversidades

Susceptibilidade natural à erosão; aumento da deposição de sedimentos na planície pantaneira e o consequente assoreamento dos rios; obras de melhorias na hidrovia do Paraguai tem gerado debates sobre os impactos ambientais.

O fato de que muitas PCHs vem sendo planejadas para serem instaladas em um mesmo curso d'água ("em cascata") pode agravar os impactos ambientais e gerar potenciais conflitos pelo uso da água nessas bacias hidrográficas.

Embora haja problemas de poluição hídrica ocasionadas pelo lançamento de agrotóxicos e fertilizantes em algumas culturas agrícolas, o lançamento de esgotos ainda é o principal problema de poluição hídrica.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Bacias Correntes e Manso.

Há 175 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Na Área de Especial Interesse para a Gestão está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Detalhamento de informações para auxiliar no processo decisório.

Região Hidrográfica Paraná**Descrição geral**

Região hidrográfica divide-se em 11 unidades hidrográficas e se estende por sete Estados (São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Distrito Federal), abrangendo 1507 municípios, cuja população aproximada é de 61,3 milhões de habitantes. É a RH mais populosa e tem densidade demográfica três vezes superior à média nacional. A média de chuvas é menor que a nacional, e a disponibilidade hídrica superficial corresponde a 6,5% da disponibilidade hídrica nacional. A vazão de retirada corresponde a 31% da média nacional e o volume máximo de reservação é maior que a média per capita nacional ($4047/m^3$ - $3.607/m^3$). Os usos preponderantes são irrigação, industrial e urbano, chegando a totalizar 94% de sua demanda total. A demanda estimada de água para irrigação é de $311,4 m^3/s$, o que corresponde a 42% do total da demanda da região. Logo em seguida, vem a demanda industrial, com $202 m^3/s$ (28%), seguida pela demanda urbana, com $177,2 m^3/s$ (24%). A demanda animal é de $40 m^3/s$ (5%) e a rural, de $5,5 m^3/s$ (1%).

Adversidades

Problemas de qualidade da água devido ao lançamento de esgotos na região metropolitana de Goiânia, os mananciais têm sofrido intenso processo de ocupação, elevada demanda de água para a irrigação, potencial conflito entre a geração de energia e a irrigação e entre a geração de energia e a navegação. Há vulnerabilidade a cheias e inundações na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões vertentes do rio Grande.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Itacaré, Mogi-guaçu, Paranaíba, Paranapanema, Pardo, Piracicaba, rios federais no DF, São Marcos, Sapucaí.

Há 233 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

A ANA tem negociado com atores locais e interessados para estabelecer Marcos Regulatórios ou Alocações Negociada de Água. Foram realizadas, ainda, campanhas de fiscalização no rio Grande (MG), Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG); rio Pardo (MG), São Marcos (MG/GO), Pipiripau (DF).

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Região Hidrográfica Parnaíba**Descrição geral**

Região hidrográfica divide-se em 3 unidades hidrográficas e se estende por três Estados (Ceará, Piauí e Maranhão), abrangendo 293 Municípios, cuja população aproximada é de 4,15 milhões de habitantes. Essa

RH tem baixa densidade demográfica (12,5 hab./km²), inferior à média brasileira, que é de 22,4 hab./km². A RH caracteriza-se pela intermitência das chuvas e tem média de precipitação muito abaixo da média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a menos de 0,5% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 2% da retirada nacional. O volume máximo de reservação corresponde à metade da reservação per capita nacional (1795/m³ - 3.607/m³). Há distribuição desigual dos recursos hídricos superficiais da bacia, pois a maioria dos afluentes da margem direita do Parnaíba, na região do Médio Parnaíba, tem caráter temporário, especialmente os rios Canindé e Piauí, Poti e cabeceiras do rio Gurguéia (Serra de Bom Jesus do Gurguéia), que drenam grandes áreas localizadas no semiárido. O principal uso da água na região é a irrigação, responsável por 73% da demanda hídrica, seguida pelo uso urbano, com 16%. A demanda para irrigação concentra-se na região de Tianguá, Ubajara e Coelho Neto, Municípios que apresentam as maiores áreas irrigadas da região. A criticidade qualitativa na região de Teresina decorre da degradação da qualidade da água, em função do lançamento de efluentes domésticos e práticas inadequadas de disposição de lixo urbano. Situações de escassez de água são frequentes na região durante o prolongado período seco, característico do semiárido brasileiro.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; RH localizada na região semiárida, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões. Há grande incidência de evento crítico seca.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Bacias Longa e Poti.

Há 62 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

A ANA definiu Marco Regulatório, expresso por meio de resolução conjunta entre a ANA e as secretarias dos Estados do Ceará e Piauí, que estabeleceu critérios para implantação de novos açudes nas bacias dos rios Poti e Longá, além de definir a partição da disponibilidade hídrica proporcionada pelos açudes entre os Estados, notadamente nas regiões de fronteira entre eles. No Marco Regulatório, foi prevista, em especial, a compatibilização de novos projetos com a infraestrutura atual, de modo a garantir atendimento adequado aos usos de recursos hídricos atuais e futuros previstos para a bacia, além da sustentabilidade hídrica dos reservatórios, que devem estar/ser dimensionados de forma compatível às disponibilidades hídricas da bacia; Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Região Hidrográfica São Francisco

Descrição geral

Região hidrográfica divide-se em 4 unidades hidrográficas e se estende por sete unidades da Federação (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal), abrangendo 503 Municípios, cuja população aproximada é de 14,3 milhões de habitantes. Essa RH tem densidade demográfica igual à média nacional. Caracteriza-se pela intermitência das chuvas e tem média de precipitação muito abaixo da média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a 2,7% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 9,8% da retirada nacional. O volume máximo de reservação é maior que a média per capita nacional (5.183/m³ - 3.607/m³). A região do São Francisco caracteriza-se pelo predomínio claro das vazões de retirada para irrigação (213,7 m³/s) em relação aos demais usos, representando 77% do total de demandas da Região. Em seguida, vem a demanda urbana, com 31,3 m³/s (11%), concentrada principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e a demanda industrial, com 19,8 m³/s (7%). A demanda animal da região é de 10,2 m³/s (4%) e a rural, de 3,7 m³/s (1%). Situações de escassez de água são frequentes na região durante o prolongado período seco, característico do semiárido brasileiro. Em 2013, 276 Municípios (61% do total da RH) decretaram situação de emergência por motivo de seca. Entre 2003 e 2013, 206 Municípios apresentaram mais de 10 eventos de seca e alguns Municípios, como por exemplo, Belém do São Francisco, Santa Cruz e Afrânio, vêm sendo repetidamente afetados pela seca, apresentando mais de 20 eventos de situação de emergência ou estado de calamidade pública. O aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco representa a base de suprimento de energia do Nordeste.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; 58% dessa RH está localizada na região semiárida que é caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões; alta demanda de irrigação; há grande incidência de evento crítico seca.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Preto, Urucua e Verde Grande.
Há 141 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Os conflitos na região foram potencializados pela situação de seca enfrentada pela região desde 2012. As definições de regras de operação para os reservatórios Sobradinho, Xingo e Três Marias têm sido a principal estratégia para garantir os usos prioritários. Essas regras são definidas em articulação com o ONS, em reservatórios de hidrelétricas, e revisadas periodicamente, por meio da edição de novas resoluções, com fixação dos novos valores das vazões mínimas. Foi estabelecido ainda, o Grupo de Acompanhamento do São Francisco, com diversos representantes de instituições, como a ANA, o ONS, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), prefeitos, irrigantes, dentre outros.

Nos conflitos de uso, foram realizadas negociações para Alocação Negociada de Água em açudes e sistemas hídricos, registradas em Termos de Alocação.

Especificamente na bacia do Verde Grande, foram estabelecidas regras de restrição de uso e têm sido realizadas campanhas de fiscalização para aferir seu cumprimento.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

A despeito da criticidade da seca, as intervenções de restrição de usos e as campanhas de fiscalização têm mantido o abastecimento urbano de água.

Região Hidrográfica Tocantins Araguaia**Descrição geral**

Região hidrográfica divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por seis unidades da Federação (Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4 %), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%)), abrangendo 409 Municípios, cuja população aproximada é de 8,6 milhões de habitantes. Essa RH tem densidade demográfica 2,5 vezes inferior à média nacional. É importante no contexto nacional, pois se caracteriza pela expansão da fronteira agrícola, principalmente no que se refere ao cultivo de grãos e potencial hidroenergético. A incidência de chuvas é bem menor que a média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a 6% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 1% da retirada nacional. O volume máximo de reservação é bem maior que a reservação per capita nacional ($13.508/m^3$ - $3.607/m^3$). Há um significativo crescimento de demanda de água para irrigação que já é o uso preponderante

Adversidades

Baixo índice de saneamento.

A bacia do rio do Sono e o trecho médio do rio Araguaia são áreas sensíveis, do ponto de vista hídrico e ambiental.

A navegação no rio Tocantins é impossibilitada pela ausência de eclusas nos barramentos existentes (UHEs de Tucuruí, Lajeado e Estreito).

A operação dos reservatórios a partir da UHE de Peixe-Angical influencia o turismo nas praias do rio Tocantins. Ocorrência de processos erosivos, devido ao desmatamento, que estão concentrados na Unidade Hidrográfica Alto Tocantins e, em especial, no Alto Araguaia. O estabelecimento de novos usuários nas UHs Alto Médio Araguaia, Médio Araguaia, Alto Tocantins e Itacaiúnas deverá pressionar ainda mais os corpos d'água da região. A expansão da irrigação no Médio Araguaia é particularmente importante nesse aspecto. A navegação no rio Tocantins é impossibilitada pela ausência de eclusas nos barramentos existentes (UHEs de Tucuruí, Lajeado e Estreito).

A operação dos reservatórios a partir da UHE de Peixe-Angical influencia na garantia do turismo nas praias do rio Tocantins.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Itacaiúnas, Javaés, Paranã.

Há 235 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

No rio Javaés (TO), foi estabelecido Marco Regulatório e realizadas campanhas de fiscalização; no rio Paranã, há marco regulatório.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Região Hidrográfica Uruguai

Descrição geral

Região hidrográfica divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por dois Estados (Rio Grande do Sul (74%) e Santa Catarina (26), abrangendo 405 municípios, cuja população aproximada é de 6,2 milhões de habitantes. Essa RH tem densidade demográfica similar à média nacional. É importante no contexto nacional, em função das atividades agroindustriais desenvolvidas na RH e do seu potencial hidrelétrico. A incidência de chuvas é distribuída ao longo do ano, mas tem média anual inferior à média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a 0,6% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 7% da retirada nacional. O volume máximo de reservação é um pouco inferior à média per capita nacional (3.388/m³ - 3.607/m³). Há significativo crescimento da demanda de água para irrigação, que já é o uso preponderante. O maior uso consuntivo é para a irrigação (ano-base 2012), representando 82% da demanda total dessa RH, seguida pelo uso para abastecimento público e pelo uso industrial, que representam 6% cada (ano-base 2010).

Adversidades

Alta concentração de aproveitamentos hidrelétricos no trecho médio/alto Uruguai; alta demanda para irrigação no trecho médio/baixo Uruguai; alta demanda para abastecimento e baixos índices de saneamento.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Negro e Quaraí.

Há 188 cursos d'água ou trechos de rios com alta vulnerabilidade à inundação.

Estratégia de enfrentamento

Marco Regulatório estabelecido no Rio Quaraí.

Na Área de Especial Interesse para a Gestão, está sendo realizado estudo mais aprofundado, em menor escala, com refinamento de dados e detalhamento de modelagens.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos (Resultado Esperado de Negócio)

No ano de 2010, ao observar que os objetivos estratégicos correspondiam aos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, dos quais ANA não poderia se distanciar, a Diretoria Colegiada fez a opção de inserir nível tático em sua estratégia a fim de buscar maior efetividade em suas ações. A Agência estabeleceu, como meio para melhorar seu desempenho, a definição de Resultados Esperados, que correspondem às mudanças que se esperava obter entre os cenários de 2010 e o de 2015.

3.1.1- RESULTADOS ESPERADOS

EVENTOS CRÍTICOS PREVENIDOS E SEUS IMPACTOS MINIMIZADOS.

Em 2010, o cenário para a gestão de recursos hídricos apresentava maior ocorrência de eventos extremos climáticos (Santa Catarina, Região Serrana e Centro Sul do Rio de Janeiro e Regiões Norte e Nordeste). Os desafios que se apresentavam à ANA, em sua esfera de competência, naquele momento eram: mapear as situações de vulnerabilidade das bacias brasileiras e cheias e inundações, além de incrementar o monitoramento permanente das bacias, principalmente em situações de secas e cheias; definir e acompanhar regras de operação de reservatórios, por agentes públicos e privados, para garantir os usos múltiplos das águas.

Responsáveis: Superintendência de Operações e Eventos Críticos e Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica (Joaquim Guedes Gondim Correa Filho e Valdemar Santos Guimarães)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

As principais entregas no exercício de 2015 foram: implantação das 2 últimas salas de situação (DF e ES); visitas de diagnóstico a 11 salas estaduais (RN, TO, PI, SC, SE, PA, AP, PB, CE, MA, AM); aquisição de novos equipamentos de videoconferência, para atendimento a todas as salas estaduais; visita de diagnóstico ao Uruguai, para implantação de uma sala de situação na sede do DINAGUA, com aquisição, no final do ano, de todos os equipamentos para sua estruturação (Cooperação Técnica ANA/ DINAGUA – Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas Transfronteiriças da Lagoa Mirim e Quaraí); atualização e migração de escala, de milionésimo para uma de melhor detalhe, dos dados do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações para as Bacias Hidrográficas dos Rios Doce, Paraíba do Sul e PCJ; continuidade das ações de intercâmbio e formação profissional, no âmbito do contrato com *United States Army Corps of Engineers – USACE* (7 cursos de capacitação nas áreas de gestão de reservatórios, modelagem hidráulica e qualidade da água, bem como 1 Workshop na área de controle de cheias, além de recebimento e avaliação de diversos relatórios técnicos) e, em relação à operação do Sistema Cantareira, emissão dos comunicados conjuntos ANA/DAEE nº 241 ao nº 251 em 2015; emissão de 12 boletins mensais; emissão de 360 boletins diários de monitoramento (acompanhamento sistemático da crise hídrica junto ao governo do Estado de SP).

Em razão da onda de cheia ocasionada pelo rompimento das barragens de rejeitos em Mariana/ MG, ocorrida em 5 de novembro de 2015, o ONS, em conjunto com os agentes de geração de energia, programaram o rebaixamento do nível dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos instalados na calha do rio Doce até os seus níveis mínimos

normais operativos. Essa medida representou uma tentativa de amortecer o pico de vazão gerado pelo rompimento das barragens de rejeitos e também de preservar a segurança dos barramentos das UHEs da calha do rio Doce. Desde então, estão sendo realizadas teleconferências com todos os agentes de geração de energia da bacia do rio Doce, o ONS, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Ministério de Minas e Energia – MME e a ANA, para o acompanhamento da evolução das condições da calha do rio Doce e a retomada da operação da UHEs.

As salas de situação dos estados foram implantadas em 2014 e os principais avanços, em 2015, foram a aferição do funcionamento e operação dessas salas, além da implantação de salas nas duas últimas unidades da federação que ainda não tinham esse apoio, bem assim aquisição de equipamento de videoconferência que irão permitir melhor interligação entre a ANA e as salas, entre essas e os demais integrantes do sistema de Desastres Naturais e entre salas de situação. Outro avanço é o desenvolvimento dos servidores da Agência por meio de *on the job training*, com especialistas americanos para atuar em eventos extremos. Podemos citar, ainda, o refinamento da base de dados do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações em bacias mais susceptíveis a esse tipo de evento.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

Como nos anos anteriores, as entregas (Atlas de Vulnerabilidade a Inundações para todos os estados e municípios brasileiros, implantação das redes de monitoramento e salas de situação estaduais, melhoria dos processos de trabalho de acompanhamento e definição de condições de operação de reservatórios) já haviam contribuído para a alteração daquele cenário alcançado o resultado esperado. Os avanços aferidos em 2015 constituem aperfeiçoamento e consolidação tanto do do monitoramento dos eventos extremos, como da base de dados para identificação de áreas susceptíveis a inundações e da integração de dados e operação com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e com Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN).

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO: EVENTO CRÍTICO PREVENIDO E SEUS IMPACTOS MINIMIZADOS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO				
	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de estados com a classificação de vulnerabilidade dos trechos de rios finalizada, na escala 1:1. 000.000	0	23	27	27	27
Nº salas de situação instaladas nos estados e em instituições parceiras	2	14	24	26	28
Nº de salas de situação operando nos estados e em instituições parceiras	2	9	18	25	27
Nº de visitas realizadas para diagnóstico, acompanhamento e apoio às salas de situação	0	0	0	14	11
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO		

Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Eventos Críticos	Prevenção a eventos hidrológicos críticos	Elaboração do Atlas de Vulnerabilidade; Apoio a instalação das salas de situação estaduais; operação da sala de situação da ANA.
	Regulação	Definição de Regras de operação de reservatórios	Geração de boletins mensais e diários sobre os reservatórios, definição das condições de operação desses visando a garantir os usos múltiplos
Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	Monitoramento Hidrológico	Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	Planejamento, implantação e operação das redes nos estados para o funcionamento adequado das salas de situação

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance do resultado esperado para o exercício de 2015. Registramos, entretanto que tal desempenho orçamentário e financeiro contribuiu, também, para o alcance de outros resultados.

PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	55	110	200	10.605.080	10.065.752	95	2,11
PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Equipamento Adquirido-Modernizado	550	1.306	237	21.000.000	15.673.178	74,6	3,18
PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	

Unidade/Informação Produzida	7.550.000	7.127.573	94	40.500.000	37.417.401	92	1,02

e- Principais desafios para 2016.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado no período de 2016/2019 dizem respeito a: melhorar a articulação com outras entidades e níveis de governo, no âmbito do SINPDEC e do SINGREH, inclusive setores usuários; e desenvolver estudos, sistemas e ferramentas de previsão de eventos hidrológicos críticos, especialmente no âmbito das Salas de Situação estaduais.

As entregas previstas para o exercício de 2016 são garantir a atuação efetiva das Salas de Situação dos Estados, desenvolver planos de contingência e protocolos de ação para eventos críticos, elaborar estudos de gestão de riscos em bacias identificadas como vulneráveis e contratar e desenvolver o projeto Monitor de Secas.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado esperado foi alcançado parcialmente e modificou, para melhor, a realidade da prevenção de eventos críticos. Em relação a chuvas, estão identificadas as áreas vulneráveis a cheias e inundações para todos os municípios brasileiros e realiza-se o monitoramento permanente e em âmbito local dos índices pluviométricos e fluviométricos, o que permite o acionamento tempestivo dos sistemas de alerta a desastres naturais. Em relação à seca, foram desenvolvidos vários estudos que permitiram ter uma base de dados satisfatória para avançar em termos de monitoramento e desenvolvimento de ações preventivas. Esse resultado foi impactado pelo agravamento da escassez hídrica em decorrência da redução das chuvas e dos níveis dos reservatórios.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; manutenção do não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); desenvolvimento de recursos humanos para negociação e mediação de conflitos e formulação de parcerias com os demais entes do sistema e setores usuários, além de outras políticas públicas.

ÁGUA EM QUALIDADE E QUANTIDADE MONITORADA.

O cenário de 2010 apresentava necessidade de que a Agência estivesse estruturada com sistemas e metodologias de monitoramento e avaliação dos recursos hídricos, dispondo de informações qualitativas e quantitativas das águas que permitiriam conhecer seu estado atual e avaliar sua evolução ao longo do tempo, de forma a subsidiar as ações de gestão dos recursos hídricos, e propiciar seus usos múltiplos, de maneira sustentável. Os desafios eram modernizar e aprimorar as tecnologias utilizadas para o monitoramento hidrológico, ampliar a abrangência da Rede Hidrometeorológica Nacional, integrar e padronizar dados e sistemas de informações hidrossedimentológicas e de qualidade da água, e divulgar e promover o acesso amplo a dados e informações hidrometeorológicas.

Responsável: Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional (Valdemar Santos Guimaraes)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

No exercício de 2015, foram modernizadas e estão em funcionamento automático 106 estações. Foi realizado diagnóstico e estabelecida parceria com o *United States Geological Survey – USGS*, visando a capacitação técnica de profissionais envolvidos no planejamento e na operação da Rede Hidrometeorológica; contratado o serviço de instalação de réguas limnimétricas para os açudes do Nordeste e o sistema de transmissão de dados via SMS, além de equipamentos para laboratórios e sondas para o monitoramento da qualidade da água e a construção de dois barcos para a operação da rede na Amazônia. Os principais avanços em relação a 2014 foram a modernização da rede, buscando novas formas e instrumentos para garantir a obtenção de dados hidrometeorológicos, e a parceria com USGS, que pode conduzir a um novo arranjo de planejamento, coordenação e operação da rede hidrometeorológica nacional. Em relação à qualidade das águas, foi celebrado o primeiro contrato com o Estado no âmbito do QUALIÁGUA, que é o programa que visa estruturar a Rede Nacional de Qualidade de Água – RNQA por meio da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil e estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no país, de acordo com as diretrizes estabelecidas na [Resolução ANA nº 903/2013](#), para tornar essas informações comparáveis em nível nacional.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

Ao longo desse ciclo de planejamento, 1096 estações, das quase 4500 sob responsabilidade da ANA, foram modernizadas, contribuindo para melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN, o que significa um avanço de 106 estações em relação a 2014. Ampliou-se o número de equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, o que auxilia no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

A celebração dos contratos no âmbito do QUALIÁGUA começa a testar o arranjo institucional planejado pela ANA em 2014, em parceria com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, para a operação da RNQA.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO : ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE MONITORADA	EVOLUÇÃO NO PERÍODO					
	Antes de 2011	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Estações Automáticas na Rede da ANA em operação	720	886	1189	1407	1513	1579
Nº de estações do Setor Elétrico com dados incorporados ao SNIRH (Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 3)	0	0	0	503	1440	3165
% de estações com dados consistidos e incorporados a base de dados da ANA e disponibilizados na internet	5,6%	9,40%	10,40%	10,80%	11,10%	11,20%

Nº de Estados que celebraram Acordo de Cooperação Técnica visando a implantação da Rede de Monitoramento de Alerta			6	13	27	27	27	27
Nº de Estados que celebraram Acordo de Cooperação Técnica aderindo ao Programa Qualiágua (Programa Nacional de Qualidade das Águas)			0	0	0	0	1	12
Nº de Estados que celebraram Contratos para operar a RNQA no âmbito do programa QUALIÁGUA (Rede Nacional de Qualidade das Águas)			0	0	0	0	0	1
Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	Monitoramento Hidrológico	Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	Planejamento e Modernização da RHN, operação e fiscalização das entidades operadoras em relação a obtenção e consistência de dados, disponibilização de informações no hidroweb, e operação da sala de situação da ANA					
		Gestão da Rede Nacional de Qualidade da Água	Estruturação da RNQA, formulação do QUALIÁGUA e celebração de acordos e contratos com os Estados para a obtenção de dados sobre qualidade de água					

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentam-se os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance do resultado esperado no exercício de 2015. Registramos, entretanto, que tal desempenho orçamentário e financeiro contribuiu, também, para o alcance de outros resultados.

PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Equipamento Adquirido- Modernizado	550	1.306	237	21.000.000	15.673.178	74,6	3,18
PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	

Unidade/Informação Produzida	7.550.000	7.127.573	94	40.500.000	37.417.401	92	1,02
PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais – PNQA							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Percentual de Execução Física/Sistema Implantado	40	441	1103	2.284.533	1.975.881	86,5	12,75

e- Principais desafios para 2016.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado para o período de 2016/2019 dizem respeito a: garantir a qualidade dos dados hidrológicos; obter e disponibilizar dados de quantidade e qualidade de água; avançar na modernização dos equipamentos da RHN; obter e disponibilizar informações sobre reservatórios; definir critérios para a expansão e operação da rede; e avançar no monitoramento diferenciado de trechos identificados como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos (Portaria ANA nº 62, de 26 de março de 2013).

As entregas previstas para o exercício de 2016 são avançar na construção dos dois barcos para a Amazônia; concluir a instalação das réguas nos açudes do Nordeste; contratar a batimetria dos açudes do Nordeste; celebrar contratos com 10 Estados para operação da RNQA; realizar estudo de proficiência laboratorial da RNQA; e realizar o diagnóstico e apresentar proposta de arranjo institucional para operação da RHN no âmbito da parceria com a USGS.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado esperado foi alcançado parcialmente. A Agência alcançou índice de 25% de modernização da Rede que está sob sua responsabilidade e estruturaram-se processos de trabalho e procedimentos que têm o objetivo de estruturar a RNQA para a disponibilização de dados sobre qualidade de água com parâmetros estabelecidos em âmbito nacional. Encontra-se em curso, também, processo de intercâmbio para aperfeiçoamento da operação da rede (Participa desse intercâmbio, além da ANA, a CPRM a principal entidade operadora).

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; manutenção do não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); desenvolvimento de recursos humanos para negociação e mediação de conflitos e formulação de projetos e parcerias com os demais entes do sistema e setores usuários, além de outras políticas públicas e coordenação com outras entidades, com o objetivo de aprimorar o arranjo institucional da operação da RHN.

PRÁTICAS DE USO RACIONAL E DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ESTIMULADAS

A inserção desse resultado esperado na estratégia da ANA tem o intuito de cumprir um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos que se refere à “utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável”. A principal estratégia adotada pela Agência é o “pagamento por resultados”. Nesse sentido, a ANA desenvolve iniciativas que visam a estimular práticas de utilização racional e integrada dos recursos hídricos, por meio de incentivos, e do financiamento de programas e projetos demonstrativos, com potencial de multiplicação de seus resultados. Os principais desafios traçados à época foram: definir estratégias estruturadas de financiamento dos projetos, que assegurem a continuidade do apoio em escalas progressivamente maiores, considerando as parcerias e interfaces com as demais políticas relacionadas; fortalecer a sinergia com as prioridades, identificar as vulnerabilidades e conflitos nas bacias, em especial aqueles definidos nos planos de bacias, quando houver; e ampliar e multiplicar o modelo de apoio via “pagamento por resultados”, por meio da incorporação e difusão da sua concepção junto às ações das demais políticas públicas nacionais e dos entes federados relacionados aos setores usuários de recursos hídricos.

Responsável: Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Em 2015, no âmbito de Programa Produtor de Águas 2015 foram contratados 14 projetos selecionados em 2014 e foi dada continuidade aos projetos em andamento. No âmbito do Programa de Despoluição das Bacias – PRODES, foi realizada nova seleção, na qual foram eleitos cinco projetos. Somente três deles, entretanto, foram contratados, em função da impossibilidade de remanejamento de crédito no último mês do exercício.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

O resultado esperado foi amplamente alcançado. Para esses dois programas, havia metas específicas no âmbito do PPA 2012/2015, que permitem aferir o seu alcance. Durante o período, o Produtor de Água promoveu atividades de recuperação e conservação de solo, matas ciliares e nascentes em 7.754 ha, superando a meta proposta de recuperação de 6.000 ha, e impactando cerca de 35 milhões de habitantes de sete regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Palmas, Rio Branco, Campo Grande, Goiânia e Brasília).

Já em relação ao Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, no período compreendido entre 2012 e 2015, vinte ETEs contribuíram para abater cerca de 40.600 toneladas de DBO, com uma média anual de 27.807,39 kg DBO/dia.

Atualmente encontram-se em andamento aproximadamente 80 projetos. Apesar de seu caráter demonstrativo, resta inequívoca sua eficácia para a conservação dos recursos hídricos, além de indicar a possibilidade de se realizar, no âmbito da Administração Pública, contratos com pagamento por resultados.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO : PRÁTICAS DE USO RACIONAL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ESTIMULADAS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO				
	2011	2012	2013	2014	2015

Nº de projetos contratados no âmbito do Programa Produtor de Águas	4	6	8	9	9
Nº de projetos contratados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacia (PRODES)	13	3	11	8	3
Valor Contratado (R\$)	48.585.971,44	56.964.147,12	77.224.993,92	39.466.807,90	14.793.306,63
Remoção certificada/ Meta Pactuada (%)	172,18%	122,56%	74,51%	84,55%	121,48%
% da quantidade de dbó-kg/dia de esgoto certificado-retirado em relação a quantidade de dbó-kg/contratada	64,1	15	12	13	65,2
% de projetos que não foram concluídos (relação entre quantidade cancelado, denunciado ou instaurado Tomada de Contas Especial-TCE) em relação ao contratado (PRODES/PRODUTOR DE ÁGUA)	0	0	0	0	8,33
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Fomento a Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos	Fomento a Conservação e uso racional dos recursos hídricos	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do Programa Produtor de Água		
		Fomento a recuperação dos recursos hídricos	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do Programa de Despoluição das Bacias - PRODES		

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2015. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Apoiado	20	14	70	17.083.603	16.497.941	97	0,72
PO 000A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h)=d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Quilogramas de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Dia/ Carga Poluidora Abatida	21.380	36.101	169	14.793.302	14.793.302	100	1,69

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Meta correspondente aos valores contratados.

e- Principais desafios para 2016.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado no período de 2016/2019 dizem respeito a: melhorar os procedimentos e modalidades de contratação dos programas de indução para ganhar escala; envolver outras instituições relacionadas à implementação dos programas de indução; avaliar os programas de indução executados pela ANA; e focar na implementação dos programas em trechos identificados como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos (Portaria ANA nº 62, de 26 de março de 2013).

As principais entregas de 2016 serão a realização de parcerias com Estados, para implantar o Produtor de Águas em suas esferas de atuação, e com o Fundo Nacional de Meio Ambiente, para tentar dar capilaridade ao programa Produtor de Águas.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado foi alcançado satisfatoriamente, pois a meta estabelecida foi alcançada para os dois principais programas que contribuem para o resultado esperado, além de terem sido selecionados projetos para dar continuidade e ampliar as áreas conservadas e recuperadas, e que demonstram a viabilidade da metodologia de pagamento por resultados.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; manter o não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); formular parcerias com os demais entes do sistema, dos setores usuários, de outras políticas públicas e outras entidades visando dar maior capilaridade aos programas.

USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS E SERVIÇOS REGULADOS E FISCALIZADOS

Esse é um dos principais resultados esperados para a Agência, sobretudo pelo agravamento da escassez hídrica e a ampliação dos trechos com balanço hídrico crítico. Compreende o estabelecimento de Marcos Regulatórios e regras para o uso da água, a resolução de conflitos e incentivo do uso racional; além do acompanhamento, controle e fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União. Envolve, ainda, a regulação e fiscalização, quando se tratar de corpos d'água de domínio da União, da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e a adução de água bruta, que inclui, entre outras responsabilidades, a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifas. Nesse resultado, também é esperada a regulamentação e coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Os principais desafios estabelecidos

em 2010 foram: a estruturação técnica, operacional e metodológica dos novos instrumentos e mecanismos de regulação e fiscalização econômica e técnica para atuar no cumprimento das novas atribuições; e a ampliação do potencial regulador da Agência, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão quali-quantitativa nas bacias e de regulação econômica que induzam o comportamento dos usuários para melhor utilização da água.

Responsáveis: Superintendência de Regulação, Superintendência de Fiscalização, Superintendência de Operações e Eventos Críticos (Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Flávia Gomes de Barros e Joaquim Guedes Gondim Correa Filho)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Cadastro de 510 usuários em área com balanço hídrico crítico e conflito instalado; regularização de usos de 1810 usuários; validação do desenvolvimento do Sistema de Balanço Hídrico – SDO - automatização da outorga; Discussão e elaboração da Resolução Conjunta ANA-ANEEL sobre renovação de outorga das hidrelétricas; consolidação dos estudos de remanso das UHEs Santo Antônio e Jirau e determinação de medidas para cumprimento das condições de proteção a montante; concessão de duas Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica; estruturação de Unidade Organizacional e processo de trabalho para a definição de marcos regulatórios e processos de alocação negociada de água; estabelecimento de dez Termos de Alocação em açudes do Nordeste; definição de restrição de usos em dois sistemas hídricos; conclusão da assistência técnica do Banco Mundial para a definição de procedimentos e regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens; especificação do Sistema Nacional de Informação de Segurança de Barragens e avançou nas tratativas para a regulação de serviços, para a operação e fiscalização do Plano Integrado do São Francisco – PISF.

Realização de 57 campanhas de fiscalização de usos em todas as áreas críticas e fiscalização de Serviços Públicos e de Segurança de Barragens. Realização de 19 campanhas de campo e fiscalização de 31 empreendimentos distribuídos em todo o território nacional. Buscou-se averiguar o cumprimento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e dos normativos emitidos pela ANA em decorrência da Lei nº 12.334/2010, em especial, a Resolução ANA nº 742/2011, referente à inspeção regular de segurança de barragem e a resolução ANA nº 091/2012, referente ao Plano de Segurança e à Revisão Periódica de Segurança de Barragem. No âmbito da regularização de usos, também foi objeto de fiscalização a situação de regularização dos empreendimentos por meio das outorgas dos barramentos. Cabe destacar, ainda, a continuidade da implementação das ações previstas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/ANA/2013, firmado entre a ANA e o Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD) da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC).

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

Considerando os desafios estabelecidos, o resultado esperado foi amplamente alcançado, pois atualmente a Superintendência de Fiscalização está consolidada, a regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens foi editada e publicada, bem como definidos os procedimentos e o processo de trabalho da área. A comprovação da eficácia dessas normas pode ser aferida por meio da recuperação de três barragens que apresentavam anomalias gravíssimas que comprometiam a segurança dos empreendimentos, que foram objeto de campanhas de fiscalização. Após a identificação dos problemas, pela equipe de fiscalização, a

ANA exigiu a recuperação, pelos respectivos empreendedores, dos barramentos sob sua jurisdição fiscalizatória.

Em relação à regulação dos serviços de adução de água bruta, todos os procedimentos e regulamentações encontram-se definidos e a ANA tem participado de todo o processo de discussão acerca de operação do PISF. No que respeita à ampliação das capacidades regulatórias da Agência, isso fica claramente demonstrado pelo aperfeiçoamento do processo de definição de regras de operação de reservatórios e pela criação de estrutura e processo de trabalho para a definição de marcos regulatórios e alocação negociada de água, além da redução dos estoques de outorga em exame e da simplificação e automatização desse processo. A automatização encontra-se homologada e em fase final de testes para a implantação.

c- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.](#)

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO: USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS E SERVIÇOS REGULADOS E FISCALIZADOS		EVOLUÇÃO NO PERÍODO				
		2011	2012	2013	2014	2015
Nº de usuários regularizados		9338	10341	12082	14287	16097
Nº de Marcos Regulatório ou Alocações Negociada de Água estabelecidos		11	0	0	0	21
Nº de instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens regulamentados em relação a quantidade de regulamentação de instrumentos necessários (Fase de Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens)		1	3	0	0	0
nº de barragens cadastradas no âmbito da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens		13.529	7.713	4.437	14.966	17.259
nº de campanhas de fiscalização de usos de recursos hídricos		38	37	60	64	57
nº de campanhas de fiscalização de segurança de barragens		*	*	19	18	19
nº de autos de infração ou Ajuste de Conduta emitidos de fiscalização de usos de recursos hídricos		153	214	223	222	253
nº de autos de infração ou Ajuste de Conduta emitidos de fiscalização de segurança de barragens		*	50	57	24	5
Valor TOTAL aplicado em multas em fiscalização de uso de recursos hídricos		46.400	303.600	168.800	352.600	176.800
Valor TOTAL aplicado em multas em fiscalização de segurança de barragens		*	*	4.718	97.000	0
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO		CONTRIBUIÇÃO		
Superintendência de Regulação	Regulação	Regulação de Usos de Recursos Hídricos		Concessão de outorga, DRDH, CERTOH, definição de marcos regulatórios e alocação negociada de água, restrições de usos		
		Regulação de Segurança de Barragens		Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens, definição de procedimentos e protocolos		

		Regulação de PPP e Adução de Água Bruta	Regulamentação dos serviços e edição de normativos que regulamentam a adução de água bruta em perímetros de irrigação
		Definição de Regras de operação de reservatórios	Definição de regras de restrição de usos que tem impactos em outorgas já concedidas
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Regulação	Definição de Regras de operação de reservatórios	Geração de boletins mensais e diários sobre os reservatórios, definição das condições de operação dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN)
Superintendência de Fiscalização	Regulação	Fiscalização de Usos	Realizou 57 campanhas de fiscalização de usos em áreas com baixa disponibilidade hídrica e conflitos instalados
	Regulação	Regulação de Segurança de Barragens	Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens, definição de procedimentos e protocolos
	Regulação	Fiscalização de PPP e Adução de Água Bruta	Regulamentação dos serviços e edição de normativos que regulamentam a adução de água bruta em perímetros de irrigação

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2015. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.100	1.810	165	2.855.267	2.595.164	91	1,81
PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	109	75	69	4.827.733	3.687.323	76	0,91

e- Principais desafios para 2016.

Os desafios previstos para o período de 2016/2019 são: reavaliar a adequação de critérios de alocação de água (considerar eventuais prioridades de uso estabelecidas em planos de recursos hídricos, critérios para revisão de outorga, reavaliação de vazões de referência, possibilidade de customização a diferentes realidades, avaliação de incertezas relacionadas às mudanças climáticas); incorporar aspectos econômicos nos critérios de alocação de água; atuar de maneira diferenciada em regiões/situações críticas em termos de disponibilidade hídrica; ampliar o nível de regularização de usos da água; atuar de maneira articulada e integrada com demais órgãos gestores de recursos hídricos, em bacias compartilhadas, em busca de vazões de referência e critérios de alocação consistentes e estabelecimento de condições de entrega; ampliar a capacidade de fiscalização; ampliar o monitoramento e controle de usos da água, notadamente em bacias/situações críticas; implementar o SNISB; buscar parcerias e definir mecanismos para atuação em caso de emergência envolvendo segurança de barragens; e definir o modelo e procedimentos para a regulação de serviços.

As principais entregas para o exercício de 2016 são: início e conclusão da operação do Sistema Federal de Regulação de Uso – REGLA, que irá automatizar o processo de análise dos pedidos de outorga; a regularização da outorga de aproveitamentos hidrelétricos existentes conforme procedimentos e cronograma estabelecidos na Resolução ANA/ANEEL nº 1305, de 2015; implementação de regras de uso da água, por meio de marcos regulatórios ou alocação negociada de água em cinco corpos hídricos críticos.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado esperado alcançado satisfatoriamente, dado os avanços observados na estruturação organizacional da fiscalização, da segurança de barragens, da regulação dos serviços, dos marcos regulatórios e alocação negociada; do número de usuários regularizados; da proximidade de simplificação e automatização da outorga; em função da regulamentação de três instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens. Esse resultado sofreu impactos pelo agravamento da escassez hídrica em decorrência da redução das chuvas e dos níveis dos reservatórios.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado e ampliar as capacidades de fiscalização, seja pelo aumento do número de servidores ou pela utilização de novas tecnologias e metodologias; continuar o processo de regulamentação e automatização dos processos de regulação; aprofundar as informações acerca das bacias de especial interesse para gestão; e consolidar e aperfeiçoar os procedimentos de estabelecimentos de marcos regulatórios e alocação negociada de água.

INSTRUMENTOS IMPLEMENTADOS DE FORMA INTEGRADA NA BACIA

A ANA disciplina a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. É responsável pela implementação dos instrumentos de outorga do direito de uso de recursos hídricos e a cobrança, em bacias de rios de domínio da União, e pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Também contribui com a elaboração de planos de recursos hídricos e os estudos e a proposição do enquadramento dos corpos d'água conforme seus usos preponderantes. Os principais desafios enfrentados para o alcance desse resultado são: o estabelecimento de mecanismos de orientações comuns para assegurar a integração e a articulação da gestão de recursos hídricos no âmbito das bacias hidrográficas brasileiras; estímulo à pactuação entre os diferentes entes do SINGREH e em especial os órgãos gestores

estaduais; e viabilização das condições e da capacidade adequada de atuação integrada dos entes responsáveis pela implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Responsáveis: Superintendência de Apoio ao SINGREH, Superintendência de Regulação, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Humberto Cardoso Gonçalves, Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Sergio Augusto Barbosa e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Em 2015, foram emitidas 1516 outorgas. Os estudos e mobilização para a implementação da cobrança nos rios Verde Grande e Paranaíba foram concluídos e agora dependem da atuação dos CBH. O estudo para a cobrança no rio Grande está em fase final de elaboração e a estimativa do potencial de arrecadação na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu foi incorporada ao plano de bacia que está em elaboração; com relação ao SNIRH, foram executados em 2015 cerca de 16 projetos no âmbito dos 3 subsistemas finalísticos do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), previsto na Lei 9.433/1997. Dentre esses sistemas, pode-se destacar o Sistema de Regulação de Usos (REGLA), o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH40), para atender aos órgãos gestores estaduais e ao Programa PROGESTÃO, o Sistema Digital de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (DIGICOB II), o Sistema Nacional Informações sobre de Segurança de Barragens (SNISB) e um conjunto de sistemas para recepção, armazenamento e análise de dados hidrológicos.

Em relação aos Planos de Recursos Hídricos, em 2015 houve atuação simultânea em seis bacias hidrográficas. Como resultado, pode-se citar: a conclusão do Plano do Piancó-Piranhas-Açu, o acompanhamento da revisão dos planos do Paraíba do Sul e São Francisco e a elaboração dos Planos do Paranapanema, Grande e Paraguai. Ademais, cabe destacar que os planos têm procurado considerar os impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos nos seus cenários prospectivos (usualmente no mais crítico). Dois grandes estudos estruturantes para a gestão foram desenvolvidos e seus produtos finais serão publicados no segundo semestre de 2016: o primeiro é um detalhamento do estudo Áreas de Especial Interesse para a Gestão e o segundo de balanço hídrico e regras operativas para 204 reservatórios da região semiárida do Nordeste. Outros seis estudos setoriais foram iniciados em 2015 e serão publicados em 2016. Importante citar ainda a unificação do bando de dados e a determinação para que o site Conjuntura seja o portal de informações da ANA com todos os estudos e metadados. Essas entregas de 2015 são desdobramento das ações iniciadas em 2014 e refletem a consolidação e maturidade dos processos de trabalho na implementação dos instrumentos sob a governança da ANA.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

A implantação dos instrumentos tem avançado de forma célere, auxiliada pela demanda gerada em decorrência da escassez hídrica e pela inclusão do tema “água” na agenda brasileira. Contudo, a implementação integrada dos instrumentos ainda é um grande desafio, pois, ainda que a Agência tenha aperfeiçoado metodologias e formas de atuação, o único mecanismo de orientação comum para assegurar a integração e articulação da gestão de recursos hídricos é a decisão da Diretoria Colegiada, carecendo de outros mecanismos que vinculassem os demais entes do sistema.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO: INSTRUMENTOS IMPLEMENTADOS DE FORMA INTEGRADA NAS BACIAS: PLANOS, OUTORGA, COBRANÇA, ENQUADRAMENTO, SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM RECURSOS HÍDRICOS			EVOLUÇÃO NO PERÍODO				
			2011	2012	2013	2014	2015
Nº de usuários cadastrados no CNARH (Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos)			16.200	10.708	14.686	14.826	13.115
Nº de estados com sistema de cadastro de usuários integrados ao CNARH			5	6	7	16	23
% de usuários regularizados em relação à quantidade total de pedidos			113%	77%	70%	83%	88%
Nº de outorgas em rios de domínio da União emitidas			8.337	9.271	10.856	12.875	14.416
Nº de Comitês de bacia interestaduais com a cobrança aprovada e entidade delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos			3	4	4	4	5
% de cobertura nacional de Planos de Recursos Hídricos (em bacias interestaduais)			47%	51%	51%	54%	54%
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO				
Superintendência de Regulação	Regulação	Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Concessão de outorga, DRDH, CERTOH, definição de marcos regulatórios e alocação negociada de água, restrições de usos				
Superintendência de Fiscalização	Cadastro	Cadastro de Usuários	Cadastrou mais de 500 usuários e integrou a base de dados de 6 estados				
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Cobrança	Cobrança pelo uso de recursos hídricos	Realizou os estudos de estimativa de arrecadação e fomentou a cobrança nas bacias.				
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Desenvolveu os módulos do sistema para disponibilizar as informações				
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Planos de recursos hídricos				
		Estudos setoriais para recursos hídricos	Estudos de irrigação, cana de açúcar, Áreas de Especial interesse para a Gestão, entre outros.				

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2015. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)

Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Cadastrado	8.000	12.695	159	350.000	183.310	52	3,06
PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.100	1.810	165	2.855.267	2.595.164	91	1,81
PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado	6	6	100	35.950.888	35.403.607	98,47	1,02
PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	3	1	33,33	15.651.370	12.779.801	81,65	0,41

e- Principais desafios para 2016.

Os principais desafios para esse resultado esperado no período de 2016/2019 são: aperfeiçoar Planos de Recursos Hídricos, de modo a incluir ordem de prioridades e/ou diretrizes para a alocação negociada no âmbito dos comitês de bacia e considerar, no que for possível, a integração entre planejamento nacional e local; tornar os procedimentos de outorga mais ágeis, simples e acessíveis ao usuário; promover condições para que a cobrança e outros instrumentos econômicos reflitam as condições de criticidade da bacia; definir estratégia para implementação do enquadramento; disponibilizar informações sobre recursos hídricos em tempo hábil e formato adequado ao tomador de decisão; e implementar as capacidades e procedimentos necessários para a integração dos instrumentos em bacias interestaduais; e promover a gestão integrada de recursos hídricos entre União e Estados. As principais entregas para o exercício de 2016 serão a automatização da outorga, a implantação efetiva da cobrança no Verde Grande e Paranaíba e a conclusão dos estudos do Grande, além da consolidação do “Conjuntura” com o portal de informações do SINGREH.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado alcançado de forma satisfatória. Há avanços claros na implementação e abrangência dos instrumentos da PNRH.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado e avançar mecanismos orientadores para a integração do processo de implementação dos instrumentos.

PLANEJAMENTO DOS SETORES USUÁRIOS ARTICULADOS COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Política Nacional de Recursos Hídricos tem, como diretriz de ação, a articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários, em âmbito estadual e nacional. Como instrumentos de direcionamento, os Planos de Recursos Hídricos têm papel norteador para o fortalecimento da integração da atuação dos setores usuários, com vistas ao desenvolvimento sustentável, considerando-se, aí, as leis do setor elétrico e de saneamento como instrumentos de referência para o planejamento desses setores usuários. Os desafios são: definição de arranjos institucionais adequados para implementação dos planos junto aos diversos atores, dentro de suas competências necessárias, com capacidade de articulação com os setores usuários e mobilização em níveis estadual e federal; superação de dificuldades políticas e financeiras dos órgãos gestores e comitês, para assegurar a viabilidade dos projetos e ações definidas nos planos, orientando a destinação de recursos públicos e privados para esse fim; e implementação, em rios de domínio da União, do enquadramento dos corpos d’água, sob uma visão de planejamento e de metas acordadas com os diversos setores usuários da água.

Responsáveis: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, Superintendência de Apoio ao SINGREH e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Humberto Cardoso Gonçalves e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Em 2015, houve ampliação da parceria com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – principalmente por meio da Embrapa, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades –, para aprimorar o conhecimento sobre irrigação, e demais usos consuntivos, que resultou na elaboração de dois estudos estratégicos com conclusão prevista para o segundo semestre de 2016, e que, assim como o Atlas Brasil de

Abastecimento Urbano de Água, deverão ser referência para a formulação de políticas públicas e racionalização dos investimentos em infraestrutura hídrica e tratamento de esgotos no país: o Plano Nacional de Segurança Hídrica e o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas. Nesse exercício, ainda, foi consolidada, no âmbito da estrutura organizacional da Agência, uma Coordenação que buscará desenvolver a articulação com os setores usuários, com o objetivo de dar sequência aos Planos de Recursos Hídricos e estudos realizados no âmbito do SINGREH. O avanço maior em relação a 2014 foi a articulação, facilitada pelo INTERÁGUAS, entre os recursos hídricos e demais setores para o desenvolvimento de produtos em conjunto.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

A Agência vem se estruturando melhor para tornar a relação com os setores usuários e as políticas públicas setoriais mais efetiva. Atualmente o INTERÁGUAS tem sido um fator de aproximação com as políticas públicas setoriais e tem facilitado o diálogo e as relações interinstitucionais, entretanto, há avanços apenas pontuais, em relação ao cenário de 2010.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Em função da Agência ter passado por um processo de mapeamento e remodelagem de processos de trabalho e realizado uma reestruturação organizacional, neste ciclo de 2011/2015, não foram pactuados indicadores que permitam atestar os referidos avanços.

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Planos de recursos hídricos
		Estudos setoriais para recursos hídricos	Plano Nacional de Segurança Hídrica, o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas, estudo sobre a irrigação.
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Integração Federativa do SINGREH	Articulação e negociação com os Estados
		Integração dos setores usuários	Realizou os estudos de estimativa de arrecadação e fomentou a cobrança nas bacias.
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Programas Integradores	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do INTERÁGUAS
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Articulação de políticas governamentais	Integração com o planejamento das políticas públicas setoriais

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2015. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos		
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)		
Meta Física	Execução Orçamentária/Financeira R\$	IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF) % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	3	1	33,33	15.651.370	12.779.801	81,65	0,41
PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interágua							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	6	0	0	12.926.419	7.671.225	59	0

e- Principais desafios para 2016.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado no período de 2016/2019 dizem respeito a definir estratégias e arranjos institucionais para integrar a atuação da ANA com outros setores; mobilizar e capacitar setores usuários para o diálogo; e promover articulação entre os conselhos estaduais e comitês de bacia. As principais entregas em 2016 serão os estudos Plano Nacional de Segurança Hídrica e o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado esperado não alcançado. Embora a Agência disponha do instrumento INTERAGUAS, tenha estruturado uma Coordenação para articulação entre esses atores, e esteja desenvolvendo trabalhos de forma conjunta, não é possível afirmar que houve avanços na articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários e as políticas públicas setoriais.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; definir estratégias e arranjos institucionais para integrar a atuação da ANA com outros setores; mobilizar e capacitar setores usuários para o diálogo; e promover articulação entre os conselhos estaduais e comitês de bacia.

SINGREH FORTALECIDO E IMPLEMENTADO DE FORMA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

A ANA tem a competência de coordenar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa implementação passa pela ampliação das capacidades dos entes que compõem o sistema. Considerando a complexidade do arranjo institucional configurado pelo SINGREH, alguns desafios emergem como fundamentais para assegurar a efetividade dos resultados e a integração do sistema de gestão: fortalecimento da capacidade técnica e do poder decisório dos entes do SINGREH, e da sua representatividade, com vistas à efetiva influência no processo de gestão; ampliação da sustentabilidade institucional e financeira do SINGREH, por meio do permanente estímulo à maior contribuição dos Estados e Municípios

para o financiamento e apoio à consolidação dos entes sob suas esferas de responsabilidades, envolvidos com a gestão dos recursos hídricos; aprimoramento do modelo de operacionalização e aplicação dos recursos da cobrança, com vistas ao ganho de eficiência na efetivação dos resultados.

Responsáveis: Superintendência de Apoio ao SINGREH, Superintendência de Regulação, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Humberto Cardoso Gonçalves, Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Sergio Augusto Barbosa e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Em 2015, a ANA intermediou o conflito federativo entre SP, RJ, MG e ES, em razão da transposição das águas do rio Jaguari para o reservatório do Atiabainha, evitando que a disputa entre entes do SINGREH fosse examinada pelo o Supremo Tribunal Federal. A Agência também intermediou, com sucesso, conflitos na Região Nordeste e estabeleceu, de forma articulada com os órgãos gestores estaduais - OGERH, os comitês de bacia-CBH, outros órgãos federais e as comissões de aúde, Termos de Alocação e Resoluções de Restrição de Uso, especialmente casos do Boqueirão, Piancó-Piranhas-Açu; no âmbito do PROGESTÃO, realizou pagamento em virtude do alcance de metas pelos 26 OGERH e realizou, junto com os Estados, o primeiro seminário de avaliação do programa; concluiu os trabalhos junto com a OCDE para publicação do relatório “Governança dos Recursos Hídricos no Brasil”, destinou recursos para viabilizar o funcionamento do Comitês de Bacia do Paranapanema e do Grande e de seus respectivos Planos de Recursos Hídricos; transferiu recursos para as entidades delegatárias viabilizarem o alcance das metas estabelecidas no Contrato de Gestão para o próximo período. Na capacitação, foram continuados os projetos - Água: conhecimento para a gestão e a formação específica para a irrigantes, além de amplo desenvolvimento da plataforma em educação a distância. Foram concluídos mais de 50 cursos de formação para a gestão de recursos hídricos. Foi celebrada parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, para elaboração de material didático, implantação de Mestrados Profissionais em Recursos Hídricos, em Ciências Ambientais e em Eventos Críticos em pelo menos seis universidade federais, e selecionar programas e projetos de pesquisas científicas voltadas a analisar os efeitos da variabilidade e mudanças climáticas. Também foi celebrada parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI e o Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq para selecionar projetos de pesquisas sobre os impactos das mudanças do clima em escala local/regional, sobre os sistemas naturais e sobre os conhecimentos acerca das medidas mitigadoras desses efeitos. Os principais avanços em relação a 2014 foram a consolidação da Agência como mediadora de conflito federativo relativo a água, o avanço no funcionamento de mais dois comitês de bacia interestaduais, além do alcance de todas as Unidades da Federação no PROGESTÃO e da contratação de projetos estruturantes para a formação e atuação de recursos humanos em recursos hídricos e o desenvolvimento de pesquisas para reduzir as incertezas quanto aos efeitos da variabilidade climática e mudança do clima sobre recursos hídricos.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

Em 2010 havia ações não estruturadas de fortalecimento e gestão compartilhada com os demais entes do sistema. Com o não contingenciamento de recursos em 2011, inúmeros projetos vem sendo realizados em parceria com os entes. Desde o PROGESTÃO, passando pelas Salas de Situação estaduais, o QUALIAGUA, aporte de recursos para as delegatárias viabilizarem as ações dos CBH, entre outras. As entregas de 2015 dão consistência a essas ações realizadas nos últimos anos de ampliação das capacidades dos entes, sejam eles OGERH, CBH, entidades delegatárias ou conselhos. É possível afirmar que em 2015 as ações foram estruturantes e projetaram uma mudança mais significativa para o próximo ciclo de planejamento.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO : SINGREH FORTALECIDO E IMPLEMENTADO DE FORMA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL			EVOLUÇÃO NO PERÍODO				
			2011	2012	2013	2014	2015
Nº de estados que aderiram ao programa PROGESTÃO de fortalecimento dos Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos					19	8	--
Nº de estados que assinaram os contratos do programa PROGESTÃO					15	9	2
Nº de Comitês de bacia interestaduais com a cobrança aprovada e entidade delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos			3	4	4	4	5
Nº de Agências de Bacia (entidade delegatárias) com Contrato de Gestão pactuado e funcionando			4	5	5	5	5
número de vagas oferecidas em cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos				16.540	24.727	50.588	77.417
número de inscritos em cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos				30.651	46.270	85.097	172.788
% de atendimento de demanda por cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos				54%	53%	59%	45%
% de atendimento da demanda por cursos de capacitação para atuação em recurso hídricos na plataforma Educação a Distância - EAD sobre o total				47%	51%	58%	44%
nº de pessoas que foram aprovadas nos cursos de capacitação oferecidos pela ANA			2.430	7.233	12.534	22.715	35.296
número de horas de capacitação oferecidas nos cursos de capacitação para atuação no SINGREH			2.588	3.124	5.568	5.962	11.238
nº de turmas oferecidas nos cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos			63	113	174	251	463
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO				
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Apoio a estruturação dos entes do SINGREH	Articulação e negociação, avaliação do alcance das metas e autorização para pagamento				
	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Capacitação dos entes do SINGREH	Formulação, desenvolvimento e implementação de plataformas e meios de educação para a gestão de recursos hídricos, parceria com a CAPES				
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Articulação com políticas setoriais	Parcerias com a CAPES e CNPq				
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Programas Integradores	Avaliação das metas federativas				
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Gestão Integrada de recursos hídricos	Elaboração de avaliações hidrogeológicas.				

		superficiais e subterrâneos	
Superintendência de Fiscalização	Cadastro	Cadastro de Usuários	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Eventos Críticos	Prevenção a eventos hidrológicos críticos	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Avaliação das metas federativas

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2015. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	22	28	127	34.642.222	33.021.675	95	1,34
PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e superficiais							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG% (g) = f/e	
Unidade/Estudo Elaborado	3	0	0	522.657	123.697	24	0
PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	55	110	200	10.605.080	10.065.752	95	2,11

e- Principais desafios para 2016.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado no período de 2016/2019 dizem respeito a: fortalecer a capacidade de atuação de comitês e entidades delegatárias, bem como a atuação dos órgãos gestores estaduais; ampliar as capacidades dos sistemas estaduais e federal de gestão de recursos hídricos; e discutir a revisão da PNRH. As principais entregas para o exercício de 2016 serão a conclusão do PROGESTÃO e a formulação do PROGESTÃO II, a implantação dos programas de mestrado, e a formulação do programa de apoio aos comitês – PROCOMITÊS.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado esperado foi alcançado de forma satisfatória. Atualmente há recursos técnicos e financeiros que permitem o desenvolvimento de projetos e ações com os entes do sistema, e que proporcionam a ampliação de suas capacidades, bem assim o permanente estímulo à contribuição dos Estados, CBH e conselhos. Importa registrar que os avanços a serem alcançados nesse Resultado Esperado estão sob risco na medida em que o orçamento da Agência foi reduzido em aproximadamente cem milhões de reais e a ANA deixou de gozar do não contingenciamento dos recursos oriundos do setor elétrico (fonte 183).

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; fazer gestão junto à Secretaria de Orçamento Federal-SOF/MP, para que os recursos da cobrança do setor elétrico não sejam contingenciados.

INTEGRAÇÃO FEDERATIVA PARA A GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FORTALECIDA

A unidade territorial para planejamento e gestão das águas é a bacia hidrográfica, a qual, geralmente, não coincide com os recortes administrativos municipais e estaduais, o que dificulta o entrosamento entre as diferentes esferas de competência. Essa lógica é reforçada no caso de bacias nas quais a gestão dos recursos hídricos é compartilhada entre a União e os Estados, e por isso é importante que pactos federativos estabeleçam compromissos entre os diversos segmentos envolvidos e as políticas públicas afetas, visando ao cumprimento de metas voltadas para o uso sustentável da água, em quantidade e qualidade adequadas. Os desafios desse resultado esperado são: fortalecimento da articulação e apoio técnico e institucional, de forma sistêmica e permanente, com os órgãos gestores estaduais, buscando também contribuir para o crescente envolvimento das instâncias locais no processo de gestão dos recursos hídricos; e compatibilização das estratégias de integração do sistema de gestão, obedecendo o pacto federativo e a gestão descentralizada em bacias compartilhadas, e com a adoção de modelos de gestão adequados às características das regiões hidrográficas.

Responsáveis: Superintendência de Apoio ao SINGREH, Superintendência de Regulação, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Humberto Cardoso Gonçalves, Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Sergio Augusto Barbosa e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

O Conselho Distrital de Recursos Hídricos aprovou a classificação e as metas do Distrito Federal para a celebração do contrato no âmbito do PROGESTÃO. Foram examinados o alcance das metas federativas para 26 unidades da federação que receberam, em todo ou em parte, de acordo com o alcance dos resultados, os recursos pactuados. O projeto DESENVOLVER foi contratado e tem o objetivo de identificar as competências necessárias para atuação no âmbito dos sistemas estaduais de recursos hídricos.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2015.

No âmbito do Pacto Nacional pela Gestão das Águas e no Programa de Fortalecimento dos Sistema Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos – PROGESTÃO, todas as unidades da federação aderiram estabeleceram metas e, de uma forma geral vêm alcançando os resultados programados, salvo casos menores de uma ou outra meta federativa que não foram viabilizadas. A estratégia de atuação conjunta com os estados tem funcionado adequadamente e o PROGESTÃO tem contribuído efetivamente para essa articulação sobretudo nos casos de escassez hídrica que temos enfrentado no qual as soluções dos problemas têm sido construídas de forma compartilhada com a ANA.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Informamos abaixo um demonstrativo da evolução das entregas para esse resultado esperado:

RESULTADO ESPERADO : INTEGRAÇÃO FEDERATIVA PARA A GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FORTALECIDA			EVOLUÇÃO NO PERÍODO				
			2011	2012	2013	2014	2015
Nº de estados que assinaram os contratos do programa PROGESTÃO					15	9	2
Nº salas de situação instaladas nos estados e em instituições parceiras			2	14	24	26	28
Nº de salas de situação operando nos estados e em instituições parceiras			2	9	18	25	27
Nº de estados que celebraram acordo de cooperação técnica aderindo ao PNQA (Programa Nacional de Qualidade de Água)			0	0	0	1	12
Nº de estados que celebraram contratos para operar a RNQA (Rede Nacional de Qualidade das Águas)			0	0	0	0	1
Nº de estados com sistema de cadastro de usuários integrados ao CNARH			5	6	7	16	23
SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO				
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Apoio a estruturação dos entes do SINGREH	Articulação e negociação, avaliação do alcance das metas e autorização para pagamento				
	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Capacitação dos entes do SINGREH	Formulação, desenvolvimento e implementação de plataformas e meios de educação para a gestão de recursos hídricos, parceria com a CAPES				
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Articulação com políticas setoriais	Parcerias com a CAPES e CNPq				
		Programas Integradores	Avaliação das metas federativas				

Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Integração da Gestão de Recursos Hídricos		
Superintendência de Fiscalização	Cadastro	Cadastro de Usuários	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Eventos Críticos	Prevenção a eventos hidrológicos críticos	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Avaliação das metas federativas

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2015. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	22	28	127	34.642.222	33.021.675	95	1,34

e- Principais desafios para 2016.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado no período de 2016/2019 dizem respeito a: fortalecer a capacidade de atuação de comitês e entidades delegatárias, bem como fortalecer a atuação dos órgãos gestores estaduais; ampliar as capacidades dos sistemas estaduais e federal de gestão de recursos hídricos; e discutir a revisão da PNRH. As principais entregas para o exercício de 2016 serão a conclusão do PROGESTÃO e a formulação do PROGESTÃO II.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Resultado esperado foi alcançado de forma satisfatória. A revisão do planejamento estratégico apontou para a necessidade de fundir os dois resultados esperados “SINGREH fortalecido e implementado de forma integrada e sustentável” e “Integração federativa para a gestão das bacias hidrográficas fortalecida”.

b- Ações para melhoria de desempenho

Realizar a junção dos objetivos dando a eles maior clareza de entregas e com indicadores formulados.

Conforme já anunciado no Relatório de Gestão 2014 sobre o resultado esperado “Desenvolvimento Científico e Tecnológico para Recursos Hídricos Apoiado”, em razão da remodelagem dos processos de trabalho da Agência e da reestruturação organizacional ocorrida em dezembro de 2014, as atividades passaram a ser desempenhadas no âmbito do processo de capacitação dos entes do SINGREH e não mais figura entre os resultados esperados da ANA.

3.2- Informações sobre a gestão (Resultados Esperados de Governança)

MODELO DE GESTÃO DA AGÊNCIA FOCADO EM RESULTADOS ESTRATÉGICO E ESTRUTURADO POR PROCESSOS

No contexto de construção de um modelo de gestão capaz de ampliar e aperfeiçoar a governança da Agência, estimular a inovação e o aprendizado, e promover o conhecimento e a organização de seus processos, direcionando recursos humanos, materiais e financeiros, de forma eficiente, para a obtenção de produtos e resultados definidos em âmbito estratégico, destacam-se os seguintes desafios: consolidação e reavaliação dos processos organizacionais da Agência e a remodelação da estrutura organizacional de maneira compatível com os processos, considerando as demandas e atribuições necessárias para alcance dos resultados definidos no planejamento estratégico, de maneira eficiente e eficaz.

Responsáveis: Gerência Geral de Estratégia (Bruno Pagnoccheschi)

a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Implementaram-se nova estrutura organizacional aprovada pela Resolução ANA nº 2020/2014 e o Projeto “Papel Zero”, que transformou o sistema de gestão documental da Agência em modelo digital. Essas duas entregas projetam a gestão de processos com workflow. Em 2015, ainda, foram discutidos e revisados os resultados esperados para 2016/2019. A cartilha de planejamento estratégico para esse próximo período será publicada em breve no site da Agência.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Em função da Agência ter passado por um processo de mapeamento e remodelagem de processos de trabalho e realizado uma reestruturação organizacional, neste ciclo de 2011/2015, não foram pactuados indicadores que permitam atestar os referidos avanços, embora os dois principais projetos tenham sido concluídos com sucesso e estejam implementados com sucesso.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Reestruturação organizacional concluída e implementada
Secretaria Geral	Gestão de documentos e publicações	Gestão de documentos e publicações	"Projeto Papel Zero" digitalização da gestão documental da Agência concluída e implementada
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Administração de Pessoal	Readequação de cargos, nomeações, exonerações e apostilamentos

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado foi amplamente alcançado. Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado dizem respeito a: ampliar a transparência e a prestação de contas do processo decisório, das ações e dos projetos desenvolvidos pela ANA; melhorar os índices atuais de governança do TCU

em tecnologia da informação, gestão de pessoas e das aquisições; desenvolver os mecanismos de monitoramento, avaliação de desempenho e gestão de riscos.

b- Ações para melhoria de desempenho

Revisar os normativos internos e preparar a instituição para a gestão de processos.

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO E DE COMUNICAÇÃO DA AGÊNCIA IMPLEMENTADA E FORTALECIDA

A política de relacionamento e de comunicação da ANA deve propiciar a ampliação do debate e o aprofundamento do conhecimento em relação ao tema, bem como facilitar o intercâmbio e o diálogo com os vários atores interessados ou envolvidos com o processo de gestão dos recursos hídricos. Dessa forma, os desafios que a ANA deve enfrentar são: definição de política coordenada de relacionamento e comunicação que atenda às diversas demandas, internas e externas, baseada em processos organizados e com clareza de posicionamentos institucionais: adequada transmissão de informações, conhecimento e posições da ANA para o sistema, de forma segura e transparente, e otimização dos mecanismos de relacionamento e intercâmbio com todos os atores afetos e fortalecimento da imagem da instituição por meio de processos qualificados de comunicação, que contribuam para ampliar o conhecimento da sociedade em relação ao tema dos recursos hídricos.

Responsáveis: Gerência Geral de Articulação e Comunicação (Antônio Felix Domingues)

a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A ANA revisou o Estratégias e Diretrizes para a Agenda Internacional, com foco nos países amazônicos, revisou o Manual de Eventos e Cerimonial, aprovou eventos de que a ANA participará em 2016 e publicou o Plano de Comunicação da ANA. Todos esses visam à difusão de informações e debates para a promoção do uso racional da água e a agenda de atuação junto ao Congresso Nacional.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Em função da Agência ter passado por um processo de mapeamento e remodelagem de processos de trabalho e realizado uma reestruturação organizacional, neste ciclo de 2011/2015, não foram pactuados indicadores que permitam atestar os referidos avanços, embora os dois principais projetos tenham sido concluídos com sucesso e estejam implementados com sucesso.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Gerência Geral de Articulação e Comunicação	Relações Institucionais	Comunicação, Gestão de Eventos, Relacionamento com o Congresso Nacional e Gestão da Cooperação Internacional	Plano de Comunicação, revisão do Manual de eventos, aprovação de eventos e acordos internacionais prioritários.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado foi alcançado de forma satisfatória. A ANA avançou nos desafios de definição de política coordenada de relacionamento e comunicação, transmissão de informações e no fortalecimento

institucional. Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado para o período 2016/2019 dizem respeito a: transmitir posicionamentos institucionais e dar transparência à atuação da ANA para a sociedade; melhorar a comunicação e a prestação de contas aos entes do SINGREH; planejar e organizar a atuação junto a entidades internacionais, considerando os interesses e prioridades para a gestão dos recursos; apoiar a implementação de uma rede de monitoramento hidrometeorológico e de qualidade de água compartilhada entre os países da Bacia Amazônica e entre os países da Bacia do Prata; e apoiar a iniciativa do governo do Distrito Federal de sediar o 8º Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Brasília em 2018.

b- Ações para melhoria de desempenho

Desenvolver processos mais qualificados de comunicação com os entes do SINGREH e com a sociedade e qualificar a comunicação interna.

COMPETÊNCIA CAPACIDADE TÉCNICA INSTITUCIONAL DESENVOLVIDA E EFETIVA.

O objetivo é assegurar o permanente processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus servidores, por meio da adoção de uma política de recursos humanos calcada no conhecimento, na avaliação e no melhor aproveitamento das competências existentes, implementando mecanismos de estímulo ao desempenho técnico e gerencial, e modelos de valorização profissional focados em resultados para a instituição. Assim, os desafios apontados para promover o desenvolvimento técnico e gerencial da organização são: implantação de instrumentos de gestão de competências, otimizando o aproveitamento das capacidades existentes; implementação de mecanismos de incentivo e valorização profissional, baseados em cumprimento de metas de desempenho; e estímulo à participação, inovação e proatividade no alcance de resultados institucionais.

Responsáveis: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Luis Andre Muniz)

a- Avaliação do resultado

O ano de 2015 foi o último ano do primeiro ciclo de implementação da Política de Capacitação dos servidores. No âmbito dessa política, o Plano Anual de capacitação realizou aproximadamente 28.000 horas, sendo que, em média, os servidores fizeram 92 horas/ano, num total de 348 que participaram efetivamente de alguma iniciativa prevista. Ao avaliar a implementação da política de capacitação e observar os avanços alcançados, a Diretoria deliberou no sentido de contratar auxílio especializado para estruturar o sistema de gestão por competências. O projeto foi contrato e será desenvolvido em 2016. Cite-se também a formação realizada na modalidade *on the job training* com o *U.S Army Corps of Engineers*, para prevenção de eventos críticos.

São necessários avanços no que se refere à avaliação de desempenho, pois os processos existentes têm se mostrado insuficientes para conduzir à melhoria de desempenho e da prática de feedback aos servidores.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Em função da Agência ter passado por um processo de mapeamento e remodelagem de processos de trabalho e realizado uma reestruturação organizacional, neste ciclo de 2011/2015, não foram pactuados indicadores que permitam atestar os referidos avanços, embora os dois principais projetos tenham sido concluídos com sucesso e estejam implementados com sucesso.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
------------------------	---------------	----------	--------------

Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Capacitação e desenvolvimento de pessoal	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória). Planejamento, contratação e execução dos cursos.
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória)
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Capacitação dos entes do SINGREH	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória)

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado foi plenamente alcançado. A política de capacitação mostrou-se metodologia acertada, que permitiu a estruturação do processo de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas, possibilitou, em 5 anos, aproximadamente 130.000 horas de capacitação, proveu sala de treinamento e customizou sistema de informações. Essas ações organizaram a Agência para poder implementar a Gestão por Competências de forma efetiva. Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado para o período e 2016/2019 dizem respeito a: desenvolver mecanismos para avaliar a produtividade dos servidores, dimensionar o quadro da Agência e preparar futuras alterações no quadro de servidores em virtude, principalmente, de aposentadorias; implementar o mapeamento e a gestão por competências; e avançar na política de capacitação dos servidores com o intuito de fazer a gestão do conhecimento.

b- Ações para melhoria de desempenho

Concluir o projeto DesenvolveRH, que é estruturante para a gestão por competências e base para o planejamento da Política de Capacitação para o ciclo 2016/2019.

CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS GARANTIDA E EFETIVA

O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em sua concepção, definiu a destinação de recursos para assegurar sua implementação, constituídos pelas receitas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, tanto aquelas oriundas do setor elétrico, alocadas na ANA, como as dos demais usuários de águas, alocados nos orçamentos da União e dos Estados, conforme a dominialidade dos rios. Em relação às receitas da ANA, a cobrança do setor elétrico representa a maior fonte de recursos para sustentação das atividades de competência da Agência.

A partir dos esforços empreendidos pela ANA, no sentido de esclarecer a natureza dessa receita, o quadro foi alterado. As disposições do Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011, reconheceram a receita mencionada, correspondente ao pagamento pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico, como obrigação legal e, portanto, não sujeita ao contingenciamento dos limites para empenho no exercício.

As receitas arrecadadas diretamente dos demais usuários outorgáveis em rios de domínio da União são integralmente transferidas para as Agências de Bacias em que foram arrecadadas, por meio de Contratos de Gestão firmados com a ANA, para aplicação em projetos e obras definidas pelos respectivos comitês. Alguns desafios se mostram presentes para a efetiva implementação desses recursos: garantia de efetiva disponibilização dessas receitas para os

demais exercícios; capacidade de operacionalização da execução; e incorporação de parcerias e outras fontes de financiamento, relacionadas às demais políticas afetas aos recursos hídricos e aos Estados, para promover um incremento das ações intersetoriais e interinstitucionais

Responsáveis: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Luis Andre Muniz)

a- Avaliação do resultado

A ampliação dos montantes disponíveis para atender à programação da ANA, referentes às receitas da cobrança, representou um grande avanço para o êxito na implementação das demandas afetas ao setor. Todos os projetos exitosos que a Agência conseguiu emplacar nesse ciclo 2011/2015 foram facilitados pelo não contingenciamento de recursos. Em 2015, todos os recursos foram transferidos para as delegatárias e alcançaram-se níveis de empenho das despesas que se aproximam a 95%. Nesse ciclo, a ANA jamais empenhou menos que 92% dos recursos disponibilizados. A Agência demonstrou, assim, capacidade de operacionalização e desenvolvimento de mecanismos e procedimentos para garantir o efetivo uso dos recursos na implementação do SINGREH.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Em função da Agência ter passado por um processo de mapeamento e remodelagem de processos de trabalho e realizado uma reestruturação organizacional, neste ciclo de 2011/2015, não foram pactuados indicadores que permitam atestar os referidos avanços, embora os dois principais projetos tenham sido concluídos com sucesso e estejam implementados com sucesso.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Administração e Finanças	Orçamento e finanças	Programação orçamentária
		Execução orçamentária e financeira	Programação e execução orçamentária e financeira
		Licitações, contratos e convênios	Licitações, contratos e convênios
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Planejamento Estratégico e orçamentário

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Considerando que os recursos foram disponibilizados e executados para a implementação do SINGREH e o fortalecimento dos seus entes, é possível dizer que o resultado foi alcançado. Entretanto, para o ano de 2016 houve uma redução de cem milhões de reais no orçamento em relação a 2015 e não há garantia de que os recursos não serão contingenciados. Inicialmente, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP encaminhou ao Congresso Nacional, no projeto de lei orçamentária – PLOA, os recursos oriundos da cobrança do setor elétrico como passíveis de contingenciamento. Posteriormente, depois de muita negociação, a secretaria concordou em mantê-los em resultado primário 1 (não compõem o resultado primário), que é um elemento precário e que pode ser alterado a qualquer momento, por edição de portaria da própria secretaria.

b- Ações para melhoria de desempenho

Continuar as negociações com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP, para a manutenção do entendimento legal acerca da obrigatoriedade de repasse integral dos recursos oriundos da cobrança.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA ADEQUADAS E GERENCIADAS COM EFICIÊNCIA

Com a crescente ampliação dos desafios a serem enfrentados para o cumprimento de suas atribuições, é necessário, cada vez mais, que a ANA esteja preparada para dar respostas mais ágeis e confiáveis, o que exige maior capacidade e suporte tecnológico, insumos e infraestrutura adequada. Nesse cenário, no cenário de 2010 era urgente a ampliação dos investimentos em infraestrutura e tecnologia e os desafios eram: garantir recursos para a contínua modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica da ANA, em consonância com a crescente exigência das atividades sob sua responsabilidade; e planejamento das instalações, locações, reformas e construções necessárias, em consonância com as perspectivas de consolidação futura da ANA (quantitativo de servidores e estratégias de trabalho) de forma a evitar improvisações e proporcionar ganho de eficiência.

Responsáveis: Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Sérgio Augusto Barbosa e Luis André Muinz)

a- Avaliação do resultado

A partir dos desafios estabelecidos em 2010, é necessário reconhecer que, durante esse ciclo de planejamento, os recursos de Tecnologia da Informação foram ampliados e toda a área remodelada, e houve reestruturação e unificação dos processos de trabalho em uma superintendência. A logística não dispôs de recursos suficientes, em razão de contingenciamento de recursos. Na Tecnologia da Informação, inúmeros avanços foram observados, entre eles destacam-se a adequação do parque tecnológico, a aprovação do Comitê de TI, o Plano Estratégico de TI, a aprovação da Política de Segurança da Informação, a elevação dos índices de Governança de TI aferidos pelo TCU de 0,19, em 2010, para 0,54, em 2014, que é maior que a média desse índice para a Administração Pública Federal e para as Agências Reguladoras, 0,45 e 0,52 respectivamente.

Em relação à logística, pouco se avançou. Na tentativa de melhorar o ambiente de trabalho, foram realizadas algumas intervenções no bloco “L” e na unidade situada no SIA. No final do exercício de 2015, foi licitada a obra para construção de um prédio anexo ao bloco “M”, na sede da Agência, cuja a previsão de construção é de 5 anos. Este resultado foi parcialmente alcançado.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Em função da Agência ter passado por um processo de mapeamento e remodelagem de processos de trabalho e realizado uma reestruturação organizacional, neste ciclo de 2011/2015, não foram pactuados indicadores que permitam atestar os referidos avanços, embora os dois principais projetos tenham sido concluídos com sucesso e estejam implementados com sucesso.

Unidade Organizacional	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Administração e Finanças	Gestão de Logística	Manutenção do condomínio, dos prédios da Agência, das estações de trabalho, das obras e construções, e do suporte aos processos finalísticos

Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Desenvolvimento de Sistemas, infraestrutura de TI e Governança de TI
--	---	-------	--

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Esse resultado foi parcialmente alcançado por um lado, os avanços em TI são inegáveis e podem ser atestados por meio de comparação com a média verificada na Administração Pública. Nesse sentido, a logística manteve adequadamente as estações de trabalho e o ambiente de trabalho não se avançou, entretanto, na construção da sede da Agência, nem em melhorias nas estruturas atuais.

b- Ações para melhoria de desempenho

Concluir o processo de licitação e contratação da obra de construção do Anexo do Bloco “M”.

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

O Planejamento Estratégico da ANA 2009/2020 está consolidado e internalizado, pois atualmente todos os gastos e ações devem estar vinculados ao alcance de algum dos resultados esperados. De forma geral, as entregas dos últimos anos estão em conformidade com os desafios estabelecidos em 2010 e demonstram a evolução na gestão da Agência

3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A Agência tem, por princípio, debater e construir as estratégias com participação efetiva de todos os servidores, chefes de UORG e Diretores. A construção do planejamento foi customizada a partir de um conjunto de técnicas que considera desde a árvore de problemas e o ZOPP até o *Balanced Score Card*, sem preponderância de nenhuma em relação às demais. O nível tático (resultados esperados), como previsto em 2010, foi avaliado e adequado para o cenário vigente, numa revisão realizada no final do exercício de 2015 e cujo produto será editado e publicado em uma nova cartilha no início do exercício de 2016, conforme aprovação da Diretoria Colegiada.

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

A construção do modelo de planejamento da Agência já condiciona as suas revisões ao mesmo período de mudanças do PPA e com mecanismos que possibilitem a adequação aos instrumentos de planejamento governamental, inclusive a lei orçamentária anual.

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Um das principais dificuldades encontradas pela Agência são a formulação e a pactuação dos indicadores relacionados aos resultados esperados. Quando da revisão para o ciclo 2016/2019, vários cuidados foram adotados já no primeiro período de implantação, para incorporá-los à Agenda Estratégica.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

De acordo com o modelo definido, as revisões devem acontecer a cada 4 anos (2015 e 2019), para que coincidam com as revisões do PPA e haja conformidade entre o planejamento institucional e o de governo, uma vez que uma das vertentes da ANA é de implementação de política pública, e que depende dos recursos destinados na LOA para o alcance dos resultados esperados.

3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretores e Superintendentes)

A revisão do planejamento estratégico com a adequação do nível tático durou 5 meses e foi realizada em várias etapas e reuniões, das quais participaram os diretores e superintendentes. O texto final da “Cartilha de Planejamento Estratégico 2016/2019 – revisão” foi discutido e apresentado aos superintendentes e diretores, que determinaram adequações, principalmente em função do relatório da OCDE “Governança de Recursos Hídricos no Brasil” que, entre outras coisas, propôs um conjunto de medidas para aperfeiçoar o SINGREH. Feitas as alterações, o documento foi novamente apresentado pela Gerência Geral de Estratégia a superintendentes e diretores e, posteriormente, submetido à apreciação da Diretoria Colegiada, que deliberou pela aprovação do texto final.

3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

A partir do texto estratégico aprovado, as unidades organizacionais apresentaram suas entregas para o período de 2016/2019, em conformidade com as diretrizes e linhas de atuação da Agência, indicando, também, para qual resultado esperado contribuem. Esse conjunto de entregas será norteador de orçamento e de níveis de integração necessários para o alcance

dos resultados esperados. Do ponto de vista operacional, qualquer gasto da Agência deve ser precedido de registro no Sistema de Planejamento da ANA – SISPLANA. Trata-se de um sistema de informações que obriga a vinculação daquele gasto ou projeto a um resultado esperado, e no qual há a obrigatoriedade de manifestação formal da Gerência Geral de Estratégia quanto a quanto à conformidade do projeto com os resultados esperados (nos termos estabelecidos pela Portaria ANA nº 105/2010 e pela Resolução ANA nº 1042/2014). Dessa forma, reduz-se a possibilidade de que ações ou projetos não se alinhem à estratégia, bem assim aos resultados esperados.

Superintendências

Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos; Superintendência de Tecnologia da Informação; Superintendência de Fiscalização; Superintendência de Regulação; Superintendência de Operações e Eventos Críticos; Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica; Superintendência de Apoio ao SINGREH; Superintendência de Implementação de Programas e Projetos.

Diretorias	
Área de Hidrologia – AH	
Área de Gestão - AG	
Área de Administração - AA	
Área de Planejamento – AP	
Área de Regulação - AR	
Legenda  Conforme planejado  Merece atenção  Desconforme	

3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

A principal dificuldade para o alcance dos resultados esperados definidos no Planejamento Estratégico é o contingenciamento de recursos. No último ciclo, os recursos não foram contingenciados, o que permitiu inúmeras entregas que melhoraram o cenário e/ou propiciaram uma tomada de decisão mais célere e assertiva. A ANA já viveu essa situação anteriormente e o prognóstico é que nossa capacidade de entrega e melhoria da política pública de recursos hídricos ficará absolutamente comprometida.

3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadas			Processo Administrativo (Não Arrecadadas)																				Validação			
					Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas									Total das Multas Exigíveis e Definitiv. Constituídas			Demais Situações					
											Multas não inscritas no CADIN			Multas com Risco de Prescrição Executória			Outras											
Período de Competência	Quantidade	Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Período Competência		
		2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
2015	51	16	-	-	10	-	-	0	-	-	23	-	-	0	-	-	2	-	-	25	-	-	-	-	-	51	-	-
2014	46	3	22	-	3	2	-	0	0	-	0	4	-	0	0	-	7	4	-	7	8	-	-	1	-	-	46	-
2013	41	1	0	27	0	0	6	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	-	-	41
Total	138	20	22	27	13	2	6	0	0	0	23	4	4	0	0	0	9	4	-	32	8	7	0	1	0	51	46	41

Observações:

- Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- Quantitativos relativos aos exercícios 2015, 2014 ou 2013 de acordo com o período de competência;
- Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizada;
- A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos			Arrecadações			Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação		
								Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Canceladas			Demais Situações					
Período de Competência	Valores	Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Período de Competência		
		2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
2015	348.862,30	0,00	-	-	93.854,67	-	-	41.800,00	-	-	0,00	-	-	213.207,63	-	-	0,00	-	-	348.862,30	-	-
2014	764.354,59	0,00	0,00	-	4.000,00	69.484,55	-	62.000,00	2.400,00	-	0,00	0,00	-	520.270,04	97.200,00	-	6.000,00	3.000,00	-	-	764.354,59	-
2013	217.871,46	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	66.348,79	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	-	38.522,67	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-	-	217.871,46
Total	1.331.088,35	0,00	0,00	0,00	98.854,67	69.484,55	66.348,79	103.800,00	2.400,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	733.477,67	135.722,67	100.000,00	6.000,00	3.000,00	0,00	348.862,30	764.354,59	217.871,46

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- b) Os campos devem ser preenchidos com os valores monetários nominais (sem atualização, multa de mora e encargos legais);
- c) Valores monetários relativos aos exercícios 2013, 2012 ou 2011 de acordo com o período de competência;
- d) Valores consolidados referentes ao montante total de multas aplicadas pela Agência/Entidade fiscalizadora;
- e) A coluna "Validação" representa a confirmação dos valores inseridos na coluna "Aplicadas" distribuídos pelas demais colunas;
- f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a parte paga como valor arrecadado e o saldo ainda inadimplente deve ser inserido na coluna "Demais situações".

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados		
	Exercícios		
	2015	2014	2013
2015	93.854,67	-	-
2014	4.000,00	69.484,55	-
2013	1.000,00	0,00	66.348,79
Total	98.854,67	69.484,55	66.348,79

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- b) Valores correntes efetivamente arrecadados;
- c) Valores monetários relativos aos exercícios 2015, 2014 ou 2013 de acordo com o período de competência da multa aplicada;
- d) Valores consolidados referentes aos quantitativos globais da Agência/Entidade fiscalizadora;

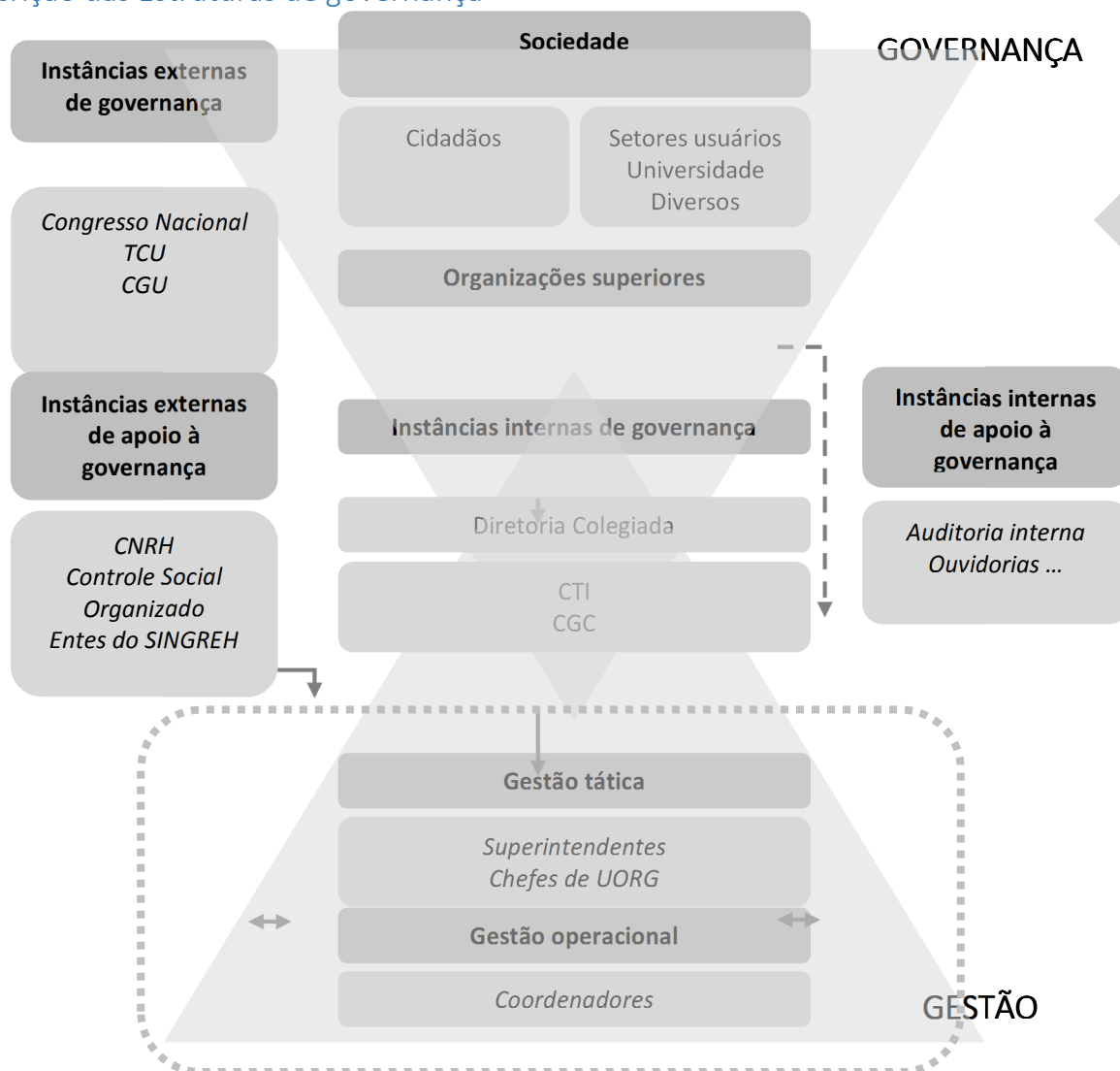
4- Governança

Quadro 5 – Estruturas de governança e macroprocessos

Quadro 5 – Estruturas de governança e macroprocessos



4.1- Descrição das Estruturas de governança



A ANA é dirigida em regime de colegiado por um Conselho de Diretores, sendo um deles o Diretor-Presidente, conforme demonstrado no item 1.3 deste relatório, onde é apresentada a estrutura organizacional da Agência.

Como unidade de controle interno, a ANA conta com a Auditoria Interna – AUD, com independência técnica de atuação assegurada pela sua subordinação direta à Diretoria Colegiada.

A AUD está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União – CGU e dos órgãos setoriais de Controle Interno.

Tem como competência multidisciplinar prestar serviços à Agência na forma de assessoramento e consultoria interna, no intuito de agregar valor à gestão e a melhorar as operações, propondo ações preventivas e saneadoras, de forma a assistir a ANA na consecução de seus objetivos estratégicos, mediante abordagem sistematizada e disciplinada no Manual de Auditoria Interna, com ênfase para a avaliação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança corporativa.

A Unidade de Auditoria Interna contribui para a consecução da finalidade de atuação do controle interno, de que trata o art. 74 da Constituição Federal e dispositivos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que dispõem “sobre a organização e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de

Controle Interno do Poder Executivo Federal”, e da Instrução Normativa nº 01, de 6 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda, “*que define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal*”.

A Auditoria Interna da ANA tem suas competências estabelecidas no artigo 27 do Regimento Interno da Agência, como segue:

- “I - acompanhar e avaliar a execução dos programas de governo vinculados à ANA, quanto ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, e adequação do gerenciamento empreendido;
 - II - assessorar a Diretoria Colegiada, os titulares das demais UORGs e os coordenadores responsáveis por programas e ações desenvolvidos pela ANA, bem como as unidades auditadas, no que se refere a controle interno;
 - III - verificar a execução orçamentária quanto à conformidade, aos limites e às destinações estabelecidas na legislação pertinente;
 - IV - avaliar, de forma amostral, a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas, bem como a dos demais sistemas administrativos e operacionais, examinando os resultados quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;
 - V – exercer a interface institucional, acompanhando e apoiando os órgãos de controle interno e externo da União, no exercício de sua missão institucional, nas ações junto à ANA ou de seu interesse;
 - VI - examinar a prestação de contas anual e as tomadas de conta especiais e sobre elas emitir parecer prévio;
 - VII - elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, conforme as normas elaboradas pela CGU;
 - VIII - elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN, conforme as normas elaboradas pela CGU; e
 - IX – definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna.
- Parágrafo Único. O Auditor-Chefe terá livre acesso, no exercício de suas atribuições institucionais, a todos os documentos e informações para o fiel cumprimento de suas competências. ”(Nova redação dada pela Resolução n.º 1495, de 18 de dezembro de 2015)”

No exercício de suas atribuições institucionais é assegurado ao Auditor Interno o livre acesso a todos os documentos e informações para o fiel cumprimento de suas atribuições.

A Agência Nacional de Águas – ANA, possui uma unidade de correição, cuja existência e atribuições estão previstas no Decreto nº 3.692, de 19/12/2000, no seu art.9º, incisos I a IV:

“Art. 9º À Corregedoria compete:

- I - fiscalizar a legalidade das atividades funcionais dos servidores, dos órgãos e das unidades da ANA;
- II - apreciar as representações sobre a atuação dos servidores e emitir parecer sobre o desempenho dos mesmos e opinar fundamentadamente quanto a sua confirmação no cargo ou sua exoneração;
- III - realizar correição nos órgãos e unidades, sugerindo as medidas necessárias à racionalização e eficiência dos serviços; e
- IV - instaurar por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente da ANA.

No Regimento Interno da Agência vigente em 2015, aprovado pela Resolução ANA nº 2020, de 15/12/2014, a unidade correicional foi incumbida também das atividades de ouvidoria, conforme o art. 31, incisos I a IX, daquele normativo:

Art. 31. À Corregedoria - COR, sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União - CGU, compete:

I - fiscalizar a legalidade das atividades funcionais dos servidores, dos órgãos e das UORGs da ANA;

II - apreciar as representações que lhe forem encaminhadas sobre a atuação dos servidores, emitir parecer sobre o desempenho dos mesmos e opinar fundamentadamente quanto a sua confirmação no cargo ou sua exoneração;

III - realizar correição nos órgãos e unidades, sugerindo as medidas necessárias à racionalização e eficácia dos serviços;

IV - instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente da ANA;

V - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

VI - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

VII - exercer as atividades de Ouvidoria da ANA;

VIII - exercer as atividades relativas à Lei de Acesso à Informação, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.

Com o advento da Lei de Acesso a Informação – LAI – Lei nº 12.527, de 18/11/2011, o Corregedor da ANA foi designado autoridade de monitoramento para os fins previstos no art. 40 daquela norma legal (Portaria ANA nº 63, de 22/03/2012, publicada no DOU de 23/03/2012). Foi também incumbido de supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/ANA, exigido no art. 9º, inciso I, da LAI, conforme a Resolução ANA nº 465, de 03/04/2012.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		

27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	E CONTROLE DE DEMANDAS DOS ÓRGÃOS
Monitoramento	1	2	3	4	
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

Os exames realizados pela Auditoria Interna, a partir da implementação do planejamento anual, objetivaram avaliar a conformidade dos atos administrativos, bem como os controles internos adotados na execução dos processos auditados, a fim de sanar ou mitigar disfunções porventura existentes. Diante das constatações registradas, ficou demonstrada a necessidade de melhorias pontuais em alguns controles internos instituídos, tais como a retomada no processo de revisão e atualização do mapeamento de processos; instituição de política de gerenciamento de riscos; continuidade no processo de modernização da gestão, a partir da revisão de normativos e manuais internos; aprimoramento da política de recursos humanos, envolvendo recomposição quantitativa da força de trabalho e redistribuição de pessoal, com a implementação de gestão por competências.

Cumprir registrar avanços na área de tecnologia da informação, com a aprovação da Política de Segurança da Informação e o aprimoramento na Governança de TI; implantação do Programa Papel Zero, com a emissão e tramitação de documentos oficiais da ANA em meio digital, incluindo certificação digital; bem como o desenvolvimento de atualizações nos sistemas informatizados de áreas fins da Agência, tais como a cobrança e arrecadação pelo uso de recursos hídricos, a regulação, fiscalização e cadastro de usuários.

Os indicadores apresentados nesse relatório têm a finalidade apenas de demonstrar a evolução dos processos de trabalho e dos resultados alcançados.

5- Relacionamento com a sociedade

5.1- Canais de acesso do cidadão

No tocante ao monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, bem como às atividades de ouvidoria e de atendimento no serviço de informações ao cidadão, conforme levantamento feito com observância da periodicidade determinada pelo art. 30, inciso III, da Lei nº 12.527, de 2011, no período de junho de 2014 a maio de 2015, o Serviço de Informações ao Cidadão desta Agência – SIC/ANA - recebeu 1649 solicitações de acesso a informação, que tiveram os seguintes encaminhamentos:

- a) 1542 pedidos foram atendidos pelo próprio SIC/ANA, com o fornecimento das informações solicitadas aos interessados;
- b) 47 pedidos foram redirecionados para atendimento diretamente por outros setores da ANA (tais como a ASCOM, o CEDOC e o Protocolo-Geral);
- c) 60 pedidos foram indeferidos.

Os cinco assuntos com maior quantitativo de demandas nos pedidos de informação dirigidos ao SIC/ANA foram, em ordem decrescente:

- serviços de fornecimento de água e saneamento – 588 pedidos;
- dados da rede de monitoramento hidrometeorológica - 233 pedidos;
- outorga de direito de uso de recursos hídricos – 84 pedidos;
- cursos oferecidos pela ANA – 82 pedidos;
- organização e funcionamento da ANA- 78 pedidos.

As demandas vieram principalmente por correio eletrônico. Não se registrou quantidade significativa de solicitações por via postal ou por telefone. E tampouco no comparecimento pessoal dos interessados nas dependências do SIC-ANA - que manteve-se instalado nas dependências da Corregedoria da ANA, na sala 214 do Bloco B da sede desta Agência.

A seção de “Acesso à Informação” - disponibilizada no sítio da ANA na internet (conforme exigido no seu art. 8º, § 1º, incisos I a VI, e § 2º da LAI), recebeu constante atualização e ampliação, em atenção ao princípio da “transparência ativa”, inspirador da Lei de Acesso a Informação.

5.2- Carta de serviços ao cidadão

Quadro 5 – Estruturas de governança e macroprocessos

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Carta de serviços ao cidadão	http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20120510104907_Carta_de_Servicos_da_ANA.pdf .	Não definido

5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Quadro 7 – Acesso à Informação

Acesso às informações da ANA		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	www.ana.gov.br	10 anos
Planejamento estratégico	www.ana.gov.br	4 anos
Balanços financeiros e orçamentários	www.ana.gov.br	Anual
Relatórios de gestão	www.ana.gov.br	Anual
Relatórios de auditoria de gestão	www.ana.gov.br	Anual

Estrutura organizacional	www.ana.gov.br	Não definido
Organograma	www.ana.gov.br	Não definido
Regimento interno	www.ana.gov.br	Não definido

5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Não foram realizadas pesquisas de satisfação quanto ao atendimento da ANA.

6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1- Desempenho financeiro do exercício

Gráfico 1 – Principais Receitas da ANA

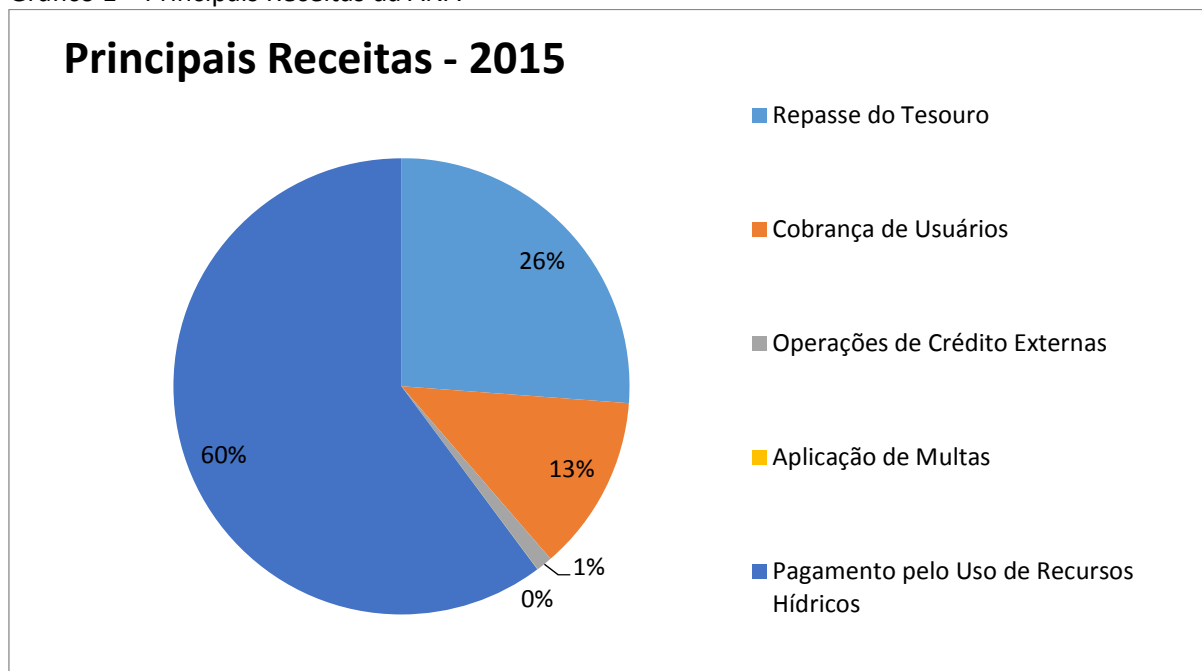


Tabela 1 – Principais Receitas

Principais receitas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Repasse do Tesouro	96.846	117.943	116.151
Cobrança de Usuários	65.606	56.255	53.533
Operações de Crédito Externas	4.000	5.194	3.880
Aplicação de Multas	96	105	186
Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	230.074	271.181	-
Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos	-	-	171.414
Recursos Condicionados (fonte 900)	-	-	68.180
Aplicação Financeira	80	-	-
Total	396.702	450.678	413.344

Considerando-se a soma de todas as fontes de recursos (100 – Recursos Ordinários, 116 – Recursos da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos, 144 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, 148 – Operações de Crédito Externas, 174 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais e 183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos) e uma dotação global de R\$ 450.678.877 (quatrocentos e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais), sendo o maior percentual (60%) referente ao Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos.

Gráfico 2 – Principais Despesas da ANA

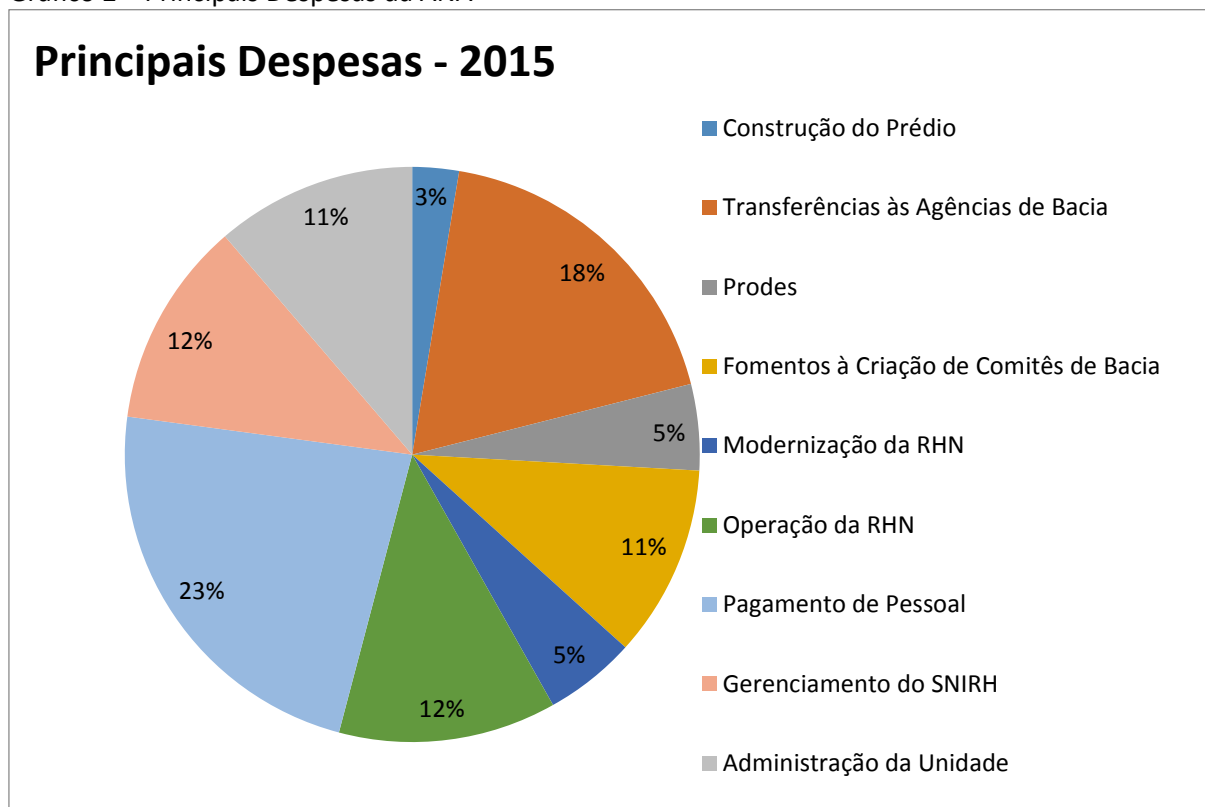


Tabela 2 – Principais Despesas da ANA

Principais despesas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Construção do Prédio	4.000	8.000	3.848
Transferências às Agências de Bacia	65.647	56.255	53.533
Prodes	36.402	14.793	-
Fomentos à Criação de Comitês de Bacia	18.175	33.022	26.942
Modernização da RHN	21.983	15.673	12.043
Operação da RHN	36.251	37.439	27.805
Pagamento de Pessoal	67.402	70.203	68.689
Gerenciamento do SNIRH	32.829	35.404	24.000
Administração da Unidade	30.205	34.461	29.932
Contingenciamento	-	-	68.180
Total	312.894	305.250	314.972

Em 2015, foram empenhados R\$ 409.448.707 (quatrocentos e nove milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil e setecentos e sete reais), o que equivale a um nível de execução orçamentária de 94%.

6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

CONTA CONTÁBIL 12.381.0100 - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS

Os critérios e procedimentos adotados pela ANA para cálculos e registros da Depreciação, no SIAFI, encontram-se sua base no Manual SIAFI, da STN, na Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, Pública Federal.

Como metodologia de cálculo da depreciação é utilizado o método de cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem. Não há no âmbito da Agência, até o momento, aplicação de metodologias de amortização e exaustão. As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são as definidas na Macrofunção supramencionada.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, informa-se que desde o início da depreciação, em 01/01/2011, o valor acumulado até 31/12/2015, conta contábil 12.381.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, foi da ordem de, na UG 443001 R\$ 30.115.723,07, e na UG 443044, de R\$ 26.949,30. E o montante depreciado em 2015 foi de R\$ 10.124.794,40, para a UG 443001, e de R\$ 4.619,88 para a UG 443044.

CONTA CONTÁBIL 11.261.00.00 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Registra-se ainda, que no exercício financeiro de 2015, esta Agência adotou a metodologia de registro da dívida ativa/créditos a receber de usuários de recursos hídricos, os registros foram efetuados na UG 443003, Conta Contábil 11.261.00.00 - DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA – CONSOLIDAÇÃO, cujo valor foi da ordem de R\$ 6.366.838,50, conforme orientações do Manual SIAFI da STN, Macrofunção: 02.00.12- DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No tocante às informações de Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas, informa-se que a ANA não aderiu ao Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, todavia, possui a sistemática de planejamento e gerenciamento de ações e despesas programadas das unidades administrativas mediante à utilização do Sistema de Planejamento SISPLANA, cuja administração encontra-se ao cargo da Gerência Geral de Estratégia - GGES. Desta forma, mediante o supracitado Sistema, esta UJ gerencia seus programas e despesas, por unidades organizacionais, em níveis analíticos por ações, projetos, atividades, e planos internos.

6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

1. O processo de análise/verificação dos auditores e demonstrativos contábeis para registro da conformidade contábil foi realizada pela Coordenação de Contabilidade da ANA, UG 443018, sendo a execução orçamentária efetuada por meio da Unidade Gestora 443003, e a execução financeira por intermédio das Unidades Gestoras 443001, 440106, 440109, 443025 e 443044.

2. Abaixo são apresentadas as ocorrências de registros contábeis com restrição durante o exercício de 2015:

Unidade Gestora	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
443001	1	1	1	1	1	2	3	1	1	1	1	4
443003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
443044	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1
440106	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-

3. Informa-se que as restrições registradas no mês de dezembro, bem como, dos meses anteriores são provenientes de convênios e/ou termos congêneres a comprovar e a aprovar, sendo que muitos foram regularizados em janeiro de 2016, e para os demais foi determinado às áreas responsáveis conceder o prazo de 60 dias aos convenientes para apresentarem a prestação de contas sob pena de responsabilização dos convenientes.

7- Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

Quadro 8 – aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço: http://a3p.ana.gov.br/Paginas/default.aspx	X	
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço: http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/outros/PlanodeGestaodeLogisticaSustentavel-PLS.pdf	X	

Considerações gerais

Na Resolução nº 2020, de 15 de Dezembro de 2014, que aprovou o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Águas – ANA, a COSUS fica subordinada ao Gabinete do Diretor Presidente da ANA, com o objetivo precípuo de propor e implementar práticas sustentáveis no âmbito da ANA em articulação com outros órgãos do Governo Federal. Em linhas gerais possui entre os seus objetivos buscar a sustentabilidade socioambiental no ambiente de trabalho por meio da construção de uma nova cultura institucional, em que haja inserção de princípios e critérios socioambientais em atividades rotineiras e divulgação de boas práticas socioambientais à população de um modo geral, por meio da educação ambiental.

A COSUS coordena e monitora o Plano de Gestão de Logística Sustentável- PLS. Uma Ferramenta de Gestão Sustentável da Agência Nacional de Água – ANA, com o objetivo principal de estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de

sustentabilidade na gestão da logística, visando reduzir impactos socioambientais negativos decorrentes das atividades do dia a dia. A seguir, estão descritos os Planos de Ação – PA propostos no PLS:

- Plano de Ação - Gestão dos Recursos Naturais: Água e Energia;
- Plano de Ação - Gestão de Telefonia;
- Plano de Ação – de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC;
- Plano de Ação - Gestão dos resíduos gerados;
- Plano de Ação – Gestão do copo descartável (para implementar em fevereiro de 2016);
- Plano de Ação - Gestão do papel;
- Plano de Ação - Deslocamento de Pessoal - Meios de Transporte;
- Plano de Ação - Gestão das Compras (Equipamentos e Mobiliários Sustentáveis);
- Plano de Ação - Gestão do almoxarifado Sustentável;
- Plano de Ação - Gestão de licitações sustentáveis;
- Plano de Ação - Gestão de Contratações Sustentáveis;
- Plano de Ação – Qualidade de vida no Trabalho; e
- Plano de Ação – Iniciativas de Capacitação e Comunicação.

Os resultados alcançados em cada Planos de Ação – PA propostos no Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS encontram-se na sessão de apêndices e anexos.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro – 9 – Situação de atendimento das demandas do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do Item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providência adotadas / Ações implementadas
Acórdão TCU nº 1.215/2015- Plenário	9.1	Determina o prazo de 180 dias para adoção das providências necessárias - incluindo, quando couber, a criação e o aperfeiçoamento de sistemas informatizados, para viabilizar a apuração das receitas com arrecadação de multas conforme os conceitos de "multas exigíveis e definitivamente constituídas" e de "multas aplicadas" definidos no item 33 do Relatório que integra este Acórdão, associando os valores recebidos com os correspondentes períodos de competência das respectivas multas.	<u>Implementação pela Superintendência de Administração Finanças e Gestão de Pessoas - SAF</u> : Aberta demanda através do formulário 3S (Solicitação de Serviço de Software – SSS), documento Próton nº 41223/2015, para atendimento da demanda, que se encontra em fase de homologação. Documentos de comprovação das providências tomadas anexas ao DOC 32020/2015, no Próton.
Acórdão TCU 1.942/2015- Plenário	9.5 9.12 9.13	9.5 Recomendar, com fulcro no art. 43, Inciso I, da Lei 8443/1992, combinado com art. 250, Inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela gestão e implementação do ZEE, CAR, Programa Produtor de Água, Programa Bolsa Verde e Programa de Combate à Desertificação que, em conjunto com o MPOG, desenvolva indicadores de desempenho que abranjam todas as fases do ciclo das políticas públicas (Insumo, Processo Produto, Resultado, Impacto), documento "Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão". 9.12 determinar, com fulcro no art. 43, inciso 1, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso 11, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, ao Grupo de Trabalho formado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas (Processo 21000.007185/2012-03, extrato de acordo de cooperação técnica publicado na seção 3, do DOU de	<u>Implementação pela Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS</u> : Respondido por meio do Ofício nº 410/2015/AA-ANA, de 27/11/2015, Doc. 70832/2015, informando, em suma, que a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho – GT1 estava prevista para encerrar em dezembro/2015, quando seria finalizada a proposta de Projeto de Lei.

		20/6/2014), que apresente, conforme parágrafos 196, 197 e 202 ao 207 do Manual Anop, aprovado pela Portaria Segecex4/2010, no prazo de 90 dias, plano de providências para a apresentação de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, de modo a cumprir o artigo 97 da Lei 8.171/1 991 (parágrafos 25-32). 9.13 recomendar, com fulcro no art. 43, inciso 1, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso iii, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, ao Grupo de Trabalho formado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Integração Nacional e a Agência Nacional de Aguas (Processo 21000.007185/2012-03, extrato de acordo de cooperação técnica publicado na seção 3, do DOU de 20/6/2014), que considere, no referido Projeto de Lei, a título exemplificativo, os aspectos abordados na Legislação do Estado de São Paulo, do Paraná e dos EUA, bem como considere as disposições da Lei 9.433/1 997, quais sejam: fundamentos; objetivos; diretrizes gerais de ação; instrumentos; planos; classificação; regulação do uso; definição de um sistema de informações; competências do poder público (incluindo federal, estadual e municipal); estabelecimento de um sistema nacional de gerenciamento com a participação de conselhos, incluindo definição de órgãos e responsáveis por processos decisórios; e infrações e penalidades para infratores das normas (parágrafos 25-32).	
--	--	---	--

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 10 – Situação de atendimento das demandas da CGU

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do Item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providência adotadas / Ações implementadas
Relatório de Auditoria nº 201413164	149674	Recomenda-se que a Unidade examinada providencie os ajustes necessários com o objetivo de regularizar os saldos das contas contábeis 193940201 (Concedidas Executadas - Recurso Externo) e 193940202 (Concedidas Executadas - Contrapartida) referente à UG	<u>Implementação pela Secretaria Técnica do Programa INTERAGUAS:</u> Não foram apresentadas ações no Sistema Monitor, pela Unidade responsável. O prazo para atendimento é de 03/03/2016.

		170500 tendo em vista a devolução de recursos efetivada pelo OEA.	
Relatório de Auditoria nº 201413164	149675	Recomenda-se que a SRHU providencie o pedido de restituição dos valores do ISSQN que foram pagos indevidamente à Brasília (Empresa Cobrape - nota fiscal nº 8818, documento 2014DR800003 no valor de R\$ 16.395,64 e nota fiscal nº 7375 documento 2014DR800001 no valor de R\$ 12.521,73) e ao Município de Porto Alegre (Empresa Água e Solo - nota fiscal nº 279, documento 2014DR800002 no valor de R\$ 2.909,17 e nota fiscal nº 370, documento 2015DR800001 no valor de R\$ 2.909,17).	<u>Implementação pela Secretaria Técnica do Programa INTERAGUAS:</u> Não foram apresentadas ações no Sistema Monitor, pela Unidade responsável. O prazo para atendimento é de 03/03/2016.
Relatório de Auditoria nº 201413164	149676	Recomenda-se que a SRHU observe a legislação do ISSQN na contratação de serviços de consultoria figurando como substituto tributário quando a lei do ente federativo permitir. No caso em tela, os pagamentos a serem efetuados decorrentes do contrato firmado com a empresa Água e Solo.	<u>Implementação pela Secretaria Técnica do Programa INTERAGUAS:</u> Não foram apresentadas ações no Sistema Monitor, pela Unidade responsável. O prazo para atendimento é de 03/03/2016.
Relatório de Auditoria nº 201413164	149677	Recomenda-se que a Unidade examinada realize o acompanhamento da execução do Projeto por meio do SIAFI tendo em vista que o sistema deve espelhar a realidade da execução financeira do Programa.	<u>Implementação pela Secretaria Técnica do Programa INTERAGUAS:</u> Não foram apresentadas ações no Sistema Monitor, pela Unidade responsável. O prazo para atendimento é de 03/03/2016.

8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Declaração de conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços com o art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993.

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações tiveram como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei e as importações cujas contratações observaram as moedas dos países de origens dos produtos e os pagamentos foram realizados pela equivalência em reais, e ainda, que nos pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, observaram, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Brasília/DF, 15 de março de 2016.

(assinado eletronicamente)

LUIS ANDRÉ MUNIZ

CPF nº 116.852.711-20

Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

9- Anexos e apêndices

4.3 – Desempenho Orçamentário

4.3.1 – Objetivos estabelecidos no PPA de Responsabilidade da unidade e resultados alcançados

PROGRAMA 2026 - CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

1. VISÃO CONSOLIDADA DO PROGRAMA

A Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, baseia-se nos fundamentos de que a água é um bem de domínio público, dotado de valor econômico e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, e deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, sendo priorizado o abastecimento humano e a dessedentação animal em situações de escassez. E ainda que a unidade territorial para implementação da Política e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh é a bacia hidrográfica.

A implementação da Política, sobretudo desses fundamentos, é complexa e tem enfrentado desafios relacionados à dominialidades dos recursos hídricos, que numa mesma bacia hidrográfica podem ser da União, Estados ou Municípios, dependendo do curso d'água; aos diferentes estágios da implementação da PNRH nos Estados e suas respectivas capacidades institucionais; e a integração intersetorial, fundamental, para proporcionar o uso múltiplo das águas. Acrescenta-se a esses desafios estruturais, as recentes crises de disponibilidade hídrica, que afetaram diferentes regiões e setores usuários de água e revelaram limitações que precisam ser superadas.

Nesse cenário, o Programa 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos buscou atuar em cinco eixos, representados por seus Objetivos que tratam dos seguintes temas: Ação integrada com os Estados para formulação, planejamento e avaliação da Política; Aprimoramento e integração dos instrumentos de Regulação e Gestão da Política, quais sejam: Planos de Recursos Hídricos, Enquadramento, Outorga dos direitos de uso, Cobrança e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH; Fortalecimento dos entes do Singreh, em especial dos comitês de bacia e dos órgãos gestores estaduais; Promoção da integração do planejamento e da gestão de recursos hídricos com a formulação e implementação das políticas setoriais relacionadas; e Promoção da revitalização de bacias hidrográficas.

O detalhamento dos Objetivos em Metas e Iniciativas buscou ainda refletir a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, um dos instrumentos da PNRH, para o período 2012-2015 e que foi aprovada pela Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011. O reatamento das 22 prioridades nos atributos do Programa foi incorporado ao Capítulo 5 do documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015” e os mesmos atributos também foram usados para monitoramento da implementação do Plano e constam no informe produzido pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH e apresentada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH em sua 33ª Reunião Ordinária, realizada em junho de 2015.

As instituições responsáveis pela implementação dos Objetivos, Metas e Iniciativas do Programa foram o Ministério do Meio Ambiente, com a participação da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU e da Agência Nacional de Águas – ANA, e o Ministério da Integração Nacional, por meio de suas unidades vinculadas Departamento Nacional de Obras Contra as

Secas - DNOCS e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

2. VISÃO DOS PRINCIPAIS ATRIBUTOS

Na implementação do Objetivo 0646 – Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade, a meta “Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos” alcançou como resultado o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH do Rio Grande do Sul, finalizado em 2014 pelo Estado, por meio de convênio com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA e acompanhamento técnico da SRHU; e o PERH de Goiás, finalizado em 2015 pela SRHU no âmbito do Programa Interáguas, que é um acordo de empréstimo com Banco Mundial. Encontram-se ainda em andamento a elaboração, pelos próprios Estados, os Planos do Amazonas, Maranhão e Rondônia, por meio de convênios com o FNMA e acompanhamento técnico da SRHU, assim como o PERH do Pará, que está previsto para contratação no âmbito do Programa Interáguas.

Em relação ao Objetivo 0650 – Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável, no período de 2012-2015 foram observados relevantes avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão de recursos hídricos no país, merecendo destaque o incremento na regularização de usuários outorgados; os ganhos de eficiência nas atividades de fiscalização; a consolidação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em quatro comitês de bacias interestaduais; o desenvolvimento do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações; a instalação de 27 salas de situação estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos; o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens – SNISB e a modernização da rede hidrometeorológica. A meta de ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados foi superada, tendo sido atingido o quantitativo de 16.097 usuários regularizados até 2015. Esse avanço na regularização de usuários também pode ser demonstrado pelo incremento do indicador de Regulação, definido pela relação percentual entre a vazão total outorgada e a vazão total para atendimento aos usos consuntivos em rios de domínio da União, que passou de 89 para 94% entre 2011 e 2013. A superação da meta ocorreu pelo crescimento espontâneo da média anual de pedidos autuados, que era de 572 entre 2008-2011 e passou para 977 entre 2012-2015, bem como pelo aprimoramento processo de análise e emissão de outorgas a partir de procedimentos para padronização, acompanhamento e automatização do mesmo. Paralelamente, está em desenvolvimento o Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla, uma nova ferramenta para tornar mais fácil e ágil a solicitação e a emissão de outorgas, cujos pedidos de regularização serão realizados via internet.

No período 2012-2015 observou-se intensa escassez hídrica no Seminário e na Região Sudeste, que requereram intensa atuação da Agência Nacional de Águas. Buscou-se compatibilizar os diversos usos em situação de escassez, priorizando o abastecimento público e a dessedentação animal, conforme preconizado nos fundamentos Política. Estabeleceram-se marcos regulatórios e regras de restrição de uso que demandaram averiguação em campo quanto ao cumprimento. Desta forma, para proporcionar maior eficiência às atividades de fiscalização foram utilizados recursos técnicos-científicos, tais como: aquisição de imagens de satélite, cadastramento georreferenciado, mapeamento de áreas agrícolas, além da utilização de sobrevoos para identificação mais eficaz de usuários irregulares.

Em relação à cobrança em rios de domínio da União, até o momento, foi implementada na Bacia do Rio Paraíba do Sul, nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Doce. Em 2015, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 60 milhões e durante o

período 2012-2015, foram arrecadados cerca de R\$ 232 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia. A implantação da cobrança na bacia do rio Verde Grande (Região Hidrográfica do São Francisco) será iniciada em 2016 e no rio Paranaíba (Região Hidrográfica do Paraná) está em fase final do processo de implementação, dependendo da aprovação do Comitê e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, o que deve ocorrer em 2016.

A meta de construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações dos principais rios brasileiros foi finalizada em 2014 e foram disponibilizados os mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as unidades da federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura e de medidas não estruturais, como sistemas de alerta e mapeamento de riscos. No ano de 2015, foi feita uma adequação dos trechos de cursos d'água inundáveis da escala ao milionésimo para escala de melhor detalhe para as bacias hidrográficas do rio Doce (parte para a escala 1:100.000 e parte para a escala 1:50.000), Paraíba do Sul (para a escala 1:250.000) e Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ (para a escala 1:50.000), com a publicação dos resultados no Portal SNIRH – Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Além disso, foram instaladas, por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a ANA e os órgãos gestores estaduais, e se encontram em operação 27 Salas de Situação Estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos, que é outra meta do Objetivo 0650. As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, Instituto Nacional de Meteorologia e Defesa Civil estadual, e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As ações relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente.

O Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens - SNISB, que é outra relevante ferramenta tanto para a gestão, quanto para a regulação dos recursos hídricos, está sendo implementado. A estrutura do sistema foi definida, garantindo o alcance da respectiva meta proposta, e baseia-se num conceito modular e com desenvolvimento faseado, sendo composto pelos seguintes módulos: Cadastro; Classificação; Plano de Segurança da Barragem (PSB); Relatório de Segurança de Barragem (RSB); Eventos Adversos; Entidades Fiscalizadoras; Registros Pendentes; Documentação; Consultas; e Administração. Em 2015 foi iniciado seu desenvolvimento pelos módulos de Administração, Entidades Fiscalizadoras, Cadastro e Registros Pendentes. O sistema permitirá a comunicação com a sociedade civil e pretende-se proporcionar a todos os usuários, o acesso a um conjunto de funcionalidades, que permitam satisfazer não apenas os requisitos legais, mas também propiciar uma plataforma de apoio às entidades fiscalizadoras no exercício da sua atividade.

Por fim, destaca-se o alcance e superação da meta de modernização de 990 estações hidrometeorológicas do Objetivo 0650, em que 1096 estações foram modernizadas no período, contribuindo para melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN, que é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País. A ANA é responsável pela coordenação da RHN composta por cerca de 21.000 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.500 estações, investindo na modernização tecnológica da estrutura operacional. Estão sendo ampliados os

equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

Outro eixo estruturante do Programa é o Objetivo 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais, que buscou promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh, com foco nas instâncias de representação colegiadas e órgãos gestores estaduais. No período do PPA 2012-2015 foram empreendidas diversas ações para o fortalecimento do Singreh, se destacando as ações de capacitação, os progressos na gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos realizada pelos comitês de bacia hidrográfica, e a implementação de um programa para fortalecimento da gestão estadual de recursos hídricos, o Progestão.

A meta de capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos apresentou demanda crescente atendida pela Agência ao longo do período, em que foram capacitadas mais de 75 mil pessoas, sendo esse público composto por participantes dos 9 comitês de bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais, conselhos e usuários de todos os estados da federação. Em 2015, foram realizadas 450 turmas de 53 cursos nas modalidades à distância com ou sem tutoria, presenciais ou semipresenciais em diversos temas, tais como: Hidrologia/Hidrometria, Qualidade da Água, Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, Educação e Participação Social na Gestão de Recursos Hídricos, Segurança de Barragens, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto.

Em relação à meta de consolidação do funcionamento de cinco comitês em rios de domínio da União, considera-se alcançada, pois os comitês de bacia hidrográfica – CBH dos rios São Francisco, Doce, Paraíba, Piancó-Piranhas-Açu, e Grande encontram-se instalados com a realização de ao menos duas reuniões plenárias por ano, com o funcionamento de câmaras técnicas e grupos de trabalho, com pauta de discussão relevante contendo temas referentes à implementação de instrumentos de gestão. Além desses cinco, a ANA ainda tem provido apoio a mais quatro comitês instalados: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ; Verde Grande; e Paranapanema.

Os CBH São Francisco, Doce, Paraíba do Sul e PCJ, que são os comitês com a cobrança pelo uso de recursos hídricos implementada, adotaram a utilização de Plano de Aplicação Plurianual – PAP para dispêndio dos recursos advindos da cobrança. A utilização desses PAP proporcionou o aprimoramento da aplicação dos recursos e aumento do índice de desembolso das respectivas entidades delegatárias.

No caso do CBH São Francisco dentre as ações e projetos do PAP desenvolvidos, destacam-se projetos relacionados a recuperação hidroambiental e planos municipais de saneamento básico, além de uma grande campanha de comunicação “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”. Esse comitê está em fase de revisão do plano de recursos hídricos. Em 2012 foi elaborado o PAP 2013/2015, e em 2015 foi elaborado o PAP 2016/2018.

No CBH Doce, dentre as ações e projetos desenvolvidos do PAP, destacam-se a elaboração de planos municipais de saneamento básico, práticas de conservação e uso racional da água, e recomposição de matas ciliares. Cabe destacar que em 2015, em função do desastre de Mariana, foram incluídas ações para o enfrentamento da situação no âmbito do contrato de gestão celebrado entre a ANA e o Instituto Bioatlântica-IBIO, que é a entidade delegatária das funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce. Em 2012 foi elaborado o PAP 2013/2015, e em 2015 foi elaborado o PAP 2016/2018.

No Plano de Aplicação Plurianual do CBH Paraíba do Sul, identificam-se ações do comitê e entidade delegatária para o enfrentamento da crise hídrica, podendo-se citar contratações para viabilizar a retirada do volume morto do reservatório de Paraibuna (para garantir abastecimento durante as olimpíadas) e apoio à Superintendência de Regulação da ANA – SRE/ANA na remoção

do capim capituva, a elaboração de planos municipais de gestão de resíduos sólidos e a seleção de projetos de pagamento por serviços ambientais. O PAP foi aprovado em 2013 e será novamente revisto em 2016, e está em fase de revisão o plano de recursos hídricos.

No caso do PAP do CBH PCJ, dentre as ações e projetos desenvolvidos, destacam-se os relacionados a monitoramento hidrológico, elaboração de plano diretor de combate às perdas em sistemas de abastecimento público e produção de vídeos educacionais. O PAP foi aprovado em 2013 e será novamente revisto em 2016.

Os CBH Verde Grande e Paranaíba realizaram entre 2014-2015 discussões para a definição e aprovação da cobrança. O CBH Verde Grande aprovou a cobrança e indicou para atuar como agência de bacia a mesma entidade delegatária do comitê do São Francisco, a Agência de Bacia Peixe Vivo. Essa indicação ainda necessita ratificação do CNRH. O CBH Paranaíba dedicou-se a elaboração do plano de recursos hídricos e após a conclusão do plano, foi intensificada a discussão acerca da cobrança e seleção da entidade delegatária.

Os CBH Grande e o Paranapanema foram instalados em 2012, e iniciaram a elaboração de seus planos de recursos hídricos em 2015. Pode-se destacar o apoio da ANA para elaboração desses planos, e para que seja garantida a devida participação social nesses processos. No caso do CBH Piancó-Piranhas-Açu, em 2015 foi encerrada a vigência do Termo de Parceria celebrado em 2011, e, por meio de novo chamamento público, foi selecionada a mesma ADESE (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó) para firmar novo Termo de Parceria e dar continuidade ao serviço de apoio ao comitê. Portanto, considerando essas diferentes realidades, o acompanhamento e apoio provido pela Agência abrange diferentes ações e formas de envolvimento, que são determinadas em função das demandas e atividades desempenhadas pelos comitês.

E em relação à última meta do Objetivo 0662 que propunha a pactuação de metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação, apesar de não ter havido alteração formal na Lei do PPA, houve alteração do seu escopo para implementação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão. O Pacto Nacional pela Gestão das Águas, que se configura como uma extensa estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos sistemas e órgãos estaduais de recursos hídricos, teve origem com a assinatura da Carta de Brasília, em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MA, MT, MS, PA, PI, PB, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO).

Em 2013, de forma a materializar o Pacto, foi construído o Progestão. Nesse Programa, a partir da adesão dos governos estaduais por meio da publicação de um decreto, o Estado indica a instituição interlocutora para coordenar as ações de gerenciamento de recursos hídricos no seu território. A ANA inicia, assim, em conjunto com os Estados, um processo de negociação das metas, que são pactuadas e submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH. Caso aprovado, os Estados celebram um contrato com a ANA formalizando o compromisso do cumprimento das metas e os valores a serem repassados mediante a comprovação da execução das mesmas, com previsão de repasse de até cinco parcelas anuais de R\$ 750 mil, para cada Estado. Em 2015, após quase três anos de seu lançamento, o Progestão alcançou todas as unidades da federação, sendo que somente o contrato com o Distrito Federal ainda está em fase de tramitação.

As metas foram divididas em metas de cooperação federativa, ou de compartilhamento de informações, e metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual selecionadas pelos órgãos gestores e aprovadas pelos respectivos CERH, a partir da tipologia de gestão escolhida pelo estado. Coube aos estados a definição da tipologia de gestão que melhor refletia sua visão de futuro, observada sua realidade e suas aspirações. Para tanto, foi feita uma associação entre a complexidade exigida no processo de gestão de recursos hídricos e a estrutura institucional necessária para enfrentar os desafios estabelecidos.

Até 2015, o Progestão transferiu um total de R\$ 39,4 milhões aos Estados participantes, devendo-se destacar que esses recursos devem ser aplicados exclusivamente em ações de

gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

E finalmente, em relação ao Objetivo 0665 – “Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade”, devem ser destacados os resultados obtidos com as ações dos Programas Produtor de Água e de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES no período.

O Programa Produtor de Água apoia, orienta e certifica projetos que visam a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, propiciando a melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água. Os projetos são conduzidos pelos estados e municípios e têm como característica comum a proteção dos mananciais de abastecimento de cidades e regiões metropolitanas, isso porque os arranjos locais para o efetivo pagamento pelos serviços ambientais só se materializam onde a água tem valor econômico, como é o caso desses mananciais. Isto também pode ser observado naquelas bacias hidrográficas onde a demanda pela água é ou tende a ser superior a oferta, o que muitas vezes leva a sérios conflitos entre usuários e/ou setores usuários.

Os pagamentos são feitos pelos agentes participantes aos produtores rurais que, através de práticas e manejos conservacionistas, inclusive de manutenção e recomposição da vegetação natural e agropecuária sustentável, venham a contribuir para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação e para o aumento da infiltração de água. Estes agentes podem ser entidades federais, estaduais, prefeituras municipais, organizações não governamentais, comitês e agências de bacias, etc.

Durante o período do PPA 2012-2015, o Produtor de Água promoveu atividades de recuperação e conservação de solo, matas ciliares e nascentes em 7.754 ha, superando a meta proposta de recuperação de 6.000 ha, e impactando cerca de 35 milhões de habitantes de sete regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Palmas, Rio Branco, Campo Grande, Goiânia e Brasília).

Já o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES consiste na concessão de estímulo financeiro pela ANA, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investem na implantação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos - ETE, desde que cumpram as condições estabelecidas em contrato. São elegíveis os projetos de estações ainda não implantadas, ou em fase de construção com, no máximo, 70% do orçamento executado e ampliações ou melhorias de estações que signifiquem aumento da capacidade e/ou da eficiência de tratamento. No período compreendido entre 2012 e 2015, 20 ETEs contribuíram para abater cerca de 40.600 toneladas de DBO, com uma média anual de 27.807,39 kg DBO/dia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos alcançou resultados relevantes para a implementação da Política e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, sobretudo em relação aos objetivos de aprimoramento e integração dos instrumentos de regulação e gestão da Política, e do fortalecimento dos entes do Singreh, em especial dos comitês de bacia e dos órgãos gestores— estaduais. No entanto, além dos desafios já colocados, há novos para o próximo período que estão retratadas no Programa 2084 – Recursos Hídricos do PPA 2016-2019. No próximo PPA, o Programa Recursos Hídricos visa organizar a ação de governo, de forma a “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). As linhas de ação propostas, expressas nos Objetivos do Programa, compreendem a implementação dos instrumentos da PNRH; o apoio aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a conservação, recuperação e uso racional

dos recursos hídricos; o planejamento, a implantação e a gestão de novas infraestruturas hídricas destinadas aos usos múltiplos da água, assim como a recuperação e manutenção das existentes; e a ampliação do conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as superficiais.

A estratégia de implementação do Programa Recursos Hídricos no PPA 2016-2019 integrará a gestão dos recursos hídricos à organização e implementação da infraestrutura hídrica. As atividades de gestão dos recursos hídricos, com suas instituições e regras de governança, relacionam-se à necessidade de regular e gerir de modo adequado como serão utilizados os recursos hídricos disponíveis, sejam os existentes na natureza, sejam os estocados em reservatórios artificiais. A infraestrutura hídrica cumpre um papel relevante ao permitir transformar fluxos de água, sujeitos a condições naturais nem sempre favoráveis, em estoques, que buscarão regularizar o atendimento aos diversos usos, assim como ao viabilizar a transferência de água de locais em que há disponibilidade para locais em que há demanda não atendida pelo uso.

Dessa forma buscar-se-á superar os desafios relacionados a gestão dos recursos hídricos, em especial a implementação de regras de uso da água em 5 bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa; a execução das ações previstas nos planos de recursos hídricos; a disponibilização de dados padronizados de qualidade de água no portal do SNIRH, no âmbito do Programa Qualiágua; o avanço nos estudos para implementação do enquadramento de rios de domínio da União; a publicação do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas e a atualização do Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água; e o avanço na implementação do Progestão e a construção do Procomitês.

INDICADORES

A série histórica dos indicadores apurados entre 2012-2015 foi revisada e alguns índices foram corrigidos para refletir aprimoramentos obtidos nas bases de dados. Desse modo, os valores apresentados no quadro acima podem ser diferentes dos informados no SIOP em anos anteriores.

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012*		Valor Apurado 2013*		Valor Apurado 2014*		Valor Apurado 2015**	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13	31/12/2011	13	31/12/2012	15,4	31/12/2013	15,4	31/12/2015	15,4
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51	31/12/2011	51	31/12/2012	54	31/12/2013	54	31/12/2015	54
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	8	31/12/2010	8	31/12/2010	8	31/12/2010	8	31/12/2010	8
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	89	31/12/2011	89	31/12/2012	84	31/12/2013	94	31/12/2013	94
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18	31/12/2010	18	31/12/2010	18	31/12/2013	20	31/12/2013	20

Os indicadores do Programa têm como fonte a publicação Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, elaborada pela Agência Nacional de Águas há cada quatro anos. O primeiro Relatório foi publicado em 2010, consolidando dados até 2009, e a sua atualização se deu em 2014, com dados referentes a 2013. Anualmente são divulgados Informes relacionados à Conjuntura dos Recursos Hídricos, que apresentam atualizações de parte das informações e indicadores dos relatórios quadrienais e tratam de temas específicos, como a Crise Hídrica. Desse modo, alguns índices foram atualizados apenas uma vez e outros com frequência maior.

A respeito do indicador que trata do percentual do território com comitês interestaduais instalados, em 2012 seu índice passou de 13 para 15,4% em função da instalação do CBH do Rio Grande, que abarca parte dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, com população estimada de 8,6 milhões de pessoas, e do CBH do Rio Paranapanema, localizado nos Estados do Paraná e São Paulo, com população estimada de 4,3 milhões de pessoas.

O indicador percentual do território com planos interestaduais instalados também sofreu acréscimo em seu índice, de 51 para 54%, pois o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba foi concluído em 2012 e sua área de abrangência cobre parte do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

O indicador de qualidade das águas não foi apurado no período, pois a Agência contratou agentes externos para coleta de dados e apuração do índice, o que deve acontecer em 2016. O indicador de regulação, definido pela relação percentual entre a vazão total outorgada e a vazão total para atendimento aos usos consuntivos em rios de domínio da União, passou de 89 para 94% entre 2011 e 2013, justificado pelo crescimento espontâneo da média anual de pedidos autuados, que era de 572 entre 2008-2011 e passou para 977 entre 2012-2015, bem como pelo aprimoramento processo de análise e emissão de outorgas a partir de procedimentos para padronização, acompanhamento e automatização do mesmo.

Por fim, o indicador de uso dos recursos hídricos, representado pela razão entre vazão de retirada para os usos consuntivos e a disponibilidade hídrica, sofreu acréscimo de 18 para 20% ao longo do período. Esse indicador reflete a situação real de utilização de recursos hídricos e permite avaliar quão relevante é a estrutura de gestão requerida na bacia, quanto mais alto o índice, maior a complexidade da gestão requerida. O índice nacional de 20%, segundo a classificação adotada pelas Nações Unidas e pela Agência Ambiental Europeia, representa uma situação preocupante, em que atividade de gerenciamento é indispensável.

4.3.2 – Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

Ações de Responsabilidade da ANA, Vinculadas ao Programa Temático 2026 do MMA

Tabela 3 – Consolidado das Ações Orçamentárias do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Identificação da Ação Orçamentária	
Código da Ação	Título
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Quadro 11 - Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Identificação da Ação	
Código	20WI Tipo: Atividade
Título	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Iniciativa	Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos; plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.					
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação e Gestão dos Recursos Hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.					
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
194.958.367	194.958.367	164.739.833	86.114.156	84.208.271	1.905.884	78.625.677
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Bacia hidrográfica com um ou mais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos implementado ou em implementação no exercício/ Bacia Hidrográfica Beneficiada			Unidade	32	0	34
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (*)						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
102.349.929	83.524.317	(-12.317.322)	Bacia Hidrográfica beneficiada		Unidades por ano	0

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 12 - Ação: 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica

Identificação da Ação	
Código	2378 Tipo: Atividade
Título	Operação da Rede Hidrometeorológica
Iniciativa	Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas.
Objetivo	Promover a integração, e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2015	

Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.500.000	61.500.000	53.090.578	28.722.420	28.295.277	427.143	24.368.158
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Informação produzida			unidade	7.550.000	0	7.127.573
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Informação produzida	unidade	0	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 13 - Ação: 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Identificação da Ação						
Código	4926		Tipo: Atividade			
Título	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens					
Iniciativa	Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem.					
Objetivo	Promover a integração, e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.					
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos		Código: 2026		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.683.000	7.683.000	6.282.486	5.335.935	5.335.935	0	946.551
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Usuário regularizado			unidade	1.155	0	1.810
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Usuário regularizado		unidade	0

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 14 - Ação: 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Identificação da Ação						
Código	12DS Tipo: Projeto					
Título	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas					
Iniciativa	02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)					
Objetivo	Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais. Código: 0662					
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.000.000	8.000.000	8.000.000	2.041.164	2.041.164	0	5.958.836
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Construção do prédio anexo ao bloco M da Agência Nacional de Águas/Prédio Construído			Percentual de Execução Física	40	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.000.000	0	(-4.000.000)	Construção do prédio anexo ao bloco M da Agência Nacional de Águas/Prédio Construído	Percentual de Execução Física	0	

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

Análise Situacional das Ações de Responsabilidade da ANA, Vinculadas ao Programa Temático 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

A atuação da ANA em 2015 foi basicamente alicerçada nas ações de natureza estrutural **20WI, 2378 e 4926**. Integram essas ações planos orçamentários que visam à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH.

No item 4.14 Índices e Indicadores de Desempenho, deste relatório, é feita análise detalhada da execução das metas físicas/financeiras dos planos orçamentários dessas ações.

Nos últimos anos o país vivenciou um dos piores períodos de estiagem, que alcançou simultaneamente as regiões Sudeste e Nordeste. Desde então, foram desencadeadas atividades em articulação com os órgãos gestores dos estados atingidos pelo período de estiagem, visando minimizar os efeitos negativos desse cenário. Deve-se ressaltar que também os setores usuários participam das articulações voltadas ao enfrentamento da seca prolongada, oferecendo alternativas de superação das restrições que se fazem

necessárias. Foi instalado um Comitê de Crise envolvendo a ANA e os órgãos regionais e gestores dos estados atingidos pela seca.

Uma série de estudos e ações estão em curso e têm a finalidade de promover um monitoramento contínuo e a ações interventivas contra a seca devidamente articuladas entre as esferas federal e estadual, os setores usuários e os comitês de bacias. Entre esses estudos a ações destacam-se o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), o Atlas Brasil de Despoluição, estudo sobre os Reservatórios do Semiárido, o Projeto Monitor da Seca do Nordeste –MSNE além de outros estudos em andamento.

Em 2015, foi concluída a contribuição da ANA à construção do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), iniciado em 2013 sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente. A ANA compôs a rede de apoio dedicada ao tema recursos hídricos, envolvendo diversos atores, denominada Rede Água, cujos trabalhos foram liderados pela ANA, que foi encarregada de elaborar o documento de subsídio ao tema de recursos hídricos do PNA. A elaboração desse documento contou com uma parceria entre a ANA e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que se estendeu por todo o ano de 2014 e contou com 7 consultores, especialistas nos diferentes aspectos da gestão dos recursos hídricos, em constante diálogo com um grupo de servidores da ANA designado para o acompanhamento e apoio dessa tarefa.

Ainda em 2013, a ANA celebrou acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE com o objetivo de realizar um diálogo político para analisar e avaliar a governança do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil e fornecer diretrizes e recomendações baseadas em experiências internacionais. Essas diretrizes e recomendações têm como objetivo contribuir para o aprimoramento da governança multinível dos recursos hídricos.

No âmbito desse acordo, o relatório “Governança das Águas no Brasil” foi lançado em 2015, do qual faz parte um plano de ações para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no País. Esse relatório foi produzido a partir da interação no Brasil com mais de uma centena de representantes de governos, organizações, usuários de água e academia relacionados ao tema e visou a conhecer, examinar e comparar experiências e “boas práticas” internacionais com a experiência brasileira.

A ANA como órgão coordenador do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem sido constantemente demandada pelos demais entes para ampliar e aprimorar as oportunidades de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para atuar na gestão de recursos hídricos em nível federal, estadual, nos comitês de bacias hidrográficas, em articulação com setores usuários.

No ano de 2015 a ANA formalizou de Termo de Cooperação entre a ANA e a CAPES para implementação do Programa Pró-Recursos Hídricos, com o objetivo de fortalecer a pesquisa em gestão e regulação de recursos hídricos e a criação de cursos de mestrado profissional no país.

A agenda internacional da ANA vem crescendo em atividades e importância desde sua instalação, em 2001. No entanto, ganhou maior densidade nos últimos anos, com o incremento das atividades no âmbito da cooperação com os países membros da Conferência Ibero-Americana de Dirigentes de Água – CODIA, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com a agenda de cooperação prestada pelo Brasil, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, com organizações multilaterais e com o Conselho Mundial da Água

À ANA cabe disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, seu espectro de regulação ultrapassa os limites das bacias hidrográficas com rios de domínio da União, pois alcança aspectos institucionais relacionados à regulação dos recursos hídricos no âmbito nacional.

Em relação à **Ação 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas**, o processo 02501.001722/2014-70 foi aberto em 17/09/2014 e o Contrato 074/ANA/2014, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, quais sejam: assessoria técnica na análise dos projetos de arquitetura e complementares, análise, atualizações e elaboração de estimativas de preços, licitação dos projetos executivos de engenharia, licitação de obra, bem como acompanhamento técnico na execução de obras civis do edifício institucional da ANA, foi firmado em 10/11/2014 com 30 meses de vigência a partir da assinatura (10/05/2017).

4.3.4 – Demonstrativo da execução das despesas Programação das Despesas

Quadro 15 - Programação da despesa

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas				Código UO: 44205		UGO: 443003	
Origem dos Créditos Orçamentários				Grupos de Despesa Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL				78.390.704,00	147.000,00	312.052.307,00	
CRÉDITOS	Suplementares			7.995.290,00	0	3.954.419,00	
	Especiais	Abertos		0	0	0	
		Reabertos		0	0	0	
	Extraordinários	Abertos		0	0	0	
		Reabertos		0	0	0	
	Créditos Cancelados			0	0	-2.399.576,00	
Outras Operações				0	-51.527,00	0	
Dotação final 2015 (A)				86.385.994,00	95.473,00	313.607.150,00	
Dotação final 2014(B)				80.696.185,00	547.500,00	270.040.228,00	
Variação (A/B-1)*100				7,05	-82,56	16,13	
Origem dos Créditos Orçamentários				Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL				51.640.000,00	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares			914.733,00	0	0	0
	Especiais	Abertos		0	0	0	0
		Reabertos		0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos		0	0	0	0
		Reabertos		0	0	0	0
	Créditos Cancelados			0	0	0	0
Outras Operações				0	0	0	0
Dotação final 2015 (A)				52.554.733,00	0	0	0
Dotação final 2014(B)				47.969.000,00	0	0	0
Variação (A/B-1)*100				9,56	0	0	0

Com referência ao saldo de R\$ 51.527,00, este foi transferido para a Secretaria do Tesouro Nacional juntamente com o Contrato da Dívida Externa BIRD 8074 BR, com vistas ao atendimento do disposto no art. 2º. Do Decreto nº 5.994, de 18/12/2006, Decreto nº 8.295, de 15/08/2014, Portaria nº 354/2006, e Portaria STN nº 427/2015.

Análise Crítica

No que diz respeito à programação da despesa a que se referem os quadros demonstrativos acima, cabem as seguintes considerações.

A Unidade Orçamentária 44205 – Agência Nacional de Águas - ANA, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, tem sua Programação Orçamentária e Financeira sob a responsabilidade da Unidade Gestora 443003 – Gerência de Orçamento e Finanças/SAF/ANA, que desempenha, dentre outros, o papel de unidade descentralizadora (não-executora) de recursos.

4.3.6 - Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 16 – Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Não Processados				
Ano da inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	R\$ 106.990.180,26	R\$ 80.693.873,23	R\$ 18.417.620,33	R\$ 7.878.686,70
2013	R\$ 1.938.303,28	R\$ 1.476.000,00	R\$ 15.903,28	R\$ 446.400,00
Anteriores ao exercício de 2013	R\$ 466.832,80	-	-	R\$ 466.832,80

ANÁLISE CRÍTICA:

Os valores reinscritos correspondentes aos exercícios anteriores a 2013 e do exercício de 2013 são vinculados à Unidade Gestora 443002 – Recursos Hídricos, geridos pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da Agência Nacional de Águas, visando à operacionalização do Orçamento Geral da União mediante contratos de repasse.

Esclarece-se que nesta condição, instrumentos administrativos usados na transferência dos recursos financeiros, por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União ficam sob a responsabilidade do agente financeiro público federal, no caso, a Caixa Econômica Federal.

Com relação ao saldo a pagar, de R\$ 7.878.686,70 inscrito no exercício de 2014, igualmente à situação anterior, R\$ 7.651.344,67 refere-se à Unidade Gestora UG 443002 – Recursos Hídricos, geridos pela Caixa Econômica Federal na operacionalização do Orçamento Geral da União mediante contratos de repasse, e o valor de R\$ 227.342,03 refere-se à Unidade Gestora UG 443001.

O saldo total da Conta Contábil 531210000, reinscrição RPNP A LIQUIDAR/BLOQUEADOS, em dezembro de 2015, foi de R\$ 8.791.919,50.

Quanto aos impactos na gestão financeira, informa-se que não haverá repercussão tendo em vista que, no âmbito da Unidade Gestora 443001, manteve-se saldo para sua cobertura, e no tocante à Unidade Gestora Executora 443002, os recursos administrados pelo Agente Financeiro Público, Caixa Econômica Federal, vêm sendo mantido em razão de manifestação de área afeta de que as atividades já foram iniciadas.

Quanto ao registro de vigentes acerca de valores inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência da Unidade Gestora 443001, informa-se que os mesmos encontram-se mantidos na Conta Contábil 531210000, reinscrição RPNP A LIQUIDAR/BLOQUEADOS, cujos gestores responsáveis pelos respectivos contratos optou pela não desbloqueio e sua manutenção na referida conta, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015, alterado pelos Decretos nº 8.466, de 10 de junho de 2015, nº 8.507, de 25 de agosto de 2015, e nº 8.551, de 29 de outubro de 2015, onde, ao teor do contido no § 4º do art. 2º, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) providenciarão cancelamento automático dos saldos de empenhos de restos a pagar que não foram desbloqueados pelas unidades gestoras.

Quadro 17 – Restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano da inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	R\$ 862.029,74	-	R\$ 862.029,74	-
2013	-	-	-	-
Anteriores ao exercício de 2013	R\$ 59.732,35	-	R\$ 7.721,42	R\$ 52.010,93

ANÁLISE CRÍTICA:

O Valor de R\$ 52.010,93 encontra-se vinculado à Unidade Gestora 443002 – Recursos Hídricos, geridos pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da Agência Nacional de Águas, na operacionalização do Orçamento Geral da União. Corresponde à Nota de Empenho 2011NE800006, emitida em favor do Município de Patrocínio, Departamento de Água e Esgotos – DAE, para atendimento do Contrato de Repasse 766290/2011. A Nota de empenho foi emitida em valor maior que o compromisso exigia, sendo o saldo existente considerado sobra. O contrato de repasse encontra-se expirado desde 30/09/2014, e o prazo limite para a apresentação de prestação de contas expirou-se em 29/11/2014. O operador do orçamento, Caixa Econômica Federal já deveria ter efetuado o cancelamento do saldo de restos a pagar processado.

4.3.8 – Informações sobre a Realização das Receitas

I - Lei Orçamentária Anual – LOA 2015

De acordo com a Lei nº 13.115, de 20/04/2015 – LOA/2015, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2015, o orçamento da ANA foi estimado em R\$ 426.430.011. Esse valor foi 11,5% superior ao valor aprovado na LOA/2014. Esse acréscimo se deu principalmente pelo aumento da fonte 83 de um exercício para o outro.

Em termos de valores e de percentuais, o Orçamento aprovado para a ANA, por Grupos de Despesas, foi distribuído da seguinte maneira:

Quadro 18– LOA/2015 – Por Grupos de Despesas

ND	LOA/2015 (R\$)	%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	78.390.704	18,38%
2 - Juros e Encargos da Dívida	147.000	0,03%
3 - Outras Despesas Correntes	303.052.307	71,07%
4 - Investimentos	44.840.000	10,52%
Total	426.430.011	100,00%

Fonte: SIAFI/STN

O quadro abaixo detalha o orçamento da ANA, em 2015, em comparação percentual com o orçamento aprovado em 2014:

Quadro 19 – Comparação percentual: LOA/2015 e LOA/2014 – Por Grupos de Despesas

GND	LOA/2015 (R\$)	LOA/2014 (R\$)	VARIAÇÃO %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.528.801	78.390.704	3,79%
2 - Juros e Encargos da Dívida	547.500	147.000	-73,15%
3 - Outras Despesas Correntes	258.399.575	303.052.307	17,28%
4 - Investimentos	47.969.000	44.840.000	-6,52%
Total	382.444.876	426.430.011	11,5%

Fonte: SIAFI/STN

Observando-se o quadro acima, consideramos merecedores de destaque o Grupo Outras Despesas Correntes, que sofreu variação negativa entre os dois exercícios, isto decorreu da diminuição da arrecadação na fonte 83 devido à estiagem prolongada, que acarretou na diminuição da geração de energia nas hidroelétricas. As variações positivas observadas nos demais Grupos podem ser consideradas normais, sendo decorrentes de crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores (Grupo 1).

No que diz respeito à Reserva de Contingência, desde 2012 verificou-se uma significativa redução de recursos (99,98%), que se deu em decorrência do Decreto nº 7.402, de 22/12/2010. De acordo com esse Decreto, as receitas referentes ao pagamento pelo uso de recursos hídricos oriundas do setor elétrico passaram a ser consideradas cobrança pelo uso da água e, portanto, uma obrigação legal da União, não estando sujeitas a

contingenciamentos e limitações para movimentação e empenho. Por conta disso, em 2011, foi criada a fonte de recursos 83 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos e foram feitos ajustes nas dotações orçamentárias da ANA, cancelando-se recursos da fonte 34 – Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos para alocação na fonte 83. A partir de 2011, a fonte 34 deixou de fazer parte do orçamento da ANA, o que fez com que deixasse de existir Reserva de Contingência nessa fonte de recursos no âmbito da Agência.

II - Créditos Adicionais - 2015

A ANA encerrou o exercício financeiro de 2015 com uma dotação de Lei, acrescida de créditos adicionais abertos no exercício (Lei + Créditos), no valor de R\$ 452.643.350,00. Desse Total, R\$ 8.594.866,00, foram destinados a despesas discricionárias – despesas que excluem gastos com pessoal, dívida, encargos, reserva de contingência e benefícios aos servidores. Tais despesas estão sujeitas a limitações para movimentação e empenho. Os quadros abaixo mostram os valores da LOA + Créditos, distribuídos por fontes de recursos e por Grupos de Despesas.

Quadro 20 - Fontes de Recursos 2015 (Lei + Créditos)

		Em R\$		
Fonte de Recursos		Dotação Inicial	Créditos Aprovados	Lei+Créditos
0100	Recursos Ordinários	109.348.040,00	8.594.866,00	117.942.906,00
0116	Rec.Outorga de Dir.de Uso de Rec.Hídricos - ANA	56.255.064,00	0,00	56.255.064,00
0144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	147.000,00	-51.527,00	95.473,00
0148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.194.814,00	0,00	5.194.814,00
0174	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	104.560,00	0,00	104.560,00
0183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	263.448.928,00	0,00	263.448.928,00
1183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	7.731.605,00	0,00	7.731.605,00
0188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	1.870.000,00	1.870.000,00
Total		442.230.011,00	10.413.339,00	452.643.350,00

Fonte: SIAFI/STN

A respeito do quadro acima, é importante salientar que, conforme já mencionado antes, em decorrência dos dispositivos contidos no Decreto nº 7.402, de 22/12/2010, as receitas referentes ao pagamento pelo uso de recursos hídricos oriundas do setor elétrico, passaram a ser consideradas cobrança pelo uso da água e, portanto, uma obrigação legal da União, não estando sujeitas a contingenciamentos e limitações para movimentação e empenho. Por esse motivo, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP criou a fonte 83 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos, por intermédio da Portaria SOF nº 1, de 19/02/2011.

As despesas relacionadas à fonte de recursos 83 estão inseridas no Anexo III da Lei nº 13.080, de 02/01/2015 – LDO/2015, como despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União, conforme abaixo:

48. Despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se referem os incisos I, III, IV e V do art. 12 da Lei no 9.433, de 08/01/1997 (Lei no 10.881, de 09/06/2004, e Decreto no 7.402, de 22/12/2010).

Quadro 21 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG : 443003		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedor		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedor		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	440040	44205.18.544.2026.20 WI			2.300.000,00
		440078				2.840.707,80
		440005				500.000,00
		443020				699.442,65
		193034	44205.18.544.2026.49 26			1.318.224,60
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	443003	443020	44205.18.544.2026.20 WI	875.000,00		
Recebidos						

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 22 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG : 443003		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedor		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	495001	44205.18.544.2026.23 78			21.860.960,00
		160087				1.500.000,00
		240005				5.485.282,02
		154003	44205.18.544.2026.20 WI			10.078.874,31
		364102				2.865.079,85
		158133				446.070,00
		135016				82.593,58

		254420				623.600,00	
		135100				108.117,00	
		153045				540.000,00	
		203001		19.122.2106.2000			350.066,96
		364001		19.122.2106.2000			1.488,94
		240101		19.122.2106.2000			5.212,31
		110407		05.542.2058.20X4			24.262,88
		110407		05.122.2108.2000			1.956,17
		110407		05.122.2108.2000			10.764,40
		200109		06.122.2112.2000			4.219,54
Recebidos	203001	443003	19.122.2106.2000			3.001.907,58	
	364001		19.122.2106.2000			82.913,35	
	240101		19.122.2106.2000			4.293.722,19	
	110407		05.542.2058.20X4			884.493,26	
	110407		05.122.2108.2000			63.264,09	
	110407		05.122.2108.2000			289.406,52	
	200109		06.122.2112.2000			316.365,40	
	530025		04.122.2111.140U			1.922.463,63	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedor a		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Concedidos		495001	44205.18.544.2026.2378	4.367.750,00			
		154003	44205.18.544.2026.20WI	420.000,00			
		364102		1.390.000,00			
		135016		54.006,42			
Recebidos							

Fonte: SIAFI/STN

4.3.9 – Informações sobre a execução das despesas

Quadro 23 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas			Código UO: 44205		UGO: 443001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga			
	2015	2014	2015	2014		
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	65.768.159,97	60.253.919,16	65.768.159,97	59.196.529,14		
a) Convite		0,00		0,00		
b) Tomada de Preços		0,00		0,00		
c) Concorrência	8.649.382,37	5.852.325,46	8.649.382,37	4.990.295,72		
d) Pregão	57.118.777,60	54.401.593,70	57.118.777,60	54.206.233,42		
e) Concurso		0,00		0,00		
f) Consulta		0,00				

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00		0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	18.286.284,82	12.585.805,16	18.286.284,82	12.577.356,44
h) Dispensa	5.505.284,71	5.471.412,21	5.505.284,71	5.463.548,01
i) Inexigibilidade	12.781.000,11	7.114.392,95	12.781.000,11	7.113.808,43
3. Regime de Execução Especial	33.471,61	30.156,95	33.471,61	30.156,95
j) Suprimento de Fundos	33.471,61	30.156,95	33.471,61	30.156,95
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	87.042.549,83	82.386.807,39	87.042.549,83	82.386.807,39
k) Pagamento em Folha	85.522.219,60	81.183.860,86	85.522.219,60	81.183.860,86
l) Diárias	1.520.330,23	1.202.946,53	1.520.330,23	1.202.946,53
5. Outros	83.714.760,05	105.686.970,42	83.714.760,05	105.531.276,03
6. Total (1+2+3+4+5)	254.845.226,28	260.943.659,08	254.845.226,28	259.722.125,95

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 24 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas		Código UO: 44205		UGO: 443001/44	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	66.342.846,46	54.922.082,51	66.342.846,46	54.060.052,77	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	9.224.068,86	5.852.325,46	9.224.068,86	4.990.295,72	
d) Pregão	57.118.777,60	49.069.757,05	57.118.777,60	49.069.757,05	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	18.286.284,82	10.784.497,91	18.286.284,82	10.784.497,91	
h) Dispensa	5.505.284,71	3.704.436,23	5.505.284,71	3.704.436,23	
i) Inexigibilidade	12.781.000,11	7.080.061,68	12.781.000,11	7.080.061,68	
3. Regime de Execução Especial	33.471,61	30.156,95	33.471,61	30.156,95	
j) Suprimento de Fundos	33.471,61	30.156,95	33.471,61	30.156,95	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	87.042.549,83	82.373.751,59	87.042.549,83	82.373.751,59	
k) Pagamento em Folha	85.522.219,60	81.183.860,86	85.522.219,60	81.183.860,86	
l) Diárias	1.520.330,23	1.189.890,73	1.520.330,23	1.189.890,73	
5. Outros	87.080.560,19	81.128.847,95	87.080.560,19	81.128.847,95	
6. Total (1+2+3+4+5)	258.785.712,91	229.239.336,91	258.785.712,91	228.377.307,17	

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 25 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas					Código UO: 44205		UGO: 443003	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	85.572.219,60	79.709.924,30	85.522.219,60	79.002.978,90	50.000,00	706.945,40	85.522.219,60	79.002.978,90
01 - Aposentados RPPS, Reser. Remuner. e Reform. Militar	662.645,10	562.384,00	662.645,10	447.296,98		115.087,02	662.645,10	447.296,98
03 - Pensões do RPPS e Militar	176.515,17		176.515,17				176.515,17	
07- Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	24.054,25	10.000,00	24.054,25	6.636,49		3.363,51	24.054,25	6.636,49
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	70.250.396,07	64.937.696,19	70.250.396,07	64.937.693,19		3,00	70.250.396,07	64.937.693,19
13 - Obrigações Patronais	14.067.389,00	13.794.154,00	14.067.389,00	13.205.663,09		588.490,91	14.067.389,00	13.205.663,09
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	125.281,16	123.315,87	125.281,16	123.315,87			125.281,16	123.315,87
91 - sentençs Judiciais	6.843,11	5.505,06	6.843,11	5.505,06			6.843,11	5.505,06
92 - Despesas de Exerc. Anteriores		13.636,00		13.635,04		0,96		13.635,04
96 - Ressarcimento Despesas - Pessoal Requisitado	259.095,74	263.233,18	209.095,74	263.233,18	50.000,00		209.095,74	263.233,18
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
21 - Juros sobre à Dívida por Contrato LC 141/12	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	220.680.067,57	216.528.993,58	160.696.766,83	143.557.821,80	59.983.300,74	72.971.171,78	160.696.766,83	142.695.792,06
08 - Outros Benefícios Assistenciais	133.631,64	104.000,00	133.631,64	86.629,69		17.370,31	133.631,64	86.629,69
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.428.299,52	1.131.282,38	1.428.299,52	1.130.962,84		319,54	1.428.299,52	1.130.962,84
15 - Diárias - Pessoal Militar	12.159,51	14.320,59	12.159,51	14.320,59			12.159,51	14.320,59
30 - Material de Consumo	2.910.678,15	1.634.378,92	1.051.001,34	284.045,37	1.859.676,81	1.350.333,55	1.051.001,34	284.045,37

32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	7.185,00	181.307,90	7.185,00	126.262,90		55.045,00	7.185,00	126.262,90
33 -Passagens e Despesas com Locomoção	5.183.430,76	4.733.356,71	4.668.866,34	3.693.127,83	514.564,42	1.040.228,88	4.668.866,34	3.693.127,83
35 - Serviços de Consultoria	15.368.259,18	18.091.011,75	11.431.915,89	11.525.923,93	3.936.343,29	6.565.087,82	11.431.915,89	10.663.894,19
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	332.773,14	241.807,30	332.773,14	174.809,07		66.998,23	332.773,14	174.809,07
37 -Locação de Mão-de-Obra	19.891.382,26	17.949.469,60	18.325.386,91	15.108.896,98	1.565.995,35	2.840.572,62	18.325.386,91	15.108.896,98
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	80.223.427,72	81.736.922,46	48.029.578,35	31.553.933,85	32.193.849,37	50.182.988,61	48.029.578,35	31.553.933,85
41 - Contribuições Fundo a Fundo	91.514.686,38	86.924.053,33	71.601.814,88	76.166.143,93	19.912.871,50	10.757.909,40	71.601.814,88	76.166.143,93
46 - Auxílio- Alimentação	1.482.725,81	1.511.272,00	1.482.725,81	1.493.723,30		17.548,70	1.482.725,81	1.493.723,30
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	15.611,80	14.308,75	15.611,80	14.235,31		73,44	15.611,80	14.235,31
49 - Auxílio-Transporte	937,63	1.044,00	937,63	884,31		159,69	937,63	884,31
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	660.895,59	737.093,47	660.895,59	737.093,47			660.895,59	737.093,47
93 -Indenizações e Restituições	1.513.983,48	1.523.364,42	1.513.983,48	1.446.828,43		76.535,99	1.513.983,48	1.446.828,43
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	30.620.001,01	40.005.898,83	8.626.239,85	7.776.704,19	21.993.761,16	32.229.194,64	8.626.239,85	7.776.704,19
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.185.753,00	3.698.346,58	97.388,00	3.560.290,18	1.088.365,00	138.056,40	97.388,00	3.560.290,18
41 - Contribuições Fundo a Fundo	39.000,00	4.923.891,01			39.000,00	4.923.891,01		
51 -Obras e Instalações	8.000.000,00	4.012.528,40	2.041.163,59	0,00	5.958.836,41	4.012.528,40	2.041.163,59	
52 - Equipamentos e Material Permanente	21.259.448,01	27.371.132,84	6.351.888,26	4.216.414,01	14.907.559,75	23.154.718,83	6.351.888,26	4.216.414,01

92 - Despesas de Exerc. Anteriores	135.800,00		135.800,00		0,00		135.800,00	
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 26 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas					Código UO: 44205		UGO: 443003	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	85.572.219,60	79.709.924,30	85.522.219,60	79.002.978,90	50.000,00	706.945,40	85.522.219,60	79.002.978,90
01 - Aposentados RPPS, Reser. Remuner. e Reform. Militar	662.645,10	562.384,00	662.645,10	447.296,98		115.087,02	662.645,10	447.296,98
03 - Pensões do RPPS e Militar	176.515,17		176.515,17				176.515,17	
07- Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	24.054,25	10.000,00	24.054,25	6.636,49		3.363,51	24.054,25	6.636,49
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	70.250.396,07	64.937.696,19	70.250.396,07	64.937.693,19		3,00	70.250.396,07	64.937.693,19
13 - Obrigações Patronais	14.067.389,00	13.794.154,00	14.067.389,00	13.205.663,09		588.490,91	14.067.389,00	13.205.663,09
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	125.281,16	123.315,87	125.281,16	123.315,87			125.281,16	123.315,87
91 - Sentençs Judiciais	6.843,11	5.505,06	6.843,11	5.505,06			6.843,11	5.505,06
92 - Despesas de Exerc. Anteriores		13.636,00	0,00	13.635,04		0,96		13.635,04
96 - Ressarcimento Despesas - Pessoal Requisitado	259.095,74	263.233,18	209.095,74	263.233,18	50.000,00		209.095,74	263.233,18
2. Juros e Encargos da Dívida	95.472,85	91.722,75	95.472,85	91.722,75			95.472,85	91.722,75
21 - Juros sobre à Dívida por Contrato LC 141/12	95.472,85	91.722,75	95.472,85	91.722,75			95.472,85	91.722,75
3. Outras Despesas Correntes	228.351.292,38	216.528.993,58	164.541.780,61	143.557.821,80	63.809.511,77	72.971.171,78	164.541.780,61	142.695.792,06
08 - Outros Benefícios Assistenciais	133.631,64	104.000,00	133.631,64	86.629,69		17.370,31	133.631,64	86.629,69

14 - Diárias - Pessoal Civil	1.428.299,52	1.131.282,38	1.428.299,52	1.130.962,84		319,54	1.428.299,52	1.130.962,84
15 - Diárias - Pessoal Militar	12.159,51	14.320,59	12.159,51	14.320,59			12.159,51	14.320,59
30 - Material de Consumo	2.910.678,15	1.634.378,92	1.051.001,34	284.045,37	1.859.676,81	1.350.333,55	1.051.001,34	284.045,37
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	7.185,00	181.307,90	7.185,00	126.262,90		55.045,00	7.185,00	126.262,90
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	5.183.430,76	4.733.356,71	4.668.866,34	3.693.127,83	514.564,42	1.040.228,88	4.668.866,34	3.693.127,83
35 - Serviços de Consultoria	22.252.026,03	18.091.011,75	14.489.471,71	11.525.923,93	7.762.554,32	6.565.087,82	14.489.471,71	10.663.894,19
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	332.773,14	241.807,30	332.773,14	174.809,07		66.998,23	332.773,14	174.809,07
37 - Locação de Mão-de-Obra	19.891.382,26	17.949.469,60	18.325.386,91	15.108.896,98	1.565.995,35	2.840.572,62	18.325.386,91	15.108.896,98
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	80.795.337,24	81.736.922,46	48.601.487,87	31.553.933,85	32.193.849,37	50.182.988,61	48.601.487,87	31.553.933,85
41 - Contribuições Fundo a Fundo	91.514.686,38	86.924.053,33	71.601.814,88	76.166.143,93	19.912.871,50	10.757.909,40	71.601.814,88	76.166.143,93
46 - Auxílio- Alimentação	1.482.725,81	1.511.272,00	1.482.725,81	1.493.723,30		17.548,70	1.482.725,81	1.493.723,30
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	15.611,80	14.308,75	15.611,80	14.235,31		73,44	15.611,80	14.235,31
49 - Auxílio-Transporte	937,63	1.044,00	937,63	884,31		159,69	937,63	884,31
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	876.444,03	737.093,47	876.444,03	737.093,47			876.444,03	737.093,47
93 - Indenizações e Restituições	1.513.983,48	1.523.364,42	1.513.983,48	1.446.828,43		76.535,99	1.513.983,48	1.446.828,43
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	30.620.001,01	40.005.898,83	8.626.239,85	7.776.704,19	21.993.761,16	32.229.194,64	8.626.239,85	7.776.704,19
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.185.753,00	3.698.346,58	97.388,00	3.560.290,18	1.088.365,00	138.056,40	97.388,00	3.560.290,18
41 - Contribuições Fundo a Fundo	39.000,00	4.923.891,01			39.000,00	4.923.891,01		
51 - Obras e Instalações	8.000.000,00	4.012.528,40	2.041.163,59		5.958.836,41	4.012.528,40	2.041.163,59	
52 - Equipamentos e Material Permanente	21.259.448,01	27.371.132,84	6.351.888,26	4.216.414,01	14.907.559,75	23.154.718,83	6.351.888,26	4.216.414,01
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	135.800,00		135.800,00				135.800,00	
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 27 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.462.648,07	5.191.977,39	6.599.900,20	5.191.977,39
a) Convite		0,00		0,00
b) Tomada de Preços		0,00		0,00
c) Concorrência		0,00		0,00
d) Pregão	6.741.724,21	5.191.977,39	6.187.943,71	5.191.977,39
e) Concurso	720.923,86	0,00	411.956,49	0,00
f) Consulta		0,00		0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00		0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	1.791.388,86	798.275,92	1.602.845,11	798.275,92
h) Dispensa	914.257,03	454.307,56	802.689,54	454.307,56
i) Inexigibilidade	877.131,83	343.968,36	800.155,57	343.968,36
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos		0,00		0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha		0,00		0,00
l) Diárias		0,00		0,00
5. Outros	1.201.539,77	549.275,32	686.594,16	549.275,32
6. Total (1+2+3+4+5)	10.455.576,70	6.539.528,63	8.889.339,47	6.539.528,63

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 28 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	10.455.576,70	7.670.397,07	10.455.576,70	6.539.528,63	1.566.237,23	1.130.868,44	8.889.339,47	6.539.528,63
35 - Serviços de Consultoria	1.922.463,63	823.912,99	1.922.463,63	549.275,32	823.912,98	274.637,67	1.098.550,65	549.275,32
37 -Locação de Mão-de-Obra	6.003.020,18	5.131.950,79	6.003.020,18	4.536.290,16	529.476,87	595.660,63	5.473.543,31	4.536.290,16

39 - Outros Serv. de Terceiros - PJ	2.212.221,96	1.714.533,29	2.212.221,96	1.453.963,15	212.847,38	260.570,14	1.999.374,58	1.453.963,15
92 - Despesa de Exercícios Anteriores	317.870,93	-	317.870,93	-	0,00	-	317.870,93	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/STN

Análise Crítica da realização da despesa

No que diz respeito à Execução Orçamentária da Despesa, o valor total empenhado no exercício financeiro de 2015 foi de R\$ 409.448.707,00. Esse valor correspondeu a 94% da dotação total da ANA (Lei + Créditos) no mesmo período, que foi de R\$ 435.574.877, conforme se pode constatar por intermédio dos números que constam do quadro abaixo.

Quadro 29 – Comparativo de Gastos: LOA+Créditos, Limite Disponível e Empenho - 2015

Execução Orçamentária 2015 - ANA, até 31/12/2015				
Categorias de Gasto (a)	LOA + Créditos (b)	Limite Disponível (c)	Empenhado (d)	(d/c) %
Pessoal	84.515.994	84.515.994	83.945.987	99
Benefícios aos servidores	2.754.208	2.754.208	2.101.428	76
Cobrança (Bacias = Fontes 116 + 280)	56.255.064	56.255.064	56.255.064	100
Serviço da dívida	147.000	147.000	95.473	65
Despesas Discricionárias	19.972.078		14.664.112	73
Fonte 183	271.930.533	271.930.533	252.386.643	93
Total	435.574.877		409.448.707	94

Fonte: SIAFI/STN

Despesas com Publicidade

Quadro 30 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	18.122.2124.2000.0000	489.818,97	396.419,59

	18.544.2026.20WI.0001	205.510,70	204.852,23
Mercadológica			
Utilidade pública			

Quadro 31 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	
Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	
CNPJ: 04.204.444/0001-08	UG/GESTÃO: 443001/44205
Informações sobre as Transferências	

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	Situação
1	815192/2014	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	R\$ 1.497.582,68	R\$ 74.879,13	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	31/12/14	31/01/17	1
1	799534/2013	Porto Alegre Departamento Municipal de Águas e Esgotos	R\$ 647.683,16	R\$ 51.814,65	R\$ 0,00	R\$ 521.393,16	31/12/13	30/10/17	1
1	797505/2013	Consortio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias dos Lagos do Rio São João e Zona Costeira	R\$ 1.200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	20/12/13	31/08/15	2
1	777924/2012	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - FAPES	R\$ 1.915.556,12	R\$ 123.008,12	R\$ 1.678.548,00	R\$ 1.678.548,00	20/12/12	20/12/16	1
1	765994/2011	Prefeitura Municipal de Rio Branco	R\$ 496.442,06	R\$ 20.235,06	R\$ 0,00	R\$ 476.207,00	29/11/11	31/08/15	2
1	764040/2011	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF	R\$ 2.515.831,03	R\$ 284.580,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000.000,00	26/03/12	28/02/16	1
1	762704/2011	Município de Ibiá	R\$ 757.321,20	R\$ 260.119,42	R\$ 0,00	R\$ 497.201,78	21/12/11	15/10/15	2
1	756001/2011	Fundação Parque Tecnológico Itaipú - Brasil	R\$ 8.388.394,88	R\$ 934.731,00	R\$ 570.315,00	R\$ 6.814.223,88	31/08/11	31/12/16	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa

4 - Termo de Compromisso

4 - Concluído

5 - Excluído

6 - Rescindido

7 - Arquivado



Quadro 32 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional de Águas					
CNPJ:	04.204.444/0001-08					
UG/GESTÃO:	443003/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	25	1	2	58.355.708,23	1.639.335,38	894.787,50
Termo de Compromisso						
Totais	25	1	2	58.355.708,23	1.639.335,38	894.787,50

Quadro 33 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional de Águas					
CNPJº:	02.204.444/0002-80					
UG/Gestão:	443002/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de Repasse	11	12	6	8.671.422,31	10.524.762,80	4.546.345,02
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	11	12	6	R\$ 8.671.422,31	R\$ 10.524.762,80	R\$ 4.546.345,02

Fonte: SIAFI-SICONV-COORF/SAF/ANA.

Quadro 34 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela uj na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contrato de repasse

Posição em:

31/12/2015

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Agência Nacional de Águas					
CNPJº: 04.204.444/0001-08		UG/Gestão: 443003/44205			
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2015	Contas	Quantidade	-	1	-

	prestadas	Montante Repassado	-	R\$ 277.458,66	R\$ 0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	2	-
2014	Contas prestadas	Montante Repassado	-	R\$ 2.506.364,22	R\$ 0,00
		Quantidade	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Quantidade	-	-	-
2013	Contas prestadas	Montante Repassado	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Quantidade	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Quantidade	-	-	-
Anteriores a 2013	Contas prestadas	Montante Repassado	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Quantidade	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Quantidade	-	-	-

Fonte: SIAFI - COORF/SAF/ANA.

Nome: Agência Nacional de Águas				
CNPJ: 04.204.444/0002-80		UG/Gestão: 443002/44205		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse

2015	Contas prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	R\$ 1.404.884,89
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	R\$ 1.786.957,82
2014	Contas prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	R\$ 7.885.969,07
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2013	Contas prestadas	Quantidade	-	-	3
		Montante Repassado	-	-	R\$ 1.614.704,40
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
ANTERIORES A 2013	Contas prestadas	Quantidade	-	-	1
		Montante Repassado	-	-	R\$ 1.656.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Quadro 35 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.		
Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS		
CNPJ: 04.204.444/0002-80		UG/GESTÃO: 443002/44205
	Quantitativos e Montantes Repassados	Instrumentos

Exercício da Prestação das Contas				Convênios	Contratos de Repasse
2015	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS				
	COM PRAZO DE ANÁLISE AINDA NÃO VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA		2
			QUANTIDADE REPROVADA		0
			QUANTIDADE DE TCE		0
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		R\$ 1.404.884,89
		CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE		1
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		R\$ 1.461.500,82
	COM PRAZO DE ANÁLISE VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA		0
			QUANTIDADE REPROVADA		0
			QUANTIDADE DE TCE		0
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		R\$ 0,00
		CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE		0
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		R\$ 0,00
	2014	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			
CONTAS ANALISADAS		QUANTIDADE APROVADA			4
		QUANTIDADE REPROVADA			0
		QUANTIDADE DE TCE			0
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			R\$ 22.561.929,07
CONTAS NÃO ANALISADAS		QUANTIDADE			0
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			R\$ 0,00
2013	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS				
	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA			2
		QUANTIDADE REPROVADA			0
		QUANTIDADE DE TCE			0
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			R\$ 1.250.000,00
	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE			0
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			R\$ 0,00
EXERCÍCIO ANTERIOR A 2013	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE			0
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			R\$ 0,00

Análise crítica

No exercício de 2015 foram autorizadas pela Diretoria Colegiada da ANA a celebração dos convênios relacionados abaixo, mas, até a presente data encontram-se com pendências e ainda a celebração formal no SICONV não foi efetivada:

-
- a. Convênio nº 002/2015/ANA – SICONV nº 824655/2015, celebrado entre a ANA, como Concedente, a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, como Conveniente, a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER, a Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP, e o Estado de Goiás, como intervenientes.
 - b. Convênio nº 003/2015/ANA – SICONV nº 824657/2015, celebrado entre a ANA, como concedente, e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA, do Estado de São Paulo, como conveniente.
 - c. Convênio nº 004/2015/ANA – SICONV nº 825691/2015, celebrado entre a ANA, como conveniente, e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, como conveniente, e o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, como Interveniante.

4.3.10. Suprimento de Fundos

Quadro 36 – utilização de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a + b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Fatura (b)	
2015	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	-	-	R\$ 33.471,61	R\$ 33.471,61
2014	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	-	-	R\$ 30.156,95	R\$ 30.156,95

Fonte: SIAFI

Quadro 37 – classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto do Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem de Despesa	Total
443001	COGEF/SAF/ANA	339030	01	R\$ 8.168,72
			04	R\$ 65,00
			09	R\$ 385,18
			16	R\$ 2.892,98
			17	R\$ 4.390,00
			19	R\$ 696,20
			20	R\$ 680,00
			22	R\$ 525,83
			24	R\$ 3.728,94
			26	R\$ 5.204,18
			28	R\$ 680,65
			29	R\$ 465,00
			36	R\$ 198,00
			39	R\$ 819,48
			42	R\$ 198,90
			44	R\$ 67,00
			40	R\$ 600,00
		339039	16	R\$ 660,00
			26	R\$ 1.228,60
			46	R\$ 329,44
			63	R\$ 136,00

			78	R\$ 269,46
			79	R\$ 79,47
			83	R\$ 80,00
		449052	24	R\$ 150,00
			42	R\$ 772,58

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Após a elaboração dos Quadros A.6.6.1 a A.6.6.3, verificamos que as despesas com suprimento de fundos realizadas pela Agência Nacional de Águas, no exercício de 2015, foram efetuadas exclusivamente por meio do Cartão de Pagamento do governo Federal – CPGF, no valor total de R\$ 33.471,61 (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e um centavo).

Declara-se que as prestações de contas foram apresentadas pelos supridos tempestivamente no exercício 2015.

Tanto para as concessões quanto para as prestações de contas de suprimento fundos são formalizadas por meio de processos, individualizados, que são analisados quanto necessidade/pertinência, e se estão de acordo com o Decreto nº 93.972/1986, e na Circular, da Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas/ANA, nº 014/2008/SAF, e demais normativos aplicáveis a matéria.

Medidas excepcionais foram adotadas no que diz respeito à compra de material permanente, uma vez que estas foram realizadas mediante justificativas de excepcionalidade e aprovadas pelo Ordenador de Despesa desta Agência.

Por fim, convém registrar que não houve extrapolação de limites quanto a subitem de despesa por suprido, conforme orienta o Manual SIAFI, Macrofunção 021121, item 3.1.2

4.14. – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Índices e Indicadores de Desempenho com base nas Execuções Física e Financeira dos Planos e Ações Orçamentárias

Além dos indicadores em construção, a ANA adotou uma forma de aferir a gestão dos gastos associados à eficácia, à eficiência e à economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos, físicos e financeiros, alcançados por meio das execuções das rubricas orçamentárias e fórmulas demonstradas a seguir.

É apresentado ao final desta sessão, quadro demonstrativo da evolução dos Índices e Indicadores de Desempenho da ANA, relativos aos três últimos exercícios, dando cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 2070/2010 – 1ª Câmara.

Fórmulas de Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

Cálculo dos índices “**IEEF e IEG**” e indicador “**IEI**” apurados conforme detalhamento constante dos quadros integrantes dos itens seguintes:

- Índice de Eficácia da Execução Física - **IEEF**: permite apurar o desempenho da execução física. É determinado a partir da relação entre o quantitativo de meta física executada e programada, expressa em pontos percentuais.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEEF} = \text{MFE} / \text{MFP}$$

onde MFE é a meta física executada no exercício e MFP é a meta física prevista.

- Índice de Eficácia do Gasto - **IEG**: permite mensurar o resultado da execução orçamentária da rubrica, tomando-se como referência o valor empenhado no exercício, em relação ao valor previsto, expresso em percentagem.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEG} = \text{VE} / \text{VP}$$

onde o VE é o valor executado (empenhado) e o VP é o valor previsto.

- Indicador de Eficiência Individual – **IEI**: resulta da relação entre os valores do IEEF e do IEG de cada rubrica orçamentária e permite avaliar a produtividade individual de cada rubrica, onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira e superiores ou inferiores significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEI} = \text{IEEF} / \text{IEG}$$

Tomando por base o conjunto dos **IEIs** apurados para cada rubrica orçamentária, na forma acima descrita, segue o **IEA**, que propicia a avaliação do grau de economicidade da boa aplicação dos recursos públicos.

. Indicador de Eficiência Agrupado – **IEA**: permite avaliar a produtividade de um conjunto de rubricas orçamentárias (por ação, por unidade administrativa, ou mesmo do Órgão), onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira do conjunto de rubricas analisado e superiores ou inferiores significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários e do alcance das metas.

Fórmula de cálculo:

$$IEA = \sum IEI / n$$

onde $\sum IEI$ é o Somatório dos IEIs (Indicador de Eficiência Individual), apurados conforme quadros demonstrativos da “Execução Física e Orçamentária” das respectivas rubricas e “n” é o número de rubricas consideradas.

1.1.1.1 - Identificação dos Planos Orçamentários – POs / Ações e Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

1.1.1.1.1 - Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA

Quadro 38 – PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

FINALIDADE	Organizar, desenvolver, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado	6	6	100	35.950.888	35.403.607	98,47	
1,02							

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 39 – PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

FINALIDADE	Promover condições técnicas, legais e de geração de conhecimento hidrogeológico para implementar a gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais, com vistas a obter condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica para o uso desses recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG% (g) = f/e	
Unidade/Estudo Elaborado	3	0	0	522.657	123.697	24	
0							

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 40 – PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interâguas

FINALIDADE	Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	6	0	0	12.926.419	7.671.225	59	0

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 41 – PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

INALIDADE	Elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF) % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	3	1	33,33	15.651.370	12.779.801	81,65	0,41

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 42 – PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Promover a capacitação de recursos humanos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade civil, para atuarem na gestão, na proteção, no uso racional e na conservação dos recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Pessoa Capacitada	6.000	33.565	559	17.993.341	16.943.181	94	
							5,95

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 43 – PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

FINALIDADE	Apoiar o desenvolvimento de projetos, que visem a aumentar a oferta e a melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas, voltados à adoção das práticas conservacionistas de uso e ocupação do solo no meio rural, a readequação de estradas vicinais e a recuperação da cobertura vegetal em áreas prioritárias para preservação promovendo a infiltração e permanência da água no solo, a redução do escoamento superficial e os processos erosivos, o assoreamento, a poluição de mananciais e o risco de inundações, gerando significativo incremento na oferta de água com qualidade para os múltiplos usos. Promover a adoção de medidas que visem minimizar perdas e maximizar a eficiência no uso da água, tendo como base o uso racional, o reúso de águas servidas e a identificação de fontes alternativas de água para o abastecimento.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Apoiado	20	14	70	17.083.603	16.497.941	97	0,72

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 44 – PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Dispor de dados sobre todos os usuários desse recurso, tanto nos rios de domínio da União, quanto de domínio dos estados e do Distrito Federal, para propiciar o controle de oferta e demanda dos recursos hídricos; propiciar as condições para implementação
-------------------	--

	da cobrança e subsidiar a formulação de diretrizes de gestão de recursos hídricos e de outorga, notadamente nas áreas de conflito potencial e de conflito efetivo pelo uso desordenado dos recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Cadastrado	8.000	12.695	159	350.000	183.310	52	3,06

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 45 – PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas

FINALIDADE	Estimular e apoiar iniciativas voltadas à criação, instalação e consolidação de comitês de bacias hidrográficas e das agências de águas, bem como a estruturação dos órgãos e das entidades do SINGREH para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	22	28	127	34.642.222	33.021.675	95	1,34

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 46 – PO 000A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES

FINALIDADE	FINALIDADE: Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas, a partir de critérios técnicos estabelecidos.		
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)			
Meta Física	Execução Orçamentária/Financeira R\$		IEI (h)=d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Quilogramas de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Dia/ Carga Poluidora Abatida	21.380	36.101	169	14.793.302	14.793.302	100	1,69

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Meta correspondente aos valores contratados.

Quadro 47 – PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

FINALIDADE	FINALIDADE: Planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	55	110	200	10.605.080	10.065.752	95	2,11

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 48 – PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA

FINALIDADE	FINALIDADE: Implantar um sistema de avaliação sistemático e adequado da situação da qualidade das águas superficiais brasileiras, subsidiando a elaboração de políticas públicas que visem reverter o quadro de poluição encontrado nas bacias hidrográficas brasileiras.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física			Execução Orçamentária/Financeira R\$		IEI (h) = d/g	

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Percentual de Execução Física/Sistema Implantado	40	441	1103	2.284.533	1.975.881	86,5	12,75

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica, de responsabilidade da ANA.

Quadro 49 – PO 0001 – Modernização da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE	Modernizar e operacionalizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, visando a disponibilização tempestiva da informação e agregação de informações quali-quantitativas sobre recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Equipamento Adquirido- Modernizado	550	1.306	237	21.000.000	15.673.178	74,6	
							3,18

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 50 – PO 0000 – Operação da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE		Dispor de dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento do uso dos recursos hídricos, pesquisa, inventário de potenciais energéticos, planejamento de empreendimentos, projetos e fiscalização de aproveitamentos hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	

Unidade/Informação Produzida	7.550.000	7.127.573	94	40.500.000	37.417.401	92	1,02
------------------------------	-----------	-----------	----	------------	------------	----	------

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens, de responsabilidade da ANA.

Quadro 51 – PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, por meio do estabelecimento das regras de uso, dos marcos regulatórios e da emissão da outorga visando assegurar o uso racional dos recursos hídricos e a compatibilização dos usos múltiplos. A outorga não caracteriza alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas autoriza o seu direito de uso. Promover a regulação da prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta em regime de concessão. Estabelecer normas para implementação de ações visando à segurança de barragens em âmbito federal.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.100	1.810	165	2.855.267	2.595.164	91	
							1,81

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 52 – PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidade e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens.		
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)			
Meta Física	Execução Orçamentária/Financeira R\$		IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	109	75	69	4.827.733	3.687.323	76	0,91

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas, de responsabilidade da ANA - Operações Especiais.

Quadro 53 – PO 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

FINALIDADE		FINALIDADE: Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				17.737.555	17.737.555	100	

Fonte: SIAFI/STN (*) PO sem Meta Física

Quadro 54 – PO 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				9.843.651	9.843.651	100	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Quadro 55 – PO 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				9.562.521	9.562.521	100	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Quadro 56 – PO 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

FINALIDADE		Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				19.111.337	19.111.337	100	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Observação:

A partir de 2012, as rubricas orçamentárias relativas às transferências obrigatórias às Agências de Águas de Bacias Hidrográficas passaram a ser consideradas Operações Especiais, sem meta física estabelecida.

Neste item, deixaram de ser considerados os POs 0005 e 0006, respectivamente, das Bacias dos Rios Verde Grande e Paranaíba, uma vez que os Comitês das Bacias ainda não concluíram os processos de implementação da cobrança, portanto, sem execução no exercício.

Planos Orçamentários – POs / Ações Orçamentárias da ANA que integram o Programa 2124 - Gestão e Manutenção do MMA

Quadro 57 – PO 0001 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da Ação 20WJ - Modernização da Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Servidor Capacitado/Unidade	609	609	100	500.000	440.787	88	1,14

Fonte: SIAFI/STN e Controles GEGEP/ANA

Quadro 58 – PO 0001 – Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais, da Ação 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

FINALIDADE	Consolidar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como marco referencial de responsabilidade socioambiental da gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo Federal em seus diversos órgãos.						
Índice e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (f) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (c) = b/a	Dotação Atualizada (d)	Valores Empenhados (e)	IEG % (f) = e/d	
Agenda implementada	1	1	100	50.000	13.822	28	3,57

Quadro 59 – Ação/PO 2000-0000 – Administração da Unidade

FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)	

Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				34.461.244	34.457.803	99,99	-

Fonte: SIAFI/STN

(*) Ação sem Meta Física

Rubricas Orçamentárias, de Responsabilidade da ANA, do Programa nº 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos											
Identificação Orçamentária		Título									
			2013			2014			2015		
Ação/Plano Orçamentário - PO	Ação/Plano Orçamentário - PO		Índices		Indicador	Índices		Indicador	Índices		Indicador
2014	2015		IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI
20WI-0001	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	100	99,78	1	67	87	0,77	100	98,47	1,02
20WI-0002	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	60	99,94	0,6	50	67	0,75	0	24	0
20WI-0003	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas	66,67	22,65	2,94	30	73	0,41	0	59	0
20WI-0004	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	100	98,99	1,01	50	81	0,63	33,33	81,65	0,41
20WI-0005	4926-0001	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	143,28	99,95	1,43	220	92	2,39	165	91	1,81
20WI-0006	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	312,5	98,79	3,16	558	98	5,69	559	94	5,95
20WI-0007	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	110	91,86	1,2	180	95	1,89	70	97	0,72
20WI-0008	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	147,5	92,95	1,58	168	48	3,5	159	52	3,06
20WI-0009	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	300	99,97	3	118	94	1,25	127	95	1,34
20WI-000A	20WI-000A	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	239,28	100	2,39	171	100	1,71	169	100	1,69
20WI-000B	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	100	79,45	1,26	100	89	1,12	200	95	2,11

20WI-000C	4926-0002	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens	150	84,41	1,78	58	85	0,75	69	76	0,91
20WI-000D	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	190	99,88	1,9	111	85	1,31	1103	86,5	12,75
20WI-000E	2378-0001	Modernização da Rede Hidrometeorológica	66,6	82,99	0,8	53	95	0,56	237	74,6	3,18
20WI-000F	2378-0000	Operação da Rede Hidrometeorológica	100	99,37	1,01	100	69	1,44	94	92	1,02
00LX-0001	00LX-0001	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá		94,28			85			100	
00LX-0002	00LX-0002	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce		49,16			94			100	
00LX-0003	00LX-0003	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul		96,7			91			100	
00LX-0004	00LX-0004	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco		88,71			100			100	
Identificação Orçamentária			2013			2014			2015		
Ação/Plano Orçamentário - PO ⁽¹⁾			Índices		Indicador	Índices		Indicador	Índices		Indicador
2013	2014	2015	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI
20WJ-0001		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	109,47	91,96	1,19	100	94	1,06	100	88	1,14
20W8-0001		Implementação A3P nos Órgãos Públicos Federais	100	48,32	2,07	100	89	1,12	100	28	3,57
2000-0000		Administração da Unidade		89,91			99			99,99	

Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individuais – IEIs

Quadro 60 - Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEIs das Rubricas Orçamentárias

Item	Rubricas Orçamentárias		IEI
Planos Orçamentários da Ação 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA			
1	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	1,02
2	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	0
3	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas	0
4	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	0,41
5	4926-0001	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	1,81
6	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	5,95
7	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	0,72
8	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	3,06
9	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	1,34
10	20WI-000A	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	1,69
11	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	2,11
12	4926-0002	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens	0,91
13	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	12,75
14	2378-0001	Modernização da Rede Hidrometeorológica	3,18
15	2378-0000	Operação da Rede Hidrometeorológica	1,02
Ações Orçamentárias do Programa 2124 – De Gestão e Manutenção de responsabilidade do MMA, com participação da ANA			
1	20WJ-0001	Modernização da Gestão dos Recursos Hídricos /Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação/	1,14
2	20W8-0001	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P / Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais	3,57

Neste item, deixaram de ser consideradas as Ações relativas aos pagamentos de benefícios a servidores, devido à baixa materialidade e relevância no contexto da avaliação a que se propõem os indicadores IEI e IEA.

Cálculo e Avaliação do Indicador de Eficiência Agrupado - IEA

Quadro 61 - Indicador de Eficiência Agrupado – IEA

Grupo de Ações	Nº de Ações	IEA
Ações do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	15	2,40
Ações do Programa 2124 – Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2	2,35
Total da ANA	17	2,14

O conjunto dos números apurados no âmbito da Agência Nacional de Águas reflete o grau médio de produtividade da aplicação dos recursos públicos e supera o ponto de equilíbrio em 114%.

Esse resultado, em princípio, reflete uma efetividade satisfatória do gasto quando considerados todos os Planos Orçamentários (POs) sob responsabilidade da Agência.

Quando se analisam somente os resultados das ações finalísticas, aquelas que diretamente contribuem para gestão de recursos hídricos, o índice mostra um ganho expressivo na obtenção de resultados, superando em 140% em relação à programação, com amplitudes de variação de 0 a 595%.

Análise Crítica

No contexto dos Planos Orçamentários – POs/Ações elencados neste tópico, observa-se a predominância do ganho do resultado físico, em relação à aplicação dos recursos financeiros. O fato pode estar atrelado à predominância de uma programação de resultados mais conservadora por parte dos Coordenadores de Ação, mas, de outro lado, pode ter como explicação a facilidade para remanejamento de recursos orçamentários entre os Planos Orçamentários (POs), providência que passou a ser adotada no atual Plano Plurianual.

A mudança adotada pela Secretaria de Orçamento Federal para o exercício de 2015, com a subdivisão da ação finalística “Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos” em três, poderá resultar em números mais conservadores, exatamente pela necessidade do trânsito dos pedidos de remanejamento de créditos orçamentários pelo Congresso Nacional.

4.30 – Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Quadro 62 - consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.	IICA
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.	BRA/IICA/12/003
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 114132	
Objetivo da consultoria: Elaboração de uma estimativa da área ocupada e do consumo de água pela agricultura irrigada na bacia hidrográfica do rio Grande, com vistas à obtenção de subsídios para a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/07/2014	21/01/2015	118.907,73	26.159,70	26.159,70	118.907,73
Insumos Externos					
Diárias e passagens aéreas nacionais necessárias ao longo da execução do contrato, para realização de reuniões e apresentação dos produtos.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Elaboração de Plano de Trabalho, indicando a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento das atividades e o cronograma, para o seu desenvolvimento. É imprescindível a apresentação, em separado, de um cronograma específico para as visitas a serem realizadas.				08/08/2014	17.836,16
Relatório das visitas e entrevistas realizadas nas indústrias produtoras de álcool e açúcar e de suco de laranja e nas associações e cooperativas de produtores de cana-de-açúcar, de citros e de café, com atuação na área da bacia hidrográfica do rio Grande, no Estado de Minas Gerais. Neste relatório deverá constar, minimamente, o número de visitas e entrevistas realizadas, as dificuldades encontradas e as lacunas a serem preenchidas.				22/09/2014	29.726,93
Relatório das visitas e entrevistas realizadas nas indústrias produtoras de álcool e açúcar e de suco de laranja e nas associações e cooperativas de produtores de cana-de-açúcar, de citros e de café com atuação na área da bacia hidrográfica do rio Grande, no Estado de São Paulo. Neste relatório deverá constar, minimamente, o número de visitas e entrevistas realizadas, as dificuldades encontradas e as lacunas a serem preenchidas.				21/11/2014	29.726,93
Relatório contendo a sistematização dos dados coletados nas visitas nas indústrias produtoras de álcool e açúcar e de suco de laranja e nas associações e cooperativas de produtores de cana-de-açúcar, de citros e de café, com atuação na área da bacia hidrográfica do rio Grande, no qual deverá constar uma estimativa inicial das áreas, equipamentos e consumo de água, utilizadas pela agricultura irrigada na bacia. A sistematização dos dados deverá ser realizada, minimamente, por cultura, método de irrigação, lâmina média aplicada (estimada), município (com geocódigo do IBGE) e por unidade industrial, no caso das indústrias sucroalcooleiras e de suco de laranja, a fim de permitir a elaboração de mapas pela ANA.				22/12/2014	15.458,00
Relatório Final, contendo a estimativa final da área ocupada e do consumo de água pela agricultura irrigada na bacia hidrográfica do rio Grande, incluindo a complementação com dados de irrigação por pivôs centrais e dados do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil, entre outros, a serem disponibilizados pela ANA.				20/01/2015	26.159,70
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cesar Jordão				CPF: 663.098.916-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:				-	

Código do Contrato: 114345

Objetivo da consultoria: Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento outorga de direito de uso de recursos hídricos em situações de indisponibilidade de água em corpos hídricos com utilização intensiva e de disponibilidade hídrica esgotada.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/12/2014	06/08/2015	81.110,51	81.110,51	81.110,51	81.110,51
Insumos Externos					
Diárias e passagens aéreas nacionais necessárias ao longo da execução do contrato, para realização de reuniões e apresentação dos produtos.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Elaboração de Plano de Trabalho, indicando a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento das atividades e o cronograma, para o seu desenvolvimento.			08/01/2015	16.222,10	
Relatório circunstanciado das experiências internacionais que vêm sendo adotadas por países que se adiantaram no rumo dessas preocupações - RT1.			24/03/2015	20.277,63	
Relatório circunstanciado com identificação das vantagens e desvantagens das metodologias adotadas internacionalmente, com a respectiva análise de perspectiva de utilização no caso brasileiro e das adaptações técnicas, legais, institucionais e econômico-financeiras necessárias para a implementação dessas metodologias - RT2.			07/06/2015	20.277,63	
Relatório contendo os 02 (dois) estudos de caso - RT3.			06/08/2015	24.333,15	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Francisco José Lobato da Costa				CPF: 359.321.399-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:				-	

Código do Contrato: 114113					
Objetivo da consultoria: Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento da outorga de direito de uso, tendo em vista as incertezas dos cenários futuros de disponibilidade de água em bacias brasileiras.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/07/2014	16/01/2015	60.832,88	21.600,00	21.600,00	60.832,88
Insumos Externos					
Diárias e passagens aéreas nacionais necessárias ao longo da execução do contrato, para realização de reuniões e apresentação dos produtos.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Elaboração de Plano de Trabalho, indicando a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento das atividades e o cronograma, para o seu desenvolvimento.			19/08/2014	6.083,29	

Relatório circunstanciado das experiências internacionais que vêm sendo adotadas por países que consideram a incerteza do cenário das mudanças do clima nas bacias hidrográficas na aplicação do instrumento outorga de direito de uso ou similares - RT1.	02/11/2014	24.333,15
Relatório circunstanciado com identificação das vantagens e desvantagens das metodologias adotadas internacionalmente, com a respectiva análise de perspectiva de utilização no caso brasileiro e das adaptações técnicas, legais, institucionais e econômico-financeiras necessárias para a implementação dessas metodologias - RT2.	16/01/2015	30.416,44
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fernando Antônio Rodriguez		CPF: 091.534.547-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		-

4.32 – Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998

Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - ABHA

Quadro 63 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA
CNPJ	06.536.989/0001-39
Endereço	Rua Jaime Gomes, 741, Centro Araguari – Minas Gerais – Brasil CEP: 38440-244
Dirigente Máximo	Ronaldo Brandão Barbosa
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	006/2012	
Data Celebração	07/03/2012	
Objeto	Alcance, pela ABHA, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx ; http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaABHA_ContratoGestao.aspx	
Período de Vigência	Início	07/03/2012
	Fim	31/12/2016
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	R\$ 2.342.000,00
	Da Entidade	R\$ -
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$ 11.150,00
	Empregados	R\$ 6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

* Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 64 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração - Exercício 2011/2015						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Jorge Hermógenes	007.237.248-65	IMA (T)	Termo Posse 08.12.10	01.11.11	30.06.15
	sem indicação		IMA (S)			
	Mauro César Rodrigues	539.422.566-49	Prefeitura Araguari (T)	Ata 16.04.13		
	Pedro Ernesto Nasciutti	111.945.536-72	Prefeitura Tupaciguara (T)	Ata 12.12.13		
Da Sociedade Civil	Neudon Veloso	301.368.736-34	AMAr (T)	Termo Posse 08.12.10	01.11.11	30.06.15
	Euclides Antônio Pereira Lima	434.030.266-04	ASSENTE (S)	Termo Posse 08.12.10		
	Armando Gallo Yahn Filho	251.261.408-50	UFU (T)	Ata 04.04.14		
	Washington Luiz Assunção	302.231.646-15	UFU (S)	Termo Posse 08.12.10		
Eleitos	Luiz Fernando V. Rezende	467.357.558-04	CCBE (T)	Ata 18.05.11	01.11.11	30.06.15
	sem indicação		CEMIG (S)			
	Mário Naves da Mota	196.736.986-00	FIEMG (T)	Termo Posse 08.12.10		

	Maria Lúcia F. Coelho Campos	068.558.216-77	Vale Fertilizantes (S)	Ata 18.10.12		
	Antônio Reinaldo Caetano	160.212.406-00	ACA (T)	Termo Posse 08.12.10		
	Pedro Rodrigues Naves	084.413.321-34	FAEMG (S)	Termo Posse 08.12.10		
	Leocádio Alves Pereira	394.205.666-68	DMAE Uberlândia (T)	Ata 28.11.12		
	Marly Rodrigues Neves	628.506.796-15	SAE Araguari (S)	Termo Posse 08.12.10		
Estatuto						
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		0	
			Extraordinárias		5	

****Nova composição a partir de 01/07/2015**

Membros do Conselho de Administração - Exercício 2011/2015						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Mauro César Rodrigues	539.422.566-49	Prefeitura Araguari (T)	Termo Posse 01.07.2015	01.07.15	01.07.19
	Neiva Gonçalves Oliveira	848.833.596-20	Prefeitura Araguari (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	José Eustáquio da Silva	097.969.519-00	AGROTAP (T)	Ata 11.08.2015		
	José Alves Caetano	323.001.666-15	CREA/UDI (S)	Ata 11.08.2015		
Da Sociedade Civil	Daniel Caixeta Andrade	051.609.696-67	UFU (T)	Termo Posse 01.07.2015	01.07.15	01.07.19
	Ricardo Falqueto Jorge	071.500.907-96	UFU (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Euclides Antônio Pereira Lima	434.030.266-04	ASSENGE (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	Anderson Rodrigo de Jesus	063.852.216-10	ASSENGE (S)	Termo Posse 01.07.2015		
Eleitos	Leocádio Alves Pereira	394.205.666-68	DMAE Uberlândia (T)	Termo Posse 01.07.2015	01.07.15	01.07.19
	Eustáquio Sidnei M. Júnior	590.424.356-15	COPASA (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Guilherme Coelho Melazo	049.984.186-70	CCBE (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	Rodrigo Domigos Pessoa	048.544.416-07	CODAU (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Antônio Reinaldo Caetano	160.212.406-00	ACA (T)	Termo Posse 01.07.2015		
	Adalto Ribeiro Franco	212.201.076-20	Sind. Rural de UDI (S)	Termo Posse 01.07.2015		
	Nayana Grasielle Marques Silva	056.234.366-09	Vale Fertilizantes (T)	Termo Posse 01.07.2015		

	Marcelino Marra Batista	535.126.426-91	SAAE Sacramento (S)	Ata 19.01.2016		
Estatuto						
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		0	
			Extraordinárias		4	

Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)		
		2015	2014	2013
Mauro César Rodrigues	4	-	-	-
Neiva Gonçalves Oliveira	1	-	-	-
José Eustáquio da Silva	4	-	-	-
José Alves Caetano	4	-	-	-
Daniel Caixeta Andrade	4	-	-	-
Ricardo Falqueto Jorge	3	-	-	-
Euclides Antônio Pereira Lima	4	-	-	-
Anderson Rodrigo de Jesus	0	-	-	-
Leocádio Alves Pereira	4	-	-	-
Eustáquio Sidnei M. Júnior	1	-	-	-
Guilherme Coelho Melazo	4	-	-	-
Rodrigo Domigos Pessoa	4	-	-	-
Antônio Reinaldo Caetano	4	-	-	-
Adalto Ribeiro Franco	3	-	-	-
Nayana Grasielle Marques Silva	3	-	-	-
Marcelino Marra Batista	0	-	-	-

Fonte: ABHA

Quadro 65 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA	
CNPJ		06.536.989/0001-39	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	
Fevereiro	-	Agosto	-
Março	-	Setembro	-
Abril	-	Outubro	-
Maior	-	Novembro	-
Junho	R\$ 420.000,00	Dezembro*	R\$ 367.000,00

Total	R\$ 420.000,00	Total	R\$ 367.000,00
--------------	---------------------------------	--------------	---------------------------------

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Valor empenhado no final do ano de 2015, tendo em vista o segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 006/2012/ANA

Quadro 66 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Sérgio Gustavo Rezende Leal	057.060.386-27	Economista	Diretor Presidente	Ata 15.09.2015	18.09.2015	Indeterminado
Ronaldo Brandão Barbosa	426.225.146-20	Medicina Veterinária	Gerente Administrativo e Financeiro	Ata 15.09.2015	18.09.2015	Indeterminado

Quadro 67 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)			Exercício 2014		420.000	
			Exercício 2013		475.000	
Quadro de Pessoal <i>versus</i> Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2015	-	-	3	61.742	1	36.600
2014	-	-	3	63.722	1	36.600
2013	-	-	4	46.325	1	9.150

Fonte: ABHA

Quadro 68 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	-Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim

Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 69 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2016	
Período de Referência	Data Início	01/01/2015
	Data Fim	31/12/2015
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2016	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão:	
▪ Concluída	▪ Aprovada	
▪ Em andamento	▪ Reprovada	
▪ Não iniciada	▪ Em exigência	

Quadro 70 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA			
CNPJ	06.536.989/0001-39			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício	No Exercício	Acumulado Até o Exercício*	
2.342.000,00	787.000,00	420.000,00	1.975.000,00	0,00
Meta				
Descrição da Meta**			não se aplica	

Meta do Exercício	Pactuada	não se aplica
	Realizada	não se aplica
	% Realização	não se aplica
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2014	não se aplica
	2013	não se aplica

Fonte: Relatório de Execução - Ano base 2014/ABHA; Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Não incluído os rendimentos financeiros e não considerado o desembolso pela Entidade Contratada.

** Não consta do Contrato de Gestão uma meta específica relacionada aos montantes anualmente repassados.

Quadro 71 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - PLANEJAMENTO E REGISTRO DE ATIVIDADES	
Fórmula de Cálculo	1.1. Enviar Agenda Anual de Atividades; 1.2. Enviar Relatório Anual de Atividades(A - Enviar Relatório Anual de Atividades Parcial até 31 de julho do ano corrente; B - Enviar Relatório Anual de Atividades Final até 31 de dezembro do ano corrente); $NOTA\ PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta$; $0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período. $NOTA\ FINAL\ (NF) = NOTA\ PARCIAL\ (NP)$; $0 \leq NF \leq 10$	
Unidade de Medida	1.1 - Agenda enviada (sim/não); 1.2 - Relatório enviado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	1.1 AGENDA ANUAL DE ATIVIDADES: 1; 1.2 RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - A: 1; B: 1;	
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fev/2016.
	2014	10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fev/2016.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS	
Fórmula de Cálculo	2.1 Cumprimento do calendário de reuniões Plenárias do CBH-Paranaíba 2.1 - A: Relação entre o número de reuniões realizadas e programadas 2.1 - B: Porcentagem de presença de membros (titulares ou em exercício da titularidade) nas reuniões em relação ao total 2.2 Cumprimento do calendário de reuniões Plenárias do CBH-Paranaíba 2.2 - A: Relação entre o número de reuniões realizadas e programadas 2.2 - B: Porcentagem de presença de membros nas reuniões em relação ao total 2.3 Cumprimento das Reuniões de Integração (participação da diretoria do CBH-Paranaíba, da diretoria dos CBHs de rios afluentes ao Paranaíba, dos Órgãos Gestores de GO, MG, DF e MS e da ANA) 2.4 Cumprimento das Reuniões de Acompanhamento, para avaliar as atividades do Contrato de Gestão e as ações do CBH-Paranaíba (participação da ABHA, Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do CBH-Paranaíba e diretoria do CBH-Paranaíba) 2.5 Realização de Seminário de Integração (com presença do CBH-Paranaíba e dos CBHs de rios afluentes ao Paranaíba)	

		NOTA PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta; $0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período; NOTA FINAL = NF = S (NP * Peso) / Σ (Peso); $0 \leq NF \leq 10$
Unidade de Medida		2.1-A e 2.2-A: reuniões realizadas; 2.1-B e 2.2-B: % frequência dos membros; 2.3 e 2.4 - Reuniões cumpridas; 2.5 - Seminários Realizados
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2.1-A: 3; 2.1-B: 70%; 2.2-A: 4; 2.2-B: 60%; 2.3: 2; 2.4: 4; 2.5: 1.
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fev/2016.
	2014	8,2
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fev/2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		3.1 AVALIAÇÃO PELOS MEMBROS DO CBH PARANAÍBA: A - Porcentagem de questionários respondidos por membros titulares ou suplentes em relação ao número total de membros titulares ; B - Verificação do resultado de pesquisa (0 a 10).; NOTA PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta; $0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período. NOTA FINAL (NF) = NOTA PARCIAL (NP); $0 \leq NF \leq 10$
Unidade de Medida		3.1-A: % de questionários respondidos; 3.1-B: Nota atribuída (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3.1 - A: 60%; 3.1 - B: 9
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fev/2016.
	2014	9,9
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fev/2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 – MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Fórmula de Cálculo	4.1 Plano de Comunicação	
	4.1 2014 - Elaborar Plano de Mobilização e Comunicação Social do CBH-Paranaíba	
	4.1 2015 - Apresentar relatório de implementação do Plano de Comunicação, considerando o documento elaborado em 2014.	
	4.2 Sítio eletrônico: nº de meses que os itens foram atualizados dentro do prazo previsto (apresentação de relatório mensal de atualizações realizadas)	
	4.2.1 Itens a serem atualizados mensalmente na página eletrônica	
	4.2.1 a.: Calendário de reuniões (convocações disponibilizadas até 15 dias antes da reunião)	
	4.2.1 b.: Produtos das reuniões - atas, deliberações, etc. (até 7 dias úteis após a reunião, exceto Plenárias – 15 dias úteis)	
	4.2.1 c.: Composição do CBH Paranaíba, da Câmara Técnica de Planejamento Institucional e dos Grupos de Trabalhos – GTs (até 5 dias úteis após a comunicação oficial pelo substituído)	
	4.3 Boletim Eletrônico Trimestral: nº de meses que foi executado	

		4.4 Spots: elaboração e divulgação de spots institucionais, informativos ou educativos
		4.5 Material Gráfico: Confeção de material gráfico, tais como banner, cartilha, folder e cartaz.
		$\text{NOTA PARCIAL} = \text{NP} = 10 * \text{Resultado} / \text{Meta}; 0 \leq \text{NP} \leq 10; \text{ se Resultado} > \text{Meta} \text{ então } \text{NP} = 10, \text{ no período}; \text{ se Meta} = 0 \text{ então } \text{AC} = 0 \text{ e } \text{Peso} = 0, \text{ no período};$ $\text{NOTA FINAL} = \text{NF} = \text{S} (\text{NP} * \text{Peso}) / \Sigma (\text{Peso}); 0 \leq \text{NF} \leq 10$
Unidade de Medida		4.1 - Plano Elaborado; 4.2, 4.3 - Número de meses; 4.4 - Número de spots divulgados; 4.5 - Quantidade de materiais confeccionados;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4.1: 1; 4.2: 12; 4.3: 4; 4.4: 3; 4.5: 1
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fev/2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fev/2016.
Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/ABHA/TermoAditivo_ABHA_Assinado.pdf ; http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/ABHA/RelatorioDeAvaliacaoABHA_2014.pdf		

Quadro 72 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA
CNPJ	06.536.989/0001-39
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 73 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável	
Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	Agência Nacional de Águas - ANA
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais

Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 74 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EMMADEIRA - DESCRICAO: FORMATO REDONDO, COM BASE EM METAL	Móvel	-	131,98	-	-	Não

POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO - MARCA: MARELLI	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO COM BRACOS - MARCA: MARELLI - SERIE: B	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COR CINZA	Móvel	-	162,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
TRANSCREPTOR PARA FAC-SIMILE - DESCRICAO: LASER - MARCA: BROTHER - MODELO: MFC7220 - SERIE: U61327G5J417889	Móvel	-	1574,12	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não

MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM QUATRO GAVETAS	Móvel	-	1055,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRICAO: PORTATIL - MARCA: SONY - MODELO: VPL-CS6 - SERIE: 41460	Móvel	-	7980,00	-	-	Não

Termos de Parceria:

A SAS possui um único termo de parceria vigente, o qual foi celebrado com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – ADESE. O objetivo do termo de parceria é apoiar as ações do CBH Piancó-Piranhas-Açu.

Os quadros seguintes referem-se ao Termo de Parceria n.º 1/2015/ANA, celebrado com a ADESE.

Quadro 75 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Informações da entidade parceira	CNPJ	04.634.516/0001-49	
	Nome	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Regulamento de compras publicado no Diário Oficial do Rio Grande do Norte do dia 17/08/2011	
Informações do Termo de Parceria TP 01/2011/ANA	Número	Termo de Parceria nº01/ANA/2011	
	Data Celebração	01/07/2011	
	Registrado no SICONV?	Não registrado	
	Forma de escolha da entidade parceira	Edital de Seleção de Projetos 02/ANA/2010	
	Objeto	Desenvolvimento de atividades que visam apoiar as ações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu por intermédio da implantação de um Centro de Apoio o qual atuará como Secretaria Executiva do respectivo Comitê.	
	UJ Parceira	Nome	Agência Nacional de Águas
		UG SIAFI	443001/44205
	Período Vigência	Início	01/07/2011
		Fim	31/03/2015
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	1.371.439,01
		Da Entidade	Não pertinente
Informações do Termo de Parceria TP 01/2015/ANA	Número	Termo de Parceria nº01/ANA/2015	
	Data Celebração	01/07/2015	
	Registrado no SICONV?	Nº 817049/2015	
	Forma de escolha da entidade parceira	Edital de Seleção de Projetos 01/ANA/2015	
	Objeto	Desenvolvimento de atividades que visam apoiar as ações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu por intermédio da implantação de um Centro de Apoio o qual atuará como Secretaria Executiva do respectivo Comitê.	
	UJ Parceira	Nome	Agência Nacional de Águas

	Período Vigência	UG SIAFI	443001/44205
		Início	01/07/2015
		Fim	31/06/2020
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	R\$ 2.526.349,25
		Da Entidade	Não pertinente

Quadro 76– Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE		
CNPJ	04.634.516/0001-49		
Valores Repassados no Exercício-2015 (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	R\$ 361.866,65
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	
Abril		Outubro	
Maio		Novembro	
Junho		Dezembro	
Total		Total	R\$ 361.866,65

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG

Quadro 77 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2013	TP 01/2011	486.079,36
2014	TP 01/2011	119.805,27

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria – CACG

Quadro 78 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão do TP 01/2011/ANA *			Ato de designação
Nome	CPF	Órgão que representa	
José Carlos de Queiroz	759.318.344-00	ANA	Portaria nº264 de 13/10/2011
Izabela Braga Neiva de Santana	037.563.846-67	ANA	Portaria nº039 de 27/02/2013
Marcone de Medeiros Nunes	654.982.244-00	ADESE	Portaria nº264 de 13/10/2011
José Ferreira da Cunha	098.222.084-72	CBH Piancó-Piranhas-Açu	Portaria nº264 de 13/10/2011

* A Comissão de Avaliação referente ao Termo de Parceria 01/2015/ANA está em processo de formação.

Quadro 79 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
04.634.516/0001-49	15/02/2016	01/01/2015	31/12/2015	Não iniciada	Em exigência
*Situação da Análise:			**Decisão:		
▪ Concluída			▪ Aprovada		
▪ Em andamento			▪ Reprovada		
▪ Não iniciada			▪ Em exigência		

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria – CACG

Quadro 80 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira (As metas do exercício se referem ao TP 01/ANA/2015 e as metas dos exercícios anteriores se referem ao TP 01/ANA/2011).

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE	CNPJ	04.634.516/0001-49
Caracterização do Indicador 1			

Nome	Execução das atividades planejadas		
Fórmula de Cálculo	NP = 10-10 * ABS (Resultado-Meta) / Meta; 0 ≤ NP ≤ 10; CUMPRIMENTO DE METAS = %(Somatório (NP * Peso))		
Unidade de Medida	Relação ponderada entre atividades planejadas e atividades executadas		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	Si1.1=4; Si1.2=3 e Si 1.3=0	
	Realizada	Avaliação não iniciada	
	% Realização	Avaliação não iniciada	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2014	75
		2013	93
Análise do Indicador 1	O indicador é composto por três subindicadores:1.1-Cumprimento do calendário de reuniões; 1.2-Cumprimento de ações programadas; 1.3-Cumprimento das atividades do processo eleitoral. 1.1. Cumprimento do calendário de reuniões: relação entre o número de reuniões realizadas e programadas. 1.2.Cumprimento de ações programadas: relação entre o número de ações realizadas e programadas. 1.3.Cumprimento das atividades do processo eleitoral: relação entre o número de atividades realizadas e planejadas.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Reconhecimento Social		
Fórmula de Cálculo	NP = 10 * Resultado / Meta; 0 ≤ NP ≤ 10; CUMPRIMENTO DE METAS = %(Somatório (NP * Peso))		
Unidade de Medida	Relação entre nota alcançada e a meta contratada		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	Si. 2.1=10	
	Realizada	Avaliação não iniciada	
	% Realização	Avaliação não iniciada	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2014	93
		2013	96
Análise do Indicador 2	O indicador se refere a aplicação de questionário no qual os membros do comitê avaliam o desempenho da entidade parceira. A nota final representa a média aritmética das avaliações realizadas pelos membros.		

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Fundação PCJ

Quadro 81 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante e do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 003/2011/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Endereço	Endereço: Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Racz Center - CEP 13416-901 - Piracicaba/SP

Dirigente Máximo	Sérgio Razera		
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.		
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011		
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 003/2011/ANA.		
Informações do Contrato de Gestão			
Número	03/2011		
Data Celebração	24/01/2011		
Objeto	Alcance, pela AGÊNCIA PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Agua na Bacia Hidrografica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.		
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaPCJ_ContratoGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx		
Período de Vigência	Início	24/01/2011	
	Fim	31/12/2020	
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.	
	Da Entidade	-	
Limite para Remuneração (R\$ 1.00)**	Dirigentes	R\$	11.150,00
	Empregados	R\$	6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

* Limites estipulados pela Resolução ANA nº 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 82 – Relação de membros do Conselho Deliberativo

Membros do Conselho Deliberativo						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Tabir Pirajá de Macedo Filho	078.848.048-08	Secretaria da Fazenda	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho	11/11/2013	11/11/2015

			Deliberativo em 11/11/2013		
Afonso Celso Rocha Mastrelli	061.774.868-35		Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Gabriel Chamma Júnior	349.837.089-87	Secretaria de Planejamento	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	11/11/2013	11/11/2015
Monica de Azevedo Costa Nogara	220.987.748-26		Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Egberto da Fonseca Casazza	102.117.427-08	Secretaria de Meio Ambiente	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
			Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Daniel Jesus de Lima	324.522.878-30	Secretaria de Energia	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
			Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Luiz Roberto Moretti	050.955.278-12	Secretaria de Saneamento e Rec Hídric	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
Leonildo Ednilson Urbano	128.168.448-11		Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Hélio Rubens G. Figueiredo	627.129.268-20	Sabesp	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
			Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Thiago Silvério da Silva	288.542.248-39	P. M de São Pedro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho	11/11/2013	11/11/2015

				Deliberativo em 11/11/2013		
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Maria das Graças Martini	137.722.388-40	P.M. de Jundiaí	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Ângelo Cesar Angeleli	048.688.988-25	P. M de Saltinho	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Clara Geromel	252.463.118-48	P. M. de Morungaba	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Celso José Leite Filho	102.698.488-27	P. M. de Pedreira	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Geraldo Gonçalves Pereira	019.108.328-39	P. M. de Rio Claro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Michele Consolmagno	294.244.298-00	P. M. de Vargem	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Fabiane Cabral da Costa Santiago	186.980.338-81	P. M. de Atibaia	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Vlamir Augusto Schiavuzzo	016.410.018-01	P. M. de Piracicaba	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Da Sociedade Civil	Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi	714.142.408-30	Rotary Internacional D4590	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho	11/11/2013	11/11/2015

				Deliberativo em 11/11/2013		
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Waldemar Bobbo	008.171.718-00	IPSA	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Francisco Carlos Castro Lahóz	049.386.888-75	Consórcio PCJ	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Jonas Vitti	042.542.758-70	CIESP – DR Limeira	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Roberto Mario Polga	033.244.928-90	CIESP – DR Jundiáí	Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
	Luís Fernando Amaral Binda	064.475.068-50	Sindicato Rural de Campinas	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Hugo Marcos Piffer Leme	015.968.878-77	ASSEMAE	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015	
Paulo Roberto Szeligowski Tinel	966.730.018-87		Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017	
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		1	
			Extraordinárias		2	

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 83 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2015	2014
Tabir Pirajá de Macedo Filho	1	0,00	0,00
Afonso Celso Rocha Mastrelli	1	0,00	0,00
Gabriel Chamma Júnior	1	0,00	0,00
Monica de Azevedo Costa Nogara	0	0,00	0,00
Egberto da Fonseca Casazza	2	0,00	0,00
Daniel Jesus de Lima	1	0,00	0,00
Luiz Roberto Moretti	2	0,00	0,00
Leonildo Ednilson Urbano	1	0,00	0,00
Hélio Rubens G. Figueiredo	2	0,00	0,00
Thiago Silvério da Silva	0	0,00	0,00
Maria das Graças Martini	1	0,00	0,00
Ângelo Cesar Angeleli	0	0,00	0,00
Clara Geromel	0	0,00	0,00
Celso José Leite Filho	0	0,00	0,00
Geraldo Gonçalves Pereira	3	0,00	0,00
Michele Consolmagno	0	0,00	0,00
Fabiane Cabral da Costa Santiago	1	0,00	0,00
Vlamir Augusto Schiavuzzo	1	0,00	0,00
Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi	2	0,00	0,00
Waldemar Bobbo	3	0,00	0,00
Francisco Carlos Castro Lahóz	3	0,00	0,00
Jonas Vitti	2	0,00	0,00
Roberto Mario Polga	1	0,00	0,00
Luís Fernando Amaral Binda	1	0,00	0,00
Hugo Marcos Piffer Leme	2	0,00	0,00
Paulo Roberto Szeligowski Tinel	1	0,00	0,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 84 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ	
CNPJ		11.513.961/0001-16	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	R\$ 3.363.887,96
Fevereiro	-	Agosto	-
Março	R\$ 87.524,95	Setembro	R\$ 1.682.738,08
Abril	-	Outubro	R\$ 3.419.921,33

Maio	R\$ 3.801.570,27	Novembro	-
Junho	R\$ -	Dezembro	R\$ 2.892.403,81
Total	R\$ 3.889.095,22	Total	R\$ 11.358.951,18

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>;
http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/BaciaPCJ_ArrecadacaoRepass.aspx

Quadro 85 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Sergio Razera	015.929.298-00	Economia	Diretor-Presidente	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi	110.166.178-01	Engenharia Civil	Diretora Técnica	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017
Ivens de Oliveira	325.062.778-03	Economia	Diretor Administrativo e Financeiro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
				Ata da 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 27/10/2015	12/11/2015	12/11/2017

Quadro 86 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ	
CNPJ	11.513.961/0001-16	
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)	Exercício 2015	20.557.950,36
	Exercício 2014	21.616.863,85

Quadro de Pessoal <i>versus</i> Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2015	3	345.866,45	11	508.370,34	0	0,00
2014	3	323.239,67	13	639.181,80	0	0,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 87 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 88 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ	
CNPJ	11.513.961/0001-16	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2016	
Período de Referência	Data Início	01/01/2015
	Data Fim	31/12/2015
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2016	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise: ▪ Concluída	**Decisão: ▪ Aprovada	

▪ Em andamento	▪ Reprovada
▪ Não iniciada	▪ Em exigência

Quadro 89 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ			
CNPJ	11.513.961/0001-16			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Junidaí.	R\$ 18.548.453,52	15.248.046,40	159.681.902,22	21.106.979,75
Meta				
Descrição da Meta****			Índice de desembolso anual (%)	
Meta do Exercício	Pactuada		50%	
	Realizada		a verificar	
	% Realização		a verificar	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2014 *****		213,71%	
	2013		não se aplica	

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>;

http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/BaciaPCJ_ArrecadacaoRepasse.aspx

*Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Informe CACG n.º 010/2015).

** Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e repassados à Entidade contratada.

***Valor referente a repasses dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá desde 2011.

**** Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

***** Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2014 que foi de 35% de desembolso.

Quadro 90 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Indicador de Desempenho Pactuado	
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \frac{\text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);

Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		8
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	8,4
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual nos exercícios de 2012 e 2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios de 2013 a 2020, discriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a Resolução CNRH publicada. Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Relatório. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B: Aprovação do enquadramento pelo CNRH (sim/não); 2-C: Relatório apresentado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2A - 2; 2B - 1; 2C - 0;
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	9,7
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 35; 3B - 35; 3C - 1
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; Para o indicador 4B, será atribuído 1 (um) ponto para a apresentação do Relatório. $= \frac{10 * \text{RESULTADO}}{NP}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		4A-Meses; 4-B-Cadastro atualizado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4A-12; 4B-1
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros dos Comitês PCJ, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 – valor apurado será igual à média calculada; $NP = \frac{10 * \text{RESULTADO}}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.

fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PCJ/RelatorioDeAvaliacaoPCJ_2014.pdf; http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PCJ/PCJ_1_TA.pdf

Quadro 91 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação

Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 92 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome		Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG					
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos		Agência Nacional de Águas - ANA					
Atribuições da Unidade Responsável		Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais					
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 93 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711235	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 MHZ E TECLADO E MOUSE - MARCA:	Móvel	-	3341,10	-	-	Não

ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: MPP191445928AB						
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: MPP1914425873AB	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010509488	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144259	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711003	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010710537	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144258	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144260	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711762	Móvel	-	400,00	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY28H3Y1BX	Móvel	-	150,00	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY28G3Y2S9	Móvel	-	150,00	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY2873Y1N5	Móvel	-	150,00	-	-	Não

Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap

Quadro 94 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 014/2004/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Endereço	Rua Elza da Silva Duarte, nº 48 (loja 1A) - Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005
Dirigente Máximo	André Luis de Paula Marques
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei nº 9.433/1997 (artigo 47). A Lei nº 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei nº 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA nº 552, de 8 de agosto de 2011
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 014/2004/ANA.
Informações do Contrato de Gestão	
Número	14/2004
Data Celebração	01/09/2004
Objeto	Alcance, pela AGEVAP, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaAGEVAP_ContratoGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx
Período de Vigência	Início 01/09/2004
	Fim 30/06/2016
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.
	Da Entidade -

Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$	11.150,00
	Empregados	R\$	6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

* Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 95 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	-	-	-	-	-	-
Sociedade Civil	-	-	-	-	-	-
Eleitos	-	-	-	-	-	-
Estatuto	Friedrich Wilhelm Herms	746.172.657-91	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 16/08/2011	03/10/2011	03/10/2015
	Dirceu Miguel Brandão Falce	180.982.666-72	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2014	03/10/2018
	Paulo Teodoro de Carvalho	042.142.006-59	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2014	03/10/2018
	Juarez de Magalhães	779.348.497-53	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2013	03/10/2013	03/10/2017
	Alexandre Vinícius Vieira da Rosa	042.142.006-59	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2013	03/10/2017

	Jaime Teixeira Azulay	249.472.457-00	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 21/10/2015	01/10/2015	01/10/2019
	Evandro Rodrigues de Britto	012.134.587-49	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 21/10/2015	01/10/2015	03/10/2018
	Lúcio Henrique Bandeira	183.629.317-87	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 21/10/2015	01/10/2015	03/10/2018
	Sueleide Silva Prado	050.945.028-83	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 20/10/2013	03/10/2013	02/09/2014
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		3	
			Extraordinárias		4	

Fonte: Diretoria Administrativo-Financeira

Quadro 96 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Reuniões	Nº de Reuniões de que o Conselheiro participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
			2015	2014
Friedrich Wilhelm Herms ^a	Conselho de Administração	5	6.150,24	14.336,65
	Assembleia Geral	3	1.454,78	
Dirceu Miguel Brandão Falce	Conselho de Administração	5	6.990,57	7.084,45
	Assembleia Geral	0	-	-
Paulo Teodoro de Carvalho ^b	Conselho de Administração	3	4.990,98	12.363,42
	Assembleia Geral	0	-	-
Juarez de Magalhães	Conselho de Administração	5	2.469,54	4.044,78
	Assembleia Geral	0	-	-
Alexandre Vinícius Vieira da Rosa	Conselho de Administração	5	4.560,99	541,32

	Assembleia Geral	0	-	-
Jaime Teixeira Azulay	Conselho de Administração	2	396,08	-
	Assembleia Geral	0	-	-
Evandro Rodrigues de Britto	Conselho de Administração	2	507,37	-
	Assembleia Geral	0	-	-
Lúcio Henrique Bandeira	Conselho de Administração	2	507,37	-
	Assembleia Geral	0	-	-
Sueleide Silva Prado	Conselho de Administração	0	-	1.270,98
	Assembleia Geral	0	-	-

^a As despesas do Conselheiro Friedrich Wilhelm Herms contemplam as despesas com a participação nas reuniões do Conselho de Administração e na Assembleia Geral da AGEVAP, uma vez que as reuniões são presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP.

^b O Conselheiro Paulo Teodoro de Carvalho não participou das reuniões realizadas em 10/02/2015 e 30/03/2015, por motivos de saúde.

(I) De acordo com o Regimento Interno da AGEVAP, os membros do Conselho de Administração são reembolsados, conforme artigo abaixo:

Art. 19. Os membros do Conselho de Administração perceberão jeton pela efetiva participação nas reuniões do Conselho, no valor fixado pela Assembleia Geral e observado o seguinte:

I – o jeton será pago por efetiva participação de reunião do Conselho de Administração;

II – o presidente do Conselho de Administração fará jus ao recebimento de jeton quando efetivamente presidir a reunião da Assembleia Geral;

III – o jeton não caracteriza qualquer forma de remuneração assalariada de prestação vinculada de serviços, conseqüentemente, não se aplica, direta ou subsidiariamente, qualquer disposição referente à disciplina remuneratória da legislação trabalhista, e nem são eles devidos a título de “férias”, “gratificação natalina” ou qualquer ocorrência similar;

IV – os membros do Conselho de Administração serão reembolsados por custos de transporte, alimentação e hospedagem, quando devidamente convocados para reuniões, como com a Diretoria-Executiva da AGEVAP segundo a Norma Interna da AGEVAP aplicada a seus empregados;

V – os valores do jeton serão definidos anualmente em Reunião Ordinária da Assembleia Geral a ser realizada até o final de março de cada ano anterior ao exercício financeiro, por força do item 2, da alínea a, do inciso I, do parágrafo 1º do artigo 13 do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO.

(II) - No ano de 2013, foi pago a título de Jeton para os membros do Conselho de Administração, o montante de R\$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais), sendo R\$ 4.000,00 para os conselheiros Friedrich Wilhelm Herms, Dirceu Miguel Brandão Falce, Paulo Teodoro de Carvalho e Sueleide Silva Prado e R\$ 3.300,00 para o conselheiro Juarez de Magalhães.

(III) - No ano de 2014 não houve pagamento de Jeton para os membros do Conselho de Administração.

(IV) - A Conselheira Sueleide Silva Prado, solicitou desligamento do Conselho de Administração em Setembro/2014.

(V) - O Conselheiro Alexandre Vinícius Vieira da Rosa é membro do Conselho de Administração desde Outubro/2014.

(VI) - Os Conselheiros Friedrich Wilhelm Herms, Dirceu Miguel Brandão Falce e Paulo Teodoro de Carvalho, encerram o mandato no Conselho de Administração em 01/10/2015.

(VII) - Os Conselheiros Jaime Teixeira Azulay, Evandro Rodrigues de Brito e Lúcio Henrique Bandeira iniciaram o mandato no Conselho de Administração em 03/10/2015.

Quadro 97 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)*	

No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	R\$ 2.061.081,53
Fevereiro	-	Agosto	-
Março	-	Setembro	R\$ 1.263.305,65
Abril	R\$ 165.143,84	Outubro	R\$ 2.279.617,03
Maio**	R\$ 2.302.134,56	Novembro	-
Junho	R\$ -	Dezembro	R\$ 2.705.246,22
Total	R\$ 2.467.278,40	Total	R\$ 8.309.250,43

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>;
http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaPBS_2015.pdf

* Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica.

** Incluído repasse adicional de recursos no valor de R\$ 1.284.045,73, conforme previsto no Contrato de Gestão.

Quadro 98 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
André Luís de Paula Marques	060.433.898-86	Engenharia Mecânica	Diretor Presidente	Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração - 05/08/2013	02/09/2013	-
Aline Raquel de Alvarenga	075.308.367-14	Publicidade e Propaganda	Diretora de Relações Institucionais	Resolução CA-AGEVAP nº 57/2013 - 06/11/2013	06/01/2014	-
Julianne Elisabeth Nass Lumazini	116.795.747-44	Ciências Biológicas	Diretora de Planejamento Estratégico	Resolução CA-AGEVAP nº 88/2015 - 18/08/2015	01/09/2015	-
Flávio Antônio Simões	887.688.998-15	Engenharia Civil	Diretor de Planejamento Estratégico	Resolução CA-AGEVAP nº 59/2013 - 06/11/2013	06/01/2014	31/03/2015
Juliana Gonçalves Fernandes	098.594.837-01	Engenharia Ambiental	Diretora de Recursos Hídricos	Resolução CA-AGEVAP nº 98/2015 - 21/10/2015	03/11/2015	-

Marcelo Bertonha	065.946.188-90	Engenharia Mecânica	Diretor de Recursos Hídricos	Resolução CA-AGEVAP nº 89/2015 - 18/08/2015	01/09/2015	03/11/2015
			Diretor Administrativo Financeiro	Resolução CA-AGEVAP nº 97/2015 - 21/10/2015	03/11/2015	-
Diego Elias Moreira Nascimento Gomes	302.263.238-03	Administração de Empresas	Diretor Administrativo Financeiro	Resolução CA-AGEVAP nº 55/2013 - 06/11/2013	06/01/2014	03/11/2015
Helvécio Zago Galvão César	150.187.978-27	Engenharia Civil	Diretor de Recursos Hídricos	Resolução CA-AGEVAP nº 60/2013 - 06/11/2013	06/01/2014	02/03/2015

Fonte: Diretoria Administrativa Financeira AGEVAP

Quadro 99 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)			Exercício 2015*		985.648,96**	
			Exercício 2014*		859.633,08**	
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga***						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros ****	
	Qtde****	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde****	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde****	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2015	5	499.964,32	43	2.067.192,26	10	491.089,61
2014	5	612.527,79	33	1.775.542,48	9	49.860,55

Fonte: Diretoria Administrativa-Financeira

* Valores referentes apenas ao Contrato de Gestão nº014/2004.

**Valores Totais com a soma de funcionários de toda Entidade Delegatária.

***Posição em 31/12 incluindo os empregados do Cadastro Ambiental Rural - CAR.

**** As informações fornecidas referem-se à funcionários desligados, em auxílio maternidade e afastados pelo INSS.

Quadro 100 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 101 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP	
CNPJ	05.422.000/0001-01	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2016	
Período de Referência	Data Início	01/01/2015
	Data Fim	31/12/2015
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2016	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão:	
▪ Concluída	▪ Aprovada	
▪ Em andamento	▪ Reprovada	
▪ Não iniciada	▪ Em exigência	

Quadro 102 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP			
CNPJ	05.422.000/0001-01			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.	R\$ 10.632.571,81	R\$ 9.492.483,10	126.824.756,48	R\$ 11.444.164,34
Meta				
Descrição da Meta****			Índice de desembolso anual (%)	
Meta do Exercício		Pactuada	40%	
		Realizada	a verificar	
		% Realização	a verificar	

% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2014 *****	136%
	2013 *****	127%

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaPBS_2015.pdf;
<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>

*Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (Informe CACG n.º 010/2015).

** Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e repassados à Entidade contratada.

***Valor referente aos repasses dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul desde de 2004.

**** Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

***** Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2014 que foi de 30% de desembolso.

***** Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2013 que foi de 20% de desembolso.

Quadro 103 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP	
CNPJ	05.422.000/0001-01	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8	
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2013-2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subseqüentes, descriminados no detalhamento do indicador. Para os demais indicadores, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração/entrega de cada relatório/produto discriminado no detalhamento do indicador. $NP= 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B, 2-C e 2-D: Relatório apresentado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	

Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2A - 2; 2B - 1; 2C - 0; 2D - 0
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	5,7
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 30; 3B - 55; 3C - 1
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	9,2
Análise do Indicador		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Meses
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		12
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL

Fórmula de Cálculo	Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).											
	O valor apurado seguirá as faixas abaixo:											
	Média	maior	ou	igual	a	9	é	considerada	10			
	Média	maior	ou	igual	a	8	é	considerada	9			
	Média	maior	ou	igual	a	7	é	considerada	8			
	Média	maior	ou	igual	a	6	é	considerada	7			
	Média	inferior	a	6	–	valor	apurado	será	igual	à	média	calculada
	; NP = 10 * RESULTADO / META											
0 ≤ NP ≤ 10; NF = ∑ (NP * PESO) / ∑ (PESOS)												
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);										
Periodicidade de Medição		Anual										
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10										
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.										
	2014	9										
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.										
Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/AGEVAP/AGEVAP_13_TA.pdf ; http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/AGEVAP/RelatorioDeAvaliacaoAGEVAP_2014.pdf												

Quadro 104 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 105 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável	
Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	Agência Nacional de Águas - ANA
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais

Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão**							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 106 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 840C - SERIE: BR17V1T0B9	Móvel	-	446,50	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 840C - SERIE: BR17L1T1P8	Móvel	-	446,50	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 02 PORTAS - MARCA: MARELLI	Móvel	-	328,06	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não

MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
ARQUIVO PARA ESCRITORIO	Móvel	-	227,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD E DVD/LG	Móvel	-	3374,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD E DVD/LOG	Móvel	-	3374,00	-	-	Não
NOBREAK . - DESCRICAO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-	Não
NOBREAK . - DESCRICAO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA	Móvel	-	163,00	-	-	Não
CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL - MARCA: SONY - MODELO: MVC-FD75 - SERIE: 1465572	Móvel	-	1980,00	-	-	Não
NOBREAK . - DESCRICAO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
SUPORTE EM MADEIRA PARA CPU	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MESA COMPACTA COM 4 PLANOS - MARCA: AZ/LE	Móvel	-	162,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
GAVETEIRO FIXO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MESA COMPACTA COM 4 PLANOS - MARCA: AZ/LE	Móvel	-	162,00	-	-	Não
CONEXAO EM MADEIRA	Móvel	-	21,00	-	-	Não
CONEXAO EM MADEIRA	Móvel	-	21,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
GAVETEIRO FIXO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS	Móvel	-	25,80	-	-	Não
SUPORTE EM MADEIRA PARA CPU	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK)	Móvel	-	4552,00	-	-	Não

COM PROCESSADOR PENTIUM - MARCA: ACER - SERIE: 0R01Q4714800C70K000						
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298353	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298398	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298368	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049326	Móvel	-	507,30	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049345	Móvel	-	507,30	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049239	Móvel	-	507,30	-	-	Não

Instituto Bioatlântica – IBIO

Quadro 107 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 072/2011/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0001-25
Endereço	Rua Goethe nº75, Bairro Botafogo, CEP 22.281-020 Rio de Janeiro - RJ
Dirigente Máximo	Ricardo Alcantara Valory

Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.		
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011		
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 072/2011/ANA.		
Informações do Contrato de Gestão			
Número	72/2011		
Data Celebração	26/10/2011		
Objeto	Alcance, pelo IBIO, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Agua na Bacia Hidrográfica do Rio Doce		
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaIBIO_ContratoGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx		
Período de Vigência	Início	26/10/2011	
	Fim	31/12/2016	
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	
	Da Entidade	-	
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$	11.150,00
	Empregados	R\$	6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 108 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público						
Da Sociedade Civil						
Eleitos	Alexandre Gonçalves Fachin	742.991.900-68	Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017

	Alysson Paulinelle	004.071.4 36-53	Independente	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Antônio Sérgio Alípio	781.773.9 18-87	Veracel Celulose S/A	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Eliezer Batista da Silva	607.460.5 07-63	Independente	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Erling Sven Lorentzen	021.948.3 07-82	Lorentzen Empreendimentos S/A	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Ernst Brugger	-	Independente	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	João S. Campari Junior	105.869.5 88-60	The Nature Conservancy	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Julián Alberto Eguren	-	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - Usiminas	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Haakon Lorentzen	667.258.7 97-72	Lorentzen Empreendimentos S/A	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Marcos Castrioto de Azambuja	128.638.5 81-49	Independente	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Paulo Eduardo Rocha Brant	204.271.2 36-15	Cenibra Celulose Nipo-Brasileira S/A	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Renato Gomes Carneiro Filho	144.165.6 55-34	Veracel Celulose S/A	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
	Rubens Benini	280.050.2 28-24	The Nature Conservancy	Assembl eia Geral Ordinári a	09/04/2 014	08/04/2 017
Estatuto						

Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício	Ordinárias	1
	Extraordinárias	3

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO

Quadro 109 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2015	2014
Alexandre Gonçalves Fachin	-	-	-
Alysson Paulinelle	3	-	-
Antônio Sérgio Alípio	-	-	-
Eliezer Batista da Silva	-	-	-
Erling Sven Lorentzen	2	-	-
Ernst Brugger	1	-	-
João S. Campari Junior	2	-	-
Julián Alberto Eguren	-	-	-
Haakon Lorentzen	4	-	-
Marcos Castrioto de Azambuja	3	-	-
Paulo Eduardo Rocha Brant	3	-	-
Renato Gomes Carneiro Filho	3	-	-
Rubens Benini	-	-	-

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO

Quadro 110 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO	
CNPJ		05.112.703/0001-25	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)*			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho**	R\$ 3.639.026,54
Fevereiro	-	Agosto	-
Março	-	Setembro	R\$ 976.661,89
Abril	-	Outubro	R\$ 1.915.473,91
Maio	R\$ 3.113.142,64	Novembro	-
Junho	R\$ -	Dezembro	R\$ 1.199.346,02
Total	R\$ 3.113.142,64	Total	R\$ 7.730.508,36

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>;

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaRioDoce_2015.pdf

* Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

** Incluído repasse adicional de recursos no valor de R\$ 1.000.000,00, conforme previsto no Contrato de Gestão.

Quadro 111 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO

CNPJ	05.112.703/0001-25					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Ricardo Alcântara Valory	903.846.527-00	Engenharia Agrônômica	Pós-Graduado	Ata de Reunião de Diretoria do Instituto BioAtlância dia 15 de julho de 2014	15/07/2014	-
Fabiano Henrique da Silva Alves	047.927.516-59	Engenharia Agrônômica	Pós-Graduado	Ata de Reunião de Diretoria Colegiada do CBH Doce dia 01 de setembro de 2015	16/09/2015	-

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO

Quadro 112 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO					
CNPJ	05.112.703/0001-25					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)			Exercício 2015		8.932.225,66	
			Exercício 2014		10.089.171,09	
Quadro de Pessoal <i>versus</i> Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2015	1	215.442,15	8	303.369,64	11	78.263,29
2015	2	300.233,94	5	349.170,28	3	11.209,59
2014	1	179.618,37	5	355.722,72	0	0,00
2014	1	211.455,93	6	217.074,51	12	77.357,56

Fonte: Instituto BioAtlântica - IBIO

Obs.: Custeados com recursos do Contrato de Gestão IGAM 001/2011. A coluna "Outros" está relacionada com estagiários.

Quadro 113 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO					
CNPJ	05.112.703/0001-25					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim

Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 114 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO	
CNPJ	05.112.703/0001-25	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2016	
Período de Referência	Data Início	01/01/2015
	Data Fim	31/12/2015
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2016	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão:	
▪ Concluída	▪ Aprovada	
▪ Em andamento	▪ Reprovada	
▪ Não iniciada	▪ Em exigência	

Quadro 115 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO			
CNPJ	05.112.703/0001-25			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	R\$ 11.517.829,35	R\$ 9.843.651,00	31.989.237,81	12.635.132,37

Meta		
Descrição da Meta****		Índice de desembolso anual (%)
Meta do Exercício	Pactuada	50%
	Realizada	a verificar
	% Realização	a verificar
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2014 *****	100,57%
	2013 *****	265%

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>;

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaRioDoce_2015.pdf

*Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Informe CACG n.º 010/2015).

** Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e parcela adicional de recursos conforme previsto no contrato de gestão.

*** Valor referente a repasses de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce desde 2011.

**** Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

***** Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2014 que foi de 35% de desembolso.

***** Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2013 que foi de 20% de desembolso.

Quadro 116 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA	
CNPJ	05.112.703/0001-25	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$	
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8	
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	9,6
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO	

Fórmula de Cálculo		Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2012; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subsequentes, discriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no - PIRH-Doce, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B: Relatório apresentado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2A - 2; 2B - 1;
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	9,3
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C será atribuído um ponto para cada item disponibilizado da relação de itens constante do detalhamento do indicador. Para o indicador 3D, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Item disponibilizado; 3D: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 35; 3B - 20
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; Para o indicador 4B, o resultado será calculado com a seguinte fórmula: número de boletos com recebimento confirmado x 10 (número de boletos gerados pela ana). $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		4-A: Meses; 4-B: %boletos recebidos
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4A-12; 4B-10
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10

Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez); $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	9
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/IBIO/ContratodeGestao_n_72-ANA-2011-IBio.pdf ; http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/IBIO/RelatorioDeAvaliacaoIBIO_2014.pdf		

Quadro 117 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0001-25
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Avaliação do exercício de 2015 não iniciada.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Avaliação do exercício de 2015 não iniciada.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Avaliação do exercício de 2015 não iniciada.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 118 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável			
Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG		
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	ANA		
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais		
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*			
Direção e Assessoramento	Cargo Efetivo sem Função ou Comissão	Estagiários	Terceirizados

Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 119 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO					
CNPJ	05.112.703/0001-25					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO	Móvel	-	0,01	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
TRANSCÉPTOR PARA FAC-SIMILE - MARCA: BROTHER - MODELO: INTELLIFAX 775 - SERIE: U60117J1K503013	Móvel	-	598,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA -	Móvel	-	313,95	-	-	Não

DESCRICAO: COR CINZA FORMATO REDONDO COM BASE EM METAL						
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - SERIE: MX19I1Z24T	Móvel	-	1740,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRICAO: PORTATIL - MARCA: EPSON - MODELO: EMP-S1 - SERIE: FCHG393217F	Móvel	-	5490,00	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301281	Móvel	-	158,00	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301275	Móvel	-	158,00	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 300 VA, 115 V - MARCA: SMS - MODELO: REVOLUTION - SERIE: 15603483610	Móvel	-	158,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-	Não

MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: ITAUTEC - MODELO: SW500E - SERIE: 2388T15581C31006608	Móvel	-	389,75	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAO: PROCESSADOR: 3.06 GHZ 775 PINOS; MEMORIA: 1 GB (2 X 512MB DDR 400); PLACA MÃE COM SOM E REDE ONBOARD; PLACA DE VIDEO 128MB PCIE; HD 80GB 7200 RPM SATA. COM GRAVADOR DE DVD. - MARCA: ITAUTEC - MODELO: G5667 - SERIE: G566701800121	Móvel	-	2470,25	-	-	Não
IMPRESSORA LASER - DESCRICAO: COLOR - MARCA: HP - MODELO: LASERJET 1500L - SERIE: CNGGD08005	Móvel	-	3000,00	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: 18000 BTUS - MARCA: LG - SERIE: 312KA00547	Móvel	-	1485,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRICAO: PORTATIL - MARCA: SONY -	Móvel	-	7722,00	-	-	Não

MODELO: VPL-DS100 - SERIE: 12881						
UNIDADE LEITORA E GRAVADORA DE CD- ROM - DESCRICAO: EXTERNA - MARCA: LG - MODELO: VIPOWER	Móvel	-	339,00	-	-	Não
SCANNER DE MESA - MARCA: HP - MODELO: SCANJET 3770 - SERIE: CN468AS080	Móvel	-	479,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: M725 - MARCA: DELL - MODELO: LATITUDE 110L - SERIE: 7Z1GK81	Móvel	-	4476,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835614	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXBA128658N	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXAA101947E	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXBA127803W	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835608	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835543	Móvel	-	1807,23	-	-	Não

MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SERIE: BRC705B16W	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SERIE: BRC702B1DF	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SERIE: BRC702B1D8	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164531. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SERIE: BRB71003HW	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164592. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SERIE: BRB71003JO	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164586. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SERIE: BRB71003H7	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
DISCO RIGIDO (HD) - EXTERNO - DESCRICAO: DE 300 GB - MARCA: SAMSUNG - MODELO: UHD 2311	Móvel	-	565,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS, COR CINZA - MARCA: BELLALINEA	Móvel	-	510,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR - DESCRICAO: AMD ATHLON DUAL CORE 2.1 GHZ, 2GB RAM, 667MHZ, SDRAM, DVD/RW 16X, 160GB. LACRE N° 000070. - MARCA: DELL - MODELO: OPTIPLEX 740 - SERIE: 9DX3WH1	Móvel	-	1822,13	-	-	Não

MONITOR DE VIDEO - DESCRICAO: LCD DE 19" WIDESCREEN, BI-VOLT, COM AJUSTE DE ALTURA, RESOLUCAO 1280X1024 PONTOS. ANTIRREFLEXIVO E ANTIESTATICO. - MARCA: DELL - MODELO: 1908FPC - SERIE: BR-OG444H- 70713-89M-OV6U	Móvel	-	887,87	-	-	Não
ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRICAO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITORIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXAO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITORIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,33	-	-	Não
ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRICAO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITORIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXAO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITORIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,33	-	-	Não
ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRICAO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITORIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXAO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITORIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,34	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 03 PRATELEIRAS NA COR CIZA MEDINDO 980MMX925MMX300MM.	Móvel	-	70,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 03 PRATELEIRAS NA COR	Móvel	-	70,00	-	-	Não

CIZA MEDINDO 980MMX925MMX300MM.						
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, FORMATO REDONDO.	Móvel	-	195,00	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não

DESCRICAO: COM PRANCHETA.						
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,76	-	-	Não
CONDICIONADOR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO "JANELA" COM 7.500 BTUS 220 VOLTS.	Móvel	-	935,00	-	-	Não
CONDICIONADOR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO "SPLIT" COM 18.000 BTUS 220 VOLTS.	Móvel	-	2776,00	-	-	Não
PURIFICADOR DE AGUA - DESCRICAO: COM COMPRESSOR E SUPORTE CONTENDO CONEXAO HIDRAULICA INTERNA ATOXICA, DUAS TORNEIRAS, RESERVATORIO DE AGUA GELADA COM CAPACIDADE PARA 1,4 LITROS, POTENCIA MINIMA 110W/TENSAO E 127V.	Móvel	-	465,00	-	-	Não
LONGARINA EM METAL - DESCRICAO: COM 03 LUGARES ESTOFADA COM ESPUMA INJETADA E COM REVESTIMENTO EM TECIDO.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 8202562811 - PLACA: JJU1021 - CHASSI: 8AFER13P2AJ285976 - RENAVAL: 195324706 -	Móvel	-	54316,50	-	-	Não

MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO						
GPS DE NAVEGAÇÃO - DESCRICAO: PARA NAVEGAÇÃO - MARCA: GARMIN - MODELO: 76S - SERIE: 17921651	Móvel	-	603,80	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SEM FIO - DESCRICAO: COM SECRETARIA ELETRONICA EM PORTUGUES E IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: LUMI VOICE - SERIE: SA0911120171	Móvel	-	132,55	-	-	Não
FILMADORA DIGITAL - DESCRICAO: PORTATIL. ACESSORIOS: CABOS USB E TV, CARREGADOR DE BATERIA E BATERIA SONY. - MARCA: SONY - MODELO: DSC-68 - SERIE: 1153955	Móvel	-	540,50	-	-	Não
CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL - DESCRICAO: LCD DE 2.7 E RESOLUÇÃO DE 14.1 MEGA PIXELS - MARCA: SONY - MODELO: W-320 - SERIE: 6710324	Móvel	-	240,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não

90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO						
ARQUIVO EM ACO - DESCRICAO: PARA PASTA SUSPensa COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não
ARQUIVO EM ACO - DESCRICAO: PARA PASTA SUSPensa COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não
ARQUIVO EM ACO - DESCRICAO: PARA PASTA SUSPensa COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA	Móvel	-	79,77	-	-	Não

COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO						
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRICAO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRICAO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRICAO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
TELA PARA PROJECAO - DESCRICAO: RETRATIL COM TRIPE, MEDE.: 1,80M X 1,80M.	Móvel	-	252,52	-	-	Não
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - DESCRICAO: LASER COLOR. RESOLUCAO IMPRESSAO 600 X 600 DPI. RESOLUCAO DIGITALIZACAO 1200 X 1200 DPI. - MARCA: HP - MODELO: CC431A - SERIE: BRFB4P22L	Móvel	-	528,75	-	-	Não
MESA PARA RETROPROJETOR - DESCRICAO: /DVD, PES EM ALUMINIO E PECAS EM ACO DE CARBONO ZINCADO, DIMENSOES: 34X14X45CM, (LAP) - MARCA: PROJETELAS - MODELO: PRATIC	Móvel	-	306,25	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) INTEL CORE 2 DUO - DESCRICAO: 2.13 GHZ, MEMORIA 4 GB DDR2, HD 500 GB, GRAVADOR DE DVD, TELA 16.4" HIGH DEFINITION E WEB CAM INTEGRADA. - MARCA: SONY - MODELO: VGN-FW518J/B - SERIE: 275050383001562	Móvel	-	857,25	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: SPLIT DE	Móvel	-	1254,40	-	-	Não

18.000 BTUS. VOLTAGEM 220V - MARCA: LG						
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - DESCRICAO: FUNÇÕES: FLASH, MUTE E REDISCAR. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: PREMIUM - SERIE: TF10041200527	Móvel	-	32,10	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - DESCRICAO: FUNÇÕES: FLASH, MUTE E REDISCAR. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: PREMIUM - SERIE: TF10062100033	Móvel	-	32,10	-	-	Não
MESA TELEFONICA PABX - DESCRICAO: ALIMENTAÇÃO: 100 / 127 V OU 220 V - 50 OU 60 HZ, CONFIGURAÇÃO MÁXIMA: 2 LINHAS E 8 RAMAIS E POTÊNCIA MÁXIMA 24 W. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: 2X8 - SERIE: CE0909210188	Móvel	-	545,11	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE TETO (SPLIT) - DESCRICAO: 30.000 BTUS E 220 VOLTS. - MARCA: ELGIN - MODELO: SRF/Q-30000-2 - SERIE: I.O 3509	Móvel	-	2438,43	-	-	Não
MESA PARA NOTEBOOK - DESCRICAO: ARTICULADA E FLEXIVEL. - MARCA: PANDIN - MODELO: MAN915	Móvel	-	177,11	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: HORIZONTAL, COM 2 PORTAS E 3 GAVETAS - MARCA: PANDIN - MODELO: DUNNA	Móvel	-	365,75	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não

TAMPA TRASEIRA COM TRANCA.						
PROTECTOR DE CACAMBA - DESCRICAO: PARA CAMINHONETE FORD RANGER CABINE DUPLA.	Móvel	-	149,80	-	-	Não
ESTRIBO TUBULAR - DESCRICAO: EM AÇO CROMADO PARA CAMINHONETE FORD RANGER CABINE DUPLA.	Móvel	-	201,60	-	-	Não
SUPORTE VEICULAR - DESCRICAO: PARA GPS.	Móvel	-	60,34	-	-	Não
GRAVADOR DIGITAL - DESCRICAO: MINI GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL, COM MEMÓRIA INTERNA DE 1G, VISOR LCD, ATIVAÇÃO POR VOZ., ENTRADA PARA MICROFONE E SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO. - MARCA: COBY - MODELO: CX R190-1G	Móvel	-	92,85	-	-	Não
GRAVADOR DIGITAL - DESCRICAO: MINI GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL, COM MEMÓRIA INTERNA DE 1G, VISOR LCD, ATIVAÇÃO POR VOZ., ENTRADA PARA MICROFONE E SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO. - MARCA: COBY - MODELO: CX R190-1G	Móvel	-	92,85	-	-	Não

Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo

Quadro 120 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante e do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 014/2010/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Endereço	Rua dos Carijós, 166, 5º andar- Centro, Belo Horizonte - MG, 30120-060

Dirigente Máximo	Célia Maria Brandão Fróes		
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.		
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011		
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.		
Informações do Contrato de Gestão			
Número	14/2010		
Data Celebração	30/06/2010		
Objeto	Alcance, pela PEIXE VIVO, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Agua na Bacia Hidrografica do Rio São Francisco.		
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AGBPeixeVivo_ContratodeGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx		
Período de Vigência	Início	30/06/2010	
	Fim	31/12/2016	
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rio São Francisco e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	
	Da Entidade	-	
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$	11.150,00
	Empregados	R\$	6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Limites estipulados pela Resolução ANA nº 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 121 – Relação de membros do Conselho de Administração						
Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Usuários de Recurs	Leonardo Guimarães Ribeiro	027.907.309-70	ARCELOR MITTAL BRASIL S.A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

os Hídricos*	Maria Helena Gomes Pereira Fonseca	588.556.296-20	USIMINAS - USINAS SIDERÚRGICA S DE MINAS GERAIS S.A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Valter Vilela Cunha	123.365.646-53	COPASA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Tales Heliodoro Viana	270.278.646-49	COPASA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Renato Júnio Constâncio	778.306.446-91	CEMIG	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Marcelo de Deus	350.241.786-53	CEMIG	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Márcio Alvarenga Miranda	319.970.316-04	CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Vitor Márcio Nunes Feitosa - Presidente	937.646.348-04	SINDIEXTRA - SINDICATO DA INDÚSTRIA MINERAL	Não se aplica	2013	2016
	Eduardo Antônio Caram	302.276.688-20	RIMA INDUSTRIAL S/A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Maria de Lourdes Pereira dos Santos - Vice Presidente	519.308.036-72	VALE	Não se aplica	2013	2016
	Letícia Lara Figueiredo	084.068.626-96	LIASA - LIGAS DE ALUMÍNIO S.A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Celso Scalambrini Costa	238.778.201-15	ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Carlos Diniz Murta Filho	659.850.526-72	FERROUS RESOURCES S.A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	João Carlos de Melo	007.878.096-91	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Da Sociedade de Civil	Hilda de Paiva Bicalho	150.192.256-49	AMBIENTAL PIEDADE	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Simone Alvarenga Borja Bottrel	486.643.596-87	PROCITTÁ	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Francisca de Paula	631.255.796-00	ADAO - ARTES E OFÍCIOS	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Ademir Martins Bento	108.642.966-49	SOPROGER - SOCIEDADE PRÓ - MELHORAME NTO DO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

			BAIRRO SÃO GERALDO			
	Francisca de Paula	631.255.796-00	ADAO - ARTES E OFÍCIOS	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Weber Coutinho	199.881.096-87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RECUPERAÇÃO DA BACIA DA PAMPULHA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	José Nelson de Almeida Machado	070.101.686-87	ARCA AMA SERRA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado	257.670.706-87	SOS RIO DAS VELHAS - INSTITUTO GUAICUY	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Eleitos	Vitor Márcio Nunes Feitosa e Maria de Lourdes Pereira dos Santos	-	Eleitos como Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração	Eleição registrada em ata da 5ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral realizada em 04/11/2013.	-	-
Estatuto	Não se aplica	-	-	-	-	-
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício 2015			Ordinárias		3	
			Extraordinárias		0	
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício 2014			Ordinárias		3	
			Extraordinárias		0	
*O Conselho de Administração da AGB Peixe Vivo, de acordo com, o Estatuto Social da agência é composto por representantes usuários e da sociedade civil. Os membros são indicados pelas instituições. Os únicos membros eleitos são para os cargos de presidente e vice presidente do Conselho de Administração e Fiscal.						
Fonte: 6ª Alteração do Estatuto Social da AGB Peixe Vivo (disponível para acesso no link: http://www.agbpeixevivo.org.br/index.php/a-agb/regulamentacao/estatuto-agb.html)						

Quadro 122 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício 2015	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício 2014	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
			2015	2014
Ronaldo Pereira da Silva (CF e AG)	1	3	80,00	240,00
Francisca de Paula Martins (CA e AG)	1	1	80,00	80,00
Tarcísio de Paula Cardoso (CF e AG)	5	4	400,00	320,00
Célia Regina Alves Renno (CF e AG)	3	2	240,00	160,00
Simone Alvarenga Borja (CA e AG)	0	0	0,00	0,00
Ademir Martins Bento (CA e AG)	0	0	0,00	0,00
Hilda de Paiva Bicalho (CA e CF AG)	0	4	0,00	6000,00
Márcio Tadeu Pedrosa (CF e AG)	1	0	80,00	0,00
Maria de Fátima Guimarães Gouvea (CF e AG)	1	0	80,00	0,00

Total Geral (R\$)			960,00	6.800,00
--------------------------	--	--	---------------	-----------------

Fonte: Prestação de Contas Anual - AGB Peixe Vivo

Legenda: CF.: Conselho Fiscal; CA.: Conselho de Administração; AG: Assembleia Geral

Nota explicativa:

- 1) A conselheira Hilda de Paiva Bicalho é membro do Conselho de Administração e em 2014 fornecia apoio administrativo aos dois conselhos. Dessa forma, justifica-se o quantitativo de participação no valor de ajuda de custo em 2014.
- 2) Todos os conselheiros compõem a Assembleia Geral da AGB Peixe Vivo.
- 3) Tarcísio de Paula Cardoso em 2015 participou de 4 reuniões do Conselho Fiscal e 1 da Assembleia Geral.
- 4) Célia Regina Alves Renno em 2015 participou de 02 reuniões do Conselho Fiscal e 1 da Assembleia Geral.

Quadro 123 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO	
CNPJ		09.226.288/0001-91	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)*			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	R\$ 3.461.638,28
Fevereiro	-	Agosto	-
Março **	R\$ 2.406.391,31	Setembro	R\$ 2.541.296,30
Abril	-	Outubro	R\$ 3.556.489,16
Maior	R\$ 5.981.168,24	Novembro	
Junho	R\$	Dezembro	R\$ 2.314.353,71
Total	R\$ 8.387.559,55	Total	R\$ 11.873.777,45

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/> e

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaSF_2015.pdf

* As valores correspondem ao montante arrecadado com cobrança pelo uso de recursos hídricos

** Incluída uma parcela de recursos adicionais no valor de R\$ 1.150.000,00 conforme previsto no Contrato de Gestão.

Quadro 124 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Alberto Simon Schwartzman	228.935.206-34	Engenharia	Doutorado	Não se aplica	03/09/2010	Atualmente no cargo
Ana Cristina da Silveira	790.270.596-91	Biologia	Especialização	Não se aplica	04/08/2010	Atualmente no cargo
Berenice Coutinho Malheiros dos Santos	150.856.196-68	Biologia	Especialização	Não se aplica	10/02/2011	Atualmente no cargo
Célia Maria Brandão Fróes	463.217.646-04	Engenharia	Mestrado	Não se aplica	03/09/2010	Atualmente no cargo

Quadro 125 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)			Exercício 2015		66.374.634,82	
			Exercício 2014		62.897.029,00	
Quadro de Pessoal <i>versus</i> Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2015	4	935.452,06	14	629.531,15*	13	55.334,87**
2014	4	689.364,02	11	523.460,16	7	47.075,60

Prestação de Contas Anual - AGB Peixe Vivo

*Do valor total de R\$629.531,15, o valor de R\$625.051,15 refere-se à 13 (treze) empregados, enquanto o valor de R\$4.480,00 refere-se à 1(um) estagiário.

**O valor de R\$55.334,87 refere-se a serviços prestados por profissionais autônomos, sendo que o valor de R\$5.382,87 refere-se a serviços de manutenção realizados por 12 (doze) profissionais, enquanto o valor de R\$49.952,00 refere-se ao serviço de 1 (um) consultor que realizou estudos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Quadro 126 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 127 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada

Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO		
CNPJ	09.226.288/0001-91		
Informações da Prestação de Contas			
Data da Apresentação	deve apresentar até 15/02/2016		
Período de Referência	Data Início	01/01/2015	
	Data Fim	31/12/2015	
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2016		
*Situação da Análise	não iniciada		
**Decisão	-		
*Situação da Análise:	**Decisão:		
▪ Concluída	▪ Aprovada		
▪ Em andamento	▪ Reprovada		
▪ Não iniciada	▪ Em exigência		

Quadro 128 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO- AGB PEIXE VIVO			
CNPJ	09.226.288/0001-91			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasso Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rio São Francisco e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	R\$ 22.511.985,05	R\$ 19.111.337,00	118.323.547,32	R\$ 23.142.561,36
Meta				
Descrição da Meta****			Índice de desembolso anual (%)	
Meta do Exercício	Pactuada		50%	
	Realizada		a verificar	
	% Realização		a verificar	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2014 *****		159,42%	
	2013		não se aplica	

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>;

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/AcumuladaSF_2015.pdf

*Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (Informe CACG n.º 010/2015).

** Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e repassados à Entidade contratada.

***Valor referente a repasses de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco desde 2010.

**** Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.

***** Este percentual tem como referência a meta do exercício de 2014 que foi de 35% de desembolso.

Quadro 129 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO	
CNPJ	09.226.288/0001-91	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = \frac{10 * \text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		Item disponibilizado e atualizado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		8
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	9,5
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2012; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subsequentes, discriminados no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * \text{RESULTADO}}{\text{META}}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		2-A: Plano Elaborado (sim/não); Relatório Apresentado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2A - 2;
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 35; 3B - 20; 3C-1;

Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; . NP = 10 * RESULTADO / META $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Meses
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4A-12;
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 – valor apurado será igual à média calculada; $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10
Resultado do Indicador	2015	Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
	2014	9
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2016.
Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PeixeVivo/RelatorioDeAvaliacaoPeixeVivo_2014.pdf ; http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/BaciaSF/CBH/SF_2%C2%BATA.pdf		

Quadro 130 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 131 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome		Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG					
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos		Agência Nacional de Águas - ANA					
Atribuições da Unidade Responsável		Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais					
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 132 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA - DESCRICAO: FORMATO OVAL, COM BASE EM METAL	Móvel	-	811,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não

POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
MESA DE APOIO PARA IMPRESSORA E FAX - DESCRICAO: EM MADEIRA NA COR CINZA.	Móvel	-	264,50	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301251	Móvel	-	158,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR	Móvel	-	750,00	-	-	Não

CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA						
ARMARIO-ESTANTE EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM PORTA, MED. 1,50 ALTURA	Móvel	-	420,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM ACO - DESCRICAO: COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,70 ALTURA	Móvel	-	350,00	-	-	Não
GAVETEIRO VOLANTE EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 03 GAVETAS	Móvel	-	320,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
REFRIGERADOR TIPO FRIGOBAR - DESCRICAO: CAPACIDADE 80 LITROS. - MARCA: CONSUL	Móvel	-	644,00	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 3005 - SERIE: E05D84105328	Móvel	-	48,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED.	Móvel	-	389,92	-	-	Não

1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS						
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não

4.45 – Desempenho do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas

A implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS teve continuidade durante o ano de 2015. Nesse período alguns dos contratos já celebrados tiveram suas atividades concluídas, enquanto outros ainda encontram-se em andamento. Além disso, foram iniciados novos processos licitatórios no ano de 2015, os quais encontravam-se, ao final do período, em diferentes estágios do processo de seleção/contratação.

O quadro abaixo apresenta de forma sistematizada as atividades implementadas pela ANA no âmbito do Programa INTERÁGUAS até dezembro de 2015.

Nº	Atividade	Valor (R\$)	Valor pago até 2015 (R\$)	Obs.
1	Avaliação Hidrogeológica dos Sistemas Aquíferos Cársticos e Físsuro-Cársticos na Região Hidrográfica do São Francisco, com vistas à Gestão Integrada e Compartilhada dos Recursos Hídricos (PJ)	5.746.864,94(C)	4.310.148,71	Vigência até 29/02/2016
2	Elaboração do Estudo Modelagem Quantitativa e Qualitativa de trechos de rio em Bacias Hidrográficas consideradas críticas (PJ)	4.310.968,84(C)	2.586.581,30	Vigência até 03/05/2016
3	Elaboração do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos (PJ)	5.246.354,82(C)	3.147.812,59	Vigência até 03/05/2016
4	Plano Nacional de Segurança Hídrica – critérios, seleção e detalhamento de intervenções estratégicas (PJ)	5.492.753,21(C)	1.373.188,30	Vigência até 29/08/2016
5	Levantamento e sistematização do arcabouço institucional e legal brasileiro relativo a inundações e a operação de reservatórios de usos múltiplos (PF)	98.406,69(C)	98.406,69	Contrato finalizado em 12/05/2015
6	Elaboração de estimativa da área irrigada e consumo de água para irrigação na Bacia Hidrográfica do Rio Grande (PF)	118.907,73(C)	118.907,73	Contrato finalizado em 21/01/2015
7	Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento de gestão de recursos hídricos: a outorga de direito de uso de recursos hídricos frente às incertezas dos cenários futuros de disponibilidade de água em bacias brasileiras (PF)	60.832,88(C)	60.832,88	Contrato finalizado em 16/01/2015
8	Elaboração de proposta de aperfeiçoamento do instrumento outorga de direito de uso de recursos hídricos em situações de indisponibilidade de água em corpos hídricos com utilização intensiva e de disponibilidade hídrica esgotada. (PF)	81.110,51 (C)	81.110,51	Contrato finalizado em 06/08/2015
9	Serviços de levantamentos aerofotogramétricos da parte seca e batimétricos da parte submersa, com o fim de atualização das curvas Cota x Área x Volume de 30 (trinta) açudes presentes na	12.459.967,34 (E)	-	Em fase de ajustes dos Termos de Referência

	região Nordeste do Brasil e norte do Estado de Minas Gerais. (PJ)			
10	Elaboração das Estimativas de Custos de Manutenção de Projetos de Adução de Água Bruta, Incluindo Irrigação, Aplicando seus Resultados ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. (PJ)	498.760,27 (C)	-	Em fase de assinatura do contrato
11	Serviços de avaliação de processos pedagógicos para analisar o impacto das ações de capacitação e educação realizadas diretamente ou fomentadas pela ANA para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. (PJ)	773.886,35 (E)	-	Em fase de análise dos documentos licitatórios pela Procuradoria Federal
12	Avaliação das atividades e resultados do “Projeto Água: conhecimento para gestão” – convênio da Agência Nacional de Águas – ANA com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu – FPTI (PF)	95.248,55 (C)	-	Em fase de assinatura do contrato
13	Sistematização dos dados e apoio na elaboração do Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2016 (PF).	49.540,41 (C)	-	Em fase de assinatura do contrato
14	Contratação de profissional especialista em técnica DELPHI para avaliação das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO (PF).	52.386,70 (E)	-	Em fase de ajustes dos Termos de Referência

Atualizado em Jan/2016

(E) Valor estimado

(C) Valor do contrato

(PJ) Pessoa Jurídica

(PF) Pessoa Física

Informações mais detalhadas sobre a implementação do Programa (implementação pela ANA e demais executores) constam do 4º Relatório de Avaliação e Monitoramento do INTERÁGUAS, apresentado no Anexo I do presente documento. O referido relatório aborda as atividades compreendidas entre 1º de julho de 2014 à 30 de novembro de 2015, e para a elaboração do relatório foram utilizadas informações disponibilizadas pelas Unidades de Gerenciamento do Programa – UGP dos Ministérios do Meio Ambiente – MMA, do Ministério da Integração Nacional – MI, do Ministério das Cidades – MCid e da Agência Nacional de Águas – ANA. Também foram utilizadas como suporte as informações constantes das Ajudas à Memória elaboradas após as missões de apoio à implementação do Programa INTERÁGUAS durante o período.

Ressalta-se ainda a realização, ao longo do ano de 2015, da Revisão de Meio Termo do Programa INTERÁGUAS. O processo de revisão e reestruturação do Programa demandou grande envolvimento tanto das equipes técnicas das UGP dos quatro executores quanto dos dirigentes, membros do Comitê Gestor do Programa. Foi realizada uma Missão de Supervisão do Programa para tratar exclusivamente da revisão de Meio Termo, em junho de 2015. Após a realização da missão, os executores trabalharam na preparação dos documentos que constituíram a proposta de reestruturação, que foi submetida à análise do Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos - GTEC/COFIEIX da Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MPOG em 20 de agosto de 2015.

No presente momento o processo de reestruturação do Programa encontra-se em análise pelo Governo Brasileiro, mais especificamente no Ministério da Fazenda.

8.1. – Gestão de pessoas

Quadro 133 – força de trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	399	328	12	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	399	328	12	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	399	299	6	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		7	2	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		4		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		18	4	6
2. Servidores com Contratos Temporários		0		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		37	2	
4. Total de Servidores (1+2+3)	399	365	14	15

Quadro 134 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	81	247
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	81	247
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	71	228
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	3
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	4
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	12
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	23	14
4. Total de Servidores (1+2+3)	104	261

Quadro 135 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	181	175	8	8
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	175	8	8

1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		113		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		4	1	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		18	4	6
1.2.4. Sem Vínculo		37	3	
1.2.5. Servidores de Carreira em Exercício Provisório		3		
1.2.6. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	181	175	8	8

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A política de capacitação e desenvolvimento dos servidores no âmbito da ANA visa oferecer os conhecimentos, as aptidões e o preparo resultantes desse processo, em sua maioria, para o desempenho de funções técnicas e gerenciais. Anualmente, os servidores participam de processo seletivo simplificado do Programa de Formação Avançada (pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*), tendo um número mínimo de candidatos inscritos, haja vista o alto nível de formação que eles apresentam.

Abaixo, seguem os números referentes à capacitação de servidores no exercício de 2015:

- **Público-Alvo do Plano Anual de Capacitação (servidores em exercício na ANA):**

Especialista em Recursos Hídricos	190
Especialista em Geoprocessamento	25
Analista Administrativo	44
Técnico Administrativo	19
Servidores sem vínculo	37
Outros (requisitados/redistribuídos/exercício provisório/exercício descentralizado)	29
Procuradores	4
TOTAL DE SERVIDORES	348

- **Pós-Graduação:**

- Especialização: 1
- Doutorados: 2

- **Dados Gerais da Capacitação dos servidores da ANA em 2015:**

- Total de servidores capacitados: 308
- Total de eventos de capacitação realizados: 155
- Carga Horária média por servidor: 90,80 horas
- Carga horaria total em eventos de capacitação: 31.589 horas

- ***Cursos ofertados na formação essencial, técnica-especializada e gerencial:***
 - ANA – 15 eventos foram realizados pela própria agência, alguns ministrados por servidores da Casa (125 servidores capacitados);
 - Patrocínios da ANA – 8 eventos foram realizados por meio de patrocínios da ANA, com destaque do Simpósio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, realizado em Brasília com uma grande participação de servidores da Casa (89 servidores capacitados);
 - USACE – 5 cursos realizados pelo Exército Americano – Eventos Críticos (71 servidores capacitados);
 - N Produções – realização de 7 eventos, com foco na formação gerencial, ministrados por professores de excelência no Brasil - Oscar Motomura, Pedro Mandelli, Rivadávia Drumond, entre outros, com o destaque para participação da Alta Administração no curso APG Público (Amana Kay) (125 servidores capacitados);
 - Casa Thomas Jefferson – língua inglesa para servidores da Casa (127 servidores capacitados).

Quadro 136– Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015										0,00
	2014										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	50.934.261,15	2.902.737,03	4.643.548,16	1.547.786,09	1.315.795,70	499.451,21			2.374,80	61.845.954,14
	2014	47.595.118,56	2.038.424,02	4.221.624,35	1.390.729,47	1.346.128,33	471.682,21		9.082,74	2.374,80	57.075.164,48
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015		1.265.004,22	116.423,21	42.290,84	10.470,47	8.291,97			6.353,28	1.448.833,99
	2014		1.343.475,67	109.761,83	33.904,69	15.697,79	21.183,57			6.005,52	1.530.029,07
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015		4.485.063,30	379.676,84	140.395,50	169.501,21	30.759,52				5.205.396,37
	2014		4.020.833,51	362.185,36	123.724,86	163.552,82	42.295,75				4.712.592,30
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	3.354.559,25		290.733,02	98.631,90	82.872,07	21.631,65				3.848.427,89
	2014	3.320.011,52		255.521,02	84.556,74	88.096,81	20.346,42		4.552,30		3.773.084,81
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00

Fonte: SIAPE

ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não há, no âmbito da Agência, controles e ou mecanismos que visem detectar possíveis acumulações de cargos, funções ou empregos públicos. Para esse fim, são adotadas imediatas providências tão logo venham a ser apontadas irregularidades, seja por parte da Auditoria Interna – AUD/ANA ou oriundas de outros órgãos de controle externo: Secretaria de Federal Controle Interno da Controladoria-Geral da União da Presidência da República – SFCI/CGU/PR e Tribunal de Contas da União – TCU.

Ressaltamos que, quando da investidura de servidores nos cargos das carreiras da Agência, aprovados em concurso público, os mesmos declaram em formulário próprio a condição de não acumulação de cargos, funções ou empregos públicos, com vista a dar fiel cumprimento ao contido no art. 133 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Quadro 137 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2015	2014		
Técnico Administrativo	-	19	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão				
A diminuição dos contratados da mão de obra terceirizada vem sendo feita a partir das contratações das empresas adiante identificadas:				
- UNIRIO Manutenção e Serviços Ltda. (Contrato nº 062/ANA/2012): eram 199 postos de trabalho;				
- WBR7 Recrutamento de Pessoal Ltda. (Contrato nº 064/ANA/2013): 150 postos de trabalho migraram da empresa UNIRIO;				
- Real JG – Serviços Gerais Ltda.: 147 postos de trabalho migraram da empresa WBR7; e				
- Real JG – Serviços Gerais Ltda.: 147 postos de trabalho migraram para o novo contrato da empresa Real JG.				
<u>Contrato nº 061/2014/ANA (ANA x Real JG)</u>				
Vigente entre 1º/10/2014 a 21/12/2015				
Posto de Serviço (Real JG)		Quantidade		
Assistente Operacional I		55		
Assistente Operacional II		32		
Auxiliar Operacional I		47		
Auxiliar Operacional II		11		
Telefonista		2		
Total		147		
<u>Contrato nº 071/2015/ANA (ANA x Real JG)</u>				
Vigente entre 22/12/2015 a 21/12/2016				
Posto de Serviço (Real JG)		Quantidade		
Secretariado-Executivo		5		
Suporte Administrativo - Apoio				
- Nível I		50		
- Nível II		32		
Suporte Administrativo – Auxiliar				

- Nível I	47
- Nível II	11
Recepção	2
Total	147

Em face do novo Contrato nº 071/2015/ANA, celebrado com a empresa Real JG em 21 de dezembro de 2015, para a prestação, de forma contínua, de serviços terceirizados acessórios e complementares de Secretariado-Executivo, de Recepção e de Suporte Administrativo, para atender as demandas da ANA, em Brasília/DF, os 147 postos de trabalho migrados foram distribuídos conforme destacado no quadro, e tiveram os salários reduzidos em torno de 29,04% (vinte e nove vírgula zero quatro por cento). Ressaltamos que 19 (dezenove) postos de trabalho da categoria de Assistente Operacional que executavam atividades correlatas com as do cargo de Técnico Administrativo foram extintos.

A atual categoria profissional de Suporte Administrativo (Apoio e Auxiliar) compreende o conjunto de atividades administrativas acessórias de baixa complexidade, voltadas a apoiar a execução de outras atividades caracterizadas de “rotineiras padronizadas”, atendendo às áreas de serviços gerais (compras, materiais e patrimônio), recursos humanos, orçamento e finanças, protocolo, recepção, mensageiro, e outras correlatas, portanto, incompatíveis com as atribuições legais da carreira de Técnico Administrativo.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A Agência Nacional de Águas - ANA utiliza, como um dos instrumentos de gestão de recursos humanos, a avaliação de desempenho individual, baseada nas definições de critérios e fundamentos da Resolução nº 725/ANA, de 3 de outubro de 2011

A avaliação de desempenho individual tem como objetivo aferir o desempenho dos servidores no exercício das atribuições dos cargos efetivos, com foco na contribuição individual para o alcance das metas institucionais.

Assim, os fatores de avaliação comportamentais, bem como os de conhecimento e competência, facilitam a identificação de aspectos do desempenho que possam ser melhorados, por meio de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

No período avaliativo 1º/10/2014 a 30/09/2015, foram avaliados 212 servidores, dos quais apenas 1 (um) servidor ficou abaixo de 90 pontos, portanto atingiu o esperado. Os demais servidores atingiram plenamente o esperado, obtendo entre 90 a 100 pontos.

Esses resultados refletem em outros indicadores qualitativos de desempenho institucional, tais como:

- a) Melhoria dos Índices de Qualidade dos Trabalhos Desenvolvidos nas Áreas Fins da Agência;
- b) Mais Eficiência na Aplicabilidade da Mensuração do Desempenho Individual, no cumprimento das Metas Institucionais;
- c) Mais Economia de Gastos Institucionais;
- d) Melhoria no Tempo de Entrega das Demandas;
- e) Promoção do Gerenciamento Participativo e o Encontro do Ponto de Equilíbrio Avaliador/ Avaliado;
- f) Revelação de Talentos Individuais e Maximização do Capital Humano.

O alto índice na avaliação dos servidores é resultado dos investimentos destinados para capacitação, cujos eventos realizados em 2015 totalizaram mais de 31.500 (trinta e uma mil e quinhentas) horas em cursos de curta e média duração. Além disso, os servidores são estimulados a participar do Programa de Formação Avançada (pós-graduação) *lato e stricto sensu*, de acordo com os temas de interesse da Agência.

SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

Análise Crítica

A Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA veicula comunicado destinado aos servidores da Agência, com vista ao cumprimento da apresentação das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, conforme aludem as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993.

A declaração deverá ser preenchida em formulário em papel, reproduzido a partir do modelo que constitui o ANEXO I da IN-TCU nº 67, de 6 de julho de 2011, devidamente assinada e entregue na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP/SAF, ou eles poderão apresentar autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei nº 8.429, de 1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei nº 8.730, de 1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do ANEXO II da IN-TCU.

No exercício de 2015, apenas 2 (dois) servidores apresentaram as declarações reproduzidas de acordo com o modelo do ANEXO I. Os demais servidores autorizaram o acesso aos dados de bens e rendas, mediante o preenchimento do formulário ANEXO II.

Quadro 138 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-

de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

8.2 – Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.1 – Gestão da Frota de Veículos própria e terceirizada

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Resposta: Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008 - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificações, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

- Instrução Normativa SAF/ANA nº 1, de 16 de junho de 2010 – Disciplina o uso dos serviços de veículos terceirizados e de veículos de propriedade da Agência Nacional de Águas –ANA.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Resposta: Os veículos de propriedade da ANA são essenciais no apoio das atividades finalísticas, em especial, no monitoramento e fiscalização do uso dos recursos hídricos de responsabilidade da Superintendência da Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH e Superintendência de Fiscalização- SFI, respectivamente.

Além disso, alguns veículos são utilizados para apoio as atividades de logística na sede da ANA e no prédio localizado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Resposta: Com relação a frota de veículos de propriedade da ANA, informo que a gestão encontra-se dividida entre aqueles que estão localizados na sede da ANA, sob a responsabilidade da Divisão de Logística e Serviços Gerais –DILOG da Coordenação de Logística - COREL, Anexo I, e os que estão cedidos as instituições parceiras nos estados, sob a responsabilidade da Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH, Anexos II e III (consolidado).

No que tange aos veículos localizados na sede da ANA, informo que consta o registro de 3 (três) veículos sob a responsabilidade da COREL/SAF, conforme indicação pela Divisão de Patrimônio - DIPAT/COREL, com resumo na tabela abaixo:

Item	Patrimônio	Especificação do Veículo
1	003752	VEICULO MONTANA - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 LUGARES E 4 CILINDROS. - PLACA: DLC8567 - CHASSI: 9BGXL8080B169234 - RENAVAM: 941204499 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: CONQUEST - ANO FABRICACAO: 2007 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: ÁLCOOL/GASOLINA - COR: BRANCA.
2	013237	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4 - PLACA: HKU5923 - CHASSI: 8AFER13P49J245149 - RENAVAM: 151971706 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO
3	02346	CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO,

		FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC7540 - CHASSI: 9BFLF49P5FB003500 - RENAVAL: 01046421724 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 – ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA
--	--	---

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Resposta: Segue tabela com registros consolidados de km.

Veículo	Placa	Km
Chevrolet/Montana	DLC-8567	2.910
Caminhão Ford/F4000	PAC-7540	116
Ford/Ranger	HKU-5923	93

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Resposta: Considerando que a maioria dos veículos da ANA estão cedidos às instituições parceiras no país e sob controle da SGH, informo que DILOG/COREL possui os dados fornecidos pelo SEPAT, Anexo II, evidenciando veículos de fabricação entre 2006 a 2014.

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Resposta: Com relação aos veículos localizados na ANA e de uso da DILOG, informo que não houve abertura de processo para manutenção. Todavia, houve registro de abastecimento conforme tabela abaixo:

Veículo	Placa	QTD (litros)	Valor
Chevrolet/Montana	DLC-8567	177,993	R\$ 630,83
Caminhão Ford/F4000	PAC-7540	87,366	R\$ 262,01
Ford/Ranger	HKU-5923	143,277	R\$ 411,06

- g) Plano de substituição da frota;

Resposta: A Divisão desconhece planejamento para atualização da frota.

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Resposta: No que tange aos veículos destinados às atividades de apoio logístico, esclareço que os automóveis atendem as necessidades desta Divisão, uma vez que os deslocamentos são curtos, em especial, no Complexo Administrativo SPO e ao prédio utilizado pela Agência, no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA.

- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Resposta: A DILOG apresenta uma estrutura deficitária, uma vez que possui 2 (dois) colaboradores, com apoio de um servidor, para executar atividades das quais destaco:

- Processo para emissão dos Certificados de Registro e Licenciamentos de Veículos - CRLV, incluindo carretas, quando for o caso;
- Controle de Notificações (penalidades e autuações) de todos os veículos de propriedade da ANA;
- Saneamento de pendências junto ao DETRAN-DF e DER;
- Operacionalização/fiscalização e gestão dos contratos de locação de veículos de frota terceirizada para atendimento às necessidades institucionais em todo o território nacional;
- Controle de pernoite e gestão do cadastro de veículo de servidores e colaboradores dos Órgãos do Complexo Administrativo SPO (ANA, MCTI, AEB, CNPQ, INCRA, MI, SEFAL-MDA, SESGE-MJ, DPRF, CENSIPAM e MD).

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Resposta: Não consta estudo técnico realizado nesta Agência pela opção por terceirização da frota e dos serviços de transporte. Entretanto, considerando a estrutura atual da Divisão de Logística e Serviços Gerais -DILOG e a característica das demandas atendidas nesta Agência, verifica-se que esse modelo (frota de veículo automotores terceirizado e forma contínua) atende adequadamente as demandas da Agência, uma vez que a empresa contratada é responsável pela manutenção dos veículos e demais despesas rotineiras, ex.: combustível e lavagem.

- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

Resposta: - Brunauto transporte Ltda., inscrita no CNPJ sob no 37.990.181/0001-50 (até 31/11/15)

- EPIC Empreendimentos EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 07.244.760/0001-93 (a partir de 01/12/15).

- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Resposta: Segue tabela com o detalhamento:

Contrato nº 021/ANA/2010				
Tipo de Licitação	Nº do Contrato	Vigência	Valor Contratado	Valor pago até nov/15
Menor Preço Pregão Eletrônico	021/ANA/2010	1º/09/2011	R\$ 747.600,00	R\$ 5.324.203,69 ⁽³⁾
	1º Termo Aditivo	Até 1º/09/2012	R\$ 799.159,56	
	2º Termo Aditivo	Até 31/08/2013	R\$ 917.583,70	
	3º Termo Aditivo	Até 1º/09/2014	R\$ 996.030,03	
	4º Termo Aditivo	Até 1º/09/2015	R\$ 1.082.861,80 ⁽¹⁾	
	5º Termo Aditivo	Até 30/11/2015 ⁽²⁾	R\$ 300.000,00	

⁽¹⁾ Publicação do apostilamento com o valor da repactuação apenas em junho de 2015.

⁽²⁾ Até a conclusão do novo processo licitatório, conforme 02501.000979/2015-95.

⁽³⁾ Valor total incluídos pagamentos com horas extras, quilômetros excedentes e repactuações.

Contrato nº 055/2015/ANA				
Tipo de Licitação	Nº do Contrato	Vigência	Valor Contratado	Valor pago até dez/15

Menor Preço Pregão Eletrônico	055/2015/ANA	1º/12/2016	R\$ 1.204.488,00	R\$ 74.280,72*
-------------------------------	--------------	------------	------------------	----------------

*Pendência de faturamento.

- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Resposta: Além das orientações contidas nos Anexos I, Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/ANA/2010, e Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 15/ANA/2015, a ANA possui a Instrução Normativa SAF Nº 1 de 16 de junho de 2010, que disciplina o uso dos serviços de veículos terceirizados e de veículos de propriedade da ANA, amparada na Instrução Normativa SLTI/MPOG No 3 de 15 de maio de 2008.

- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Resposta: A frota terceirizada é fundamental para o desenvolvimento das atividades diárias, no deslocamento de servidores e colaboradores em ações institucionais externas.

Os veículos são utilizados para atividades de uso permanente pela Agência, no deslocamento de servidores para participar de reuniões em outras instituições, transporte de materiais entre a sede e o prédio utilizado pela ANA, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, eventos institucionais, bem como no deslocamento de servidores para realização de campanhas de fiscalização de recursos hídricos e monitoramento da rede hidrometeorológica no Distrito Federal e Entorno.

- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Resposta: Seguem tabelas com detalhamento da frota terceirizada, conforme contrato:

Contrato nº 021/ANA/2010 (até 31/11/15)				
Tipo de Veículo	QTD.	Marca/modelo	Placa	Atendimento
Serviços comuns	8	Volkswagen / Gol	JKN-0069; JKO-5803; JKN-0081; JKN-0083; JKN-0079; JKN-0089; JKN-0073; JKN-0071	Servidores e colaboradores
Institucional	5*	Fiat/Linea	JKN-0091; JKN-0093; JKN-0097; JKN-0095	Diretoria Colegiada
Serviços comuns (van)	1	Mercedes Benz/ Sprinter CDI 313	JFJ-5000	Servidores e colaboradores

*Restabelecida a quantidade de 5 veículos institucional com a nomeação de novo Diretor.

Contrato nº 055/2015/ANA (a partir de 31/11/15)				
Tipo de Veículo	QTD.	Marca/modelo	Placa	Atendimento
Serviços comuns	7	Renault/ Sandero	PWR-9609; PWI-5600; PWL-7756; PWL-7785; PWM-5490; PWG-0317; PWL-7766	Servidores e colaboradores
Institucional	4*	Renault/Fluence Nissan/Sentra	PUR-8628; PWV-8757; PUM-8398; PVO-9865	Diretoria Colegiada

*Redução de veículo em função do Decreto nº 8.541, de 13/10/2015.

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra "f" supra;

Resposta:

- Veículo de serviços comuns: 133.694 km.
- Veículo institucional: 88.839 km.

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

Resposta: Com relação ao Contrato nº 021/ANA/2010, a idade média dos veículos de serviços comuns (Gol) e veículos institucionais foi de 2,5 (dois) anos e meio. Os veículos foram adquiridos pela Contratada em 2013, em substituição aos veículos (Gol e Vectra) com a utilização desde o início do Contrato. Com relação ao veículo de serviços comuns (Sprinter), a idade média foi de 5 (cinco) anos.

Sobre os veículos disponibilizados pela Contratada, referente ao Contrato nº 55/2015/ANA, informo que todos são de 2015.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Resposta: Os custos de manutenção da frota são de responsabilidade da contratada

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Resposta: A ANA disponibiliza uma sala no bloco L aos motoristas e preposto da empresa Contratada para execução das atividades de transporte. A COREL, por meio da DILOG, supervisiona a execução do serviço com a participação de 2 (dois) colaboradores e o Gestor do contrato exercendo atividades, conforme detalhamento da letra “i” referente à frota propriedade da ANA.8.2.2 – Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A ANA não possui nenhum veículo nessas condições.

8.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no âmbito da Agência Nacional de Águas, conforme inciso II, do art. 92, da Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014 (Regimento Interno), é de responsabilidade da Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares – COAPO

b) a distribuição geográfica dos imóveis da União;

Todos os imóveis de uso especial utilizados pela ANA estão localizados no Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, em Brasília, Distrito Federal.

c) a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Esta Agência já fez contato com a SPU para providenciar a regularização dos imóveis do Complexo Administrativo do SPO.

Em relação ao imóvel locado (Contrato nº 020/ANA/2010, descrito no subitem “a” do item 8.3 deste relatório), foi registrado, em 26 de maio de 2015, no SPIUnet, sob o RIP nº 970132987.500-2 e RIP de utilização nº 970132988.500-8.

- d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

A ANA celebrou o Contrato nº 12/ANA/2014, com a Empresa RBA – Comércio de Refeições Ltda. – ME, CNPJ 07.308.233/0001-03, vinculado ao processo nº 02501.002306/2013-16, que tem por objeto a concessão de uso de área pública, nas instalações do Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco “Q”, em Brasília – DF, para exploração de restaurante com serviço do tipo *self service* e lanchonete.

A ANA recebe taxa de utilização mensal do espaço atualmente no valor mensal de R\$ 5.498,17 (cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e dezessete centavos) e reembolso total do valor gasto com o ramal telefônico instalado no local. Em relação aos valores de energia elétrica e água e esgoto, o locatário reembolsa 4,5% da cota da Agência nas faturas do Complexo.

No tocante à forma de contabilização, é feita anulação de despesas dos valores referentes à energia elétrica e água e esgoto. Os recursos referentes a despesas de telefone e taxa de utilização são direcionados ao caixa do tesouro nacional.

- e) os custos de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.

Os registros referentes à manutenção dos edifícios estão vinculados ao Contrato nº 030/ANA/2013, vinculado ao processo nº 02501.001497/2012-18, enquanto os pagamentos realizados estão registrados no processo nº 02501.001590/2013-03.

Em relação à área cedida no Contrato nº 12/ANA/2014, a RBA – Comércio de Refeições Ltda. é responsável pela manutenção do local.

8.3 – Gestão da tecnologia da Informação

8.3.1 – Principais sistemas de informações

Relação dos sistemas de informação e função de cada um deles

Fonte: Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
1	Aplicativo ImportaSIAGAS	Aplicativo para importação dos dados de peças do SIAGAS para a base de dados da ANA.
2	Sistema de Cadastro de Inspeções Regulares de Barragens	Sistema para o cadastro de inspeções regulares de segurança de barragens - Online
3	Novo Sistema do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH40 – Integração das bases de dados estaduais de usuários regularizados pelos Estados	Sistema que registra os dados dos usuários e dos usos de recursos hídricos em todo território nacional, baseado nos 40 campos da Resolução CNRH nº 126/2011.
4	Sistema de Suporte a Decisão para Outorga (SDO)	Sistema de suporte a decisão para outorga permite avaliar a situação do corpo hídrico levando em consideração um pedido de outorga que está sendo avaliado, permitindo avaliar o grau de comprometimento da disponibilidade hídrica frente a esse pedido de outorga.
5	Sistema de Outorga em Tanques Rede	Sistema que registra os dados para análise e suporte a decisão para as outorgas em tanques rede
6	Sistema de Águas Subterrâneas	Sistema que atua como ferramenta de cadastro para usos de recursos hídricos subterrâneos e de análise técnica e suporte a decisão para outorgas deste tipo de interferência
7	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB	Sistema que registra as informações sobre a segurança de barragens
8	CNARH Histórico	Sistema que registra os dados históricos dos usuários de recursos hídricos em todo território nacional.
9	Sistema de Regulação de Federal (REGLA)	Sistema que registra os dados das outorgas emitidas pela ANA e implementa a automação do processo de outorga.
10	Sistema de Suporte a Decisão para Outorga (SSDO)	Sistema de suporte a decisão para outorga permite avaliar a situação do corpo hídrico levando em consideração um pedido de outorga que está sendo avaliado, permitindo avaliar o grau de comprometimento da disponibilidade hídrica frente a esse pedido de outorga.

11	Sistema Risk Manager	Sistema que armazena as informações do Cadastro Nacional de Barragens e informações relacionadas à segurança de barragens
12	Sistema do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH 1.0	Sistema que registra os dados dos usuários e dos usos de recursos hídricos em todo território nacional
Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
13	Sistema Digital de Cobrança – DIGICOB I	Sistema para operacionalizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997)
14	Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)	Sistema que permite realizar o acompanhamento da operação dos reservatórios do Brasil. Atualmente o SAR contempla informações dos principais reservatórios da região Nordeste e Semiárido Brasileiro, assim com os reservatórios integrantes do Sistema Interligado Nacional.
15	Sistema HIDRO	O Hidro é um sistema que permitir o gerenciamento de uma base de dados Hidrometeorológica, armazenada centralizadamente em um banco de dados relacional, permitir a entrada de dados por parte das entidades que operam uma rede hidrometeorológica, cálculo de funções hidrometeorológicas básicas e visualização de dados (gráficos, imagens etc.).
16	Sistema para Análise de Dados Hidrológicos – SIADH	Sistema para Análise e Tratamento de dados Hidrológicos
17	Sistema de Acompanhamento do Monitoramento Hidrológico do Setor Elétrico – SAMSE	Sistema que permite gerenciar informações sobre empresas, usinas, técnicos, documentos (projetos de instalação, relatórios de instalação, relatório anual, relatório de proposta de batimetria, relatório de batimetria, ofícios, carta externas, etc.). Também permite realizar o relacionamento entre empresa e estação para o Webservice relacionado.
18	Sistema Conversor de <i>Retrieves</i>	Aplicativo para conversão de dados dos arquivos (retrieves) de Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) para o formato Hidro
19	Sistema HidroWeb II	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.

20	Sistema para comparação de registros hidrometeorológicos	Sistema para comparação de registros hidrometeorológicos
21	Sistema para elaboração de diagramas de dados de ficha de campo	Sistema para visualizar as fichas de campo das estações hidrometeorológicas.
22	Sistema para visualizador de fichas de campo	Sistema para visualizador de fichas de campo das estações hidrometeorológicas.
23	Sistema para Apresentação de Estatísticas da Rede Hidrometeorológica – SiEst	Sistema para Apresentação de Estatísticas da Rede Hidrometeorológica Nacional
24	Sistema para Avaliação do Desempenho da Operação da Rede Hidrometeorológica – SiADORHA	Sistema para Avaliação do Desempenho da Operação da Rede Hidrometeorológica
25	Sistema para Visualização de Dados Telemétricos – SVDT	Sistema para Visualização de Dados Telemétricos
26	Ferramenta Computacional para intercâmbio de dados com outras entidades operadoras de redes hidrometeorológicas no País	Sistema para intercâmbio de dados com outras entidades operadoras de redes hidrometeorológicas no País
Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
27	Coletores de Dados Telemétricos	Sistema de coleta dos dados das estações telemétricas e inserção no banco de dados Hidro
28	<i>Webservices</i> do Telemetria 1.0	Sistema de disponibilização de dados do Hidro e HidroInfoAna via webservice
29	<i>Sistema de Backup</i> Telemetria I	Sistema para realização de backup e organização do histórico dos arquivos das estações telemétricas
30	HidroSat	Sistema para aquisição, processamento e disponibilização de dados hidrológicos, calculados a partir de sensores radiométricos e altimétricos embarcados em satélites ambientais.
31	Sistema InspeçãoPCD	Sistema consiste em disponibilizar fichas para preenchimento em campo e posterior disponibilização web da visita as Plataformas de Coleta de Dados - PCD's
32	Sistema Gestor PCD	Sistema tem por objetivo subsidiar o acompanhamento do status da transmissão dos dados hidrometeorológicos, das Plataformas Automáticas

		de Coleta de Dados – PCDs, recebidos, em tempo real, na sala de situação da ANA.
33	Sistema Balanço Hídrico	Sistema para divulgar diariamente o volume de água que entra pelas suas fronteiras na Amazônia e o volume que sai para outros países pelas principais bacias do território nacional, além do total que deságua no Oceano Atlântico.
34	Identidade Pluviométrica	Sistema para Visualização de Dados e Informações Pluviométricas
35	Sistema GDH-SMS - Sistema de Gestão de Dados Hidrológico Coletados por meio de SMS	Sistema de Gestão de Dados Hidrológico Coletados por meio de SMS
36	Sistema Hidro-PLU	Sistema para Análise e Tratamento de dados Pluviométricos
37	Sistema Hidro-FLU	Sistema para Análise e Tratamento de dados Pluviométricos
38	Sistema Curva Chave 1.0	Sistema para Análise e Traçado de Curvas-chave
39	Sistema HidroWeb 1.0	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos em tempo real, da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
40	Sistema Telemetria 1.0	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos em tempo real, da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
41	Sistema de Sincronismo entre as bases (Hidro/HidroInfoANA)	O sistema possibilita a compatibilidade dos dados entre as duas bases de dados
42	Sistema para entrada de dados (cota, chuva e qualidade de água) coletados por equipamentos convencionais, enviados via celular - RMQA	Sistema para a entrada de dados (cota, chuva e qualidade de água) coletados por equipamentos convencionais.
43	Sistema CotaOnline	Sistema para facilitar a entrada de dados (cota, chuva, vazão e volume) coletados por equipamentos convencionais.
44	Sistema Gerador de Backups do Hidro	Sistema para gerador de backups do sistema Hidro
Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
45	Sistema SIG Conjuntura Desktop	Sistema para preparação e análise dos dados a serem publicados anualmente no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil

46	Sistema de Previsão de Eventos Críticos da Bacia do rio Paraíba do Sul - SISPREC	Sistema computacional que realiza previsões do impacto das inundações, ruptura de barragens e de propagação de poluentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, com destaque aos rios Pomba, Muriaé, Carangola, Paraibuna e Paraíba do Sul. O sistema obtém dados automaticamente do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da ANA para realizar as previsões de inundações.
47	Novo Sistema Digital de Cobrança - DIGICOB II	Sistema para operacionalizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997)
48	Sistema SIG Atlas	Sistema para publicação dos resultados do trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País
49	Portal de Metadados	Sistema que disponibiliza os metadados geoespaciais da ANA
50	Portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)	Sistema para publicação na internet de dados geográficos da ANA
51	Sistema de Capacitação	Sistema para gerenciamento e operacionalização dos cursos de capacitação oferecidos aos membros do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Quadro 139 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor desembolsado 2015 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
031/ANA/2010	Prestação serviço comunicação dados rede corporativa ANA	14/10/2015 11/04/2016	02.421.421/0001-11	INTELIG TELECOMUNICAÇÃO LTDA	145.000,00	141.072,01
043/ANA/2011	Prestação serviço especializado em TI - manutenção de Sistemas de Informação	12/08/2014 12/08/2015	01.644.731/0001-32	CTIS TECNOLOGIA S.A	644.036,94	644.036,94

065/ANA/2011	Prestação serviço conectividade IP com link dedicado 34 Mbps	18/10/2015 18/10/2016	04.622.116/0001-13	ALGAR MULTIMÍDIA S.A - CTBC MULTIMIDIA DATA NET S.A	186.000,00	208.950,61
100/ANA/2011	Fornecimento de unidades de armazenamento - storages e ativos de rede e prestação serviço	21/12/2011 21/03/2017	04.699.854/0001-69	VA & R LTDA - EPP	740.000,00	0,00
044/ANA/2012	Prestação serviço de telecomunicações, por meio de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre ANA	12/07/2015 12/07/2016	03.420.926/0001-24	GLOBAL TELECOM LTDA - VILLAGE GVT	120.300,00	103.950,00
093/ANA/2012	Aquisição de solução de TI composta de software de gerenciamento de bibliotecas com suporte técnico	10/12/2012 10/04/2016	69.112.514/00001-35	PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA	54.500,00	7.150,00
015/ANA/2013	Prestação serviço de atualização e suporte técnico licenças Oracle	08/05/2015 08/05/2016	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	716.942,52	526.317,49
031/ANA/2013	Prestação serviço especializados de TI – Service Desk	28/06/2015 28/06/2016	65.599.953/0004-06	CPM BRAXIS S.A	730.594,68	688.774,91
052/ANA/2013	Prestação serviço desenvolvimento, manutenção e documentação na modalidade Pontos de Função	23/08/2015 23/08/2016	01.644.731/0001-32	CTIS TECNOLOGIA S.A	5.253.162,01	5.033.494,89
060/ANA/2013	Prestação serviço de link de comunicação de dados	05/11/2014 30/01/2016	72.843.212/0001-41	LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	600.000,00	392.639,09
070/ANA/2013	Aquisição de switch de configuração fixa com 48 portas 1G/10G L3 e fonte redundante	16/10/2013 16/10/2016	03.353.902.0001-10	DECISION SERVIÇOIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	139.900,00	5.833,33
072/ANA/2013	Prestação serviço técnico especializado - sustentação a Infra/apoio à Gestão de TIC	21/10/2015 21/10/2016	65.599.953/0004-06	CPM BRAXIS S.A	5.516.044,92	4.987.946,52
075/ANA/2013	Prestação serviço suporte tecnológico ao ambiente de TI	07/11/2015 07/11/2016	07.171.299/0001-96	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	7.472.173,33	3.157.078,64
	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	

Nº do Contrato			CNPJ	Denominação	(R\$)	Valor desembolsado 2015 (R\$)
088/ANA/2013	Aquisição solução armazenamento de dados - storage	04/12/2013 03/12/2016	03.369.656/0001-74	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA	4.977.476,25	995.495,25
090/ANA/2013	Aquisição serviço suporte Microsoft Premier	10/12/2015 10/12/2016	60.316.817/0001-03	MICROSOFT INFORMATICA LTDA	281.200,00	198.545,63
093/ANA/2013	Aquisição servidores High End	16/12/2013 15/02/2014	08.714.136/0001-75	PARTNERS TI E INFORMATICA DISTRIBUIÇÃO LTDA	476.000,00	0,00
096/ANA/2013	Aquisição armazenamento dados - storage	17/12/2013 16/02/2015	11.896.375/0001-06	HASKY AUTOMAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	1.064.168,10	0,00
006/ANA/2014	Aquisição licenças de sw, suporte/atualização RedHat Enterprise Linux	12/02/2014 12/04/2017	26.990.812/0001-15	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	279.750,00	0,00
017/ANA/2014	Aquisição de solução integrada de gestão de dados	28/04/2014 28/04/2015	04.989.440/0001.74	TGV TECNOLOGIA LTDA	182.500,00	182.500,00
025/ANA/2014	Prestação serviço para execução de testes de softwares e controle de qualidade sobre produtos de desenvolvimento de sisemas.	17/06/2015 17/06/2016	72.827.405/0004-51	RSI INFORMATICA LTDA	810.000,00	537.132,31
028/ANA/2014	Prestação de serviços de atualização e suporte técnico, conforme política de suporte de hardware	20/06/2015 20/06/2016	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	336.989,05	87.974,30
042/ANA/2014	Prestação serviço de processamento de dados	26/07/2015 25/07/2016	33.683.111/0001-08	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	6.000,00	0,00
046/ANA/2014	Aquisição de Solução de Virtualização.	20/08/2014 20/08/2017	71.702.716/0007-74	OFFICER S.A DE PRODUTOS DE DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIA	368.400,00	0,00

047/ANA/2014	Aquisição de 200 monitores LCD.	20/08/2014 19/08/2018	09.202.645/0001-81	CALC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	INFORMÁTICA	192.640,00	0,00
053/ANA/2014	Prestação serviço Técnico especializado de pesquisa e aconselhamento	09/09/2015 09/09/2016	02.593.165/0001-40	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA	DE	245.500,00	219.102,13
062/ANA/2014	Aquisição de solução de TI do tipo data discovery	23/09/2014 23/09/2017	08.689.089/0001-570	TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	DE	625.927,57	93.755,00
Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor desembolsado 2015 (R\$)	
			CNPJ	Denominação			
065/ANA/2014	Prestação serviço de suporte técnico pelo período de 12 meses de 23 licenças Oracle	03/10/2015 03/10/2016	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA		309.977,28	287.157,28
077/ANA/2014	Prestação de operação assistida para ambiente heterogêneo de sistemas gerenciadores de banco de dados.	18/11/2015 18/11/2016	04.989.440/0001.74	TGV TECNOLOGIA LTDA		5.150.000,00	1.414.808,00
078/ANA/2014	Aquisição de scanner	27/11/2014 27/03/2018	11.015.572/0001-60	CZAR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA-PP		72.660,00	72.660,00
006/ANA/2015	Aquisição de solução de processamento de alto desempenho e a garantia	09/03/2015 09/03/2019	05.704.797/0001-21	SYSTEM IT SOLUTIONS LTDA		1.869.390,00	1.869.390,00
014/ANA/2015	Prestação de serviço de aferição e validação dos quantitativos de pontos de função.	13/05/2015 11/05/2016	02.434.797/0001-60	FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA -EPP		29.610,00	0,00
038/ANA/2015	Aquisição de equipamentos switches, contemplando a garantia de pelo menos de 36 (trinta e seis) meses	22/09/2015 22/09/2016	05.704.797/0001-21	SYSTEM IT SOLUTIONS LTDA		2.414.000,00	2.414.000,00
040/ANA/2015	Aquisição de ultrabooks, incluindo garantia on site pelo o período de 36 (trinta e seis) meses	01/10/2015 01/10/2016	03.619.767/0001-91	TORINO LTDA	INFORMÁTICA	396.245,00	396.245,00

042/ANA/2015	Aquisição de solução de videoconferência - Ata da Marinha do Brasil	19/10/2015 18/10/2018	58.619.404/0001-48	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELE. LTDA	416.920,00	416.920,00
043/ANA/2015	Aquisição de solução de videoconferência - Ata Ministério da Cultura	09/10/2015 08/10/2018	58.619.404/0001-48	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELE. LTDA	1.346.900,00	1.290.400,00
049/ANA/2015	Aquisição de 200 microcomputadores.	23/10/2015 22/10/2019	72.381.189/0006-25	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	1.080.000,00	0,00
061/ANA/2015	Aquisição de soluções de nível Enterprise baseada em linux (sistema operacional, virtualização e ger. Sistemas	02/12/2015 02/12/2016	70.597.174/0001-69	GPS - GLOBAL PROJETOS E SISTEMAS LTDA	76.269,60	0,00
064/ANA/2015	Aquisição de licenças de sistemas operacionais e aplicativos Microsoft	16/12/2015 16/12/2016	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇO.E COM.DE PROD.DE INFORMÁTICA LTDA	2.209.271,66	0,00
067/ANA/2015	Aquisição e instalação da solução de auditoria e gerenciamento de serviços do AD	17/12/2015 16/12/2016	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇO.E COM.DE PROD.DE INFORMÁTICA LTDA	636.765,00	0,00
Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor desembolsado 2015 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
074/ANA/2015	Compra direta do serviço de atualização (upgrade) da plataforma ArcGIS e suporte técnico período 48 meses	24/12/2015 24/12/2019	67.393.181/0001-34	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	2.403.580,00	0,00
075/ANA/2015	Prestação de serviço de suporte e manutenção do sistema de informações documentais - próton	28/12/2015 28/12/2016	05.355.405/0001-66	IKHON - GESTÃO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA	160.272,00	0,00
077/ANA/2015	Prestação de serviço especializados em suporte técnico e manutenção do software de gestão Automation System	29/12/2015 29/12/2016	24.936.973/0001-03	LINKDATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	418.100,00	0,00

078/ANA/2015	Fornecimento de licenças perpétua de uso de software tipo serviço (QLIKVIEW)	29/12/2015 29/12/2016	06.984.836/0001-54	INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA	1.143.400,00	0,00
079/ANA/2015	Fornecimento e instalação de ativos de rede com vigência de 12 meses (SWITCH DE BORDA)	31/12/2015 31/12/2016	58.619.404/0001-48	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELE. LTDA	590.019,68	0,00
111/ANA/2015	Aquisição de Certificados digitais para uso seguro dos serviços de correio eletrônico, risk manager	12/02/2015 12/02/2016	14.578.945/0001-08	BM TECH DO BRASIL LTDA - ME	7.999,96	7.999,96
157/ANA/2015	Aquisição de Notebook do tipo ultrabook para Agencia Nacional de Águas-ANA	11/05/2015 11/05/2016	05.673.799/0001-09	PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	7.999,00	7.990,00
213/ANA/2015	Aquisição software APM (Application Process Management)	17/06/2013 17/06/2016	01.162.636/0001-00	B2BR BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA	135.800,00	135.800,00
371/ANA/2015	Aquisição dos discos rígidos portáteis (HDs)	20/07/2015 20/07/2016	81.433.039/0001-02	SUPORTE MANUTENÇÃO PARA COMPUTADORES LTDA	24.399,28	0,00
444/ANA/2015	Contratação de serviço de melhorias a serem desenvolvids para software de gerenciamento de biblioteca	01/09/2015 01/09/2016	69.112.514/00001-35	PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA	18.106,00	0,00
453/ANA/2015	Prestação serviço de certificação digital de processamento de dados necessário para disponibilização de acesso	09/09/2015 09/09/2016	33.683.111/0001-08	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.746,66	0,00
630/ANA/2015	Aquisição de software Adobe Creative Cloud Enterprise	02/12/2015 02/12/2016	04.198.254/0001-17	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	222.000,00	0,00

8.3.2 – Informações sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Plano Estratégico de TI (PETI) – Foi aprovado pelo Comitê de TI o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o período de 2015 a 2020, elaborado por equipe interna da STI. O PETI é composto por 11 objetivos estratégicos, alinhados aos resultados esperados do Planejamento Estratégico Institucional da ANA, e conta com 21 indicadores para mensurar o alcance das metas. O PETI foi institucionalizado na Agência por meio da Portaria nº 330 de 22 de setembro de 2015.

Plano Diretor de TI (PDTI) – O CTI aprovou também a prorrogação do PDTI atual até março de 2016, tendo em vista que está sendo elaborado um novo PDTI para o período de 2016-2020, já alinhado ao PETI da Agência.

8.3.3 – Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

Relação de necessidades de novos sistemas

Fonte: Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Nº	Sistema necessário	Justificativas	Medidas programadas para obtenção desses sistemas
1	Sistema de Envio de Mensagens para celular por SMS	Nas situações de emergência de segurança de barragens a ANA poderia fazer uso de um sistema de emissão de avisos para entidades, órgãos e/ou servidores para alerta.	Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fábrica de testes e fábrica de métricas. Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA.
2	Sistema de Fiscalização	Sistema que integre as atividades de fiscalização, auxiliando no planejamento, gerenciamento e gestão das atividades de fiscalização	
3	Sistema de Acompanhamento do Programa PróGestão que possibilite atualização das informações, dos gráficos, documentos e mapas publicados na página Internet do programa	Os dirigentes da ANA, além dos servidores envolvidos e das UFs integrantes do PROGESTÃO necessitam acesso a partir de qualquer local a dados gerenciais atualizados para uma adequada condução do programa.	
4	Sistema de apoio às ações de capacitação	Necessidade de sistema que permita: a. Administração de contratos/parcerias; b. Gestão de conteúdos; c. Gestão de cursos; d. Processos automatizados de seleção, envios de mensagens de prazos (para inscritos); e. Gestão durante curso e gestão pós curso (avaliação) – definição de parâmetros; f. Tela pra inscrição externa para usuários de cursos; g. Gestão de usuários; h. Acesso com login; j. Relatórios	

5	Sistema de Suporte à Operação da Sala de Situação da ANA - operacionalização do Manual da Sala de Situação da ANA	Por intermédio da Sala de Situação, que foi inaugurada em novembro de 2009, a ANA realiza o acompanhamento das condições hidrometeorológicas de bacias hidrográficas prioritárias e de armazenamento dos principais reservatórios do País, com vistas a subsidiar, em especial, a tomada de decisões no que se refere à minimização dos efeitos de secas e inundações. Em 2013, para orientar a operação da Sala, a ANA elaborou o “Manual de Operação da Sala de Situação da Ana e para apoio aos Estados” (doc. nº 028941/2013). Entretanto, para realizar suas atividades de forma mais eficiente, é necessário desenvolver ferramentas de apoio, tais como: automação na elaboração dos boletins e informes da Sala de Situação; página na internet com disponibilização de Diagramas Unifilares para apresentar a situação de rios e reservatórios em tempo real; automação de modelos hidrológicos para obtenção de dados e disponibilização de resultados em gráficos e tabelas, com saída para o Google Earth; aplicativo para realizar análises rotineiras da operação de reservatórios (elaboração de curvas-guia, alocação de volume de espera, prognóstico operacional); entre outras	
Nº	Sistema necessário	Justificativas	Medidas programadas para obtenção desses sistemas
6	Sistema de informações dos projetos apoiados no âmbito do Programa Produtor de Água	Atualmente não existe um portal ou sistema instalado na ANA que possa centralizar as informações referentes aos projetos apoiados institucional e financeiramente através do Programa Produtor de Água. Tanto a direção da ANA quanto o corpo técnico e diversas instituições públicas nacionais e internacionais se ressentem de ter um canal com as informações atualizadas e acessíveis.	Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fábrica de testes e fábrica de métricas.
7	Sistema de Acompanhamento dos Projetos de Bacias Compartilhada	Atendimento dos acordos bilaterais e de cooperação técnica com países participantes da OTCA, Bacia do Prata e Dinagua	Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de

8	Sistema para gerenciamento de entrada/saída e controle e equipamentos	Necessidade de controlar o uso e intervenções em equipamentos da RHN, bem como o estoque de itens sobressalentes. O sistema deverá estar integrado com o sistema ASI, ou seu sucessor, e também deverá viabilizar a consulta e registro de solicitações pelas operadoras parceiras	Tecnologia da Informação da ANA
9	Sistema para Acompanhamento e Gerenciamento da Operação da Rede Hidrometeorológica	O sistema tem por objetivo auxiliar nas ações de gestão da operação da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN. Segue abaixo uma lista de algumas funcionalidades que deverão ser implementadas no sistema: - Elaborar relatórios dos principais problemas ocorridos na operação da rede, tais como: falta de informações, falta de fichas de campo, inexecuções de atividades previstas, entre outros; - Registrar ações tomadas pelos gestores regionais para solucionar problemas enfrentados, classificando-os por tipos e acompanhando os resultados alcançados, considerando a temporalidade definida para cada tipo de problema; - Controlar as informações geradas por cada tipo de equipamento utilizado na RHN, visando validar seu uso; - Controlar a produção de relatórios e elaboração de Pareceres Técnicos.	
Nº	Sistema necessário	Justificativas	Medidas programadas para obtenção desses sistemas

10	Sistema para visualização, comparação e correção de dados telemétricos armazenados no banco Telemetria e dados convencionais armazenados no banco Hidro	O sistema tem por objetivo servir de suporte para que o usuário possa identificar, visualizar e corrigir as séries de dados hidrológicos disponibilizadas no Hidro e HidroInfoAna. Para tal, deverão ser implementadas ferramentas de análise gráfica e estatística de séries temporais, bem como ferramentas para preenchimento e aplicação de correções lineares e não lineares em séries temporais. Deverá ser avaliado a possibilidade de integração com o Sistema GestorPCD e/ou SIADH	Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fabrica de testes e fabrica de métricas.
11	SGIH - Sistema de Gestão em Informações Hidrológicas	O SGIH – Sistema de Gestão em Informações Hidrológicas, desenvolvido pela CPRM, tem por objetivo principal auxiliar os técnicos de campo no preenchimento das informações relacionadas à operação da RHN. A proposta da SGH ‘e internalizar o desenvolvimento do SGIH, aproveitando suas funcionalidades, e integrá-lo com sistemas já em uso na ANA. Esta proposta ainda necessita ser acordada com a CPRM	Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA

Plano de Ação da Agência Nacional de Águas - ANA

Este plano de ação foi ajustado de acordo com o Acórdão nº 1018/2014-TCU-Plenário de 25/04/2014 e contempla o cronograma macro de implementação das determinações e recomendações contidas no acórdão após a fiscalização da auditoria para avaliar a implementação dos controles de TI informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TI de 2012 bem como verificar a adição de planos e estratégias para implementação de melhoria da governança de TI – objetivo da fase 1 da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) no período de 13/06/2013 a 21/08/2013.

9.1. Recomendações TCU:

Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	STATUS EM 2015	UORG Responsável
9.1.1	166.4	Estabeleça formalmente: 166.4.1 objetivos de gestão e de uso	360 dias	Concluir o projeto de reestruturação organizacional e revisão do	Bruno Pagnoccheschi CPF: 457.541.958-34	A reestruturação foi concluída com a publicação da Resolução nº 2020,	CGE/DIREC

	corporativos de TI alinhados a estratégia do negócio; 166.4.2 indicadores de desempenho para os objetivos de gestão definidos; 166.4.3 metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI para cada indicador definido; 166.4.4 mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição; 166.4.5 processo de avaliação periódica do cumprimento de metas de TI da organização; 166.6 mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	planejamento estratégico da Agência.	de 22 de dezembro de 2014. Em relação ao planejamento estratégico/2009-2020, em conformidade com o planejamento governamental, foi realizada a revisão para o período 2016-2019. Foi instituído, por meio da Portaria ANA nº 155, de 05 de junho de 2014, o Comitê de Tecnologia da Informação, instância consultiva de governança de TI. Foi aprovado o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, por meio da Portaria ANA nº 330, que estabeleceu objetivos e indicadores para TI, e a Portaria nº 329, de 22 de setembro de 2015, constituiu o Grupo de Trabalho para
--	--	--------------------------------------	---

						elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.	
Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	STATUS EM 2015	UORG Responsável
9.1.2	166.7	Dote o setor com o quantitativo de pessoal identificado como necessário para suprir as necessidades de trabalho em TI.	360 dias	Realizar o concurso público para a nomeação de novos servidores	Bruno Pagnoccheschi	Foi solicitada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorização para realização de concursos para provimento dos cargos de Analista Administrativo e Especialista em Recursos Hídricos, que até a presente data não recebeu a autorização requerida	CGE/DIREC
9.1.3	166.8	Implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI.	360 dias	O processo de gestão de nível de serviço foi implementado para 4 serviços e será implementado para o restante dos serviços.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Foi criado em 2012 o processo de gerenciamento de nível de serviços do SNIRH. Foram realizados alguns acordos de nível de serviço com as	SAF/DINFO e SGI

						UORGs da ANA de acordo com o processo definido. Está planejado para 2106 a inclusão de outros serviços.	
9.1.4	165.1	Elabore, execute e teste periodicamente o plano de gestão de continuidade do negócio da organização.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do Plano de Gestão de Continuidade do Negócio da Organização.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Foi elaborado, porém não institucionalizado, o processo de gestão de continuidade do negócio no ano de 2014. Além do processo foram desenvolvidos alguns planos de resposta operacional, específicos da área de TI. É necessário rever o processo, tendo em vista as alterações organizacionais da ANA, e desenvolver novos planos de resposta operacional.	SAF/DINFO
Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	STATUS EM 2015	UORG Responsável

9.1.5	165.2	Elabore e execute o processo de gestão de ativos de informação do órgão.	360 dias	Será elaborado para posterior execução do processo de gestão de ativos de informação do órgão.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	ANEXOS E APÊNDICES A ANA possui um Inventário de Ativos Físicos (hardware) e Ativos de Software, atualizado anualmente. Além disso possui vários normativos: Resolução nº 1774, de 21/11/2014, Resolução nº 1775, de 21/11/2014, Resolução nº 1776, de 21/11/2014, Resolução nº 2014, de 15/12/2014, que tratam da gestão de documentos da Agência, que por sua vez estão relacionados aos ativos de informação da ANA.	SAF/DINFO
9.1.6	165.3	Elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI.	180 dias	Esse item é parte integrante da POSIC/ANA, que encontra-se em deliberação no CTI para posterior encaminhamento à DIREC.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	A Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) da ANA foi publicada em 2015, por meio da Resolução ANA nº	SAF/DINFO

						1078, de setembro de 2015. Está planejado para 2016 a elaboração e publicação das normas complementares, entre elas a política de controle de acesso. Deverá seguir as orientações do NC 07 - GSI/PR que elenca diretrizes de controle de acessos físico e lógico, assunto a ser tratado pelo Comitê de Segurança da Informação da ANA (CSIC).	
Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	STATUS EM 2015	UORG Responsável
9.1.7	165.5	Institua formalmente equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais.	180 dias	Conforme Norma Complementar no. 05 da IN01 do Gabinete de Segurança Institucional, a Equipe de Tratamento e Resposta à incidentes em redes	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Conforme Regimento Interno da ANA, a coordenação da Equipe de Tratamento e Resposta à Incidentes em Redes	SAF/DINFO

ANEXOS E APÊNDICES

				computacionais deve ser coordenada por um Servidor Público. Este perfil deve ser definido para possibilitar a instituição da equipe.		(ETIR) foi atribuída à COINF. Está planejado para 2016 a definição do modelo a ser implementado, em alinhamento com as orientações da NC 05 - GSI/PR.	
9.1.8	165.4	Elabore, aprove e implemente processo corporativo de gestão de riscos de segurança da informação.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do processo corporativo de Gestão de Risco de Segurança da Informação.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Foi realizada em 2011 uma análise de riscos de TI (sistemas, datacenter, etc). Foram implementadas ações para diminuir as vulnerabilidades e mitigar os riscos identificados. Processo 1879/2011	SAF/DINFO

ANEXOS E APÊNDICES

9.1.9	165.6	Elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, bem como institua formalmente equipe específica para tratar dos incidentes dessa natureza.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação. Quanto à equipe, seguir item anterior.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Está planejado para 2016 a elaboração e implementação do processo de gestão de incidentes e problemas de TI, que é objeto da meta institucional da COINF para o ano de 2016.	SAF/DINFO
Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	STATUS EM 2015	UORG Responsável
9.1.10	166.5	Aprove formalmente o plano anual de auditoria interna do órgão, que deverá conter, entre outras atividades, ações com o objetivo de avaliar os riscos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles em relação à gestão e ao uso da TI corporativa.	360 dias	O assunto será objeto do próximo Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, que é elaborado no mês de outubro de cada ano e aprovado pela CGU até 31/12. O PAINT 2014 contempla auditoria na “aquisição de softwares” para o segundo semestre/2014. Entretanto, envidaremos esforços para inclusão da	Edmar da Costa Barros, Auditor Interno, CPF: 005.038.435-04		AUD

				avaliação de riscos e eficácia de controles ainda para 2014.			
9.1.11	166.6	Realize auditorias periódicas na área de tecnologia da informação do órgão.	360 dias	A Auditoria Interna já solicitou da área competente a contratação de duas vagas em curso de auditoria em TI, para que possamos aplicar os programas respectivos, possivelmente no segundo semestre de 2014. Há que se considerar, também, o reduzido número de servidores lotados na Unidade, para trabalhos de auditoria, assunto que tem merecido gestões junto à Diretoria Colegiada da ANA.	Edmar da Costa Barros, Auditor Interno, CPF:005.038.435-04		AUD
9.1.12	166.9	Mantenha atualizado o catálogo de serviços de TI do órgão.	180 dias	O catálogo de serviços será implementado.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	O Catálogo de Serviços de TI foi revisto em 2015, como meta institucional da COINF. Porém está em constante	SAF/DINFO e SGI

ANEXOS E APÊNDICES

						evolução. O resultado da revisão está disponível no documento 000000.057814/2015-19.	
Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	STATUS EM 2015	UORG Responsável
9.1.13	Não consta no relatório anterior	Estabeleça formalmente acordos de nível de serviço entre o setor de TI e as áreas internas da instituição, com fundamento nas orientações contidas na seção 6.1.2 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008.	180 dias	Formalizar os acordos de nível de serviço.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Foi criado em 2012 o processo de gerenciamento de nível de serviços do SNIRH. Foram realizados alguns acordos de nível de serviço com as UORGs da ANA de acordo com o processo definido. Está planejado para 2106 a inclusão de outros serviços.	SAF/DINFO e SGI
	165.7	Encaminhe ao TCU Plano de Ação	60 dias da ciência do acórdão	Encaminhar o plano de ação.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão		GABINETE

					de Pessoas, 116.852.711-20		
--	--	--	--	--	-------------------------------	--	--

9.1. **Recomendações** TCU:

APÊNDICES

Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Recomendação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	Observações	UORG Responsável
Não consta no acórdão	166.1	Sensibilize os membros da alta administração acerca de sua responsabilidade em estabelecer e monitorar as políticas corporativas do órgão, a exemplo do código de ética, da política de segurança da informação e das demais políticas relativas à governança de tecnologia da informação.	360 dias	Concluir o projeto de reestruturação organizacional e do planejamento estratégico da Agência.	Bruno Pagnoccheschi CPF: 457.541.958-34		CGE, DIREC

Não consta no acórdão	166.2	Avalie a conveniência de oportunidade de instituir formalmente um comitê de direção estratégica para auxiliar a alta administração nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão institucional.	360 dias	Concluir o projeto de reestruturação organizacional e do planejamento estratégico da Agência.	Bruno Pagnoccheschi CPF: 457.541.958-34	ANEXOS E APÊNDICES	CGE/DIREC
Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Recomendação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	Observações	UORG Responsável

Não consta no acórdão	166.3	Defina mecanismos que possibilitem a adequada divulgação do código de ética adotado pelo órgão e o efetivo monitoramento de seu cumprimento.	360 dias	Exame e deliberação sobre a necessidade de adoção de um de Código de Ética próprio da instituição e, se for o caso, a elaboração de proposta de um normativo a ser submetida à apreciação da Diretoria Colegiada. Definição e execução de um cronograma de eventos de divulgação, assim como de capacitação (palestras e painéis), que terão por objeto assuntos relacionados com as normas éticas, o regime disciplinar dos servidores públicos federais e a moralidade administrativa.	Nelson Neto de Freitas Presidente da Comissão de Ética da ANA CPF 430.983.390-04	ANEXOS E APÊNDICES	CE
-----------------------	-------	--	----------	--	--	--------------------	----

9.2. **Determinações TCU:**

Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Recomendação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	Observações	UORG Responsável
--------------	-------------------------	--------------	----------------------	------	---------------------------------	-------------	------------------

9.2	Não consta no relatório anterior	Inclua nos relatórios de gestão dos exercícios vindouros informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações realizadas.					
-----	----------------------------------	---	--	--	--	--	--

8.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade

Principais resultados dos Planos de Ação

PLANO DE AÇÃO - GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: ÁGUA E ESGOTO

Plano de Ação para melhorar a gestão da água com redução do desperdício. Neste plano foram previstas duas ações:

- a) Plano de Ação - PA: “Projeto de Revitalização da Rede Hidráulica”, contemplado no Processo nº 02501.000427/2015-87. Iniciamos este PA no final de 2014 e em 2015 este foi licitado e iniciados os serviços de engenharia para substituição da rede de captação de água para os edifícios, que antes eram de ferro (enferrujados e com muitos vazamentos) sendo agora trocados por PVC, além da instalação de 21 hidrômetros individuais. Essa iniciativa visa gerar uma economia de mais de 50% no consumo da água do Complexo.
- b) Plano de Ação – PA previsto para substituição de descargas por equipamentos de acionamento duplo, este PA está sendo reavaliado e estudada a viabilidade econômica, tendo em vista que a ANA investiu recursos no Plano de Ação para Revitalização da Rede Hidráulica, e que vai gerar uma economia considerável.

Com a conclusão destas obras será realizado um monitoramento para mensurar o consumo de cada órgão e, ainda continuar com as constantes campanhas de conscientização para uso racional da água e fiscalização de possíveis vazamentos em torneiras e descargas.

PLANO DE AÇÃO - GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: ENERGIA ELÉTRICA

Para melhorar a eficiência energética da ANA e do Complexo Setor Policial Sul, foram previstos vários planos, a saber:

- a) Plano de Ação - PA: “Diagnóstico Energético em Sistemas de Iluminação da ANA”, está incluído no Processo nº 02501.000634/2015-31. Neste Plano de Ação foram previstos vários outros planos de ação. Este Plano maior objetivou um estudo para viabilizar a capacidade energética e possíveis ações geradoras de economia e menor impacto ambiental. Atualmente está em sua segunda fase de execução, entre realizar a licitação, instalar equipamentos e efetuar as modificações propostas na primeira fase. Após, isso serão iniciados todos os estudos viáveis para definir a rotina de manutenção.
- b) Plano Ação para instalação de sensores de presença nos corredores internos dos edifícios e troca das lâmpadas fluorescentes por LED. Estas duas ações também fazem parte do Processo nº 02501.000634/2015-31. Para melhorar a utilização da energia elétrica foi adquirido no final de 2015, um sistema de sensores de presença para automação da iluminação do bloco “M”, além da troca das lâmpadas fluorescentes por LED, em fase de implantação. Tais medidas buscam economizar cerca de 70% da energia consumida com iluminação e ar condicionado no prédio. O processo de aquisição está em pleno andamento com previsão de instalação em fevereiro de 2016. As lâmpadas fluorescentes que serão substituídas por LED, as que estiverem em boas condições de uso, serão doadas para creches, asilos ou escolas que tenham a mesma capacidade de recepção.

- c) Plano de Ação para Instalação de Subestação no Prédio da ANA no SIA. Embora prevista a instalação pela ANA, e se tratando de um edifício alugado, foi negociado com a proprietária a instalação com recursos particulares sem ônus para a Agência. Com a Subestação, a ANA deixou de arcar com a tarifa comercial (que é a mais onerosa) e passou a fazer parte pagar da tarifa verde, gerando uma economia de 30% mensal.

Após dar prioridade as execuções dos Planos de Ações – PA previstos no PLS, a Coordenação de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – COSUS, sugeriu a implantação de outros projetos que visem a economicidade da energia elétrica, a saber: a) Troca de lâmpadas fluorescentes por LED nos postes do Complexo; e b) Instalação de placas fotovoltaicas em telhados (blocos “L” e “M”), garagens ou passarelas do Complexo. Tais sugestões ainda estão em processo de estudo no que diz respeito a viabilidade do projeto, na escolha do melhor lugar para a disposição das placas fotovoltaicas e de quanto será o investimento e gerará de economia.

Além disso, em 2015 a COSUS viabilizou a inscrição da ANA na chamada pública do Programa de Eficiência Energética que visa racionalizar o consumo evitando desperdícios sem comprometer os serviços necessários à saúde, segurança, conforto e produtividade do usuário de uma edificação e ao aderir concorre com mais 20 prédios (a partir da primeira amostragem de contas do consumo, com baixo desempenho energético) para receber Projetos Auto Sustentáveis previstos no Programa.

As instituições deverão apresentar compromisso com a implantação de medidas de conservação de energia, para a realização de auditoria detalhada. A chamada pública faz parte do projeto Transformação do Mercado de Eficiência Energética no Brasil, coordenado pelo MMA, executado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). O objetivo da ação é contribuir com a economia de até 4 milhões de MWh de eletricidade nos próximos 20 anos, além de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em até 2 milhões de toneladas de carbono equivalente (tCO₂eq).

Os imóveis selecionados receberão medidores trifásicos de sinal remoto para emitir informações precisas de consumo energético. Além disso, haverá capacitação em gestão e uso dos aparelhos para os técnicos que atuam nesses prédios.

Todas essas iniciativas visam reduzir o consumo com a energia elétrica, contribuir para o meio ambiente, diminuindo a emissão do CO₂, economizando recursos financeiros e dar o exemplo.

PLANO DE AÇÃO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES:

GESTÃO DOS COMPUTADORES

A gestão deste plano de ação envolve desde sensibilização, conscientização e capacitação como primordialmente o cumprimento da legislação pertinente nas aquisições de renovação do parque tecnológico, ou seja, atende a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 19 de Janeiro de 2010 da SLTI/MP. No ano de 2015 não foram adquiridos equipamentos, em função de que o maior volume de compras ocorreu em 2014, ocasião em que se preparava a Agência para a implantação do Programa Papel Zero, tais equipamentos e produtos são de alta tecnologia da informação, visam atender primordialmente o Projeto e consta de especificações ambientais.

No que tange aos equipamentos de informática, como via de regra, as aquisições seguiram o mesmo padrão, observados à Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/MP, contemplaram preferencialmente as especificações de bens citadas com configurações aderentes aos computadores sustentáveis, também chamados TI

Verde, utilizando assim materiais que reduzam o impacto ambiental. Estando assim em conformidade com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, Portaria Nº 2, de 16 de março de 2010.

- a) Plano de Ação para estabelecer política de economia de energia da rede de computadores da ANA. As competências da Divisão de Informática, a recém criada Superintendência de Tecnologia da Informação – STI, viabilizou medidas que economizassem energia, com a nova regra implantada onde todas as máquinas entrassem em modo Suspenso automaticamente após 10 minutos sem uso. A suspensão consiste em um estado de economia de energia que permite que o computador reinicie rapidamente à operação de energia plena (após poucos segundos). Todas essas iniciativas visam reduzir o consumo com a energia elétrica, contribuir para o meio ambiente, diminuindo a emissão do CO₂ e economizando recursos financeiros.

PLANO DE AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

A Coleta Seletiva Solidária é uma estratégia da ANA para a construção de uma cultura institucional sustentável com um modelo de gestão dos resíduos que atenda aos princípios e metas estabelecidos pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A ação da Agência também converge com as diretrizes do Projeto Esplanada Sustentável e do Plano de Gestão da Logística Sustentável (PLS). Amostra do material separado e doado em 2015:

MATERIAL DOADO EM 2015		
ITEM	TOTAL DOADO	Entidades
Cooperativa Superação. (Papel, papel misto, Plástico, Papelão, Ferro)	30.468 kg	Cooperativa Superação
Resíduo eletrônico	502 Kg	ONG Programando o Futuro
Papa cartão	1.025 cartões magnéticos triturados	
Óleo usado	85 Litros	Ecolimpo
Isopor	56,4 Kg	Associação Recicle a Vida

As metas previstas neste Plano de Ação foram alcançadas em 80%

Na sequência da gestão dos resíduos, embora, o Projeto Papel Zero não tenha sido incluído dentro do PLS, ele foi implantado em Janeiro de 2015, e atualmente conta com toda parte processual digitalizada, vem sendo implementado mensalmente e apresenta resultados positivos que inclusive impacta positivamente em outros Planos de Ação. Dessa forma, a redução do consumo do papel, prevista no PA vem sendo reduzida paulatinamente, conforme quadro abaixo:

CONSUMO	PERÍODO CONSIDERADO
3759	1 janeiro a 31 dezembro 2011
3727	1 janeiro a 31 dezembro 2012
3489	1 janeiro a 31 dezembro 2013
3000	1 janeiro a 31 dezembro 2014
1543	1 janeiro a 16 dezembro 2015

Neste sentido, em parceria com a Secretaria Geral (SGE) a COSUS acompanha o desempenho do Projeto Papel Zero e, em 21 de dezembro licitou a contratação de serviços de consultoria para apoiar a formulação de indicadores de desempenho e aferição de retorno de investimento da implantação do Projeto Papel Zero. A formulação de indicadores é um desafio fundamental e torna-se imprescindível para a implementação do Projeto Papel Zero, no sentido de averiguar o retorno de investimentos e a redução do impacto ambiental.

Um outro Plano de Ação previsto no PLS que vem apresentando bons resultados com a implantação do Programa Papel Zero, é o Material de Consumo (Cartuchos de Impressão) cujo objeto é a prestação de serviços de impressão corporativa, digitalização e reprográfica, com fornecimento e instalação de equipamentos, novos, sem uso, não reconicionados e em linha de produção, com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo, com exceção do papel, de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, serviços de assistência técnica, treinamentos, gerenciamentos e controle da produção. O novo Contrato reduziu o nº de equipamentos (de 76 para 37) com o objetivo de convergir com a proposta de implementação do Programa Papel Zero.

Com a implementação do Programa Papel Zero no início de 2015, a produção de impressões (equipamentos locados) teve uma redução significativa, de aproximadamente 49,5%, em relação ao ano de 2014.

Nº de impressões 2014	Nº de impressões 2015	% redução
1.919.969	973.391	49,30

Os novos equipamentos apresentam especificações ambientais, são estas:

- **SL-M 4070FR** (Multifuncional mono A4) e **X4220RX** (Multifuncional color A3)

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS:

-Suporta o recurso ECO (reduz o consumo de toner e a utilização de papéis. A função Eco permite poupar os recursos de impressão e permite imprimir com economia).

-Para economizar energia, esta máquina conserva automaticamente a eletricidade reduzindo substancialmente o consumo de energia quando não estiver em uso.

PLANO DE AÇÃO: GESTÃO DA LOGÍSTICA - DESLOCAMENTO DE PESSOAL - MEIOS DE TRANSPORTE

Na ANA é utilizado o sistema TRANSDIREL para o controle/registro dos veículos no Complexo SPO e SIA. O sistema continua em desenvolvimento com objetivo de integrar módulos, em

especial, de controle das demandas da ANA (DF e Entorno), em substituição ao sistema com base Access. Alguns recursos estão sobrestados, em razão da necessidade de estabelecer mecanismos de aplicação para atender todos servidores e colaboradores do Complexo SPO (impedimento: política de segurança). Cabe destacar que, a gestão do Complexo pela ANA representou um aumento significativo nos processos de cadastramentos/atualização dos veículos, sem a contrapartida de ingresso de servidores ou colaboradores.

Outro ponto a destacar refere-se ao novo Regimento Interno, o qual atribuiu à COREL/SAF atividades de controle de multa e CRLV de veículo de propriedade da ANA, os quais estão cedidos para várias entidades no país, resultando na necessidade de novo sistema. O Contrato nº 021/ANA/2010 foi encerrado em novembro/2015 sendo substituído pelo Contrato nº 55/2015/ANA. Para fins de controle e faturamento, ainda é necessário a utilização do Formulário de Solicitação de Transporte impresso para os registros dos motoristas. Com relação ao exercício de 2015, segue o quantitativo de demandas (DF e Entorno) e diárias nos Estados.

Nº de atendimentos com veículo de serviços comuns (DF e Entorno)	Nº de diárias (veículo) nos Estados
3.509	869

GESTÃO DA TELEFONIA

Em continuidade às ações para redução dos gastos com telefonia, foram reavaliados os contratos mais antigos e substituídos por novos contratos com tarifas mais vantajosas para a ANA, essas substituições foram decorrentes da participação desta Agência em licitações conjuntas com outros órgãos federais, bem como adesões a Atas de Registro de Preços, possibilitando, desta forma, ganhos em economia de escala.

Em relação à revisão dos procedimentos internos para telefonia fixa e móvel, a ANA instituiu um Grupo de Trabalho – GT com a finalidade de promover a revisão da Instrução Normativa nº 1, de 16 de abril de 2009, que aprovou o Manual que disciplina os procedimentos para uso dos serviços de telefonia nesta Agência. Este Grupo de trabalho ainda está em fase de conclusão de seus trabalhos. Em relação às medidas realizadas no ano passado para contenção de gastos, foi publicada a Portaria nº 411, de 16 de novembro de 2015, que os novos limites de gastos para os usuários de telefonia móvel.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS – OBRAS

Plano para Construção do novo prédio sustentável da ANA no Complexo do Setor Policial, este plano está contemplado no processo 02501.001722/2014-70 aberto em 17/09/2014 e o Contrato 074/ANA/2014, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, quais sejam: assessoria técnica na análise dos projetos de arquitetura e complementares, análise, atualizações e elaboração de estimativas de preços, licitação dos projetos executivos de engenharia, licitação de obra, bem como acompanhamento técnico na execução de obras civis do edifício institucional da ANA.

Foram feitos pagamentos no montante de R\$ 2.041.163,59 (dois milhões e quarenta e um mil e cento e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos) em 2015, que correspondem à 16,61% do valor total do Contrato. O projeto prevê muitas tecnologias sustentáveis, como: a captação de água da chuva para uso nas pias, vasos sanitários e irrigação, placas fotovoltaicas para a utilização de energia solar no prédio, telhado verde para a diminuição da temperatura no

interior da edificação, iluminação automática e de LED para diminuição nos gastos energéticos e ventilação cruzada para a redução com o uso de ar-condicionado.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS – VIGILÂNCIA

- a) Plano para redução do gasto com vigilância em função da substituição de postos localizados no interior dos edifícios por recepcionistas. Visto que a carga horária para o seguinte cargo vai além de 8h diárias, conforme estudos, se torna inviável a contratação de recepcionistas. Porém, ainda está sendo estudado outras maneiras para implantação deste Plano.
- b) Plano para instalação de sistemas de segurança automatizados. Está contemplado no Processo nº 02501.001914/2015. Aguardando resposta da Coordenação de Recursos Logísticos - COREL/SAF ao questionamento elaborado pela Coordenador-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil – COGEF, para dar início ao Pregão Eletrônico. Esse Plano está com a conclusão prevista para meados de 2016.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS – LIMPEZA

- a) Plano para Revisar o Contrato de Limpeza do Complexo . Estuda-se melhorar a eficiência do contrato de limpeza por meio da utilização de equipamentos de última geração. Reduzindo a mão-de-obra e posteriormente, qualificando a mão-de-obra existente, o que irá gerar economia financeira e otimização nos serviços e tempo.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS - DE APOIO ADMINISTRATIVO

- a) Plano para Substituição de 22,6% da Mão de obra terceirizada por servidores concursados, meta 90% alcançada. Redução foi efetuada.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS - MANUTENÇÃO PREDIAL

Este Plano está contemplado no Processo nº 02501.001497/2012. Com a contratação da empresa ENGEMIL, que visa a manutenção preventiva, corretiva, preditiva e necessária às edificações do Complexo Administrativo do SPO foram atendidas regularmente durante o ano de 2015.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS - GESTÃO DAS LICITAÇÕES

Neste Plano a Divisão de Apoio Administrativo às Contratações - DIAAC, no decorrer do ano de 2015, finalizou os processos licitatórios nº 02501.000427 /2015-87, Instalação Hidráulica do Complexo nº 02501.000745/2015-48, Aquisição de Disco Rígido Portátil nº 02501.001042/2015-37 , Aquisição de Máquinas Fotográficas/Recep. Gps nº 02501.002375/2014-01 Teclados PCDS nº 02501.001352/2015-51, Aquisição de PCDS – SGH nº 02501.000634/2015-31, Luminária LED Bloco M – RP, e nº 02501.001352/2015-51 Consultoria Papel Zero. Todos os processos foram instruídos em consonância com as normas de licitações sustentáveis.

COMPRAS (EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS SUSTENTÁVEIS);

A Divisão de Patrimônio – DIPAT/COREL/SAF, responsável pelo Plano de Ação - Compras (Equipamentos e Mobiliários Sustentáveis), realizou a aquisição dos bens móveis em 2015 observando a Norma ABNT NBR 13962:2006 (Móveis para Escritório —Cadeiras) e com a Norma Regulamentadora NR17, do Ministério do Trabalho e Emprego. Na sequência solicitou o laudo

referente à NBR 9178:2003 emitido por laboratório credenciado pelo Inmetro demonstrando redução na velocidade de queima média das espumas de poliuretano.

O PLANO DE AÇÃO PROCEDIMENTOS DE DESFAZIMENTO DE MATERIAIS (MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO)

No decorrer de 2015 foi realizado a alienação de aproximadamente 700 bem materiais – patrimoniais, prevista nos termos do no art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

A modalidade de alienação definida por esta Agência foi a doação, uma vez que foi identificado as razões de interesse social, após a avaliação de sua oportunidade e conveniência, relativamente à escolha de outra forma de alienação. No que tange à doação de veículos pertencentes à frota da ANA observou-se a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2008, notadamente a operação de transferência do direito de propriedade do veículo e preenchimentos dos anexos referentes ao Termo de Vistoria, ao Termo de Doação e ao Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados.

PLANO DE AÇÃO DA GESTÃO SOCIAL E DA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Para melhor gerenciar este PA a COSUS realizou uma parceria com a Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas - ASAGUAS. Assim, tem investido em projetos de infraestrutura e eventos que visam oportunizar práticas de atividades físicas, lazer e convívio social.

- a) Implantou um Ponto de Encontro Comunitário – PEC, o Projeto é uma academia ao ar livre. A inauguração foi dia 17 / 12 /2015, no local ainda será instalado um Pergolado de madeira e bancos.
- b) Outra ação realizada foi a reforma geral do refeitório dos funcionários terceirizados, espaço que recebeu nova pintura, geladeira, micro-ondas e novos itens de mobiliário. Este espaço pode também ser utilizado pelos servidores da ANA que trazem suas refeições de casa. Para este espaço ainda está previsto mesas de concreto com bancos e brita para o chão;
- c) Para manter a tradição dos últimos anos, a COSUS e a ASÁGUAS promoveram mais uma Campanha Natal Solidário. O objetivo da iniciativa foi doar cestas natalinas para cerca de 177 colaboradores que prestam serviços de limpeza, jardinagem, segurança e coopeiragem nas instalações da Agência tanto no Complexo Administrativo do SPO quanto no SIA. Neste ano as arrecadações foram de R\$ 4.221,00 reais, podendo assim distribuir 110 cestas natalinas e 67 kits natalinos. Tais doações foram com recursos dos servidores.
- d) A COSUS apoiou o Interagências de 2015 com a doação dos kits para a Corrida do Meio Ambiente, evento este, que tem entre outros objetivos, promover a qualidade de vida, a socialização e a integração dos servidores e funcionários das agências reguladoras;
- e) A ASÁGUAS em parceria com a COSUS, realizou a campanha Agência Solidária, a campanha recebeu doações de roupas, brinquedos e alimentos não perecíveis até dia 18 de dezembro, parte integrante do TORNEIO INTERAGÊNCIAS, arrecadou aproximadamente 835 kg de mantimentos, além de roupas e brinquedos, sendo que a maior parte foi doada ao Grupo Assistencial Francisco de Assis – GASFA – que

atua junto às comunidades carentes no PARANOÁ. Além disso, a ASÁGUAS complementou o valor necessário para comprar as cestas do Natal Solidário promovido pela COSUS;

- f) A ASÁGUAS em parceria com a COSUS, promoveu entre abril e maio o TORNEIO SECURA, com a participação de 11 times e aproximadamente 150 atletas de todo o complexo. Logo em seguida, ocorreu a OLIMPIANA, com as modalidades XADREZ, TÊNIS, TÊNIS DE MESA E TOTÓ. A ASÁGUAS também apoiou a VOLTA DO LAGO CAIXA, mediante o aluguel das vans que transportam a equipe e subsídio à aquisição de frutas, água e isotônicos para os atletas. No segundo semestre, a ASÁGUAS promoveu seu 1º CONCURSO DE FOTOGRAFIA e em conjunto com as demais associações de agências reguladoras, realizou o 10º TORNEIO INTERAGÊNCIAS; e
- g) No campo técnico-científico, a ASÁGUAS promoveu uma mesa redonda com a participação da diretoria e especialistas convidados para debater a crise hídrica, além de continuar promovendo mensalmente os debates técnicos que agora contam com a presença de convidados externos para enriquecer o debate.

CONCLUSÃO

Alguns planos foram reavaliados em função do alto custo de investimento, pouco retorno econômico e pouca redução do impacto ambiental. Para alcançar melhores resultados sustentáveis, a COSUS pretende intensificar os esforços para melhorar a gestão nos aspectos social, ambiental e econômico na ANA. No entanto, esses esforços implicam numa elevação inicial dos gastos para sanar desperdícios com recursos naturais e financeiros de anos anteriores, mas que objetiva, no futuro, reduzir as despesas com a prestação de serviços, como, por exemplo, melhor gestão da água, esgoto, energia elétrica, obras etc. Dessa forma, a participação do servidor/colaborador e direção nas campanhas ambientais é primordial, assim como o aperfeiçoamento da estrutura da Gestão Ambiental na ANA.

Neste sentido, a COSUS em parceria com as unidades organizacionais da ANA vem desenvolvendo ações que busquem a SUSTENTABILIDADE da Agência, pautando suas ações para que o ambiente seja modificado positivamente cada vez mais, visando a qualidade de vida dos servidores e funcionários, conscientizando a todos no quesito “Cuidar do Meio Ambiente”, tendo em vista que a preocupação com as condições de sustentabilidade do país e de todo o planeta depende de nossas ações individuais e coletivas.



4º Relatório de Avaliação e Monitoramento do Programa INTERÁGUAS

Acordo de Empréstimo Nº 8074-BR

Dezembro de 2015
Sumário

1	Apresentação	3
2	Aspectos do Planejamento	4
3	Aspectos Fiduciários	5
4	Aspectos Operacionais	11
5	Aspectos Institucionais	12
6	Aspectos Ambientais e Sociais	14
7	Análise da Situação do Programa	17
8	Monitoramento e Avaliação	22
9	Eventos Realizados	25
10	Comentários Gerais	29
11	Anexos	30

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento apresenta um panorama geral da implementação do Programa INTERÁGUAS, contemplando o período compreendido entre 1º de julho de 2014 à 30 de novembro de 2015.

Para a elaboração desse relatório foram utilizadas informações disponibilizadas pelas Unidades de Gerenciamento do Programa – UGPs dos Ministérios do Meio Ambiente – MMA, do Ministério da Integração Nacional – MI, do Ministério das Cidades – MCid e da Agência Nacional de Águas – ANA.

Também foram utilizadas como suporte as informações constantes das Ajudas à Memória elaboradas após as missões de apoio à implementação do Programa INTERÁGUAS durante o período.

A estrutura do Relatório apresenta uma visão global do andamento do Programa, considerando os aspectos de planejamento, fiduciários, operacionais, institucionais, de avaliação e ambientais, como também uma rápida abordagem acerca do desenvolvimento do Programa.

2. ASPECTOS DE PLANEJAMENTO

O planejamento das ações a serem executadas é fruto de um processo complexo e que prescinde de uma grande articulação interna de cada executor. A definição das atividades a serem desenvolvidas engloba dirigentes, como também os técnicos das áreas afins. Além da vontade ou necessidade de se atacar um problema ou atender uma demanda, também é levado em consideração o fator humano, a capacidade técnica e quantitativa, uma vez que a boa condução/acompanhamento de contratos exige extrema dedicação.

Após o planejamento das ações, sua “materialização” é expressa no Plano de Aquisições e no Plano Operativo Anual – POA.

O Plano de Aquisições é o documento que apresenta as atividades que serão executadas no âmbito do Programa, constando de informações tais como modalidade de licitação, prazos previstos (início e término) e valores, por exemplo.

Essas informações são inseridas no SEPA – Sistema de Execução do Plano de Aquisições, gerenciado pelo Banco Mundial.

Ressalta-se que o planejamento é dinâmico e como tal é passível de ajustes e alterações. Havendo alteração no planejamento, faz-se necessária alteração no SEPA.

O Plano de Aquisições deve ser atualizado minimamente uma vez por ano, mas, algumas vezes, os executores o revisam com uma periodicidade mais curta, atendendo assim suas necessidades.

O Plano Operativo Anual - POA é o documento de programação que apresenta as ações que serão desenvolvidas no período (ano), bem como quantifica os recursos envolvidos para o pagamento das atividades.

Ele é elaborado a partir das ações definidas no Plano de Aquisições e seus valores devem refletir a LOA – Lei Orçamentária Anual.

Devido a algumas indefinições, o POA foi encaminhado ao Banco somente em julho de 2015, no entanto esse atraso refletiu melhor as ações a serem executadas e os valores previstos para o exercício.

Entende-se da necessidade em enviar o POA do ano subsequente até os primeiros dias do mês de dezembro do ano anterior, no entanto percebe-se a necessidade de melhores ajustes entre o POA e o Plano de Aquisições.

O Anexo I apresenta o POA 2015.

3. ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

Gerenciamento Financeiro

Foram encaminhados ao Banco 6 (seis) Relatórios Financeiros Intermediários - IFRs referentes aos 2º, 3º, 4º trimestres de 2014 e 1º, 2º e 3º trimestres de 2015.

A STP continuamente trabalha junto às UGPs solicitando que elas forneçam as informações no tempo certo para que seja possível consolidar os dados e submeter ao Banco, no prazo estabelecido, os relatórios intermediários (IFRs). Durante as últimas duas missões de supervisão, ficou acordado que o Projeto passará a utilizar o SIAFI, tendo em vista que é a fonte mais fidedigna de informações financeiras. No entanto, ainda não foi possível fazer a migração total para o SIAFI, mas as perspectivas são favoráveis.

Ainda sobre esse tema, o Programa utiliza no SIAFI os Planos Internos (PIs) e estão assim apresentados:

Inscrição Siafi + Categorias do Projeto	Nome da Categoria
50203010000	Bens, Serviços de Consultoria, Serviços (exceto Serviços de Consultoria), Treinamento e Custos Operacionais do Projeto.
50203011000	Gestão de Recursos Hídricos
50203011100	Ministério do Meio Ambiente
50203011200	Agência Nacional de Águas
50203012000	Água, Irrigação e Defesa Civil
50203012100	Secretaria de Infraestrutura Hídrica/MI
50203012200	Secretaria Nacional de Irrigação/MI
50203012300	Secretaria Nacional de Defesa Civil/MI
50203013000	Abastecimento de Água e Saneamento
50203013100	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCid
50203014000	Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado
50203014100	Ministério do Meio Ambiente
50203014200	Agência Nacional de Águas
50203014300	Ministério da Integração Nacional
50203014400	Ministério das Cidades
50203015000	Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação
50203015100	Ministério do Meio Ambiente
50203015200	Agência Nacional de Águas
50203015300	Ministério da Integração Nacional
50203015400	Ministério das Cidades
50203020000	Comissão Inicial
50203030000	Prêmio para Tetos e Bandas de Juros

Orçamento

Como já mencionado no Relatório anterior, são observadas dificuldades orçamentárias/financeiras para a utilização da fonte 148 (fonte de recursos do empréstimo). Essa dificuldade é mais presente no Ministério do Meio Ambiente, mais especialmente pela Agência Nacional de Águas.

Como é explicado pelas áreas de orçamento e finanças da ANA, a fonte 148 concorre diretamente com a fonte 100, sendo que essa última é utilizada para o pagamento de despesas ordinárias e a utilização da fonte 148 compromete esses gastos.

Exemplo disso é que no exercício de 2014 foram cancelados recursos no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que foram empenhados na fonte 148. Cabe salientar que não houve prejuízo ao pagamento dos produtos, uma vez que esse valor foi compensado na fonte da contrapartida (183).

A questão do ajuste fiscal tem repercutido sob o ponto de vista orçamentário e financeiro e afetado o ritmo de execução do Programa, principalmente quando a execução ocorre de forma direta como é o caso da SRHU/MMA, pois não há um “colchão” de recursos para fazer frente a essas incertezas. Esse fato é menos sentido para o caso do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades, os quais se beneficiam do PCT firmado com o IICA (organismo internacional) para a execução total do Programa.

O contingenciamento sucessivo e recorrente, ano após ano, vem comprometendo a execução física e financeira do projeto e intensificando o fato mencionado acima, qual seja de que a fonte 148 “concorre” com a fonte 100. No caso da ANA existe a possibilidade da utilização da fonte 183, a qual não vem sendo contingenciada – mas esta realidade tende a mudar a partir de 2016/2017. Com isso, o atual quadro orçamentário e financeiro e as reais perspectivas para o período de 2016 a 2018 poderá afetar a todos os executores, com a possibilidade de impactos no Programa.

Desembolsos e Fluxo Financeiro

Até o final de outubro de 2015, verifica-se que, do total de recursos do empréstimo (US\$ 107,3 milhões), o projeto havia desembolsado aproximadamente US\$ 8,30 milhões, o que representa cerca de 7,7% do valor do Empréstimo.

Em relação aos desembolsos efetuados pelo Programa, até o momento foram feitos os seguintes pedidos de desembolso:

Descrição	Data	Valor US\$
Front-end Fee	03/05/2012	268.331,25
Pedido Desembolso	16/11/2012	2.000.000,00
Pedido Desembolso	09/05/2014	3.900.000,00
Pedido Desembolso	13/11/2014	950.000,00
Pedido Desembolso	19/10/2015	1.185.000,00
Total		8.303.331,25

Em relação aos juros incidentes sobre os valores desembolsados do empréstimo, a tabela abaixo relaciona os pagamentos já realizados desde o início da vigência do Programa:

Vencimento	Valor (US\$)
01/12/2012	1.964,63
01/06/2013	12.484,37
01/12/2013	10.146,99
01/06/2014	9.403,49
01/12/2014	26.814,17
01/06/2015	30.098,63
Total	90.911,88

Em outubro de 2015, a Secretaria do Tesouro Nacional solicitou à ANA uma série de documentos tendo como objetivo a transferência da dívida junto ao Banco Mundial. Dessa forma, tanto o pagamento dos juros como a amortização da dívida, a partir desse momento, serão feitos pela STN.

Acerca dos desembolsos e orçamento, cabe destacar que foi solicitado ao Banco Mundial que a conta designada, que hoje tem um limite de US\$ 10 milhões, passe a ter limite variável. Essa alteração permitirá que tanto o Ministério da Integração quanto o Ministério das Cidades possam cumprir os contratos a serem firmados em cada exercício.

Ressalta-se que a alteração no limite da conta designada não altera as condições expressas no Acordo de Empréstimo, alterando apenas termos na Carta de Desembolso "Disbursement Letter".

Pedidos de Saque

A tabela abaixo apresenta os valores individualizados referentes aos pedidos de saques realizados, por executor, como também em seu total geral, desde o início da vigência do Programa até outubro de 2015.

PEDIDOS DE SAQUE					
TRIMESTRE	DATA	EXECUTOR	VALOR U\$	TX CÂMBIO	VALOR R\$
2º/2013	06/06/2013	MCID	235.000,00	2,12	498.670,00
3º/2013	12/09/2013	SRHU	120.000,00	2,26	271.800,00
4º/2013	05/11/2013	ANA	127.000,00	2,27	288.798,00
2º/2014	07/05/2014	ANA	384.000,00	2,22	852.480,00
	15/05/2014	MCID	3.355.704,60	2,22	7.439.597,10
	15/05/2014	SRHU	172.000,00	2,22	381.324,00
	23/05/2014	SRHU	12.000,00	2,21	26.520,00
	03/06/2014	SRHU	83.275,82	2,26	187.878,57

3º/2014	29/07/2014	ANA	478.426,34	2,22	1.064.020,18
	29/07/2014	ANA	177.612,96	2,22	395.011,22
	04/08/2014	SRHU	147.489,69	2,25	331.409,33
4º/2014	05/11/2014	SRHU	607.490,59	2,50	1.521.460,58
	11/12/2014	MI	163.000,00	2,63	428.527,00
2º/2015	12/05/2015	MI	68.214,00	3,04	207.513,81
3º/2015	06/07/2015	SRHU	124.806,36	3,13	390.893,82
	21/08/2015	SRHU	69.566,15	3,49	242.507,60
	27/08/2015	MI	59.359,73	3,55	210.489,60
4º/2015	07/10/2015	SRHU	303.607,13	3,839	1.165.547,77
	11/11/2015	MI	113.943,52	3,769	429.453,13
TOTAL			6.802.496,89	-	16.333.901,02

Contrapartida

CONTRAPARTIDA				
TRIMESTRE	DATA	EXECUTOR	VALOR R\$	VALOR U\$
4º/2012	13/12/2012	ANA	525.000,00	256.912,16
3º/2013	29/08/2013	MCID	1.000.000,00	424.124,18
	12/09/2013	MI	3.890.000,00	1.708.463,26
	20/09/2013	SRHU	30.145,00	13.669,34
1º/2014	19/03/2014	SRHU	-30.145,00	-13.669,34
2º/2014	15/05/2014	MCID	2.500.000,00	1.127.649,98
	05/06/2014	ANA	524.635,43	231.167,84
3º/2014	05/08/2014	ANA	53.163,00	23.362,19
	08/08/2014	ANA	431.096,88	187.547,58
	08/09/2014	ANA	431.096,88	191.675,30
	08/09/2014	ANA	786.953,15	349.896,91
4º/2014	04/11/2014	ANA	13.256,22	5.261,44
	07/11/2014	ANA	159.182,54	61.888,16
	20/11/2014	SRHU	250.434,66	98.402,62
	26/12/2014	MI	137.318,83	51.215,44
	26/12/2014	ANA	431.014,87	160.754,47
1º/2015	08/01/2015	ANA	34.578,39	12.845,35
	12/01/2015	MCID	-1.000.000,00	

	12/01/2015	ANA	431.014,87	-424.124,18 162.188,10
	03/02/2015	ANA	43.109,68	15.931,74
	13/02/2015	SRHU	145.458,64	51.232,27
	18/02/2015	SRHU	2.909,17	1.023,27
	27/02/2015	ANA	726.561,09	252.435,93
	09/03/2015	ANA	922.421,80	297.382,74
2º/2015	21/05/2015	ANA	862.029,74	284.545,22
	03/06/2015	ANA	431.096,88	138.242,96
	23/06/2015	SRHU	7.565,34	2.437,13
3º/2015	16/07/2015	ANA	32.265,08	10.283,69
	17/07/2015	ANA	492.370,35	154.677,79
	24/08/2015	ANA	215.548,44	60.728,13
	01/09/2015	ANA	574.686,49	156.483,73
TOTAL			15.054.768,42	6.054.635,40

Auditoria Externa

Conforme consta do Documento de Avaliação do Projeto-PAD, o Programa deverá ser submetido a auditorias externas anuais realizadas pela Secretaria Federal de Controle-SFC, da Controladoria-Geral da República-CGU, a qual deverá observar as diretrizes de auditoria estabelecidas nos Termos de Referência satisfatórios para o Banco Mundial, emitindo relatórios anuais de auditoria do Projeto, a serem enviados ao Banco Mundial seis meses após o fechamento de cada ano civil.

Os trabalhos de auditoria, referente ao período de 01/01/2014 a 31/12/2014, foram realizados em Brasília/DF, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

- a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;
- a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;

- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Destaca-se abaixo a conclusão dos trabalhos de auditoria:

“Com base nos trabalhos de auditoria realizados, somos de opinião que, de forma geral, são mantidos controles internos adequados para a implementação das atividades no âmbito do Projeto que foram objeto de exame em seus aspectos mais relevantes, exceto no que se refere aos pontos pertinentes aos seguintes assuntos, que estão referenciados neste relatório:

- a) *Gerenciamento de Recursos Descentralizados: 1.1.8.2*
- b) *Contratação de Consultorias: 1.1.9.1*

Conquanto o projeto apresente controles internos adequados para a implementação de suas atividades, o fato é que a execução físico-financeira está abaixo do nível adequado para implementação das metas no prazo previsto, tendo em vista que apenas 6,4% dos recursos do empréstimo foram disponibilizados na conta designada e o prazo de vigência esgota-se em dezembro de 2016.

Desta forma, levando em consideração recomendação do Relatório de Auditoria nº 201408198 referente ao exercício de 2013, é recomendável levar em consideração uma redução dos objetivos previstos e dos valores pactuados, assim como uma prorrogação na vigência do Projeto com o objetivo de adequar a execução físico-financeira às reais condições dos executores. ”

O Anexo II apresenta o relatório de auditoria e por meio de mensagem eletrônica datada de 20/07/2015, o Banco Mundial encaminhou sua aprovação do referido relatório (Anexo III).

4. ASPECTOS OPERACIONAIS

Manual Operativo do Projeto

O Manual Operativo do Projeto (MOP) é um documento que deve refletir os acordos e informações constantes do Documento de Avaliação do Projeto (PAD) e também dos termos do Acordo de Empréstimo. O Manual deve ser revisado sempre que necessário e deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor do Programa. Nesse sentido, a STP e as UGPs promoveram uma de revisão do MOP. As mudanças mais significativas dizem respeito à apresentação de um roteiro de referência para os procedimentos licitatórios.

Em 11/09/2014 o MOP foi submetido para análise e aprovação do Comitê Gestor do Programa. Dentre as principais mudanças, foram detalhados, na medida do possível, os passos necessários para a realização dos procedimentos licitatórios. Apesar do encaminhamento ao CGP, a revisão do Manual não foi aprovada em razão de outras alterações propostas que deveriam ser revisadas pelas UGPs.

Em 09/12/2014 a revisão do Manual Operativo foi novamente encaminhada ao CGP sendo aprovada.

Em razão da solicitação de reestruturação do Programa, entende-se que o Manual Operativo precisará ser revisado, ajustando-se assim à nova realidade do Programa.

Projetos de Cooperação Técnica – PCT

Como mencionado no relatório anterior, todos os executores do Programa firmaram seus PCTs com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Entende-se como positivo que agora todos os executores tenham celebrado seus PCT's com o IICA, permitindo assim que esse organismo internacional coopere de forma transversal, possibilitando uma intensa troca de experiências entre os envolvidos no Programa.

A tabela abaixo apresenta os valores dos Projetos de Cooperação Técnica, assinados no âmbito do INTERÁGUAS, com cada um dos executores.

Instituição Executora	Organismo Internacional	Valor total do PCT (R\$)
Agência Nacional de Águas	IICA	5.131.245,00
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	IICA	7.000.000,00
Ministério da Integração Nacional	IICA	82.786.000,00
Ministério das Cidades	IICA	46.090.800,00
Total		141.008.045,00

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Arranjo Institucional

A estrutura organizacional do projeto se manteve a mesma, com 4 instituições implementadoras: Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas.

Acerca da participação dos co-executores, sua participação ocorreu de forma diferente da inicialmente prevista. Não houve o repasse de recursos nem convênios foram firmados, mas sua participação no desenvolvimento dos estudos tem sido essencial para o bom andamento dos trabalhos.

Destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a SRHU/MMA e a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás – SEMARH. Essa parceria permitiu que o Estado acompanhasse de forma muito próxima a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Goiás.

Também se pode falar de outros estudos em que há uma forte interação com os Estados. Exemplos são a “Elaboração de Carta Hidrogeológica de Águas Subterrâneas do Estado do Paraná”, envolvendo o Estado do Paraná, com a interveniência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMA), a Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco e Proposição de Estratégias para o Uso Sustentável, envolvendo entidades estaduais e federais, com destaque para o IGAM/MG, o INEA/BA e a CPRM, além do Atlas Brasil de Despoluição de bacias hidrográficas:

Tratamento de Esgotos Urbanos, que envolveu todas as Unidades da Federação.

Comitê Gestor do Programa – CGP

O Comitê Gestor do Programa tem, dentre suas atribuições, estabelecer diretrizes de orientação para o planejamento, a programação e a execução física do Programa, como também efetuar a supervisão da execução dos Componentes do INTERÁGUAS.

Em maio de 2014 houve alteração na presidência do Comitê Gestor do Programa, sendo que o presidente eleito foi o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, senhor Osvaldo Garcia.

Em 2015, com o novo mandato no âmbito do governo federal, ocorreram mudanças em algumas pastas, no entanto, o senhor Osvaldo Garcia, que anteriormente ocupava o cargo de Secretário da SNSA, passou a ocupar o cargo de Secretário da SIH/MI e assim, sob novo mandato, agora representando o MI, continuou na presidência do Comitê Gestor.

Durante o período de abrangência deste relatório, o CGP realizou 4 (quatro) reuniões extraordinárias, tendo como destaque sua atuação nas discussões que tratavam do tema da Revisão de Meio Termo e a consequente reestruturação do Programa.

Unidades de Gerenciamento do Programa – UGP

As UGP's mantiveram suas estruturas originalmente propostas, sendo que mudanças ocorreram no Ministério da Integração Nacional, onde a coordenação passou a ser exercida pelo senhor Pedro Bertone.

Cabe destacar o papel que as UGP's exerceram nesses últimos meses. Nesse período houve uma profunda revisão das atividades previstas no Programa por cada executor, o que demandou grande articulação entre as UGP's e seus pares como também as UGP's entre si, visto que o processo de revisão de meio termo demandou um grande esforço de trabalho e articulação.

Apresenta-se abaixo a composição atual das UGP's:

UGP	Nome	Cargo
ANA	Ricardo Medeiros de Andrade	Coordenador
	Tibério Magalhães Pinheiro	Coordenador Adjunto
	Marcelo Mazzola	Gerente Técnico
	Carlos Araujo Souto	Gerente Administrativo-Financeiro
	Viviani Pineli Alves	Presidente da Comissão Especial de Licitações
SRHU	Cláudia Monique Frank de Albuquerque	Coordenadora
	Antonio Alberto Ferreira da Silva	Coordenador Substituto Área de Licitação

	Diego Pereira de Oliveira	Analista de Infraestrutura
	Rafaella Christina Lima da Costa Bosch	Analista Ambiental
	Daniel Nagamine Motta	Administrativo
SNSA	Lauseani Santoni	Coordenadora
	Paulo Rogério da Silva	Coordenador Técnico
MI	Pedro Bertone	Coordenador
	Sarita Cavalcante	Coordenadora Técnica
	Claudiomar Filho	Coordenador Administrativo-Financeiro
	Guilherme Alves Rodrigues dos Santos	Servidor
	Alex Christian Kamber	Servidor
	Regiane Cristine de Oliveira Moraes	Servidora

Secretaria Técnica do Programa – STP

A Secretaria Técnica do Programa está localizada na estrutura da Agência Nacional de Águas – ANA, e possui, entre suas competências, a de desempenhar as funções de secretaria executiva do Comitê Gestor do Programa, além de assessorar o Presidente do Comitê no desempenho de suas atribuições. Além disso, a STP tem desempenhado, algumas vezes, um papel de ligação entre o Banco e os executores.

Em 2014 houve mudanças na composição da STP, assumindo como Secretária Substituta a Sra. Carolina Arantes (Especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas), mantendo o Sr. Marco Alexandre Silva André como Secretário.

A STP também é responsável pela revisão e controle dos desembolsos e pedidos de saque, consolidação dos relatórios financeiros, registros no *Client Connection*, fornecimento de informações sobre questões de Gerenciamento Financeiro e desembolso, atividades essas que dispendem muito tempo.

Nesses últimos 6 meses, a STP consolidou os documentos e informações produzidas pelas UGPs que visavam estruturar a Revisão de Meio Termo, como também a elaboração do pedido de reestruturação do Programa junto ao GTEC/COFIEX/SEAIN.

Comentários gerais acerca dos aspectos institucionais

De uma forma geral, percebeu-se nesse último ano uma maior aproximação entre as UGPs. Esse fato pode ser explicado pela necessidade de trocas de experiência entre os executores, seja no momento da elaboração dos

documentos técnicos, seja nos momentos das licitações e seus desdobramentos.

Além disso, em razão da Revisão de Meio Termo, percebeu-se também uma maior aproximação entre as UGPs e os seus representantes no Comitê Gestor do Programa.

Entende-se que essa aproximação é natural e contínua, visto que os executores deverão compartilhar experiências semelhantes durante a execução do Programa.

6. ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

A partir das discussões em torno desse tema, identificou-se também a necessidade de um treinamento específico nas questões de salvaguardas e como integrá-las às ações do Projeto. O Banco, junto com a STP, entrou em contato com os especialistas que participaram da preparação do Projeto para discutir como organizar e viabilizar um treinamento específico sobre as Salvaguardas Ambientais e Sociais que são acionadas pelo Projeto e como estas devem ser consideradas nas atividades do Interáguas.

Inicialmente o Programa contrataria os consultores para a realização desse curso, mas o Banco assumiu a responsabilidade pelo treinamento, financiando integralmente as contratações e, dessa forma, a realização desse treinamento. Nos dias 23 e 24 de julho de 2014 ocorreu a capacitação sobre Salvaguardas Ambientais e Sociais cujos instrutores trabalharam nesses documentos na fase de preparação do Programa.

Esse evento ocorreu nas instalações da SRHU e contou com técnicos dos 4 Executores, como também do IICA.

O curso foi avaliado de forma positiva, sendo que possibilitou desmitificar o tema junto aos executores sanando dúvidas que eram recorrentes acerca do tema salvaguardas ambientais e sociais. Viu-se que a legislação brasileira já aborda, de forma bem abrangente, diversos aspectos comentados durante o curso, não se apresentando assim como um fato que dificultaria a contratação de serviços, como pensado anteriormente.

O tema “salvaguardas” foi bastante abordado durante a 6ª Missão de Supervisão do Banco, uma vez que a ANA e o Ministério da Integração Nacional incorporaram em seus Planos de Aquisição algumas atividades que previam a elaboração de projetos de engenharia e estudos de viabilidade os quais, num primeiro olhar, poderiam mudar a classificação do Projeto, passando de “B” para “A”, necessitando assim um olhar diferenciado acerca das salvaguardas a serem acionadas. No entanto, após a avaliação de especialistas do Banco, não será necessária a mudança de categoria.

Logo após o início do Programa notava-se que algumas atividades previstas no Plano de Gerenciamento Ambiental não seriam realizadas, tais como a Avaliação Ambiental Estratégica da Bacia do Rio São Francisco. A exclusão dessa atividade foi devidamente explicada pelos executores, mas cabe salientar que é um instrumento de planejamento importante para a Bacia.

De forma muito oportuna, o Banco Mundial promoveu a realização de uma palestra que apresentou a “Experiência europeia de participação pública e avaliação ambiental no planejamento de recursos hídricos: experiência espanhola”, que foi conduzida pelo senhor Manuel Prieto, assessor da Subdireção Geral de Avaliação Ambiental do Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente da Espanha (MAGRAMA).

Está prevista para ocorrer em 2016 uma capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica, suprimindo assim essa lacuna.

Durante a 6ª Missão de Supervisão do Banco e ainda tratando do PGA, ficou acertado que as UGPs destacariam técnicos de suas áreas para compor um grupo de “especialistas em salvaguardas” dentro de cada executor e eles atuariam como pontos focais neste tema.

Nesse sentido, houve uma reunião em 01/09/2015 que teve como objetivo tratar desse assunto. Ressalta-se que os trabalhos foram conduzidos pelos especialistas neste tema do Banco Mundial. Após essa reunião foi estabelecido que as UGPs, juntamente com o Banco, daquele momento em diante, se reuniriam regularmente para tratar de assuntos relacionados ao tema.

7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROGRAMA

Abaixo é apresentado um quadro-resumo das atividades previstas no POA-2015. Esse quadro retrata o planejamento das ações que tiveram continuidade ou se iniciariam em 2015.

Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos Subcomponente - Planejamento e Gestão

Ministério do Meio Ambiente	Situação
Elaboração de Estudos Técnicos para Subsidiar a Construção de Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Cobrape (Brasil) e Inypsa (Espanha) Contrato finalizado
Elaboração de estudos técnicos para subsidiar a construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará - Serviço de Consultoria - PJ	Relatório de Análise dos Portfólios concluído. SDP em revisão para posterior envio ao BM
Avaliação de desempenho do PNRH nos Eixos: Política Pública e Recursos Hídricos - Serviço de Consultoria – PF (consultor 1)	TDR em revisão, após comentários do BM). Obs: O título desta ação também sofreu alteração.
Avaliação de desempenho do PNRH nos Eixos: Política Pública e Recursos Hídricos - Serviço de Consultoria – PF (consultor 2)	Foi substituído pela contratação de somente 1 consultor (Pessoa Física), conforme acima

Agência Nacional de Águas

Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco e Proposição de Estratégias para o Uso Sustentável - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Projeteq e Techne Contrato em andamento
Estimativa da área ocupada e do consumo de água pela agricultura irrigada na bacia hidrográfica do rio Grande - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: César Jordão Contrato finalizado
Proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento outorga de direito de uso de recursos hídricos em situações de indisponibilidade de água em corpos hídricos com utilização intensiva e de disponibilidade hídrica esgotada - Serviço de Consultoria - PF	Nenhum consultor selecionado

Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento da outorga de direito de uso, tendo em vista as incertezas dos cenários futuros de disponibilidade de água em bacias brasileiras - Serviço de Consultoria – PF.	Contratado: Fernando Rodriguez Contrato Finalizado
Preparar e aplicar curso de capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, tendo como público alvo técnicos que	Essa capacitação ocorrerá em 2016.
atuam no programa INTERÁGUAS - Serviço de Consultoria – PF.	
Subcomponente - Estudos e Projetos	
Ministério do Meio Ambiente	
Elaboração de Carta Hidrogeológica de Águas Subterrâneas do Estado do Paraná e Respetivo Texto Técnico	Contratado: Água e Solo – Estudos e Projetos Ltda. Contrato finalizado
<i>Agência Nacional de Águas</i>	
Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Cobrape/CH2M Hill Contrato em andamento
Elaboração das Estimativas de custos de Manutenção de Projetos de Adução de Água Bruta, incluindo Irrigação, aplicando seus Resultados ao PISF - Serviço de Consultoria - PJ	Em processo de licitação
<i>Subcomponente - Desenvolvimento Institucional Agência Nacional de Águas</i>	
Avaliação de Impacto das Ações de Capacitação da ANA para o SINGREH - PJ	Em processo de licitação
Contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens, compreendendo a prestação de serviços de reservas, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais para atendimento das demandas oriundas do PCT ANA/IICA- SLE02 - OST - PJ	Contratado: Écos Turismo Contrato em andamento
Levantamento e sistematização do arcabouço institucional e legal brasileiro relativo ao controle de cheias e inundações e à operação de reservatórios de usos múltiplos - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: José Nilson Beserra Campos Contrato finalizado

Contratação de empresa para apoio logístico à realização de visitas técnicas no âmbito do Programa INTERÁGUAS – Aquisição de serviços	Atividade não iniciada. Será realizada em 2016
<i>Componente 2 - Água, Irrigação e Defesa Civil Subcomponente - Planejamento e Gestão Ministério da Integração Nacional</i>	
Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação da Segurança de Barragens da União - Serviço de Consultoria - PJ	Não objeção ao contrato rubricado concedida em 26/10. A assinatura do contrato ocorrerá em novembro.
Plano Diretor de Irrigação do DF - Serviço de Consultoria - PJ	Contrato assinado e em execução. Primeiro produto entregue e sob análise técnica
Plano Diretor de Irrigação do Estado do Paraná	TR encaminhado para NO do Banco Mundial em novembro de 2015
Plano Diretor de Irrigação do Estado do Ceará	TR encaminhado para NO do Banco Mundial em novembro de 2015
Elaboração de Propostas de Programa de Capacitação no Tema de Água no meio rural	Não objeção ao Relatório de formação da Lista Curta concedida em 13/11.
<i>Subcomponente - Desenvolvimento Institucional</i>	
Atualização das publicações referentes a rubricado manuais técnicos de Defesa Civil da SEDEC - concedida em 13/11. A assinatura do Serviço de Consultoria - PJ contrato ocorrerá em novembro.	Não objeção ao contrato em
<i>Componente 3 - Abastecimento de Água e Saneamento Estudos e Projetos</i>	
Preparação de protótipo, desenvolvimento da parte de tecnologia de informação e implantação do SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – Serviço de consultoria PJ	TDR em fase de elaboração
Projeto de Gestão das Perdas de Água e do Uso Eficiente de Energia Elétrica, adotando o modelo do Projeto COM + ÁGUA. (Fase 1 - Região Nordeste) – Serviço de consultoria PJ	Processo em fase de contratação (enviadas as SDP's)
Apoio técnico especializado às ações de gestão das perdas de água e uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água Serviço de consultoria PF	Contratado: Airton Sampaio Contrato em andamento

Desenvolvimento de metodologias para auditoria e certificação de informações do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), fornecidas por prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	Processo em fase de contratação (enviadas as SDP's)
<i>Subcomponente - Desenvolvimento Institucional</i>	
Contratação de consultor individual para apoio técnico especializado nas atividades de contratação e desenvolvimento do SINISA Serviço de Consultoria - PF	Contratado: João Batista Peixoto Contrato em andamento
Consultor individual especialista no sistema integrado de gestão de serviços de saneamento básico – G SAN - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: José Maria Villac Pinheiro Contrato em andamento
Consultor individual especialista no sistema integrado de gestão de comunidade de software livre, aplicado ao G SAN - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: Artur Felipe Wendling Contrato em andamento
Consultor individual especialista em regulação da prestação de serviços de saneamento básico - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: Wladimir Antônio Ribeiro Contrato em andamento
Consultor individual especialista em estudos, pesquisas e planos de saneamento básico - Serviço de Consultoria - PF	Processo não iniciado
Consultor individual especialista em gestão e planejamento do setor saneamento básico - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: Berenice de Sousa Cordeiro Contrato em andamento
Apoio técnico especializado para o projeto técnico-operacional conceitual e institucional para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA - Serviço de Consultoria - PF	TdR em elaboração.
Elaboração de termos de referência - Serviço de Consultoria - PF	Atividade retirada do Plano de Aquisições.
Apoio técnico especializado às ações de projetos e orçamentos de sistemas de drenagem urbana de águas pluviais - Serviço de Consultoria - PF	Processo não iniciado.

Apoio técnico especializado em estudos e pesquisas acerca dos meios de financiamento e subsídios tarifários para famílias de baixa renda no setor saneamento - Serviço de Consultoria - PF	Atividade retirada do Plano de Aquisições
Apoio técnico especializado em governança dos serviços de saneamento básico em regiões metropolitanas - Serviço de Consultoria - PF	Atividade retirada do Plano de Aquisições.
Apoio técnico especializado no acompanhamento e avaliação dos trabalhos socioambiental nos empreendimentos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC em Saneamento Básico – Serviço de Consultoria - PF	Processo não iniciado.
Realizar publicações de editais do Programa Interâguas no DOU e/ou Jornais de circulação nacional – aquisição de serviços - PJ	Contratado: F Lopes Publicidade Ltda. Contrato em andamento:
Fornecer passagens aéreas nacionais e internacionais – aquisição de serviços - PJ	Contratado: Mundo Jovem Turismo E Eventos Contrato em andamento
<i>Componente 4 - Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado</i>	
Subcomponente Planejamento e Gestão	
Agência Nacional de Águas	
Atlas Brasil de Despoluição de bacias hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Cobrape Contrato em andamento
Ministério da Integração Nacional	
Plano Nacional de Segurança Hídrica - critérios, seleção e detalhamento das intervenções estratégicas - Serviço de Consultoria - PJ	Contratado: Consórcio Nippon Koei/Nippon/STE Contrato em andamento
Subcomponente Estudos e Projetos	
<i>Ministério do Meio Ambiente</i>	
Estudos para Subsidiar a Inserção da Dimensão Ambiental no Roteiro Metodológico para Revisão dos Planos Diretores Estaduais e Municipais - Serviço de Consultoria - PF	NO objeção dada pelo Banco em 13/11/2015. Obs: O título desta ação sofreu alteração

Elaboração de Documento-Base da Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana	NO dada pelo Banco em 13/11/2015. Tratase de consultoria individual (IICA)
Estudos Técnicos para Revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Serviço de Consultoria - PJ	TDR em revisão. Previsão de lançamento da SMI em início de dezembro/2015
<i>Componente 5 - Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação Ministério do Meio Ambiente</i>	
Capacitação em aquisições pelas Diretrizes do BIRD - Serviço de Consultoria - PF	Contratado: Lucianna Diehl Matte Contrato em andamento, com previsão de término em janeiro/2016
Gerenciamento do Programa Interáguas na SRHU - Serviço de Consultoria - PF	Sílvia de Fátima Neviani Vallini Contrato em andamento, com previsão de término em dez/2015

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Esse tópico tem o objetivo de apresentar, de forma preliminar, resultados já obtidos pelo Programa, mesmo estando na iminência de ter seu prazo prorrogado por mais 22 meses.

Abaixo são apresentados os tópicos do quadro de resultados resultante das discussões que ocorreram durante o processo de Revisão de Meio Termo e reestruturação do Programa.

Em anexo (Anexo IV) é apresentado o quadro de resultado com atividades que vão ao encontro do resultado esperado.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (ODP)

Apoiar o Governo do Brasil a melhorar a coordenação e fortalecer a capacidade entre as principais instituições federais no setor água para uma abordagem integrada Indicadores de Resultado

1. Comitê Gestor do Programa, em nível de Secretários Setoriais e Diretores (ANA), estabelecido e funcionando regularmente com todas as instituições que participam do programa Interáguas ("funcionando" significa com pelo menos 2 reuniões por ano);
2. Percentual do valor do projeto relacionado às ações integradas;
3. Website de recursos hídricos que conecta sistemas de informações, sites, estudos e trabalhos analíticos específicos do setor é implementado e disponibilizado ao público.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS COMPONENTE 1: GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Resultado 1: Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos fortalecido.

1. Profissionais de órgãos e entidades do SINGREH capacitados;
2. Órgãos gestores apoiados pelo Projeto para aprimoramento da gestão integrada de recursos hídricos.

Resultado 2: Instrumentos de gestão e regulação do uso de recursos hídricos aprimorados

1. Plano Nacional de Recursos Hídricos revisto;
2. Planos Estaduais de Recursos Hídricos concluídos;
3. Número de bacias críticas de especial interesse para a gestão de recursos hídricos com balanço quali-quantitativo aprimorado para a melhoria da gestão de recursos hídricos;
4. Estudos que contribuem para o aprimoramento da análise e concessão de outorgas de autorização de uso dos recursos hídricos elaborados.

COMPONENTE 2: ÁGUA, IRRIGAÇÃO, GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Resultado 3: Capacidade de gestão do Ministério da Integração Nacional fortalecida

1. Unidade integrada de planejamento técnico em funcionamento;
2. Servidores do Ministério das áreas de Infraestrutura Hídrica, Irrigação, Defesa Civil e Desenvolvimento Regional capacitados;
3. Manuais Técnicos nas áreas de Infraestrutura Hídrica, Irrigação, Defesa Civil e Desenvolvimento Regional do Ministério estabelecidos.

Resultado 4: Novos instrumentos de planejamento e gestão integrada de informações, segurança, eficácia e produtividade da infraestrutura de recursos hídricos são estabelecidos

1. Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação da Segurança de Barragens da União estabelecido e em fase de implementação.

Resultado 5: Política Nacional de Irrigação melhorada levando à sustentabilidade da agricultura irrigada

1. Plano Nacional de Irrigação elaborado e concluído;
2. Planos Estaduais de Irrigação concluídos.

Resultado 6: Ações integradas para aumentar a garantia hídrica de populações difusas realizadas

1. Programa de saneamento rural aprimorado incorporando inovações em tecnologia e gestão.

*COMPONENTE 3: ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO Resultado 7:
Ações para promover a eficiência no setor saneamento básico*

1. Reguladores apoiados pelo Projeto representam 10 milhões de usuários de serviços de abastecimento de água e saneamento, com acesso a serviços formalmente regulamentados de acordo com a Lei N.º 11.445/2007;
2. Prestadores de serviços de abastecimento de água e saneamento apoiados pelo Projeto, que estão implementando programas de gestão de perdas e de eficiência energética, prestando serviços a pelo menos 10 milhões de usuários.
3. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA) implementado, incluindo todos seus subsetores (abastecimento de água potável, saneamento, resíduos sólidos e drenagem) e funcionando conforme demonstrado por dados online e relatórios anuais;
4. Prestadores de Serviços usuários do Sistema Integrado de Gestão em Saneamento - GSAN beneficiados com o processo de atualização e revisão do referido sistema;
5. Número de prestadores de serviço apoiados pelo projeto.

COMPONENTE 4: COORDENAÇÃO INTERSETORIAL E PLANEJAMENTO INTEGRADO

Resultado 8: Estratégias, políticas e planos nacionais ou regionais relacionados ao Setor Água desenvolvidos de forma integrada e coordenada entre as instituições.

1. Política Nacional de Secas elaborada de forma integrada;
2. Instrumentos nacionais de planejamento desenvolvidos de forma integrada;
3. Propostas de estratégia de ação em reúso de efluente sanitário tratado e abastecimento de água no entorno de grandes obras hídricas elaboradas de forma integrada;
4. Regiões metropolitanas com planejamento integrado de oferta de água.

Resultado 9 : Gestão integrada de recursos hídricos nas bacias do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco aprimorada

1. Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco;
2. Avaliação do Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco.

COMPONENTE 5: GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO Resultado 10: Programa INTERÁGUAS adequadamente gerenciado, monitorado e avaliado

1. Relatórios de andamento do programa, de gestão financeira e de auditorias do Programa elaborados.

Resultado 11: Divulgação de resultados do Programa e intercâmbio de experiências realizados.

1. Seminários, workshops ou encontros técnicos realizados.

Resultado 12: Fortalecimento da coordenação entre UGPs e STP

1. Reuniões ordinárias realizadas.

9. EVENTOS REALIZADOS

No período de abrangência desse relatório foram realizados alguns eventos, os quais apresentamos alguns abaixo.

Encontros técnicos

O Encontro técnico é um evento onde se tem a oportunidade de apresentar os resultados de atividades que estão ocorrendo no âmbito do Programa. Também serve de momento de troca de experiências entre os técnicos envolvidos, tratando de assuntos técnicos como também operacionais.

No período ocorreram 2 Encontros Técnicos, sendo que foram realizados na sede do Banco Mundial e no Ministério da Integração Nacional.

Nestes dois Encontros foram tratados os seguintes assuntos:

- Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás;
- III Encontro formativo nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas e I Encontro de Educação Ambiental da Bacia do Rio Doce;
- Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco e Proposição de Estratégias para o Uso Sustentável;
- Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas;
- Plano de Ações Estratégias para Reabilitação da Segurança de Barragens da União
- Plano Diretor de Irrigação do DF;
- Atlas Brasil de Despoluição de bacias hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos.



Foto 1 – 1º Encontro Técnico realizado em 10/09/2014



Foto 2 – idem

Curso de Salvaguardas Ambientais e Sociais

Como já citado no item 6, foi realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2014 uma capacitação sobre Salvaguardas Ambientais e Sociais, cujos instrutores trabalharam nesses documentos na fase de preparação do Programa.



Foto 3 – Curso de Salvaguardas Ambientais e Sociais

Lançamento do Plano Nacional de Segurança Hídrica – - critérios, seleção e detalhamento das intervenções estratégicas

Em 20 de agosto de 2014, no auditório Flávio Terra Barth, localizado na sede da Agência Nacional de Águas, ocorreu lançamento oficial do Plano Nacional de Segurança Hídrica – critérios, seleção e detalhamento das intervenções estratégicas.

Esse evento contou com a participação dos Ministros de Meio Ambiente, da Integração Nacional, além de representantes do Ministério das Cidades, Ministério das Relações Exteriores, do Banco Mundial e de outras instituições. Esse evento é considerado marcante, uma vez que foi possível destacar a importância desse Plano para o país, se firmando como uma atividade emblemática para o Programa INTERÁGUAS, em razão de sua relevância e abrangência e se mostrando intersetorial e integrado.



Foto 4 – Lançamento do Plano Nacional de Segurança Hídrica – critérios, seleção e detalhamento das intervenções estratégicas

Visita técnica - A experiência da Espanha no setor de água

O Banco Mundial organizou uma visita técnica à Madri e Valência (Espanha), no período de 15 a 25 de setembro de 2014. A visita envolveu uma delegação do Brasil de 18 profissionais do setor de água (10 do governo federal, 3 do governo estadual e 5 da equipe do Banco Mundial).

O foco da visita foi a gestão integrada dos recursos hídricos e governança da água nos níveis de bacia e nacional, assim como instrumentos de gestão de secas, arranjos de irrigação, sistemas de abastecimento urbano e plantas de dessalinização e de reúso.

O evento teve, portanto, um caráter integrador, reunindo os organismos em diferentes níveis, e considerando as diferentes perspectivas de uso da água. Em primeiro lugar, organizaram-se encontros em Madri com instituições envolvidas na gestão dos recursos hídricos em nível nacional: ministério, centros de investigação e grandes operadores de abastecimento e saneamento. Na segunda semana da visita, a delegação deslocou-se a Valência, onde o foco foi a gestão da água ao nível de bacia: Confederações Hidrográficas, usuários e gestão de espaços sensíveis, entre outros.

Os objetivos principais da visita técnica foram: (i) aprender com as experiências bem sucedidas nas áreas técnicas, operacionais e de gestão da Espanha, (ii) usar essas lições para aperfeiçoar as práticas de gestão de recursos hídricos, projetos de irrigação, sistemas de abastecimento urbano no Brasil e (iii) compartilhar lições e experiências do Brasil com as contrapartes espanholas.

A delegação avaliou como muito positiva a troca de experiências, como também oportuna e necessária a iniciativa do Banco em proporcionar essa troca de experiência entre os dois países.

Muitas lições foram aprendidas nesta visita, com destaque a importância que aquele país dá à água e à sua gestão, além do entendimento da sua importância para o desenvolvimento econômico.



Foto 5 – reunião no Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente (MAGRAMA)



Foto 6 – Visita ao Parque Natural da Albufeira:
Tancat de la Pipa

10. COMENTÁRIOS GERAIS

Nota-se que o Programa INTERÁGUAS vem evoluindo de forma gradativa e contínua, apesar dessa evolução ainda não ser refletida no desembolso, mas observando as atividades em andamento percebe-se que isso ocorrerá em breve.

No entanto, a evolução do Programa não deve ser medida apenas levando em consideração os desembolsos, apesar de ser relevante.

É notória a percepção do amadurecimento das equipes técnicas dos agentes executores, como também a relevância dos estudos em andamento e planejados.

Com o processo de Revisão de Meio Termo e reestruturação do Programa, foi natural que o ritmo das atividades se desacelerasse, aguardando as definições sobre os rumos do Programa.

No presente momento o processo de reestruturação do Programa encontra-se em análise pelo Governo Brasileiro, mais especificamente no Ministério da Fazenda. Tão logo haja a manifestação Desse Ministério, serão necessários mais esforços por parte de todos (UGP, STP, CGP e Banco) para a finalização desse processo.

Destaca-se nesse período o envolvimento dos dirigentes, em especial dos membros do CGP, os quais tiveram um papel decisivo na definição das

atividades constantes do Programa. Espera-se também o envolvimento deles nos próximos meses, uma vez que será necessário um forte empenho visando a garantia dos recursos e engajamento das equipes técnicas. O processo da revisão de meio termo não foi tratado nesse relatório, pois o mesmo será tema de um documento específico.

Anexo II
Informações prestadas pela Caixa Econômica Federal

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/ANA – UG 443002

Março/2016

1 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - 443002 Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	10.828.662,80	0,00	3.177.318,13	7.651.344,67
2013	1.922.400,00	0,00	1.476.000,00	446.400,00
2012	466.832,80	0,00	0,00	466.832,80
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2011	52.010,93	-	-	52.010,93

2 Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

2.1 Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2015

Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: ANA											
CNPJ: 04204444000280				UG/GESTÃO: 443002/44205							
Informações sobre as Transferências											
Modalidade	Nº do instrumento	Nº SIAFI	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	PROPOSTA SICONV
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
2	1025620-08	818168	18301036000170	729.163,75	29.166,55	0,00	0,00	20/11/2015	30/03/2018	1 - Adimplente	336522015
2	1025621-23	818169	13846753000164	422.817,28	10.000,00	0,00	0,00	26/11/2015	31/08/2018	1 - Adimplente	343492015
2	0149112-86	470008	18715508000131	5.123.553,57	1.537.066,07	0,00	3.586.487,50	28/11/2002	31/12/2016	1 - Adimplente	0
2	0156042-87	493799	28695658000184	2.152.337,71	200.000,00	0,00	1.000.000,00	22/12/2003	03/03/2015	4 - Concluído	0
2	0187621-44	542243	88073291000199	2.642.344,57	783.372,77	0,00	1.461.500,82	27/12/2005	31/12/2014	4 - Concluído	0
2	0188395-20	550496	01615882000162	4.025.901,80	332.901,80	0,00	3.693.000,00	30/12/2005	01/12/2016	3 - Inadimplência Suspensa	0
2	0215222-27	584988	88073291000199	7.412.032,42	1.412.032,42	0,00	6.000.000,00	29/12/2006	30/12/2016	1 - Adimplente	0
2	0215221-13	585745	01682869000126	5.701.520,00	1.451.520,00	0,00	4.250.000,00	29/12/2006	31/12/2016	1 - Adimplente	0

2	024789 6-48	61093 9	154122570 00128	335.020, 00	35.020,0 0	0,00	300.000, 00	31/12/2 007	30/03/2 016	1 - Adimple nte	0
2	024789 7-53	61094 0	154122570 00128	381.859, 70	56.402,7 0	0,00	325.457, 00	31/12/2 007	30/03/2 015	1 - Adimple nte	0
2	024789 8-67	61094 1	154122570 00128	4.637.80 7,02	398.695, 00	0,00	3.450.00 0,00	31/12/2 007	31/12/2 016	1 - Adimple nte	0
2	031454 4-06	73062 4	035015090 00106	888.000, 00	88.000,0 0	0,00	800.000, 00	31/12/2 009	30/03/2 016	1 - Adimple nte	1357292 009
2	036947 2-08	76224 6	035015090 00106	1.150.00 0,00	150.000, 00	0,00	1.000.00 0,00	30/12/2 011	30/04/2 016	1 - Adimple nte	6629020 11
2	037009 6-67	76266 2	465998090 00182	476.715, 20	48.715,2 0	0,00	428.000, 00	30/12/2 011	20/04/2 018	1 - Adimple nte	6856120 11
2	037158 1-67	76482 5	466805000 00112	648.000, 00	105.000, 00	0,00	0,00	31/12/2 011	30/12/2 015	5 - Excluído	7106420 11
2	037158 2-71	76494 9	184313120 00115	487.181, 79	44.987,2 1	0,00	404.884, 89	30/12/2 011	30/04/2 015	1 - Adimple nte	7090520 11
2	037324 7-46	76629 0	202667550 00140	625.787, 96	60.887,6 7	0,00	547.989, 07	30/12/2 011	30/09/2 014	1 - Adimple nte	7093320 11
2	100226 6-12	78053 2	876154490 00142	816.200, 00	16.700,0 0	0,00	799.500, 00	27/12/2 012	31/07/2 016	1 - Adimple nte	3802820 12
2	100226 4-61	78053 3	074429810 00176	476.360, 00	9.527,20	0,00	0,00	24/06/2 014	10/12/2 017	1 - Adimple nte	3859220 12
2	100227 2-34	78053 4	888470820 00155	1.040.00 0,00	40.000,0 0	0,00	1.000.00 0,00	31/12/2 012	30/10/2 016	1 - Adimple nte	4676820 12
2	100226 7-37	78053 6	187155730 00167	1.649.92 0,00	150.000, 00	0,00	0,00	31/12/2 012	31/07/2 014	1 - Adimple nte	4991120 12
2	100227 0-95	78053 7	078916580 00180	463.081, 43	9.261,63	0,00	0,00	28/12/2 012	30/12/2 015	5 - Excluído	5045320 12
2	100226 9-78	78053 8	050162020 00145	799.941, 00	79.994,1 0	0,00	719.946, 90	28/12/2 012	30/11/2 016	1 - Adimple nte	5046320 12
2	100227 1-19	78053 9	075409250 00174	521.680, 88	10.433,6 2	0,00	511.247, 26	22/05/2 013	30/12/2 016	1 - Adimple nte	5085320 12
2	100226 8-53	78054 0	020567290 00105	1.354.96 1,00	135.496, 00	0,00	1.219.46 5,00	24/12/2 012	30/06/2 016	1 - Adimple nte	5191020 12
2	100692 8-09	78766 7	290512160 00168	465.000, 00	18.600,0 0	0,00	0,00	19/12/2 013	19/09/2 016	1 - Adimple nte	5531220 13
2	100692 9-24	78810 6	831022930 00145	760.000, 00	76.000,0 0	684.00 0,00	684.000, 00	02/12/2 013	30/10/2 016	1 - Adimple nte	5070220 13
2	100894 6-05	78920 6	103555040 00188	610.000, 00	12.200,0 0	0,00	597.800, 00	21/05/2 014	31/08/2 017	1 - Adimple nte	6942620 13
2	100894 5-81	78921 0	452904180 00119	440.000, 00	44.000,0 0	396.00 0,00	396.000, 00	27/12/2 013	27/12/2 016	1 - Adimple nte	7022820 13
2	100920 3-50	78921 3	452796430 00154	447.168, 25	51.168,2 5	396.00 0,00	396.000, 00	27/12/2 013	27/12/2 016	1 - Adimple nte	6806320 13
2	102201 7-87	81435 1	037554770 00175	707.000, 00	7.070,00	699.93 0,00	699.930, 00	31/12/2 014	07/12/2 016	1 - Adimple nte	5126920 14
2	102209 4-93	81453 7	465232960 00126	466.966, 96	466,96	466.50 0,00	466.500, 00	23/12/2 014	09/12/2 017	1 - Adimple nte	5119620 14
2	102210 1-66	81457 4	183010020 00186	618.424, 13	7.176,00	611.24 8,13	611.248, 13	23/12/2 014	23/12/2 017	1 - Adimple nte	5101920 14

2	102209 9-09	81457 5	187154740 00185	721.642, 00	22.002,0 0	699.64 0,00	699.640, 00	30/12/2 014	30/12/2 017	1 - Adimple nte	5120020 14
2	102209 7-60	81457 7	464108660 00171	751.306, 21	51.306,2 1	700.00 0,00	700.000, 00	29/12/2 014	23/12/2 016	1 - Adimple nte	5113520 14
2	102209 6-44	81457 8	150239060 00107	530.750, 00	3.000,00	0,00	0,00	30/12/2 014	18/12/2 017	1 - Adimple nte	5128820 14
2	102209 5-29	81457 9	259472760 00102	788.604, 20	88.604,2 0	0,00	0,00	31/12/2 014	30/11/2 019	1 - Adimple nte	5137120 14
2	102210 4-20	81458 0	087413990 00173	2.157.22 6,19	10.786,1 3	0,00	0,00	14/09/2 015	31/12/2 017	1 - Adimple nte	4824020 14
2	102210 3-05	81458 1	088746950 00142	1.400.46 9,05	7.002,35	0,00	0,00	29/05/2 015	31/12/2 017	1 - Adimple nte	4831020 14
2	102480 0-15	81722 8	184288390 00190	309.055, 10	24.724,4 1	0,00	0,00	16/10/2 015	16/10/2 017	1 - Adimple nte	2300220 15
2	102561 9-82	81816 7	249969690 00122	735.000, 00	35.000,0 0	0,00	0,00	15/12/2 015	30/10/2 018	1 - Adimple nte	3319420 15
2	102625 8-25	82169 5	167259620 00148	689.154, 50	688,50	0,00	0,00	16/12/2 015	30/04/2 018	1 - Adimple nte	3454920 15
2	102625 7-00	82169 6	037882390 00166	757.271, 90	68.842,9 0	0,00	0,00	22/12/2 015	22/12/2 018	5 - Excluído	3786320 15
2	102625 6-86	82169 7	182913770 00102	695.000, 00	6.950,00	0,00	0,00	03/12/2 015	30/04/2 018	1 - Adimple nte	4005020 15
2	102625 5-61	82169 8	461374100 00180	800.000, 00	100.000, 00	0,00	0,00	23/12/2 015	20/03/2 019	1 - Adimple nte	4452820 15
2	102672 7-85	82189 9	986613660 00106	667.425, 00	13.348,5 0	0,00	0,00	03/12/2 015	03/12/2 017	1 - Adimple nte	4293320 15
2	102701 7-37	82400 8	055414240 00187	2.480.95 3,37	24.809,5 3	0,00	0,00	30/12/2 015	19/12/2 018	1 - Adimple nte	4861620 15

Fonte: Sistemas Corporativos SIAFI, SIAPF e SIIGF

2.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	ANA					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	443002					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-			
Contrato de Repasse	12	9	5	4.653.318,13	4.048.459,16	3.180.373,96
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	12	9	5	4.653.318,13	4.048.459,16	3.180.373,96

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

2.3 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: ANA				
CNPJ:		UG/GESTÃO:	443002	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2015	Contas Prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado		2.866.385,71
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1
		Montante Repassado		325.457,00
2014	Contas Prestadas	Quantidade		2
		Montante Repassado		7.885.969,07
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
2013	Contas Prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado		1.614.704,40
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1
		Montante Repassado		1.656.000,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

2.4 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: ANA			
CNPJ:		UG/GESTÃO: 443002	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados	Instrumentos	
		Convênios	Contratos de Repasse
2015	Quantidade de Contas Prestadas		3

	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		2
			Quantidade Reprovada		0
			Quantidade de TCE		0
			Montante Repassado (R\$)		1.404.884,89
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1
			Montante Repassado (R\$)		1.461.500,82
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0
			Quantidade Reprovada		0
			Quantidade de TCE		0
			Montante Repassado (R\$)		0,00
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0
			Montante Repassado (R\$)		0,00
2014	Quantidade de contas prestadas				4
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			4
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
		Montante repassado			22.561.929,07
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0
		Montante repassado (R\$)			0,00
2013	Quantidade de Contas Prestadas				2
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			2
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
		Montante Repassado			1.250.000,00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			0,00
Exercício Anterior a 2013	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF					

3 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos de repasse firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SICONV.

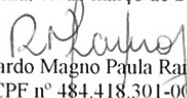
Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ricardo Magno Paula Ramos, CPF nº 484.418.301-00, Gerente Nacional (Ordenador de Despesas), exercido na UG 443002 - MIN MEIO AMBIENTE - ANA, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos de repasse, firmados até o exercício de 2015 na citada Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal, e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Brasília, 09 de março de 2016.


Ricardo Magno Paula Ramos
CPF nº 484.418.301-00
Ordenador de Despesas
UG 443002

4 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU.

4.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Não existem deliberações do TCU atendidas no Exercício.

4.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não existem deliberações do TCU pendentes de atendimento no Exercício.

5 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU.

5.1 Relatório de cumprimento das recomendações da CGU:

Não existem recomendações da CGU atendidas no exercício.

5.2 Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício:

Não existem recomendações da CGU pendentes de atendimento.

6 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015

Casos de dano objeto de medidas	Tomadas de Contas Especiais		
	Não instauradas		Instauradas
	Dispensadas		Não remetidas ao TCU

administrativas internas	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da UJ, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União. Após esse envio, não dispomos de informações da tramitação dos processos.

7 Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

**QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Agência Nacional de Águas (ANA).			443002
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


 WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GECTC - GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUADRO A.12.4.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde.			250107
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Restrição 674, saldos alongados ou indevidos no passivo circulante. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF / 009616/O-3
 GECTC- GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUADRO A.12.4.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria-Executiva (SE/MAPA), consolidando as informações sobre a gestão das unidades da estrutura do Ministério não relacionadas para apresentação de relatórios individuais e agregando as informações sobre a gestão do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA).			135098
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Restrição 674, saldos alongados ou indevidos no passivo circulante. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GECTC- GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

**QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), consolidando as informações sobre a gestão do Projeto de Operacionalização dos Programas da SESAN (POPS).			550013
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GECTC - GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), consolidando informações sobre a gestão do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e agregando a gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).			550015
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Restrição 674, saldos alongados ou indevidos no passivo circulante. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GEOTC- GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Executiva (SE/MI), consolidando as informações sobre a gestão das unidades da estrutura do Ministério não relacionadas para apresentação de relatórios individuais e dos programas e fundos geridos com apoio da CEF.			530020
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GECTC - GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

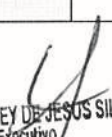
**QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), consolidando as informações sobre a gestão da CEF/DEPEN e do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN).			200321
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


 WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GECTC- GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

**QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), consolidando as informações sobre a gestão do Programa Monumenta.			343048
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	05 FEV 2016
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GECTC - GN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Declarações

Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília/DF, 15 de março de 2016.

(assinado eletronicamente)

LUIS ANDRÉ MUNIZ

CPF nº 116.852.711-20

Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Comunicação Interna nº 115/2016/CGGEP/SAF
Documento nº: 00000.016324/2016-35

Em 21 de março de 2016.

Ao Senhor Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Assunto: Informações complementares para compor o Relatório de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA (Exercício 2015).

1. Fazemos referência à Comunicação Interna nº 80/2016/CGGEP/SAF (Documento nº 12849/2016-49), relativa às informações pertinentes à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGEP/SAF para compor o Relatório de Gestão da ANA (Exercício 2015), e em complementação, informamos sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal e a integridade dos registros de informações no sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.

2. No segmento de pessoal, os sistemas de gerenciamento vêm permitindo maior segurança nos controles dos dados funcionais e cadastrais dos servidores, proporcionando de forma cada vez mais confiável a obtenção das informações produzidas, bem como redução de tempo e trabalho na realização das tarefas rotineiras, com a revisão de processos, automação de rotinas e procedimentos. Nesse sentido, durante o exercício de 2015, registrou-se avanços no desenvolvimento para a implementação das seguintes ações:

- Novos de registros funcionais, em face da criação/extinção de Unidades Organizacionais – UORGs, cargos e atos de provimento, alteração de lotação/remoção de servidores, em função da nova estrutura regimental, aprovada pela Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014;
- Criação de sistema de gerenciamento para férias, contemplando programação/reprogramação, autorizações e relatórios gerenciais diversos; sistema de colegiados, criado para o registro de colegiados internos ou de diferentes instituições que possuem servidores da ANA como representantes, seja como titular ou suplente, cujas informações permitem a Diretoria Colegiada-DIREC a tomada de decisão quanto à indicação de membros para fazer parte de novos colegiados e; sistema de atos normativos, desenvolvido para abrigar todas as normas elaboradas pela ANA, bem como aquelas em conjunto com outras instituições, com ferramentas que facilitam a localização de normativos pelo usuário interno;
- Nomeação dos candidatos para provimento do cargo efetivo de Técnico Administrativo, constantes nas Portarias nº 267, de 30 de junho de 2015 (Publicação - D.O.U. de 2 de julho de 2015); nº 309, de 19 de agosto de 2015 (Publicação - D.O.U. de 20 de agosto de 2015); e nº 403, de 10 de dezembro de 2015 (Publicação - D.O.U. de 18 de dezembro de 2015). Atualmente, são 24 os cargos providos e 21 os vagos. A Agência já convocou até o 60º classificado para investidura nesse cargo, contudo, até a presente data, 20 (vinte) candidatos requereram formalmente suas desistências antes das nomeações (Processo nº 02501.001308/2014-31).
- Solicitação de autorização para realização de concursos públicos para os cargos efetivos de Especialista em Recursos Hídricos, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG, conforme especificados abaixo. Por meio do Ofício SEI nº 11529/2015-MP, o MPOG informou a não contemplação das propostas na lei orçamentária anual de 2016, em função das restrições para ingressos de servidores.
 - i. Processo nº 02501.000820/2013/17 – proposta para a realização de concurso público para o provimento das 32 (trinta e duas) vagas remanescentes do cargo efetivo de Analista Administrativo, criado pela Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, sendo 12 (doze) para a área de Tecnologia da Informação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 358E8EF1.

ii. Processo nº 02501.000627/2015-30 - proposta de realização do concurso público para o provimento de 39 (trinta e nove) vagas remanescentes de cargos efetivos da Agência, criadas pela Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, sendo 38 (trinta e oito) para o de Especialista em Recursos Hídricos e 1 (uma) para o de Especialista em Geoprocessamento.

▪ Acordo de cooperação técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, cujo objeto é a execução de ações e atividades de prevenção aos agravos, de promoção e acompanhamento da saúde dos servidores e de perícia e junta médica e odontológica oficiais, por intermédio da Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal –SIASS/MAPA, com a finalidade de garantir a implementação da política de atenção à saúde e à segurança do trabalho do servidor público federal, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009 (Processo nº 02501.001659/2015-52).

Foram realizadas ainda na área de gestão de pessoas, as seguintes atividades relevantes

▪ Renovação do Acordo de Cooperação com a empresa AllCare Administradora de Benefícios em Saúde, cujo objetivo é a promoção dos serviços de saúde suplementar destinado aos servidores ocupantes de cargo efetivo, servidores inativos, de cargo comissionado ou de natureza especial e seus dependentes legais (Processo 02501.001683/2013-20);

▪ Análise, instrução, execução e controle das atividades relativas às Avaliações de Desempenho, para fins de concessão de Gratificações, bem como promoções e progressões;

▪ Contratação da Fundação Dom Cabral para construção de programa de desenvolvimento de pessoas baseado em competências para os servidores da ANA;

3. Por fim, declaramos a integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, cujos últimos 7 (sete) registros encontram-se sob apreciação, aguardando parecer do Tribunal de Contas da União.

Atenciosamente,

NEUZA DE OLIVEIRA
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

De acordo.
Encaminhar à Gerente Geral de Estratégia – GGES.

LUIS ANDRÉ MUNIZ
Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 358E8EF1.

Item 11.1.1 –SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

Análise Crítica

A Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas –SAF/ANA veicula comunicado destinado aos servidores da Agência, com vista ao cumprimento da apresentação das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, conforme aludem as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1922, e 8.730, de 10 de novembro de 1993.

3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7B2D98A.

A declaração deverá ser preenchida em formulário em papel, reproduzido a partir do modelo que constitui o ANEXO I da IN-TCU nº 67, de 6 de julho de 2011, devidamente assinada e entregue na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP/SAF, ou eles poderão apresentar autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei nº 8.429, de 1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei nº 8.730, de 1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do ANEXO II da IN-TCU.

No exercício de 2015, apenas 2 (dois) servidores apresentaram as declarações reproduzidas de acordo com o modelo do ANEXO I. Os demais servidores autorizaram o acesso aos dados de bens e rendas, mediante o preenchimento do formulário ANEXO II.

Quadro A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

(assinado eletronicamente)
NEUZA DE OLIVEIRA
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

De acordo.
Encaminhar à Gerência Geral de Estratégia – GGES

(assinado eletronicamente)
LUIS ANDRÉ MUNIZ
Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Declaração nº 1/2016/GGES-ANA
Documento nº 00000.015737/2016-01

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 17 de março de 2016.

(assinado eletronicamente)
BRUNO PAGNOCCHESCHI – CPF nº 457.541.958-34
Gerente Geral de Estratégia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0F55D50.

12.4.2 – DECLARAÇÃO COM RESSALVA**QUADRO A.12.4.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa da Unidade Jurisdicionada	Código do Órgão
AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA	44205
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: Unidade Gestora 443001 Ressalvas: 656 - Convênios a comprovar com data expirada 657 - Convênios a aprovar com data expirada 665 – Termo de parceria a comprovar com vigência expirada 767 - Termos cooperação a comprovar com data expirada Unidade Gestora 443003 Ressalva: 767 - Termos cooperação a comprovar com data expirada Unidade Gestora 443044 Ressalva: 657 - Convênios a aprovar com data expirada Justificativas para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2015:	

2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0DA0232C.

A Setorial Contábil considerando sua competência de Setorial de Unidade Gestora acompanhou as inconsistências/restrições contábeis registradas no sistema SIAFI, por meio dos "Auditores Contábeis", desenvolvido pelo órgão central de contabilidade (CONDESAUD).

As restrições apresentadas na "transação" (CONDESAUD), no decorrer do exercício de 2015 foram corrigidas em tempo hábil, restando apenas a restrição contábil 667, equação 0214, CONTROLE PERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS 79652.00.00, valor do desequilíbrio de R\$ - 0,01, e trata-se de variação cambial, cuja correção é efetuada pela COFIN/STN.

Registra-se que as restrições, apontadas no mês de dezembro de 2015, não são registradas na "transação" CONDESAUD, e que se referem a saldos de convênios e instrumentos congêneres, com prazos de vigência expirados – a comprovar e a aprovar. Registra-se ainda, que muitos desses instrumentos, na condição de A APROVAR, foram regularizados, tendo em vista terem sido concluídos com as respectivas prestações de contas aprovadas pelas áreas técnicas responsáveis, sem o devido registro no SIAFI ou SICONV, para os instrumentos pendentes na conta de A APROVAR foram encaminhados documentos, pelo Ordenador de Despesas para a área técnica responsável determinando a análise e/ou medidas necessárias para a conclusão dos processos.

Quanto aos saldos de convênios ou instrumentos congêneres na situação de A COMPROVAR, foi determinado pelo Ordenador de Despesas, à área técnica responsável, à concessão do prazo de 60 dias, aos "convenientes" para encaminhamento das prestações de contas sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

Quanto aos instrumentos sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, Contratos de Repasse, a liberar e a Comprovar, UG 443002, foi determinado à gestora do Contrato firmado entre esta Agência e aquela entidade providências urgentes, para saneamento das pendências verificadas, uma vez que os saldos refletem nas demonstrações contábeis do Órgão 44205. Registra-se, entretanto, que a Conformidade Contábil dessa UG não é registrada por esta Setorial de Contabilidade, pois a CEF, UG 443002, possui gestores e contador próprios.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília	Data	17/02/2016
Contador Responsável	Heloiza Laurentino de Lima Souza	CRC n°	010866/O-9DF